

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS - UEG
CAMPUS CORA CORALINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA (PPGEO)**

Carlos Eduardo De Oliveira Marins

**DA ESCOLA AO QUARTEL, DO QUARTEL AO CURRAL ELEITORAL:
A GEOGRAFIA DAS ESCOLAS MILITARIZADAS EM MATO GROSSO**

Cidade de Goiás, 2024

Carlos Eduardo De Oliveira Marins

**DA ESCOLA AO QUARTEL, DO QUARTEL AO CURRAL ELEITORAL -
A GEOGRAFIA DAS ESCOLAS MILITARIZADAS EM MATO GROSSO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Geografia/PPGEO, da Universidade Estadual de Goiás - Campus Cora Coralina, sob orientação da Profa. Dra. Ana Carolina de Oliveira Marques e coorientação do Prof. Dr. Roberto Marques.

Cidade de Goiás, 2024

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DE TESES E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL (BDTD)

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Estadual de Goiás a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UEG), regulamentada pela Resolução, CsA nº 1.087/2019 sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9.610/1998, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data. Estando ciente que o conteúdo disponibilizado é de inteira responsabilidade do autor.

1 DADOS DO AUTOR:

Carlos Eduardo de Oliveira Marins
carloosedumarins@gmail.com

2 DADOS DO TRABALHO:

Da Escola ao Quartel, do Quartel ao Curral Eleitoral: a Geografia das Escolas Militarizadas em Mato Grosso.

Tipo: Tese Dissertação

Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO)

Concorda com a liberação documento: SIM NÃO

Período de embargo é de até um ano a partir da data de defesa.

Cidade de Goiás, 20 de maio de 2024

Documento assinado digitalmente
 CARLOS EDUARDO DE OLIVEIRA MARINS
Data: 20/05/2024 10:56:50-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura autor

Documento assinado digitalmente
 ANA CAROLINA DE OLIVEIRA MARQUES
Data: 20/05/2024 11:50:50-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura da orientadora

CATALOGAÇÃO NA FONTE

Biblioteca Frei Simão Dorvi – UEG Câmpus Cora Coralina

M339e Marins, Carlos Eduardo de Oliveira.

Da escola ao quartel, do quartel ao curral eleitoral : a geografia das escolas militarizadas em Mato Grosso [manuscrito] / Carlos Eduardo de Oliveira Marins. – Goiás, GO, 2024.

113 f. ; il.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Carolina de Oliveira Marques.

Coorientador: Prof. Dr. Roberto Marques.

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Câmpus Cora Coralina, Universidade Estadual de Goiás, 2024.

1. Geografia da educação. 1.1. Militarização da educação. 1.2. Escolas militares. 1.3. Escolas militarizadas. 1.4. Educação - Mato Grosso, BR. I. Título. II. Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Cora Coralina.

CDU: 911.3:37(817.2)

Bibliotecária responsável: Marília Linhares Dias – CRB 1/2971

(Criada pela lei nº 13.456 de abril de 1999, publicada no DOE-GO de 20 de abril de 1999) Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação Coordenação de Pós-Graduação Stricto Sensu UEG CÂMPUS CORA CORALINA Av. Dr. Deusdeth Ferreira de Moura Centro - GOIÁS CEP: 76600000 Telefones: (62)3936-2161 / 3371-4971 Fax: (62) 3936-2160 CNPJ: 01.112.580/0001-71

ATA DE EXAME DE DEFESA 04/2024

Aos quinze dias do mês de abril de dois mil e vinte e quatro às nove horas e trinta minutos, realizou-se, o Exame de Defesa de dissertação do mestrando **Carlos Eduardo de Oliveira Marins**, intitulada: **“Da Escola ao Quartel, do Quartel ao Curral Eleitoral: a Geografia das Escolas Militarizadas em Mato Grosso”**.

A banca examinadora foi composta pelos seguintes professores doutores: Ana Carolina de Oliveira Marques (Presidente - PPGEO/UEG), Roberto Marques (coorientador - UFRJ), Ênio José Serra dos Santos (UFRJ) e Ricardo Junior de Assis Fernandes Gonçalves (PPGEO/UEG). Os membros da banca fizeram suas observações e sugestões, as quais deverão ser consideradas pelo mestrando e seu(sua) orientador(a). Em seguida, a banca examinadora reuniu-se para proceder a avaliação do exame de defesa. Reaberta a sessão, a presidente da banca examinadora, Profa. Dra. Ana Carolina de Oliveira Marques proclamou que a dissertação encontra-se **aprovada**.

Destacaram o tema, a originalidade da abordagem, o cuidado com os dados Publicação (na íntegra ou em partes).

Cumpridas as formalidades de pauta, às 12:25 horas a presidência da mesa encerrou esta sessão do Exame de Defesa e lavrou a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos membros da banca examinadora.

Documento assinado digitalmente
 **ANA CAROLINA DE OLIVEIRA MARQUES**
Data: 15/04/2024 12:44:02-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Goiás-GO, 15/04/2024.

Profa. Dra. Ana Carolina de Oliveira Marques (Presidente)

Documento assinado digitalmente
 **ROBERTO MARQUES**
Data: 15/04/2024 12:54:51-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dr. Roberto Marques (UFRJ)

Documento assinado digitalmente
 **ENIO JOSE SERRA DOS SANTOS**
Data: 15/04/2024 15:03:41-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dr. Ênio José Serra dos Santos (UFRJ)

Documento assinado digitalmente
 **RICARDO JUNIOR DE ASSIS FERNANDES GONCALVES**
Data: 02/05/2024 20:40:32-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Ricardo Junior de Assis Fernandes Gonçalves (PPGEO/UEG)

RESUMO

A militarização das escolas públicas é um fenômeno que se expandiu no território brasileiro nos últimos anos, especialmente com a implementação do Programa Nacional de Escolas Cívico-Militares em 2019. Frente a esta tendência privatista, autoritária e conservadora que imprime marcas importantes em territórios escolares e extraescolares, produzimos esta dissertação no âmbito do curso stricto sensu (nível mestrado) do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Estadual de Goiás (UEG), campus Cora Coralina. O propósito deste trabalho foi discorrer sobre a política de militarização de escolas estaduais de Mato Grosso entre os anos de 1990 e 2023, na perspectiva da Geografia da Educação, campo este relativamente recente no Brasil. Desse modo, buscou-se analisar o panorama da educação no estado de Mato Grosso, dando luz ao cenário educacional existente no seu sentido mais amplo, de modo a compreender como tal política se reverbera no espaço. Em seguida, evidenciamos os trâmites que resultaram na implementação das escolas militares nesse estado. Concomitante a isso, elucidamos o estado da arte da pesquisa a respeito deste tema no terreno da pesquisa científica. Por fim, examinamos as relações existentes e subjacentes da militarização com os diversos segmentos da sociedade. Dessa forma, os resultados apontam que Mato Grosso foi o primeiro estado a militarizar uma escola estadual pela iniciativa do poder executivo. Nos últimos anos, houve um aumento exponencial no número de escolas militares por meio da transformação (militarização) e da criação de novas unidades de ensino. A pesquisa revelou que atualmente o poder legislativo é o principal motivador de tal política, por meio de indicações feitas por parlamentares. Consequentemente, o governo estadual, por meio da SEDUC, tem atropelado etapas, transgredindo o trâmite legal e transformando escolas civis em militares de forma inadequada. Além disso, este trabalho revela que boa parte da elite local e regional têm tido participação indireta na implantação dessas escolas, ajudando a eleger candidatos que defendem a interferência militar. Diante do exposto, é possível concluir que a militarização da educação é uma política ilegal, uma vez que as leis vigentes não preveem esse modelo de ensino na educação básica, além de atentar contra direitos civis e coletivos. Por fim, o caso de Mato Grosso revela uma trama de cunho político-econômico de um modelo escolar que sintetiza uma sociedade militarizada enquanto paradigma.

Palavras-chave: Militarização da Educação; Escolas Militares; Escolas Militarizadas; Educação de Mato Grosso.

ABSTRACT

The militarization of public schools is a phenomenon that has expanded in Brazilian territory in recent years, especially with the implementation of the National Civic-Military Schools Program in 2019. In the face of this privatist, authoritarian and conservative trend that leaves important marks on school territories and outside of school, we produced this dissertation within the scope of the stricto sensu course (master's level) of the Postgraduate Program in Geography (PPGEO) at the State University of Goiás (UEG), Cora Coralina campus. The purpose of this work was to discuss the militarization policy of state schools in Mato Grosso between the years 1990 and 2023, from the perspective of Education Geography, a relatively recent field in Brazil. In this way, we sought to analyze the panorama of education in the state of Mato Grosso, giving light to the existing educational scenario in its broadest sense, in order to understand how such a policy reverberates in space. Next, we highlight the procedures that resulted in the implementation of military schools in this state. Concomitant to this, we elucidate the state of the art of research regarding this topic in the field of scientific research. Finally, we examine the existing and underlying relationships of militarization with different segments of society. Thus, the results indicate that Mato Grosso was the first state to militarize a state school on the initiative of the executive branch. In recent years, there has been an exponential increase in the number of military schools through transformation (militarization) and the creation of new teaching units. The research revealed that currently the legislative branch is the main driver of such a policy, through indications made by parliamentarians. Consequently, the state government, through SEDUC, has skipped steps, violating legal procedures and inappropriately transforming civilian schools into military ones. Furthermore, this work reveals that a large part of the local and regional elite has had indirect participation in the implementation of these schools, helping to elect candidates who defend military interference. Given the above, it is possible to conclude that the militarization of education is an illegal policy, since current laws do not provide for this teaching model in basic education, in addition to violating civil and collective rights. Finally, the case of Mato Grosso reveals a political-economic plot of a school model that synthesizes a militarized society as a paradigm.

Keywords: Militarization of Education; Military Schools; Militarized Schools; Education of Mato Grosso.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1: Modalidades das Escolas Estaduais de Mato Grosso, segundo o INEP (2023)	19
Quadro 1: Relação das Escolas Militares do Estado de Mato Grosso	21
Gráfico 2: Evolução da Implantação das Escolas Militares em Mato Grosso 1990 – 2023	23
Quadro 2: Relação entre Escolas e População por Município	24
Lista 1: Total de Municípios que Possuem Uma Escola Estadual Por Etapa de Ensino, Segundo o IBGE (2023)	25
Mapa 1: Escolas Militarizadas do Estado de Mato Grosso	27
Gráfico 3: Deputados que Mediaram a Implantação das Escolas Militares Estaduais de Mato Grosso	28
Linha do tempo 1: Marcos Legais da Implantação das Escolas Militares em Mato Grosso, segundo Tiellet (2019)	35
Imagem 1: Estudantes da E.E. Adalgisa de Barros Protestando Contra a Militarização	46
Imagem 2: Comunidade Escolar Comemorando o Resultado da Audiência Pública da E.E Adalgisa de Barros	46
Diagrama 1: Passo a passo do processo legal de implantação de uma escola militar em Mato Grosso	49
Gráfico 4: Períodos de Publicações de Trabalhos Sobre a Implementação de Escolas Militares Entre os Anos de 1990 a 2022	54
Gráfico 5: Publicações Sobre a Implementação de Escolas Militares, Segundo a Natureza do Trabalho (1990-2022)	55
Gráfico 6: Escolas Militares – Artigos, Teses e Dissertações Publicados Entre 1990 e 2022 por Estado	57
Gráfico 7: Artigos Sobre Implantação das Escolas Militares Publicados Entre 1990 e 2022, Por Área de Formação dos Autores	58
Gráfico 8: Dissertações Sobre Escolas Militares Publicados Entre 1990 e 2022, por Formação dos Autores	59
Gráfico 9: Teses Sobre Escolas Militares, Publicadas Entre 1990 e 2022, por Área de Formação dos Autores	60
Gráfico 10: Número de Teses e Dissertações por Programa/Área Segundo a CAPES, Publicadas entre 1990 e 2022	61
Gráfico 11: Número de Pedidos para Implantação de Escolas Militares	67
Diagrama 2: Passo a passo do processo ilegal de implantação de uma escola militar em Mato Grosso	77
Diagrama 3: Passo a passo do processo legal de implantação de uma escola militar em Mato Grosso	78
Diagrama 4: Escala por Resultados do Índice Socioeconômico do SAEB – 2022	81
Quadro 3: Nível Socioeconômico das Escolas Militares de Mato Grosso	82
Mapa 2: Base Eleitoral e Geolocalização das Escolas Militarizadas de Mato Grosso, Segundo Parlamentares	88
Mapa 3: Base Eleitoral e Geolocalização das Escolas Militarizadas de Mato Grosso, Segundo Parlamentares	89
Mapa 4: Principais Municípios Produtores de Soja, Milho, Algodão e Carne Bovina, Segundo o IBGE – 2023	91
Mapa 5: Principais Municípios Produtores Agrícolas e as Escolas Militarizadas de Mato Grosso	93

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 A GEOGRAFIA DA EDUCAÇÃO DE MATO GROSSO E O ADVENTO DAS ESCOLAS MILITARIZADAS	17
1.1 Territorialização da educação de Mato Grosso	17
1.2 A implantação de escolas militarizadas em Mato Grosso	31
1.3 Marcos legais.....	32
1.4 Resistências e embates na sociedade civil	38
2 DESAFIOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA PESQUISA GEOGRÁFICA DO TEMA	50
2.1 Estado da arte da pesquisa acerca das escolas militarizadas	50
2.2 A incipiência das produções geográficas no Brasil sobre as escolas militarizadas	62
3 A GEOGRAFIA DAS ESCOLAS MILITARIZADAS	65
3.1 A complexidade subjacente da militarização.....	65
3.2 A ilegalidade	72
3.3 Índice socioeconômico dos estudantes das escolas militarizadas de Mato Grosso	79
3.4 A Relação política/empresarial na interferência militar da educação de Mato Grosso	84
CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
REFERÊNCIAS	102
APÊNDICES	113

DA ESCOLA AO QUARTEL, DO QUARTEL AO CURRAL ELEITORAL: A GEOGRAFIA DAS ESCOLAS MILITARIZADAS EM MATO GROSSO

INTRODUÇÃO

Uma canção é percebida atrás dos muros da escola, a medida em que me aproximo do portão de entrada, percebo que se trata de um cântico entoado por estudantes. Adentro em direção ao *hall* e vejo um pelotão formado por fileiras paralelas que separam as pessoas pela série as quais estão ingressadas. Os mesmos estão postos no pátio interno. A música, na verdade, trata-se dos hinos que são executados todos os dias antes do café da manhã que é servido na unidade.

Aos comandos de um militar, os estudantes procedem ações com movimentos programados e executam gritos de guerra. O som é alto, posso escutar do outro pavilhão. A essa hora, já na sala dos professores, olho para o monitor de TV e vejo nas imagens das câmeras de segurança os movimentos que acontecem no pátio.

Ao perceber que os estudantes se encaminham em direção ao refeitório, constato que é hora juntar meus materiais e ir para a sala de aula. Ali fico aguardando enquanto alguns tomam seu café da manhã e outros aguardam na fila. É nesse momento que ouço a sirene tocar anunciando o que deveria ser o início da aula, no entanto, muitos nem sequer conseguiram pegar seu alimento devido à excesso de pessoas na fila.

Passados 10 minutos do início da “aula”, olho pela porta e percebo alguns alunos parados que resistem para não entrar no espaço fechado. Os mesmos conversam, sorriem, paqueram, outros ainda se alimentam. Decido chamá-los para iniciar a exposição do conteúdo e propor as atividades que foram planejadas. O semblante no rosto e as passadas curtas de alguns, revelam o desânimo em iniciar mais um dia de aprendizado. Por outro lado, percebo que outros estão animados, perguntam: o que vamos estudar hoje professor? Anuncio o tema e logo já procuram no livro didático o conteúdo a ser explorado. Apesar de haver um indício de interesse no ar, a apatia por parte de alguns sobressai aos meus olhos e pensamentos.

Mas antes de começar de fato minha aula é preciso voltar para fora da sala e aguardar a turma “entrar em forma”. Aos comandos do xerife, a turma fica de pé, o mesmo se aproxima, se apresenta, expõe a turma, e me passa o “comando” para que eu possa finalmente iniciar meu trabalho. A essa hora já se passaram 15 minutos. Vejo que ainda é preciso acalmar a euforia de alguns, realizar a “chamada” e então, iniciar a proposta de estudo.

Ligeiramente o tempo passa, percebo que restam 5 minutos para o fim da aula, é preciso apagar a lousa, juntar meus objetos e devolver o “comando da turma” para o xerife. Novamente todos de pé, em fila, e em forma. O líder agradece pela aula “dada” e eu me despeço passando o “comando” para o mesmo.

Em todas as turmas o procedimento é o mesmo, ao entrar e sair das salas, é obrigatório haver esse procedimento de apresentação e transferência de comando. Alguns estudantes fazem com maestria, outros fazem por obrigação. Há casos em que chego a observar um ou outro estudante dormindo no final da fileira. Estes não participam da encenação. Se o xerife não o obriga, faço o mesmo, afinal tenho conhecimento que este aluno acordou primeiro que o professor para chegar a tempo de cantar os hinos e executar os ritos iniciais. Entretanto, é preciso despertá-los para o início da aula. O desconforto é acompanhado por apatia e desprezo. É minha obrigação.

O estar em sala de aula para muitos se torna algo enfadonho. Para amenizar essa situação vivida diariamente, antecipo em meus planos de aula, utilizo métodos que preveem chamar a atenção dos entediados como exposição de imagens, vídeos, músicas, dinâmicas, entre outros recursos que possam complementar o conteúdo do material didático. Mas logo me lembro que barulho e agitação podem ser estranhos a uma escola militar, é preciso me conter.

O intervalo (recreio) talvez seria o momento ideal para que os estudantes pudessem conversar, brincar, paquerar, ou seja, fazer aquilo que é de natureza da faixa etária de um adolescente, afinal, a pessoa que passa quatro ou cinco horas estudando merece ter um momento de descanso. Porém, não é o que acontece.

Ao sair da sala de aula para o intervalo, os estudantes devem voltar a formar o pelotão, organizados em filas, separados por série, os mesmos devem entoar gritos de guerra e cânticos ao comando do policial militar. Após esses procedimentos, devem se dirigir ao refeitório, alimentar-se, voltar para a sala de aula e aguardar sentados, a presença do professor. Daí para frente, realizar os mesmos procedimentos ditos anteriormente.

O intenso controle sob o comportamento dos estudantes tem, como consequência, afetado a relação entre professor e aluno dentro de sala de aula. A desmotivação e a falta de vontade em aprender podem ser as causas de uma resistência por estarem sujeitos àquela condição. Isso porque vários estudantes que ali estão são obrigados a frequentar aquela escola por desejo dos pais e/ou responsáveis. A padronização estética, o sistema de regras e os comportamentos adotados pela escola militarizadas muitas vezes não condizem com a forma de pensar ou a filosofia de vida em que o estudante se enxerga, mesmo que isso seja efêmero.

Essa proposição vem mediante de relatos dos próprios alunos que em momentos distintos, dentro ou fora de sala, acabam expondo seu descontentamento em conversas informais.

Nesse ínterim, a relação entre professor e o militar dentro da unidade se dá de forma indireta. No caso de Mato Grosso, o diretor tem relação direta com secretaria e coordenação. Os militares do Corpo de Alunos (CA), tem suas funções voltadas para estabelecer e monitorar o comportamento dos estudantes, com base no regimento interno das escolas militares.

De qualquer forma, os docentes são passíveis de advertência e notificação, caso algum membro do Corpo de Alunos (CA) identifique algo que esteja em desacordo com as regras internas. Neste caso, a ocorrência é encaminhada ao diretor ou coordenação pedagógica que tomarão as medidas cabíveis. Trata-se, portanto, de evidenciar que a presença de mais pessoas monitorando o ambiente, indica um estado de vigia e alerta para aqueles que estão empenhados em desenvolver suas práticas pedagógicas. É evidente, sobretudo, o receio que existe por parte dos profissionais da educação em praticar alguma transgressão no âmbito da atividade laboral.

Diante do exposto, surgem algumas indagações: Qual é a fronteira existente nas políticas educacionais de governo voltadas para a intervenção na educação? O que justifica a necessidade da presença de militares dentro das escolas? Quais impactos surgem em decorrência da interferência militar na educação? Isso é legal?

A proposta que trazemos é a de responder essas e outras indagações ao longo de nossa dissertação. Porém, é importante lembrarmos de início, que a Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/96) estabelecem direitos fundamentais da sociedade brasileira, entre eles a educação - direito pautado em princípios como o respeito à diversidade, a laicidade e o pensamento crítico.

A militarização das escolas públicas no Brasil, política iniciada nos anos 1990, regulamentada e intensificada no final da última década, tem provocado mudanças no financiamento, na gestão, no trabalho pedagógico e no cotidiano escolar. Estudiosos apontam para o caráter ilegal de tal política à medida que contraria princípios e direitos constitucionais fundamentais.

De início, vale diferenciar a escola militar da escola militarizada. Os Colégios ou Escolas Militares tinham como principal objetivo a formação de quadros para a carreira militar. Tais unidades de ensino ainda existem e são geridas pelas Forças Armadas (Brasil, 2022). As escolas militarizadas se mantêm sob a tutela de duas secretarias: Educação e Segurança Pública, porém não tem visam formar futuros soldados como nos Colégios Militares.

Em Mato Grosso, o processo de militarização se dá por dois caminhos: 1. A conversão de escolas regulares (civis) em militares; 2. A criação de novas unidades de escolas militares.

O primeiro registro que temos sobre militarização de uma unidade escolar pública data do ano de 1990. Após a criação da Escola Militar Tiradentes na cidade de Cuiabá - MT, o Brasil assistiu a centenas de atos que transformaram escolas públicas civis em militarizadas e outros que criaram novas escolas deste modelo.

O professor Me. Eduardo J. F. Santos é um dos estudiosos que se dedicam à pesquisa sobre a militarização das escolas públicas no Brasil. Sua dissertação pautou o mapeamento e análise da expansão da militarização de escolas públicas de educação básica no Brasil. Trata-se de um amplo estudo sobre a temática realizado sob a orientação da Profa. Dra. Miriam Fábria Alves que também está à frente do grupo de estudos GEPEJ (da UFG) citado anteriormente.

Segundo o autor,

Após a exposição e a análise da militarização de escolas públicas nas 14 unidades federativas onde, de acordo com os dados de nossa pesquisa, se registra esse tipo de política educacional, contabilizamos 240 escolas públicas militarizadas no Brasil entre 1990 e dezembro de 2019. Dessas, 155 (64,58%) são estaduais e 85 (35,42%) municipais. (2020, p. 239)

Sabemos que o número de escolas militarizadas aumentou substancialmente ao passo que tivemos entre 2019 e 2022 um governo federal que fomentou tal política educacional por meio do PECIM. Nas esferas estaduais e municipais o projeto não foi diferente. O estado de Mato Grosso é um exemplo de adesão à militarização das escolas. No ano em que a pesquisa de mestrado de Eduardo Santos foi realizada, havia neste estado oito escolas militarizadas. Até dezembro de 2023 esse número já tinha sido elevado a 26 escolas, ou seja, um aumento de 225%, o que equivale a quase cinco escolas a mais, a cada ano.

Ainda com base na pesquisa do autor, Santos mostra que a maioria dessas escolas estão concentradas na região Centro-Oeste. Somente em Goiás, eram 60 unidades até a data da pesquisa. As políticas adotadas pelo ex-governador Marconi Perillo durante seus três mandatos (1998-2002; 2002-2005; 2010-2013) foram fundamentais para que se chegasse a este cenário. Com base em dados atualizados, veremos adiante que esses números já foram superados.

Entre os anos de 2019 e 2022, com a promulgação do Decreto 10.004, que instituiu o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM), o governo federal promoveu junto aos governos dos estados e municípios a implantação em massa de escolas Cívico-Militares,

que culminou na nomeação de militares da reserva para atuarem como gestores junto aos que já estavam no cargo, ou seja, uma “gestão compartilhada”. Este desígnio foi revogado em julho de 2023, quando o novo governo federal optou pela destituição do programa de militarização, através decreto nº 11.611, de 19 de julho de 2023. A (intenção) de desintegração desta política não é consenso na sociedade brasileira e tem surtido diferentes efeitos nas unidades da federação.

O atual governador de Mato Grosso aderiu à promoção das escolas militares desde o início do seu mandato (2019). Com a sanção da lei nº 12.388/2024 (de autoria do próprio poder executivo), o estado que hoje (dezembro/2023) conta com 26 escolas estaduais militares/militarizadas, poderá ampliar o número dessas unidades, uma vez que terá à sua disposição uma maior quantidade de militares, pois essa nova lei prevê a atuação de integrantes da reserva, o que não era possível pela lei 11.273/2020.

Segundo o governo estadual, o plano é que o número de escolas militares chegue a 60 até o final de 2026, o que irá aproximar com o estado de Goiás que atualmente possui o segundo maior número de escolas estaduais militares do Brasil (76, segundo a SEDUC-GO, 2023), ficando atrás somente do Paraná que possuía até abril de 2023, 207 escolas cívico-militares, sendo 195 no modelo estadual e 12 no modelo do então governo federal (Silva, 2023).

O fato é que, desde 2019, houve aumento exponencial do número de escolas militarizadas e dos pedidos de militarização no legislativo estadual de Mato Grosso, cuja motivação e procedimentos nos parecem fortemente questionáveis. A legislação determina que a criação ou militarização de escolas deve partir da comunidade e não do desejo/aspiração de atores, a exemplo de parlamentares. Surge daí a pergunta fundamental de nossa investigação: Qual a ordem e os interesses que regem a militarização das escolas no estado de Mato Grosso?

Esta pesquisa tem por objetivo analisar a ordem subjacente à militarização das escolas em Mato Grosso, a partir do pressuposto de que a criação e militarização de tais escolas tem correspondência com as bases eleitorais dos parlamentares que apresentaram e defenderam os pedidos de militarização. Neste raciocínio, a Geografia das escolas militarizadas em Mato Grosso entrelaça-se à geografia do voto ou da base eleitoral de determinados parlamentares, um dos fatores da ilegalidade que marca o processo de implementação de tais unidades de ensino.

Assim, investigamos os trâmites inerentes aos procedimentos de implementação, os atores que promovem e os que fomentam tal processo, marcos legais, as conclamadas motivações, bem como os movimentos que se opuseram às escolas militares/militarizadas no estado de Mato Grosso.

Quanto ao embasamento metodológico, busca-se sustentação no relativamente novo campo da “Geografia da Educação”.

Entre os instrumentos metodológicos, destacam os bancos de dados oficiais, como o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a própria Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso (SEDUC).

Quanto à concepção de Educação que alicerça a matriz político-pedagógica da pesquisa, remetemos aos preceitos freireanos por entendermos por Educação aquela cuja função é libertar o educando pelo viés crítico, baseando-se na sua condição social de existência. Trata-se de um processo de aprendizado mútuo, valorizando sobretudo o diálogo na busca por um aprendizado emancipatório (Freire, 1987).

Em complemento a este pensamento, corroboramos também com as ideias de Teixeira (1977) que conduziu uma tese na qual defende a democracia no âmbito do espaço escolar. Para o autor, a escola deve ser um espaço livre de uma ordem externa e imposta, para que o propósito educativo seja desenvolvido com êxito.

Para integralizar este conjunto de conceitos, alcançamos as proposições de Arroyo (1988) que defende a educação integral do sujeito, que necessita se personalizar por inteiro, mediante práticas educativas que se pautam na organização do tempo, espaço, educação corporal, entre outras.

Este trabalho atesta que um modelo educacional reverbera na sociedade, assim como essa influencia e transforma o que se ensina e o que se aprende dentro das escolas, e consequentemente os comportamentos inerentes a esse processo. A sociedade é, ao mesmo tempo, causa e consequência da Educação que se constitui em um dado tempo e espaço.

Nos empenhamos em relacionar outros temas que vão ao encontro de outros projetos para a educação brasileira, a exemplo do Escola Sem Partido, discutido na obra de Gaudêncio Frigotto, cujo teor crítico tem profunda relação com outras propostas para a Educação, a exemplo da própria militarização. Veremos que ambas se sustentam em bases ideológicas de cunho neoliberal.

Os desdobramentos que veremos adiante revelam uma ordem camuflada da militarização da educação em Mato Grosso. Observaremos que o processo que vem criando novas escolas e transformando outras que já existem (civis) em unidades militares, possui um carácter complexo que, para nós, só foi possível averiguar por meio de uma pesquisa documental em Leis, Decretos, Petições e Projetos de Lei. Além destes, a mídia investigativa,

pelo carácter de cobrir episódios e capítulos deste enredo promovido pelos mais diferentes atores.

Buscamos também as matérias publicadas pelo Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso (SINTEP-MT). Estas foram fundamentais para compreender o ponto de vista dos professores que atuam na rede de ensino. Além disso, compreender as bandeiras de luta que o referido sindicato vem travando com o poder público e seus objetivos.

O trabalho estrutura-se em três capítulos. No primeiro, apresentamos ao leitor e leitora o cenário educacional do estado de Mato Grosso, elencando os principais aspectos que caracterizam a rede de ensino, a geolocalização das escolas militares, um breve histórico de implantação dessas escolas (com seus marcos legais) e finalizamos fazendo uma análise dos movimentos de resistências e oposição de parte da sociedade civil. Posteriormente, dedicamos um capítulo aos desafios teórico-metodológicos, haja vista a incipiente produção - na Geografia - acerca do fenômeno em questão. O terceiro capítulo retoma diretamente a hipótese da pesquisa (a militarização das escolas enquanto manobra política/eleitoreira de parlamentares e políticos locais), com a análise da geografia das escolas militarizadas em Mato Grosso.

1 A GEOGRAFIA DA EDUCAÇÃO DE MATO GROSSO E O ADVENTO DAS ESCOLAS MILITARIZADAS

O cenário educacional de Mato Grosso ganha uma nova dinâmica com o surgimento das escolas militares. Aos poucos as instituições desse modelo vão ganhando espaço e abrindo novos caminhos para uma discussão sobre o conceito de escola, bem como as relações de poder entre a instituição militar e a sociedade no contexto do ensino formal.

A implantação de novas ou a transformação das antigas escolas (civis) aos moldes da caserna tem tido efeitos diversos. O processo tem sido realizado com base em regulamentos jurídicos e adequações para tornar legítimo o funcionamento dessas unidades, mas o método de implementação, bem como seus efeitos, tem causado uma série de embates com parte da sociedade civil. Dessa forma, faremos uma análise desse cenário no contexto atual, baseando-se em momentos históricos relevantes na construção da educação mato-grossense.

1.1 Territorialização da educação de Mato Grosso

A educação de Mato Grosso apresenta um panorama dinâmico. Isso se deve, principalmente, às políticas educacionais geridas no âmbito nacional, a exemplo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN), dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que de forma direta, intervêm no processo educacional por meio de orientações e estabelecimento de normas para gerir e dar manutenção ao ensino, não apenas neste estado, como também nas demais unidades da federação.

Segundo o Censo Escolar realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) do ano de 2022, o estado possuía um total de 2.700 unidades escolares que fazem parte da rede de educação básica de ensino, sendo elas, escolas públicas (estaduais, municipais e federais) e privadas, espalhadas pelos 142 municípios. Desse total, 707 são escolas estaduais que naquele ano ofertavam mais de 368 mil vagas para a população. Outras 432 unidades são de escolas privadas que possuíam pouco mais de 105 mil estudantes matriculados.

Na data da pesquisa (2023), Mato Grosso contava com 499 escolas estaduais urbanas, dentre elas, 428 de ensino regular (incluindo a EJA), 36 de ensino integral, 26 militares, quatro indígenas e outras cinco são unidades de ensino especial, ou seja, escolas que

atendem “educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação” (LDB, 1996, p. 9). Além das escolas situadas nas cidades, o estado possuía 208 unidades localizadas no campo, desse total, cinco quilombolas, e outras 71 são escolas indígenas estabelecidas em aldeias. As demais (132) são escolas regulares.

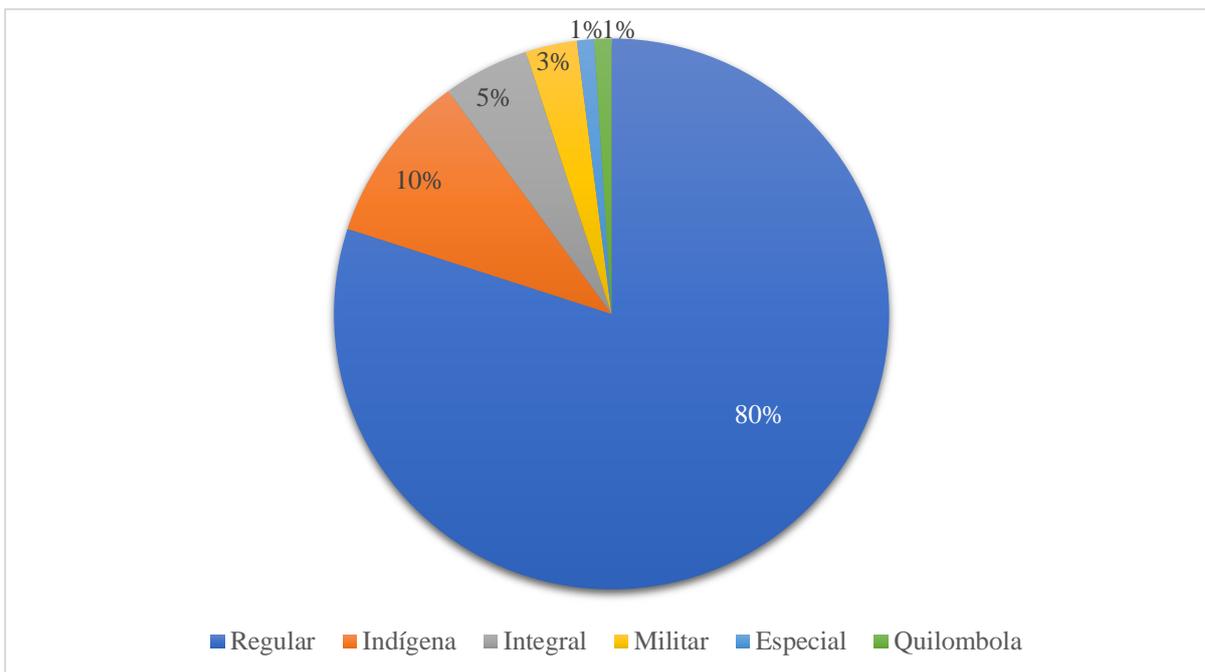
Em termos proporcionais, estes números mostram que o ensino regular, ou seja, aquele ofertado em apenas um período, ainda prevalece em relação às demais modalidades. Em tese, trata-se de um modelo que demanda um número menor de recursos quando comparado com o ensino integral.

Para atender a demanda de Ensino Básico do estado, Mato Grosso conta com um total de 6.419 docentes atuando nas escolas privadas, enquanto 15.773 lecionam nas escolas públicas estaduais. Quando consideramos toda a rede pública (federal, estadual e municipal) e privada, o estado conta com um total de 39.647 docentes. Destes, 15.418 são profissionais que atuam em cargos efetivos (concurados), outros 24.229 atuam como contratados, ou seja, 61% são pessoas que possuem vínculo empregatício instável/temporário (INEP, 2023).

A pesquisa evidencia um número superior de escolas militares em relação às escolas quilombolas e de educação especial. As escolas estabelecidas em quilombos, correspondem a apenas 20% do total de escolas militares. Já as escolas de educação especial correspondem a aproximadamente 25% deste total. Isso significa que o processo de efetivação das escolas militares vem superando outras demandas da secretaria e que essa vem atendendo às diversas solicitações vindas de parlamentares além de autoridades locais e parte da sociedade.

Abaixo observaremos o gráfico que elucida os dados citados anteriormente, nele é possível comparar as modalidades de ensino.

Gráfico 1: Modalidades das Escolas Estaduais de Mato Grosso, segundo o INEP (2023)



Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), 2023.

Ao explorarmos o processo de expansão das escolas geridas por meio de cooperação entre as polícias militares no Brasil, Camporez (2018) realça que no período entre 2013 e 2018, o número de escolas públicas que se tornaram militarizadas saltou de 39 para 122, em 14 unidades da federação. Eduardo Santos (2020), já anunciava um total de 240 escolas públicas militarizadas até o ano de 2019. Emily Santos do *site* G1 da emissora Globo, ao cobrir a uma reportagem sobre o fim do PECIM em 2023, divulgou que “existem pelo menos 494 escolas cívico-militares ou militarizadas ligadas à Polícia Militar, ou ao Corpo de Bombeiros”. Esses números, portanto, podem expressar um certo apreço de uma parcela da população, sobretudo da classe política, já que esse modelo de ensino vem aumentando a cada ano.

Ainda nessa vertente, nota-se que os atores que vem promovendo a conversão das unidades escolares civis em militares, bem como a criação de novas unidades deste modelo de ensino, têm dado pouca importância para a nomenclatura adotada a essas escolas, ao passo que a não observação à terminologia adequada, (tendo esta que estar consoante com o modelo de intervenção militar proposta) pode causar equívocos por parte dos leigos ou mesmo daqueles que estão ligados diretamente ao processo.

Quando estamos falando de escolas militarizadas nos referimos as instituições escolares civis públicas, vinculadas às secretarias distrital, estaduais e municipais de educação, que por meio de convênio com as secretarias de segurança ou polícia

militar, passaram a ser geridas em conjunto com as polícias ou passam a contar com a presença de monitores cívico-militares. (Alves; *et al.* 2019, p 585)

Vale ressaltar que nessas escolas, o objetivo central não é seguir uma carreira militar, apesar do envolvimento dos oficiais no processo de gestão educacional. O que se entende por escola militarizada é aquela que passa a ser gerida por meio de vínculo entre as secretarias de segurança pública e de educação. Nesse sentido, entre 2019 e 2022 o processo de implantação poderia ocorrer por iniciativa do governo federal, por meio do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM), e nas esferas regional e local por decisão dos governos estaduais e municipais, sendo nesse caso, realizada parceria com secretarias de segurança pública.

Além do modelo de implantação por transformação, temos vivenciado a criação das escolas militarizadas, isso significa dizer que novas escolas estão sendo implantadas aos moldes das doutrinas vivenciadas na caserna. Tais ocorrências podem ser verificadas em imóveis ociosos (desocupados) ou a partir da construção de novos prédios.

Trazemos abaixo a lista das escolas que foram militarizadas (transformadas) bem como aquelas que foram criadas, entre os anos de 1990 e 2023. Para efeitos práticos e atenuantes, daremos o nome de escolas militarizadas tanto para aquelas transformadas em militares quanto as que já foram implantadas para essa finalidade. Seguiremos essa especificação por toda a dissertação.

Em atendimento à lei complementar nº 555 de 29 de dezembro 2014, as escolas estaduais em colaboração com a polícia militar de Mato Grosso têm em sua denominação a palavra Tiradentes posterior à dependência administrativa (Escola Estadual), seguida pelo nome de uma pessoa homenageada (falecida). As escolas estaduais de coparticipação do corpo de bombeiros militar trazem o nome de Dom Pedro II no intermédio do nome da unidade escolar.

Esta pesquisa considerou as escolas listadas abaixo mediante busca e análise do decreto ou lei de criação e transformação da unidade educacional. O quadro adiante apresenta o nome da escola, cidade de localização, ano de criação/transformação, método de implantação e a fonte (decreto ou lei) que corresponde à autorização do governo do estado.

Quadro 1: Relação das Escolas Militarizadas do Estado de Mato Grosso (2023)

	Nome	Cidade	Ano de criação	Método de implantação	Fonte
1	Escola estadual militar Tiradentes 3. SGT PM Justino Pinheiro dos Santos.	Água Boa	2021	Criação	Decreto nº 1.186 de 02 de dezembro de 2021.
2	EE militar Dom Pedro II Vitoria Furlani Da Riva.	Alta Floresta	2018	Criação	Decreto nº 1.427 de 5 de abril de 2018.
3	EE da Policia Militar Tiradentes CB PM Vanilson Silva Carvalho	Barra do Garças	2021	Criação	Decreto nº 815, de 03 de fevereiro de 2021.
4	EE Militar Dom Pedro II Norberto Schwantes	Barra do Garças	2023	Transformação	Decreto nº 28, de 09 de janeiro de 2023.
5	Escola Estadual Militar Tiradentes Professor Natalino Ferreira Mendes	Cáceres	2021	Transformação	Decreto nº 949, de 20 de maio de 2021.
6	Escola Estadual Cívico-Militar Senador Mario Motta	Cáceres	2021	Transformação	Aguardando regulamentação e publicação diário oficial
7	Escola Estadual Militar Tiradentes Cabo PM Sebastião Ferreira Miranda.	Canarana	2022	Transformação	Decreto nº 1.589, de 22 de dezembro de 2022.
8	EE da Policia Militar Tiradentes CB José Martins De Moura	Confresa	2017	Criação	Decreto nº 946 de 19 de abril de 2017.
9	EE Militar Dom Pedro II Presidente Médici	Cuiabá	2021	Transformação	Decreto 1.185 de 02 de dezembro de 2021.
10	Escola Militar Tiradentes	Cuiabá	1990	Transformação	Decreto nº 2.650 de 13 de junho 1990.
11	EE Militar Tiradentes Dr. Manoel José Murtinho	Diamantino	2021	Transformação	Decreto nº 1.232 de 29 de dezembro de 2021.
12	EE da Policia Militar Tiradentes Cabo Israel Wesley Prado De Almeida	Juara	2017	Criação	Decreto nº 947 de 19 de abril de 2017.
13	EE Militar Tiradentes PE. Ezequiel Ramin	Juína	2022	Transformação	Decreto nº 1.263, de 20 de janeiro de 2022.

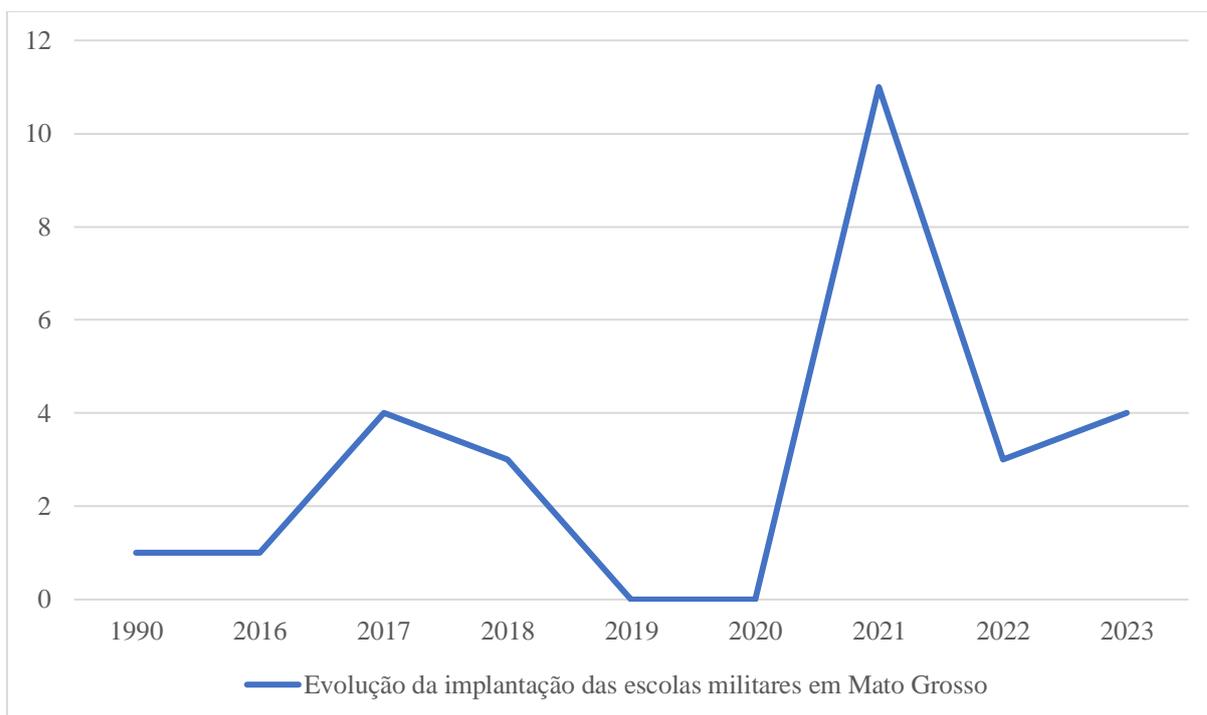
14	EE Militar Tiradentes Soldado PM Adriana Morais Ramos	Lucas do Rio Verde	2018	Criação	Decreto nº 1.426, de 05 de abril de 2018.
15	EE da Polícia Militar Tiradentes Coronel Celso Henrique Souza Barbosa	Nova Mutum	2017	Criação	Decreto nº 900, de 27 de março de 2017.
16	EE Militar Tiradentes CB Danner Maia Barbosa	Nova Xavantina	2021	Transformação	Decreto nº 1.204, de 17 de dezembro de 2021.
17	EE PM Tiradentes 2 SGT Luciano Jose Queiroz	Peixoto de Azevedo	2022	Transformação	Decreto nº 1.344, de 13 de abril de 2022.
18	EE Militar Tiradentes 1. TEN PM Carlos Henrique Paschoiotto Scheifer	Pontes e Lacerda	2021	Transformação	Decreto nº 1.205, de 17 de dezembro de 2021.
19	EE PM Tiradentes 2 Sargento PM Weliton Pereira Duarte	Primavera do Leste	2023	Transformação	Decreto nº 030, de 09 de janeiro de 2023
20	Escola Estadual Militar Tiradentes Coronel PM Jorge Luiz de Magalhães	Querência	2023	Transformação	Decreto nº 29, de 09 de janeiro de 2023.
21	Escola Estadual Militar do Corpo de Bombeiros Dom Pedro II - Sr. André Antônio Maggi	Rondonópolis	2023	Transformação	Lei nº 12.091, de 24 de abril de 2023.
22	EE Militar Tiradentes Major PM Ernestino Verissimo Da Silva	Rondonópolis	2018	Criação	Decreto nº 1.403, de 16 de março de 2018.
23	EE da Polícia Militar Tiradentes Cabo Antônio Dilceu Da Silva Amaral	Sorriso	2017	Criação	Decreto nº 948 de 19 de abril de 2017.
24	EE da Polícia Militar Tiradentes 1 TEN PM Salomão Fernandes Ferreira Piovesan	Tangará da Serra	2021	Criação	Decreto nº 816, de 03 de fevereiro de 2021.
25	EE Militar Tiradentes TEN CEL PM Lourison Rodrigues Benevides	Várzea Grande	2021	Transformação	Decreto nº 819, de 10 de fevereiro de 2021.
26	EE militar Tiradentes SD PM Antônio Eustáquio De Paula	Vila Rica	2021	Transformação	Decreto nº 1.016, de 14 de julho de 2021.

Fonte: Governo de Mato Grosso – Secretaria de Estado de Educação (SEDUC).
Organização: MARINS, C. E. O.

Do total de 26 escolas militarizadas, 39% são unidades criadas, passando a funcionar em prédios novos, imóveis alugados ou cedidos pelas prefeituras. Por outro lado, 61% dessas escolas passaram a funcionar em substituições as escolas civis que já existiam.

O gráfico a seguir mostra a evolução no número de implantação das escolas militarizadas no estado com base no quadro acima.

Gráfico 2: Evolução da Implantação das Escolas Militarizadas em Mato Grosso 1990 – 2023



Fonte: Governo de Mato Grosso – Secretaria de Estado de Educação (SEDUC).
Organização: MARINS, C. E. O.

Entre os anos de 1991 e 2016 não foram implementadas escolas militarizadas em Mato Grosso. No ano de 2017, esse estado sai de uma para quatro escolas desse modelo. Entre 2018 e 2020 vemos uma queda no número de implantação que só foi aumentar a partir de 2021, sendo este o ano ápice, no qual se implanta 11 escolas, representando um salto significativo no número de escolas militarizadas. Em 2022 houve uma queda (três escolas) voltando a ascender em 2023 (quatro unidades).

Além desses dados, é possível fazer uma relação entre o número de escolas militarizadas com a quantidade de escolas estaduais por município. Ademais, notemos no quadro a seguir o total da população nessas localidades, o que nos dá uma noção de extensão dessas áreas. Dados estes que servem como comparativos.

Quadro 2: Relação entre Escolas e População por Município

Município	Quantidade de Escolas Militarizadas	Total de Escolas Estaduais	População total
Água Boa	1	4	29.219 pessoas
Alta Floresta	1	14	58.613 pessoas
Barra do Garças	2	15	69.210 pessoas
Cáceres	2	13	89.681 pessoas
Canarana	1	5	25.858 pessoas
Confresa	1	9	35.075 pessoas
Cuiabá	2	63	650.877 pessoas
Diamantino	1	10	34.906 pessoas
Juara	1	14	21.941 pessoas
Juína	1	9	45.869 pessoas
Lucas do Rio Verde	1	6	83.798 pessoas
Nova Mutum	1	5	55.839 pessoas
Nova Xavantina	1	4	24.345 pessoas
Peixoto e Azevedo	1	9	32.714 pessoas
Pontes e Lacerda	1	4	52.018 pessoas
Primavera do Leste	1	11	85.146 pessoas
Querência	1	5	26.769 pessoas
Rondonópolis	2	31	244.911 pessoas
Sorriso	1	7	110.635 pessoas
Tangará da Serra	1	16	106.434 pessoas
Várzea Grande	1	39	300.078 pessoas
Vila Rica	1	2	19.888 pessoas

Fontes: IBGE; INEP, 2023.

Organização: MARINS, C. E. O.

Notemos que as duas maiores cidades do estado, possuem três escolas estaduais militarizadas, sendo duas em Cuiabá e uma em Várzea Grande. O que contrasta com cidades pequenas (aglomerados urbanos com contingentes de até 50.000 habitantes, segundo o IBGE) como os casos de Vila Rica, Querência, Nova Xavantina, Juara, Canarana e Água Boa. Nesses municípios, apesar da pequena concentração de pessoas, o número de escolas militarizadas se assemelha com as cidades médias e se aproxima das cidades grandes do estado. Outro fato diz respeito às duas escolas implementadas por iniciativa do poder executivo, ou seja, sem que houvesse a mediação de algum deputado. Trata-se das escolas de Juara e Nova Mutum. Mais uma vez são unidades estabelecidas em cidades afastadas da capital, o que pode indicar uma política de interiorização das escolas militarizadas.

Além dessa abordagem, ao analisarmos a relação escolas-população, fica evidente a irregularidade da oferta de escolas estaduais por municípios em Mato Grosso, principalmente quando observamos o número de escolas e de habitantes. Não há uma proporção regular, sobretudo entre as militarizadas.

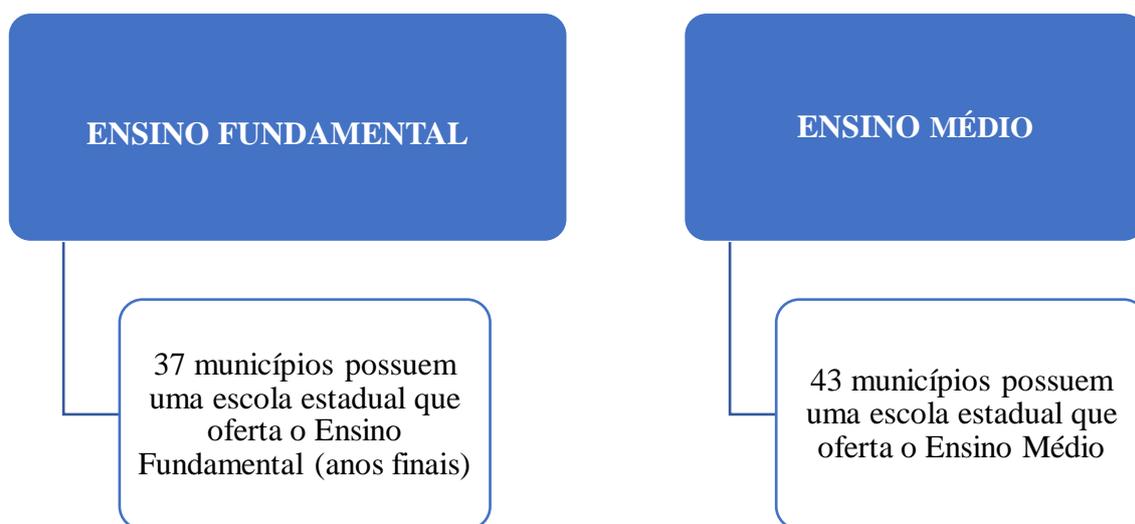
Ressalta-se que o setor de microplanejamento da SEDUC disponibiliza no *site* da secretaria um mapa interativo onde é possível verificar a geolocalização de todas as unidades

escolares da rede de ensino. Segundo o mapa, o estado possui um total de 25 escolas militarizadas (fomentadas pelo estado) e uma escola cívico-militar (pelo PECIM) no município de Cáceres (Escola Estadual Cívico-Militar Senador Mario Motta) que em razão do decreto de revogação das escolas cívico-militares (nº 11.611, de 19 de julho de 2023) o governo estadual a incorporou às demais escolas militarizadas estaduais.

Apesar disso, dias após o anúncio da revogação do PECIM pelo governo federal, o governador de Mato Grosso, Sr. Mauro Mendes, anunciou em suas redes sociais, bem como na mídia da SEDUC-MT, a manutenção da referida escola cívico-militar, que passaria a ser mantida pela pasta da educação estadual, assim como as demais unidades denominadas “Tiradentes”.

Investigamos no censo escolar do IBGE a lista de municípios que possuem apenas uma unidade de ensino estadual por etapa de ensino. O objetivo era averiguar se o governo haveria promovido o cerceamento do acesso incondicional ao ensino básico. Observa-se que a política de militarização da educação em Mato Grosso permite que apenas as etapas de nível fundamental (anos finais) e médio sejam passíveis de se tornarem militarizadas (Lei 11.273/2020). Veja abaixo os resultados.

Lista 1: Total de Municípios que Possuem Uma Escola Estadual Por Etapa de Ensino, Segundo o IBGE (2023)



Fonte: IBGE, 2023.

Alguns destes municípios possuem duas escolas estaduais, porém cada uma oferta apenas uma etapa (Médio ou Fundamental) de ensino. Por outro lado, existem aqueles que possuem apenas uma escola estadual onde é ofertado os dois ciclos.

Nossa pesquisa averiguou que nenhuma das escolas estabelecidas nestes municípios foram militarizadas, ou seja, o governo através da SEDUC tem promovido a política de militarização da educação em municípios cujas etapas de ensino sejam ofertadas em mais de uma unidade educacional.

A partir dessa base, trataremos do espaço escolar militarizado na perspectiva da Geografia da Educação, cujo objetivo é questionar o papel da espacialidade nas questões educacionais (Gomes, 2021, informação verbal)¹. Dessa forma, buscaremos investigar uma ordem subjacente às implantações das escolas militarizadas pelo estado, e como o surgimento de tais unidades se repercute no espaço.

Por se tratar de um campo novo da geografia brasileira, é fundamental compreendermos os preceitos a que esta área propõe investigar. Portanto, “o ramo da Geografia da Educação relaciona-se a um conjunto de trabalhos dedicados ao estudo e à especulação sobre as causas e formas de entendimento do fenômeno da dispersão em relação às redes, lugares, objetos e ações educacionais. [...]” (Gomes; Serra, p.15).

Desse modo, trataremos da espacialização das escolas militarizadas enquanto um fenômeno que se difunde pelo território e que, ao mesmo tempo, transforma e reverbera nas relações cotidianas do espaço intraescolar. Para tanto, coadunamos com a proposta de Corrêa (2000) que conceitua o termo Território como um “espaço definido e delimitado por e a partir das relações de poder [...]” (p. 78), partindo do pressuposto que a ampliação dessas escolas (trans)formam os espaços, sobrepõe poderes e delimita novos territórios.

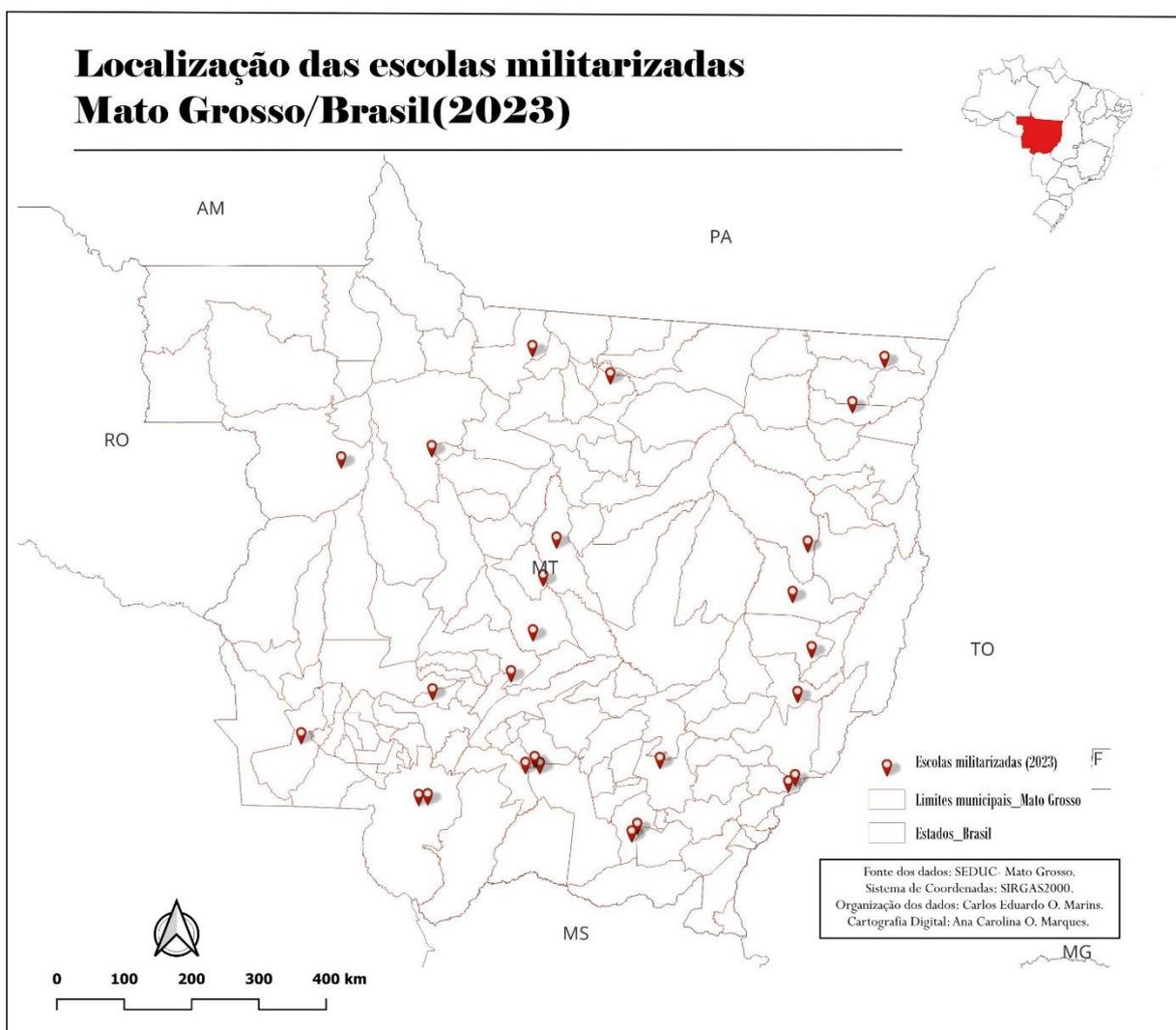
No processo de transformação de escolas civis em militares, o governo tem realizado atropelos em várias unidades educacionais, o que tem gerado desconforto e revolta por parte de alguns segmentos da sociedade. O fato é que unidades educacionais vêm sendo militarizadas sem que haja o pedido de solicitação por parte das próprias escolas, conforme veremos na denúncia feita pelo deputado estadual Lúdio Cabral (PT). Dessa forma, outros critérios vêm sendo utilizados ferindo o artigo 5º da Lei nº11.273, de 18 de dezembro de 2020, onde diz que nenhuma escola será obrigada a se tornar militar, e caso haja essa intenção, será preciso que a própria unidade apresente um plano de gestão compartilhada (parágrafo primeiro).

¹ Palestra publicada no *youtube* em 29 de maio de 2021, com o seguinte título: **Diferenças entre a Geografia da educação e a Educação Geográfica**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Xy4690uredg>>.

Ainda assim, o parágrafo 2º deste artigo prevê a necessidade de audiência pública para a efetivação do processo.

Nesse sentido, vejamos no mapa a seguir a distribuição geográfica das escolas militarizadas no estado de Mato Grosso. Nele é possível verificar a espacialização dessas unidades educacionais pelo território mato-grossense.

Mapa 1: Escolas Militarizadas do Estado de Mato Grosso



O mapa acima mostra a distribuição das 26 escolas militarizadas do estado de Mato Grosso (até 2023). O mapa revela, entre outros aspectos, a interiorização dessa política que vem cativando o governador do estado que já anunciou a intenção da transformação e criação de outras escolas até o final de seu mandato que se estenderá por mais 4 anos, uma vez que ele (Mauro Mendes) foi reeleito para o quadriênio 2023-2026.

Nos próximos capítulos detalharemos os trâmites que envolvem a implementação dessas escolas. De antemão, é preciso exprimir que a maioria delas é fruto de requerimentos vindos de Assembleia Legislativa do Estado. Das 26 escolas que já foram implantadas, 23 obtiveram a mediação direta de deputados estaduais e ex parlamentares.

O gráfico a seguir expõe os deputados que indicaram a implantação da maior parte das escolas estaduais que existem hoje no estado de Mato Grosso. Do total de 26 unidades, três delas foram implementadas por iniciativa do poder executivo, estando essas localizadas nas cidades de Cuiabá, Juara e Nova Mutum.

Gráfico 3: Deputados que Mediaram a Implantação das Escolas Militarizadas Estaduais de Mato Grosso.



Fonte: Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT), 2023.

A revista institucional “Educação 10 Anos” publicada em outubro de 2022, anunciou algumas medidas adotadas pelo governo estadual, bem como um plano de educação para os próximos 10 anos. Segundo esse documento, “a meta principal do presente plano Educação 10 Anos é colocar a educação pública de Mato Grosso entre as 5 melhores do país até 2032.” (Mato Grosso, p. 5). Uma das medidas anunciadas pela secretaria era a implantação de mais cinco Escolas Tiradentes até o final de 2022. O discurso utilizado foi o da necessidade

de aumentar o número de vagas em razão da alta demanda de estudantes, tendo vista os bons resultados apresentados pelas escolas militarizadas (Mato Grosso, 2022).

Mas de qual educação estamos falando? Essa pesquisa tem se desdobrado no âmbito da rede de educação de ensino básico. Juridicamente, sabemos que os estados devem organizar seus currículos obedecendo às leis e normativas que regem a educação brasileira. Neste caso, podemos citar a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica (lei 9.394/96), a recente Base Nacional Comum Curricular, entre outros.

Concomitante a isso, referenciamos nossa pesquisa com base em teóricos que contribuem para a compreensão de conceitos ligados à educação no seu sentido íntegro, que se desenvolve nos estabelecimentos de ensino, cujo o eixo se estrutura nos currículos.

Para tanto, remetemos aos preceitos de Paulo Freire que defende o princípio da libertação do educando pelo viés crítico, tendo este indivíduo consciência de sua condição social frente aos preceitos do capitalismo. Freire (1987) evidencia que a verdadeira educação deve estar pautada num processo de aprendizado mútuo, em que valoriza sobretudo o diálogo na busca por um aprendizado emancipatório, contrapondo a educação bancária.

Para que este sujeito possa ter espaço nesse processo de ensino-aprendizagem, é substancial que a escola possibilite a participação ativa dos diferentes agentes que compõem o espaço escolar. Para tanto, compreendemos que a democracia seja a principal via para a efetivação de tais premissas. Sobre isso, Anísio Teixeira enfatiza que

Os processos democráticos de educação requerem, assim, antes de tudo, a transformação da escola em uma instituição educativa onde existam condições reais para as experiências formadoras. A escola somente de informação e de disciplina imposta, como a dos quartéis, pode adestrar e ensinar, mas não educa. Nesta escola, a democracia, se houver, será a dos corredores, do recreio, dos intervalos de aula desordenada, ruidosa e deformadora. (1977, p. 144)

A ideia que se traz em relação as mudanças sejam elas curriculares, estruturais, administrativas, entre outras, é de uma constante retificação de princípios, modos, metodologias e valores que podiam ser vistos nas escolas de tempos anteriores a este.

No século passado esse mesmo autor exprimiu que

[...] a escola se faz um pequeno ideal de vida comunitária, com um plano de atividades em que o rigor exato do trabalho, a doce intimidade da família e a alegre animação do clube se casam, para produzir um ambiente capaz de conduzir com êxito a aventura do saber, do progresso social e da igualdade humana, que é a própria aventura da democracia. (Teixeira, p. 142, 1977)

Para o autor a educação no contexto do mundo moderno deveria formar o ser humano para atuar em comunidade. Surge então a necessidade de se pensar numa escola que pudesse atender todas as dimensões da vida humana, fundamentada sobretudo nos valores democráticos.

Consoante a isso, encadeamos as ideias expostas ao conceito de educação integral trago por Miguel Arroyo, que argumenta sobre a necessidade de diferentes práticas escolares para a formação integral do ser humano. Tais práticas se fundamentam na necessidade de desprender o aluno da rotina entediante proposta por muitos currículos.

Tentemos caracterizar os grandes traços dessas propostas de educação em tempo integral. Como destacávamos, elas têm, antes de tudo, um caráter formador, pretendem proporcionar ao educando uma experiência educativa total, que não se limite a ilustrar a mente, mas que organize seu tempo, seu espaço, que discipline seu corpo, que transforme e conforme sua personalidade por inteiro [...]. (Arroyo, 1988, p. 4)

A asserção trazida pelo autor, aproxima e tende a complementar as propostas elencadas anteriormente por Freire e Teixeira. Neste propósito, pautamos nossa pesquisa nas teorias destes autores para se pensar a educação enquanto um processo primordial na vida das pessoas.

Ao passo que seguimos para o entendimento conceitual sobre educação, nos deparamos sobre a necessidade da inclusão cada vez maior de indivíduos que convivem numa sociedade no processo educacional. Contrariamente a isso, estruturamos uma hipótese (a qual trataremos no capítulo três) que consiste na exclusão de estudantes oriundos de famílias de baixa renda, pelas escolas militarizadas. Tal premissa pode estar ligada a atração de um número maior de estudantes (incluindo de famílias de classe média-alta) cativados pela “boa fama” das escolas militarizadas. Nessa circunstância, ocorre o que Teixeira (2016) sugere como uma provável elitização a partir da análise do Índice Sócio Econômico Escolar (INSE) cuja base de dados é coletada e disponibilizada pelo INEP.

Os próximos capítulos revelarão alguns fatores que impediram a implantação dessas unidades. Veremos que por razões burocráticas (como o caso da Escola Estadual Paulo Freire em Canarana) e por motivos de resistência de estudantes, professores e sindicato (a exemplo da Escola Estadual Adalgisa de Barros em Várzea Grande) o governo tem tido dificuldades em impor sua vontade quanto a essa pauta. Outro ponto que será abordado trata-se da posição do judiciário quanto a essa questão que, em princípio, não tem interferido no processo de militarização mesmo com a atuação de diversos setores da sociedade que têm

buscado denunciar e se posicionar contra tal política fundamentando-se em princípios educacionais e na ilegalidade jurídica.

1.2 A implantação de escolas militarizadas em Mato Grosso

O estado de Mato Grosso é conhecido nacionalmente como reduto do agronegócio. Não obstante das forças que engendram o capital do estado, o governo, bem como a base aliada coadunam com uma proposta que atenda os interesses da elite estadual. Dessa forma, as políticas públicas têm viabilizado um alicerce para que as forças do capitalismo possam atuar no sentido de acumulação de capital, principalmente na produção de *commodities* para exportação.

No campo da educação, o governo tem sido enfático quanto às políticas públicas que visam melhor qualidade do ensino. Isso se resume em trazer resultados satisfatórios que coloquem o estado entre os primeiros nos *rankings* de avaliação das escolas promovidos por instituições de pesquisa, a exemplo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

Após a abertura política no final do século XX, o país vivenciou alguns períodos em que a alternância de poder dava voz à democracia que tendia a acentuar-se. Apesar das diferentes políticas de governo vivenciada ao longo dos anos, após o regime ditatorial, a implantação das escolas militarizadas ainda seguiu persistindo, uma vez que essa política esteve atrelada a uma política de Estado.

Por isso, os governos que passaram pelo poder executivo estadual apostaram na implantação de escolas militarizadas como um meio para solucionar o problema da educação básica neste estado. Destaca-se o atual, cujo governador Mauro Mendes através da Secretaria de Estado de Educação (SEDUC), a requerimento da maioria dos parlamentares, tem transformado escolas civis em militares, além de estar criando novas escolas deste mesmo modelo, apesar das diversas denúncias que acusam a SEDUC de imposição e atropelo de etapas no processo de implantação regulamentada por lei.

Em 2023, Mato Grosso contabilizava 26 escolas militarizadas segundo o setor de microplanejamento da Secretaria de Estadual de Educação (SEDUC).

Para compreender o contexto desta pesquisa, é importante nos atermos a alguns conceitos que para muitos são sinônimos, porém possuem significados diferentes. O primeiro deles diz respeito aos colégios militares. No Brasil, essas instituições se caracterizam por serem “[...] Organizações Militares (OM) que funcionam como Estabelecimentos de Ensino (Estb

Ens) de educação básica, com a finalidade de atender à Educação Preparatória e Assistencial.” (Brasil, 2022, art. 2º). Tais unidades são geridas pelas Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica) e um dos objetivos principais é preparar o aluno para atuar na carreira militar. Além disso, o público alvo se volta para filhos e dependentes de militares.

Nesse sentido, o Brasil conta com 15 estabelecimentos de ensino do Exército, 24 instituições da Marinha e três escolas assistenciais da Aeronáutica, segundo o Ministério da Defesa (2023). Ambos se subordinam à Diretoria de Educação Preparatória e Assistencial (DEPA).

Com base nisso, o contentamento por esse modelo escolar, sobretudo pela ala mais conservadora da política brasileira, passou a adotar esse regime no âmbito das políticas estaduais de educação, em uma espécie de “colaboração” entre as secretarias de segurança pública e de educação. Nesse sentido, militarização das escolas passou a ser o conceito utilizado para se referir ao processo de implantação de um modelo de ensino num estabelecimento pré-existente (escola civil) sob “gestão” militar, com a presença de militares no ambiente escolar. Portanto, militarização refere-se à transformação de uma escola civil em militar. Diferente disso, quando o modelo é implantado em novo prédio ou em imóvel ocioso, tratamos como um caso de criação.

Portanto, esse estudo buscou se empenhar na pesquisa de implantação das escolas militarizadas, seja por meio da transformação ou por meio da criação de novas escolas públicas no ensino básico estadual de Mato Grosso. Para efeitos de compreensão, iremos descomplexificar os termos, denominando somente “militarizadas” para ambos os casos. A seguir, faremos uma breve explanação deste modelo de ensino no estado a partir de um período histórico até o momento em que se verifica um total de 26 unidades.

1.3 Marcos legais

Para compreendermos o processo de militarização das escolas no estado de Mato Grosso, temos que voltar um pouco no tempo, precisamente em meados do século XVIII, quando por ocasião das negociações do Tratado de Madri, de 1750, a Coroa Portuguesa resolveu asseverar e resguardar suas posses investindo na defesa da fronteira oeste da América Portuguesa, compreendida pela capitania de Mato Grosso (Dourado, 2016). Isso significa dizer, que do ponto de vista da administração portuguesa, este território carecia de segurança e

infraestrutura que pudesse assegurar a garantia da posse dessas terras nas mãos de Portugal. Para tanto, era necessário povoar tal região.

É nessa perspectiva que as instituições militares, na capitania de Mato Grosso, são compreendidas neste texto, como *instituição educativa* precursora das escolas, uma vez que exerceram tarefas de educar e instruir para a vida urbana e para o mundo do trabalho, suprindo, de certa forma, a existência de um inicial ou experimental sistema escolar naquela capitania. (Dourado, 2016, p. 79-80)

Diante da fala da autora percebe-se que a educação, ainda que na informalidade, foi crucial para o desenvolvimento social, sobretudo para o mundo do trabalho, uma vez que se via a necessidade da urbanização da capitania de Mato Grosso. Dessa forma, “as ações pedagógicas e técnicas na Capitania do Mato Grosso, foram executadas, num primeiro momento, principalmente por professores militares, engenheiros, camaristas e clérigos [...]” (Dourado, 2016, p. 80).

Ainda que não houvesse um currículo estrutural formalizado aos moldes do que conhecemos hoje, a presença dos militares na educação das pessoas, sejam os povos nativos ou aqueles advindos de outras regiões, preconiza um ensino institucional, uma vez que havia uma organização de ordem militar, dotados de aparatos e com objetivos projetados, ainda que para muitos, desconhecidos.

Em relação às escolas militares, geridas pelas Forças Armadas (Exército), Mato Grosso é um estado que ficou fora da rota de implantação desse modelo escolar. Apesar disso, os governos estaduais dos últimos 20 anos, aprovaram a ideia da implantação das escolas aos moldes do militarismo e procuraram tomar a iniciativa.

Tiellet (2019) conta que em Mato Grosso, no final do século XX, mais precisamente no ano de 1986, foi criada em Cuiabá a Escola Estadual de 1º Grau da Polícia Militar “Tiradentes”. Apesar do nome fazer menção a uma figura emblemática do século XVIII, lembrados pela sua participação ativa na Inconfidência Mineira, essa escola não tinha relação com as instituições de segurança pública.

Até o final do século XX, a militarização de escolas em funcionamento era desconhecida. Por mais que existissem colégios militares, estas eram subordinadas às Forças Armadas e financiadas pelo Ministério da Defesa. A conversão de escolas regulares em militares só foi ocorrer na década de 1990 no estado de Mato Grosso, por meio da criação da “Escola Preparatória de 1º e 2º Graus da Polícia Militar Tiradentes”, por força do decreto 2.650 de 13 de junho de 1990 que, ao mesmo tempo extinguiu a Escola Estadual de 1º Grau

Tiradentes, e assim, autorizou a polícia militar a compor o corpo docente e administrativo na referida unidade educacional.

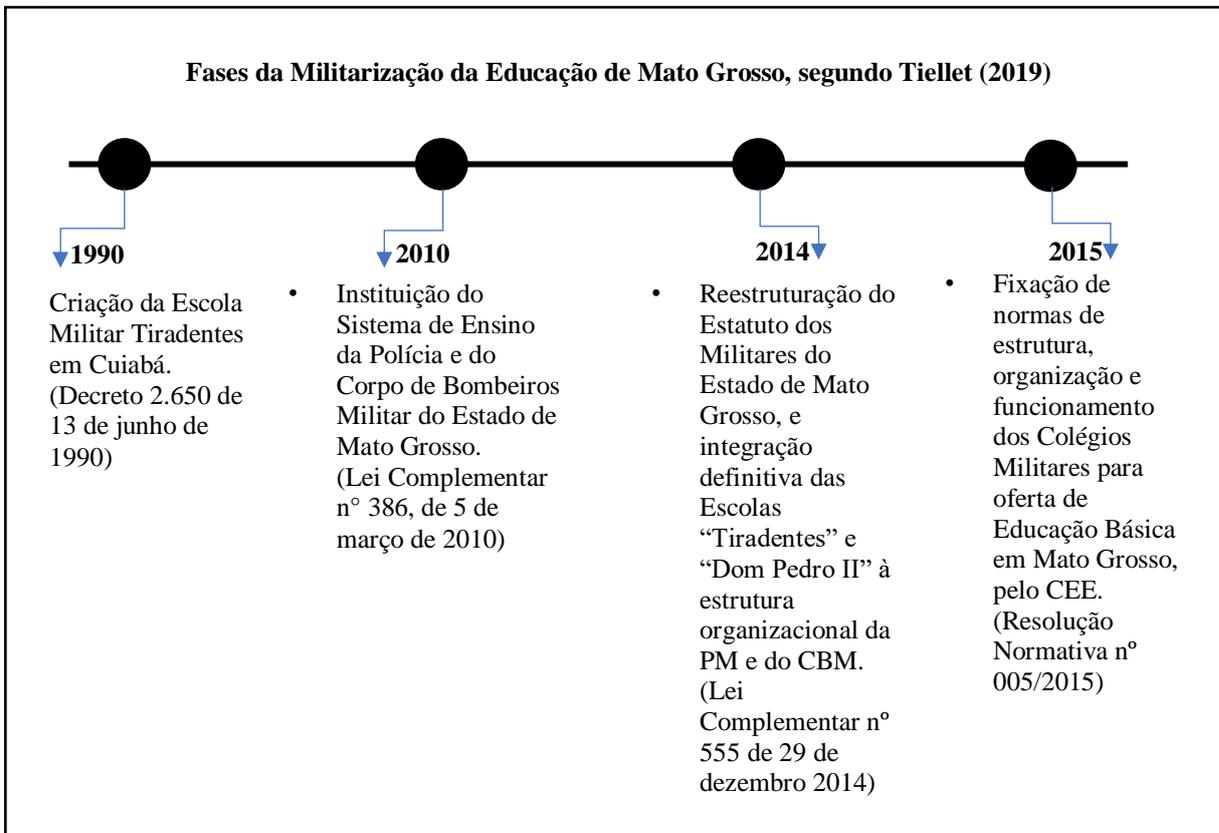
Pouco mais de uma década, este estado assistiu a uma reaproximação do governo com as instituições militares, agora na gestão do governador Blairo Maggi, eleito em 2003, membro do Partido Popular Socialista (atual Cidadania). Na ocasião, foi criada a Escola Estadual Dom Pedro II, integrando a escola à estrutura organizacional do Corpo de Bombeiro Militar do Estado de Mato Grosso, por meio da Lei n. 8.171, de 22 de julho de 2004 (Mato Grosso, 2004). A incorporação do ensino à estrutura organizacional militar só foi concretizada no ano de 2010 por força da Lei Complementar n° 386, de 5 de março de 2010, que instituiu o sistema de ensino da polícia e do corpo de bombeiros do estado de Mato Grosso (MATO GROSSO, 2010).

Após esse feito, houve uma mudança no Estatuto dos Militares no estado, em que, por virtude da Lei Complementar n° 555 de 29 de dezembro 2014, concretizou-se um “sistema de ensino próprio, pesquisa e extensão nos termos da legislação específica e/ou peculiar” (Mato Grosso, 2014, art. 195). Ainda segundo essa lei, tal premissa se concretiza na prática por meio da gestão das Escolas Militares Tiradentes pela Polícia Militar e no âmbito do Corpo de Bombeiros Militar, as Escolas Dom Pedro II.

Um marco que proporcionou a expansão das escolas militarizadas em Mato Grosso e fez surgir esse modelo no interior desse estado, foi a Resolução Normativa n° 005/2015 do Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso (CEE-MT) que fixou normas de estrutura, organização e funcionamento das escolas militarizadas visando ofertar o ensino básico (fundamental e médio) “[...] a alunos, de ambos os sexos, dependentes legais de militares da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso e da população civil” (CEE, 2015, ART. 2º, I). A resolução esclarece ainda que tal oferta se dará sob “regime de colaboração mútua, visando gestão compartilhada entre a Secretaria de Estado de Educação- SEDUC e a Secretaria de Estado da Segurança Pública – SESP” (CEE, 2015, art. 3º).

No âmbito deste amparo legal, o então governador do estado, Pedro Taques, assinou em março de 2017 um decreto para a criação de mais três unidades da “Escola Estadual Tiradentes da Polícia Militar” nos municípios de Confresa, Sorriso e Juara. Neste mesmo decreto, foi incluída a unidade de Nova Mutum (Santana, 2017). Vejamos a seguir os marcos da evolução da implantação das escolas públicas militarizadas em Mato Grosso.

Linha do tempo 1: Marcos Legais da Implantação das Escolas Militarizadas em Mato Grosso, segundo Tiellet (2019)



Fonte: TIELLET, M. H. S. 2019.²
Organização: MARINS, C. E. O.

Além dos marcos legais abordados pela autora acima, é necessário que se complemente este rol de etapas, destacando a lei que “cria o Programa de Gestão Compartilhada Cívico-Militar para a criação ou transformação de unidades específicas da rede pública de ensino fundamental e médio do Estado de Mato Grosso em Escolas Militares [...]” (Lei 10.922/2019) e a lei que “regulamenta o funcionamento e a criação ou transformação, no âmbito da PMMT, das Escolas Estaduais da Polícia Militar Tiradentes, e no âmbito do CBMMT, das Escolas Estaduais do Corpo de Bombeiros Militar Dom Pedro II, no Estado de Mato Grosso [...]” (Lei 11.273/2020), ambas de autoria do ex-deputado Silvio Fávero (PSL) que veio a falecer no dia 13 de março de 2021 devido as complicações da COVID-19.

A criação desta lei marcava um dos últimos atos “formais” que objetivam dar legalidade à implantação das escolas militarizadas no estado. Contudo, no dia 09 de janeiro de 2024, o governo estadual promulgou a lei nº 12.388/2024 que, entre outras medidas, facilita a

² TIELLET, Maria do Horto Salles. **Expansão das escolas e colégios militares retoma a lógica da exclusão.** RBPAE - v. 35, n. 3, p. 806 - 827, set./dez. 2019.

ampliação da militarização da educação de Mato Grosso, convertendo novas escolas ao modelo militar.

Sinteticamente, é com base nestes atos institucionais (leis e decretos) que o governador de Mato Grosso vem implementando tal modelo expedidos pela Secretaria Estadual de Educação com base em critérios muitas vezes escusos. Apesar disso, evidenciamos que a implantação das escolas militarizadas vem atendendo a pedidos da maioria dos deputados estaduais. Prova disso são os 215 pedidos de implementação de escolas militarizadas no estado de Mato Grosso entre os anos de 2014 a 2022.

O processo de implantação das escolas públicas militarizadas do estado de Mato Grosso deve ser analisado sob a perspectiva regional, uma vez em que se observa um alinhamento entre políticas estaduais de âmbito educacional na região Centro-Oeste. Tal aproximação pode ser verificada entre os estados de Mato Grosso e Goiás, no qual é possível associar a emblemática política de instalação das escolas militarizadas estaduais goianas com a simultânea implantação das escolas militarizadas em território mato-grossense. Nesse sentido,

[...] notou-se que o processo de militarização ocorrido em Goiás serviu de esteio para a formulação de uma política pública nacional, foi neste estado que construiu-se a capitalização política necessária para a implementação de um projeto à nível federal. (Catini; Norte, 2021, p. 3)

Sobre isso, Alves; Ferreira; Toschi (2018) destacam a figura do ex-governador de Goiás, Marconi Perillo, que em seu primeiro mandato (1999) criou um colégio militar em Goiânia, amparado na lei nº 8.125, de 18 junho de 1976, para oferecer educação exclusiva para os dependentes dos militares. Trata-se do Colégio da Polícia Militar de Goiás – Coronel PM Cícero Bueno Brandão, ativado por meio da portaria nº 0604/98/PM-Gab., de 19 de novembro de 1998.

Apesar desse discurso, o político ficou conhecido pela execução de um projeto propulsor que contribuiu para a implantação de um total de 76 escolas militarizadas, segundo dados atualizados da Secretaria de Estado da Educação de Goiás (SEDUC, 2023). Perillo é filiado desde 1995 no Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

A proximidade entre esses entes da federação não está somente no plano político-territorial. A disseminação de uma política educacional, ao mesmo tempo que promove mudanças significativas, protagoniza uma discussão que ultrapassa as divisas, revelando razões, demonstrando impactos e fragilidades.

A partir do ano de 2019, o cenário político brasileiro tomou novos rumos com a posse do ex-militar Jair Bolsonaro à presidência da República. Dentre as suas propostas de campanha para o ensino, estava aquela que pretendia “resgatar a disciplina de Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política Brasileira nas escolas” (Pimentel, 2018).

Neste mesmo período, em Mato Grosso, Mauro Mendes, do partido Democratas, foi eleito com 58,69% dos votos válidos (G1, 2018). A proposta de governo referente à educação enviada ao Tribunal Regional Eleitoral-MT no ano de 2018, não apontava para a implementação ou expansão de escolas militarizadas no estado. O único item de campanha que mencionava parceria com as forças de proteção, era a de “implementar ações em parceria com a Secretaria Estadual de Segurança Pública para combate ao tráfico e uso de drogas no meio estudantil” (Mendes, 2018, p. 4).

No plano federal, foi criado pelo Ministério da Educação com apoio do Ministério da Defesa e das Forças Armadas, o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares – PECIM, através do Decreto 10.004, de 2019. O documento propõe que, cada escola que obtiver a adesão ao programa, militares da reserva deverão atuar em cooperação com a gestão escolar (MEC, 2021). Conforme a Agência Brasil (2021), o Governo Federal previa a implantação de 216 escolas cívico-militares até o fim do ano de 2022. Ainda segundo a matéria, havia mais de 300 municípios na lista de espera deste modelo educacional.

Uma informação veiculada pelo Ministério da Educação em outubro de 2019, mostrava que Mato Grosso estava entre os estados que aderiram ao Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. A lista publicada nessa mesma data, traz a relação de municípios “contemplados” pelo PECIM, dentre eles, Barra do Garças e Várzea Grande (MEC, 2022). Trata-se das escolas municipais Helena Esteves e Abdala José de Almeida respectivamente.

O atual governo do estado de Mato Grosso se mostrou simpatizante ao programa do governo federal, apesar de não fazer campanha em favor das escolas militarizadas no estado durante as eleições de 2018 e ter viabilizado apenas uma escola estadual aos moldes do PECIM. Paralelo a isso, o governo de Mauros Mendes trouxe uma proposta de interferência militar estadual que culminou inclusive na realização de um simpósio em abril de 2019 para debater a expansão das escolas militarizadas no estado. Assim denominada “Escola Militar Tiradentes – Expansão pelo interior do Estado: Conquistas, Avanços e Desafios” (Vieira, 2019), o evento organizado pelo próprio poder executivo revelou não só o desejo por parte do governador em introduzir essas unidades escolares nas cidades interioranas, como também expôs os mecanismos e instrumentos para multiplicar esse modelo até o final de seu primeiro mandato.

O jornal Gazeta Digital, ao noticiar a realização do simpósio, destaca a fala da ex-secretária de educação Sra. Marioneide Kliemaschewsk, ao mencionar que o estado possuía em 2019, oito escolas militarizadas e que a “ampliação das escolas militares vem ao encontro das demandas decorrentes dos municípios e de toda a sociedade” (Kliemaschewsk, 2019 *apud* Vieira, 2019). O fato é que, em 2022, já haviam 21 escolas militarizadas em todo o estado de Mato Grosso, conforme aponta dados da Unidade de Microplanejamento da Secretaria Estadual de Educação (Mato Grosso, 2022).

Após o fomento deste programa, o cenário educacional de Mato Grosso vem se transformando a passos largos com a implantação das escolas militarizadas em todas as regiões do estado. O próprio governador, bem como alguns deputados estaduais que se alinham à política do ex-presidente da república, Jair Bolsonaro, vem se manifestando favoráveis à introdução das escolas militarizadas. Porém, a ausência de motivação para a criação desse modelo vem sendo colocado em discussão por pesquisadores que não enxergam razões para tal implementação.

Os argumentos para justificar a criação das escolas e colégios militares no Estado de Mato Grosso não seguem uma narrativa sustentada em critérios científicos e dados comprovados empiricamente, mesmo porque eles não existem, e, pelo exposto, constata-se o senso comum nos argumentos. (Tiellet, 2019, p. 821)

Para Alves; Toschi; Ferreira (2018), as escolas militarizadas se tornaram objeto de desejo dos municípios, sendo colocadas no centro das negociações pelo poder local com a comunidade. Nesse sentido, nota-se que essa aliança entre os agentes públicos vem se estendendo em maiores escalas ao se perceber o envolvimento massivo da Assembleia Legislativa em campanhas e projetos que indicam a implantação das escolas no estado.

1.4 Resistências e embates na sociedade civil

A defesa de uma escola livre de qualquer tipo de intervenção vindos de pesquisadores, cientistas, sociedade civil, sindicatos, entre outros, não surgiu do nada. Tais movimentos têm acompanhado as mudanças que ocorrem sobretudo na legislação. Nesse ínterim, “[...]cujos movimentos sociais e cujos habitantes lutam pelo direito de ter direito, a escola é construída e vai-se construindo, muitas vezes, com o objetivo de impor o código e as regras que assegurem a continuidade do privado, e não do público” (Filho, 1998, p. 147).

Michael Foucault salienta que ao invés de pensarmos a dominação através do poder como um método para encobrir algo, é necessário pensarmos do ponto de vista da produção e não da exclusão. Nas palavras do autor,

[...] O indivíduo é sem dúvida o átomo fictício de uma representação “ideológica” da sociedade; mas é também uma realidade fabricada por essa tecnologia específica de poder que se chama a “disciplina”. Temos que deixar de descrever sempre os efeitos de poder em termos negativos: ele “exclui”, “reprime”, “recalca”, “censura”, “abstrai”, “mascara”, “esconde”. Na verdade o poder produz; ele produz realidade; produz campos de objetos e rituais da verdade. O indivíduo e o conhecimento que dele se pode ter se originam nessa produção.” (Foucault, 1987, p.226)

Essa ideia corrobora com a concepção de que a escola militar está para promover uma função que ultrapassa os discursos proferidos em defesas de resultados de provas e exames, ao mesmo tempo em que defende um argumento para fins de resultados, a ideologia dominante também é alimentada.

Diante das evidências elencadas, trataremos a partir desse momento de desvendar as diferentes formas de resistência frente à militarização das escolas públicas nas escalas nacional e estadual. Trata-se de dar ênfase à parte que é contrária a esse processo e que nos últimos anos vem travando batalhas com outros segmentos sociais que estão diretamente ligados à promoção dessa política educacional.

A grosso modo, entendemos que plano nacional de militarização da educação foi institucionalizado a partir do ano de 2019 com a criação do PECIM, ofuscando as políticas de criação de escolas militares no âmbito das Forças Armadas e voltando os olhares às redes de ensino de estados e municípios. Na esfera estadual, desde 1990 (ano em que ocorreu a primeira militarização de uma unidade escolar) muitos estados vinham adotando essa política educacional sem que houvesse uma mobilização expressiva que pudesse causar grandes revoltas ou impedir tal processo. No estado de Mato Grosso esse encadeamento ocorreu por vias “legais” ou pelo menos, em atos que pudessem conferir legalidade à militarização.

Na busca pelos movimentos de resistência, tanto no plano nacional quanto na esfera estadual, nos debruçamos em fontes que pudessem nos dar respostas concretas no que tange às reações contrárias que diversos segmentos da sociedade têm demonstrado em resposta aos atos governamentais de militarização das escolas.

Nossas pesquisas revelaram que nos últimos anos a movimentação de pesquisadores, acadêmicos, sindicatos e partidos políticos ganhou força a partir da intensificação da intervenção militar nas escolas públicas realizada pelo governo federal da

última gestão, bem como a adesão por grande parte dos governos estaduais e municipais. Tal mobilização pode se tratar de uma resposta ao que muitos chamam de desmonte das políticas educacionais e aos direitos adquiridos pela Constituição de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (9.394/96). Os dados que serão apresentados posteriormente (Gráfico 4) revelam que grande parte da ala científica que envolve pesquisadores e acadêmicos de instituições públicas e privadas, desde 2015 estão envolvidos em forte mobilização com esta causa, ou seja, período dos dois últimos governos que estiveram à frente dos poderes executivo e legislativo. A maioria deles é contrária a essa política educacional.

Os movimentos de resistência se desenvolvem por diferentes meios e coadunam pela luta da garantia de direitos e princípios que fundamentam a educação em seus diferentes aspectos. Trata-se não apenas de um movimento que vai de encontro com a proposta de militarização, mas de uma mobilização que busca fundamentar a ilegalidade de tal política, e sobretudo, apontar os riscos que ela pode trazer ao processo de ensino-aprendizagem e suas consequências para a sociedade.

Os fatos que assombram a educação no país fazem parte de um movimento conservador que vem cativando o neoliberalismo. Trata-se de pesquisadores, empresários, figuras e partidos políticos que aderiram à defesa de bandeiras que conversam com a militarização da educação. Um destes movimentos é o Escola sem Partido que veio a perder força nos últimos anos por não ganhar a adesão política necessária para obter representatividade no congresso.

Gaudêncio Frigotto ao organizar o livro “Escola ‘Sem’ Partido Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira” buscou explicitar a eminente perda de garantias conquistadas ao longo de muitos anos, sobretudo após a promulgação da Constituição de 1988. No caso deste movimento, a falta de apoio político culminou na diminuição de sua influência. Nessa vertente, parte da sociedade brasileira tem estado em vigia quanto aos ataques e modos de intervenção de vários setores na educação.

Diante disso, um dos colaboradores deste livro, professor Dr. Paulino José Orso tem demonstrado preocupação com tais influências. Para ele,

Estamos vivendo um momento de extrema complexidade, que está impondo inúmeros desafios à sobrevivência humana. As agressões do capital se tornaram tão intensivas quanto extensivas e atingem todos os espaços da sociabilidade. E a educação não está imune a esses ataques. Por trás da suposta preocupação com o ensino, sorrateiramente, esconde-se o desmonte da escola, a desvalorização dos profissionais e o esvaziamento das possibilidades de ensinar, aprender e educar.” (2017, p. 133)

Nesse âmbito, o sinal de alerta vem sendo acionado para aqueles que são contra às diversas formas de intromissão. Seja pelo capital ou por instituições, o fato é que a escola tem se tornado palco de sucessivas intervenções, pois nela encontram-se vantagens que vão ao encontro dos interesses dos diversos segmentos da sociedade.

O livro “Estado de Exceção Escolar: uma visão crítica das escolas militarizadas”, organizado pelos autores, Ian Caetano de Oliveira e Victor Hugo Viegas de Freitas Silva, traz uma importante discussão a respeito do projeto de militarização de escolas estaduais do estado de Goiás. A obra que contou com vários escritores discute diferentes temas sobre esse assunto, dentre eles podemos destacar organização escolar, metodologia, exclusão, implantação e legalização das escolas militarizadas.

A grosso modo, o livro faz uma crítica desse modelo escolar e defende a ideia de que não é de competência da Secretaria de Segurança Pública lidar com a educação (no sentido institucional). Outra questão posta é de que as escolas militarizadas não resolvem os problemas de má desempenho e violência, uma vez que as mesmas se utilizam de artimanhas visando selecionar os “melhores” alunos.

A lógica do processo de militarização, bem como os procedimentos que decorrem nessas unidades de ensino, são desveladas pelos autores com base em relatos, entrevistas, revisão bibliográfica e análise documental. Silva assevera que “[...] existe uma faceta pouco discutida sobre a gestão de Colégios Militares que possui íntima relação com a forma com que os policiais militares são socializados na corporação: abusos e perseguições políticas de estudantes e funcionários/as.” (2016, p. 94). Tavares assegura que “[...] a militarização em Goiás só possui dois lados: o da lei e o da ilegalidade. A lei não permite a militarização e, muito menos, a chancela nos termos em que tem ocorrido. [...]” (2016, p. 63).

Em território mato-grossense as lutas contra essa política educacional vêm sendo travadas em alguns pontos isolados. O aumento no número de escolas militarizadas tem alertado a comunidade acadêmica, sindicato dos trabalhadores da educação, partidos políticos entre outros setores da sociedade, porém esse movimento é ínfimo quando comparado com outros estados, a exemplo de Goiás.

De modo geral, as universidades e instituições de pesquisa tem tido um papel essencial nos embates contra a militarização das escolas, mas no caso de Mato Grosso, as publicações de periódicos, Teses ou Dissertações têm sido insignificante. Em nossas buscas na CAPES; SciELO; e Google Acadêmico, entre os anos de 1990 e 2022, nenhuma Tese ou Dissertação que abordasse esse tema, seja no contexto deste estado ou de autorias mato-

grossenses foi localizado. Nossa pesquisa desvendou apenas dois artigos que confrontam tal política educacional.

Com o título “Militarização da escola pública: uma reflexão histórica do sistema educacional brasileiro e das lutas em Mato Grosso” os autores Monica Medici, Domenico Medici e Marcelo Leão exprimem uma preocupação acerca do processo de militarização das escolas e asseveram as formas de resistência para o impedimento da implantação de uma escola nesses moldes na cidade de Vila Rica. Os mesmos relatam algumas estratégias de manipulação por partes dos defensores da escola militar (políticos e a elite local) e elencam a participação primordial dos servidores da educação que foram contra desde o início da proposta, bem como o posicionamento e as orientações do sindicato para a resistência.

Para esses autores,

[...] é importante que a sociedade compare e analise os dois projetos de escola (cívico-militar e a atual) para compreender que uma delas, que não inclui a todos, propõe a disciplina e a ordem como bandeiras, enquanto a outra defende e acolhe todos como sujeitos de direitos, de livre pensamento, capazes de se transformar e mudar a sociedade. (2020, p. 222)

Em outro ponto do estado, na cidade de Várzea Grande, o autor Jalme Junior relatou a transformação da Escola Estadual Professora Nadir de Oliveira, em uma unidade de Escola Estadual Militar Tiradentes Ten. Cel. PM Lourison Rodrigues Benevides, ocorrido em 2021. O autor chama a atenção para a comunidade acadêmica, sobretudo aos geógrafos, para o debate acerca da militarização das escolas. Para ele é preciso haver uma maior mobilização dos professores e estudantes frente as consequências advindas desse fenômeno.

Com efeito, analisar a conjuntura do processo de militarização das escolas regulares em Mato Grosso, pode ser um exercício investigativo que ampliará o horizonte de compreensão do papel da Educação Geográfica no contexto político educacional onde se mobiliza uma grande disputa da escola enquanto lugar de reprodução do conservadorismo moralista ideológico em contraponto à socialização do conhecimento humano historicamente produzido. (2021, p. 10)

Desse modo, o autor traz uma discussão que se fundamenta na categoria território, ao passo que a escola se tornou um espaço de disputas onde se verifica um ambiente pretendido para a reprodução de ideologias diversas. Assim, o mesmo busca despertar o interesse de uma categoria que tem demonstrado inércia ao tema que se faz tão presente e, ao mesmo tempo, possui efeitos relevantes.

Os veículos de comunicação têm noticiado nos últimos meses reportagens sobre um movimento a favor da desmilitarização que aos poucos vem ganhando grandes proporções. Organizações estudantis, sindicatos, partidos políticos entre outros setores da sociedade manifestaram apoio a “carta da sociedade civil pela desmilitarização da educação e da vida” redigida e disponibilizada no site Gênero e Educação do projeto Gênero na Escola, realizado pela Ação Educativa.

A carta, cujo objetivo foi receber apoio para a revogação do decreto 10.004 de 2019, foi publicada em março de 2023 e recebeu a assinatura de mais 200 entidades. Entre os apoiadores dessa carta estavam a União Nacional dos Estudantes (UNE), Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), Sindicato dos Trabalhadores da Educação Mato Grosso (SINTEP MT), entre outras instituições.

O texto apresentava sete motivos para a revogação do decreto do governo Bolsonaro, entre eles destacamos o que diz que

[...] a militarização fere princípios constitucionais do ensino, como a liberdade de aprender e ensinar, o pluralismo de ideias, a valorização de profissionais da educação e a gestão democrática (Constituição Federal, art. 206, incisos II, III, V e VI); fere o direito à liberdade, ao respeito e à dignidade de crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente, art. 15, 16 e 18-A); e o respeito à identidade e à diversidade individual e coletiva da juventude (Estatuto da Juventude, art. 2º, inciso VI), entre outras normativas. (Gênero e Educação, 2023)

Nessa mesma vertente, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) cobrou a revogação imediata do decreto assinado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro. Além da assinatura da carta, a entidade publicou em abril de 2023 a necessidade da cassação do decreto e apontou as causas das atuações contra as escolas militarizadas.

Segundo a Confederação esse modelo escolar é inconstitucional uma vez que,

Enquanto a Constituição aponta que a educação tem como finalidade formar plenamente cada sujeito a partir das suas características, identidades e realidades para viver em uma sociedade diversa, os colégios cívico-militares funcionam a partir de um regime próprio e de regras que atendam a interesses do grupo responsável por dirigir a unidade. Nesse caso, os militares, que recebem autonomia para definir a estrutura pedagógica. (CNTE, 2023)

Além das instituições ligadas à educação, partidos políticos também demonstraram interesse em derrubar o decreto 10.004 de 2019. Em março de 2023 foi apresentado o projeto de decreto legislativo de sustação de atos normativos do Poder Executivo (PDL 56/23), de autoria do deputado Rogério Correia (PT-MG), cujo objetivo foi revogar o decreto que criou o

Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. Até o dia 18 de abril 2023, a enquete disponível no site da câmara dos deputados resultava em 50% entre os que concordam e discordavam totalmente do projeto, demonstrando uma rígida divisão de opiniões entre aqueles que são contra e a favor das escolas militarizadas no Brasil. Em 20 de abril, o documento aguardava despacho do presidente da câmara dos deputados.

Vale lembrar que o referido decreto foi revogado em julho de 2023 pelo atual governo federal, destituindo o Programa das Escolas Cívico-Militares.

No plano estadual, diversos segmentos da sociedade têm discutido o funcionamento e a implantação das escolas militarizadas no estado de Mato Grosso. O debate é acirrado e a divisão de opiniões é tão rígida quanto no plano nacional. Dessa forma, o governo estadual vai conduzindo da forma que lhe convém, mantendo as escolas militarizadas já implantadas em funcionamento e projetando futuras implantações.

No dia 07 de dezembro de 2022 ocorreu uma audiência pública na Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso para discutir sobre as escolas militarizadas. A ação foi proposta pelo Partido dos Trabalhadores (PT) que declarou inconstitucional esse modelo de ensino.

Segundo a secretaria de comunicação social da ALMT,

Participaram do debate estudantes, professores, parlamentares eleitos, diretores e coordenadores de escolas militares do estado, representantes do Governo Estadual e de conselhos de segurança, entre outros interessados. Em defesa das escolas cívico-militares, os presentes lembraram que a gestão das unidades é compartilhada com a Secretaria Estadual de Educação (Seduc/MT) e ainda que o recurso recebido é igual a de outras escolas. (Peixoto, 2022)

A presença de diversos segmentos e representantes dos variados setores da sociedade demonstra a relevância da pauta, ao passo que o assunto extrapola o interesse daqueles que estão ligados diretamente ao processo de ensino-aprendizagem.

O *site* Olhar Jurídico ao ter acesso ao documento que fundamenta o processo contra as escolas militarizadas destaca que o PT aponta para uma coalizão entre a implantação e funcionamento desse modelo de educacional com as constituições federal e estadual.

Nesse desiderato, as leis n. 10.922/2019 e n. 11.273/2020, ora guerreadas, trazem diversas situações de privilégios e paternalismo proibidas pela Carta Política, além de expressamente tornarem obrigatório o ensinamento das condutas militares, em detrimento à liberdade de pensamento e liberdade pedagógica e, notadamente, a pluralidade de ideias e à tolerância. (PT *apud* Silva, 2022)

Entre as políticas e projetos do programa “Educação 10 Anos” do governo do estado, existe uma meta para se chegar a 60 escolas do tipo militar (Mato Grosso, 2022). Nesse sentido, o estado de Mato Grosso irá se aproximar de Goiás no número de escolas militarizadas.

O Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação do Estado de Mato Grosso (SINTEP-MT) tem protagonizado uma luta contra a Secretaria de Estado de Educação (SEDUC) em razão dessa política de expansão das escolas militarizadas no estado.

Um dos casos mais emblemáticos e que, ao mesmo tempo representa o posicionamento do sindicato frente a essa política educacional, foi o episódio da Escola Estadual Professora Adalgisa de Barros de Várzea Grande em que a SEDUC, por duas vezes, tentou militarizar a referida unidade educacional sob o argumento de má gestão, segundo o secretário Alan Porto (SEDUC-MT, 2023). Entre atropelos e manobras, a pasta não conseguiu concretizar o que seria o início do processo de militarização de mais uma escola.

Segundo uma nota de esclarecimento publicada em janeiro de 2023, o SINTEP-MT relata que a SEDUC por meio da Diretoria Regional de Ensino (DRE) fracassou ao tentar colocar em votação a transformação da Escola Adalgisa de Barros em escola militar uma vez que os membros da diretoria, ao perceberem que estavam em minoria e prevendo assim a derrota numa eventual votação, abandonaram o recinto da audiência pública.

Dessa forma, foi remarcado uma segunda audiência para janeiro de 2023. Nesse evento,

O processo de votação desta segunda audiência, ocorrida na segunda-feira (22/01), estava estabelecido para acontecer de maneira individual, mediante um cadastramento prévio de cada votante. Ocorre que, na tentativa de manipular o resultado da votação, de “última hora”, os representantes da Seduc e PM, que conduziam a audiência, informaram que a votação seria por aclamação (expressão da maioria com manifestação dos braços levantados) e não mais por voto individual, cujo cadastramento dos votantes já havia sido feito. Neste ínterim, os policiais que estavam no local, permitiram a entrada de pessoas sem que passassem pelo cadastramento, e informando que estas, poderiam votar. (SINTEP, 2023)

Apesar da tentativa de ganhar maioria de adeptos, os membros da DRE e SEDUC, bem como os representantes da Polícia Militar, se viram diante de uma comunidade que decidiu pela não militarização da Escola Adalgisa de Barros. Em nota, o SINTEP informou que essa segunda audiência foi novamente encerrada pelos dirigentes sem os devidos procedimentos legais (registro e assinatura de ata) sob o argumento de tumulto, o que foi contestado pelo sindicato, bem como os profissionais da educação e estudantes que ali estavam. Veja as imagens

a seguir que mostram o movimento de resistência contra a militarização da referida unidade escolar, bem como da audiência pública realizada no dia 22 de janeiro de 2023.

Imagem 1: Estudantes da E.E. Adalgisa de Barros Protestando Contra a Militarização



Fonte: Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso - Sintep-MT (2023).

Imagem 2: Comunidade Escolar Comemorando o Resultado da Audiência Pública da E.E Adalgisa de Barros



Fonte: Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso - Sintep-MT (2023).

As imagens mostram que além de outros segmentos, os estudantes também estiveram diretamente envolvidos no movimento de luta contra a militarização da escola de Várzea Grande. Na imagem 1 é possível ver adolescentes com frases que remetem à defesa de uma escola livre da intervenção militar, além da frase “Liberdade de Expressão” que faz alusão ao inciso IV do artigo 5 da Constituição Federal de 1988, que prevê a livre manifestação de pensamento. Na imagem 2 verifica-se a manifestação de adultos na votação ocorrida no âmbito da audiência pública realizada nas dependências da Escola Adalgisa de Barros.

Persistindo na militarização, a SEDUC através do secretário Alan Porto informou que uma nova audiência pública será realizada somente com pais e estudantes, o que fere o parágrafo 2º do artigo 5º da Lei 11.273/2020 onde diz que é de responsabilidade do Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar (CDCE) promover tal audiência e não da SEDUC ou qualquer outro órgão alheio. Além disso, resguarda a “participação dos munícipes da área de circunscrição da escola” (Mato Grosso, 2020). Até dezembro de 2023 nenhuma nova audiência tinha sido realizada e a escola seguia resistindo à militarização.

Outro caso que ganhou os holofotes da mídia, da oposição política e dos grupos de resistência aconteceu na cidade de Canarana, quando em dezembro de 2022 a então Escola Estadual Paulo Freire foi transformada em escola militar e passou a se chamar Escola Estadual Militar Tiradentes Cabo PM Sebastião Ferreira Miranda por força do decreto nº 1.589, de 22 de dezembro de 2022, após 3 audiências públicas realizadas naquela cidade.

Conforme reportagem publicada pelo jornal *RD News*, um advogado foi contratado pelo conselho escolar, pois a maioria dos servidores públicos daquela unidade de ensino era contra a militarização. Segundo o advogado Sr. Pedro Romeiro, entrevistado pelo jornal, a imposição da militarização foi fruto de pressão política. Dessa forma, prevaleceu a vontade da SEDUC e as atividades da escola militar tiveram início em janeiro de 2023.

O SINTEP-MT tem sido enfático em relação à sua posição quanto a essa pauta que vem sendo colocada em discussão.

Acerca do modelo de escolas militares, o Sintep-MT reforça que, a prerrogativa das forças de segurança pública, é a de promover segurança pública à sociedade, e, dentro das unidades de ensino, tanto as funções de gestão quando as pedagógicas, devem ser exercidas por profissionais que estudaram especificamente para atuar no segmento educacional. (SINTEP, 2022)

Essa associação tem estado atenta quanto às intenções do poder público em militarizar as escolas públicas de Mato Grosso. O embate tem ganhado grandes proporções e o sindicato tem procurado conscientizar e mobilizar cada vez mais a comunidade escolar a aderir

ao movimento contra a militarização. Tal fato pode ser verificado não só nas ações promovidas diretamente contra essa política educacional como também em campanhas.

O antagonismo à militarização das escolas é exercido também por alguns partidos políticos que têm demonstrado insatisfação em relação à postura do governo do estado. O Partido dos Trabalhadores (PT) que possui dois representantes na Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso (Valdir Barranco e Lúdio Cabral) tem estado vigilante quanto às ações da SEDUC.

O deputado estadual Lúdio Cabral (PT) que é um dos opositores à política de militarização das escolas públicas de Mato Grosso, vem pedindo explicações à SEDUC quanto aos critérios para implantação das escolas militarizadas pelo estado. Em reunião realizada pela Comissão de Educação da Assembleia Legislativa no dia 14 de fevereiro de 2023, o parlamentar questionou o secretário de educação, Sr. Alan Porto, quanto ao critério de escolha para transformar uma unidade escolar civil em militar (o que chamamos de militarização). O *site* do jornal *on-line* VGN, destacou na página de notícias a reunião onde Alan Porto foi convidado por Lúdio a comparecer na Assembleia Legislativa para esclarecer a militarização da escola Adalgisa de Barros, em Várzea Grande. Segundo o parlamentar, por meio de respostas evasivas, o secretário não explicou o real motivo da escolha daquela unidade de ensino para que ela fosse militarizada. O deputado ainda destacou que

O grande problema é que o estado tem uma lei que estabelece o processo para transformação de uma escola em escola militar, e essa lei foi desrespeitada solenemente em vários aspectos pela Seduc. A principal, foi a vontade da transformação de civil em escola militar. A iniciativa tem que nascer da comunidade escolar, e isso não aconteceu. O que houve foi uma decisão da Seduc em uma tentativa de imposição a comunidade escolar. Existe uma lei, e a lei tem que ser obedecida. (Cabral *apud* Agostinho; Assunção. 2015)

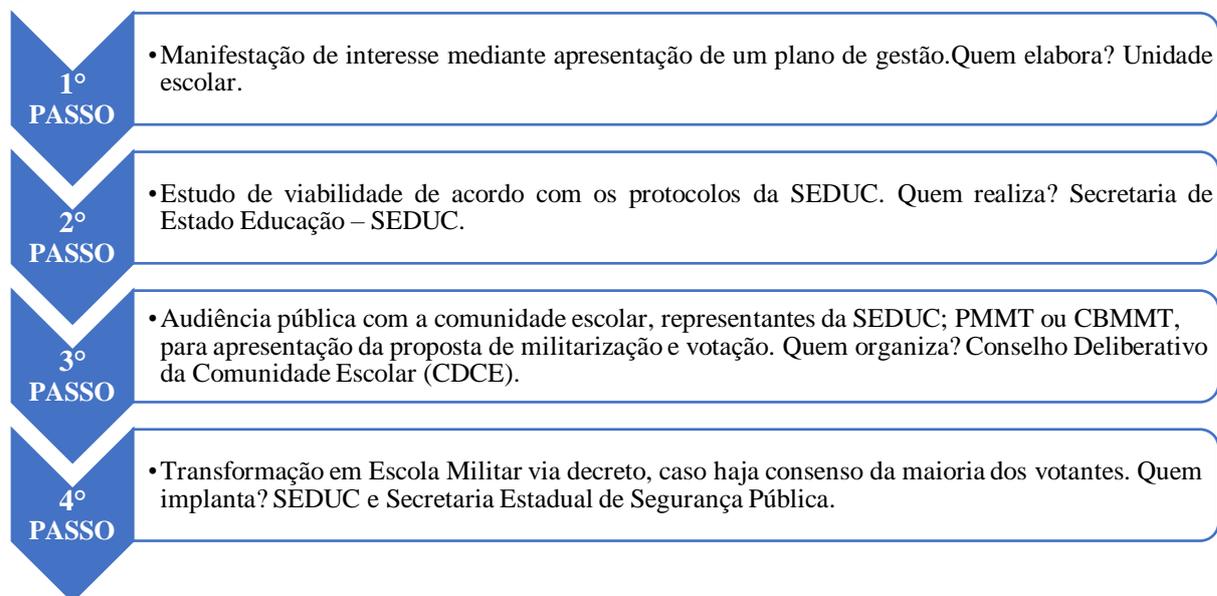
O deputado Lúdio Cabral se refere ao artigo 5º da lei 11.273/2020. Este assegura que o interesse na militarização deve partir da escola e não de sua mantenedora. Ainda que haja tal interesse, o texto prevê que cabe ao Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar (CDCE)

[...] providenciar uma audiência pública com a participação de pais e representantes de alunos, munícipes da área de circunscrição da escola, representante da assessoria pedagógica municipal, representantes da SEDUC, da PMMT ou CBMMT, a fim de identificar se há consenso na intenção e registrar em ata a manifestação pela adesão ou não. (Mato Grosso, § 2º, 2020)

Para elucidar tal fato, apresentaremos adiante um passo a passo no formato de esquema, de como esse processo de implantação deveria ocorrer caso a SEDUC cumprisse o

que determina a Lei 11.273/2020 citada em alguns momentos pela nossa pesquisa, e que hoje ampara e regulariza a transformação das escolas civis em militares.

Diagrama 1: Passo a passo do processo legal de implantação de uma escola militar em Mato Grosso.



Fonte: Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT), 2023.³
Organização: MARINS, C. E O; 2023.

Veremos no tópico 3.2 que os procedimentos realizados pela SEDUC no processo de implantação dessas escolas têm contrariado a legislação. Por enquanto, vimos que movimento de resistência tem agido de frente ao processo de militarização das escolas.

Nessa vertente, vimos que diversos segmentos da sociedade têm tido papel fundamental nas ações que visam barrar ou desmantelar essa política educacional que para muitos autores e críticos tem introduzido novas contradições nos espaços escolares; alterado o arranjo das redes de ensino em algumas cidades grandes, médias e pequenas; acentuado desigualdades entre docentes e escolas; promovido uma política de seleção socioeconômica de alunos; transgredido leis e atropelando políticas de Estado que visam sanar o problema da educação por vias legais e democráticas. Além disso, cabe analisar e mostrar como a comunidade científica tem se comportado em relação a essa tendência, com ênfase à geografia, tendo em vista o vasto repertório no bojo dos objetos de conhecimento da ciência geográfica.

³ MATO GROSSO. Assembleia Legislativa. **Lei 11.273 de 2020**. Assembleia Legislativa. Cuiabá, 2020.

2 DESAFIOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA PESQUISA GEOGRÁFICA DO TEMA

Nesse segundo momento de nossa pesquisa nos debruçamos em ampliar nossos horizontes e apresentar o leque de estudos em torno da problemática. No caso, expomos os resultados de uma pesquisa do tipo “estado da arte”.

Um, primeiro [momento], é aquele em que ele interage com a produção acadêmica através da quantificação e da identificação de dados bibliográficos, com o objetivo de mapear essa produção num período delimitado, em anos, locais, áreas de produção. Nesse caso, há um certo conforto para o pesquisador, pois ele lidará com os dados objetivos e concretos localizados nas indicações bibliográficas que remetem à pesquisa. Ele pode visualizar, nesse momento, uma narrativa da produção acadêmica que muitas vezes revela a história da implantação e amadurecimento da pós-graduação, de determinadas entidades e de alguns órgãos de fomento à pesquisa em nosso país. Nesse esforço de ordenação da uma certa produção de conhecimento também é possível perceber que as pesquisas crescem e se espessam ao longo do tempo; ampliam-se em saltos ou em movimentos contínuos; multiplicam-se, mudando os sujeitos e as forças envolvidas; diversificam-se os locais de produção, entrecruzam-se e transformam-se; desaparecem em algum tempo ou lugar. (Ferreira, 2002, p. 265).

Para a geografia, a possibilidade em trabalhar com esse assunto permite que a mesma explore os mais diversos temas que orbitam a militarização das escolas, desde o conceito de território, passando por políticas públicas educacionais até os efeitos causados pela doutrina militar nos mais diversos sujeitos que lidam diretamente com esse modelo. Apresentaremos, portanto, os desafios que ainda persistem no campo da geografia para com o trato com essa temática.

2.1 Estado da arte da pesquisa acerca das escolas militarizadas

De fato, o fomento das escolas militarizadas foi apenas um dos pilares que sustentaram a política educacional brasileira, principalmente após ascensão de Jair Bolsonaro à chefia do poder executivo. Nos 4 anos do seu governo, o ex-presidente implementou várias políticas públicas para a educação que ficaram marcadas por polêmicas. Dentre elas, a criação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM) estabelecida pelo decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019, que visava “[...] implantar um modelo de gestão de

excelência em unidades escolares públicas de ensino regular que ofereçam as etapas dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio e que possuam baixo resultado de Ideb e alunos em situação de vulnerabilidade social” (Brasil, 2021).

Dessa forma, o governo criou uma secretaria dentro do Ministério da Educação (MEC) para gerir o programa em parceria com os estados e municípios. Esta repartição foi extinta logo no primeiro dia de governo do atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva, segundo apontou uma notícia publicada em janeiro de 2023, no *site* do Sindicato dos Professores do Distrito Federal (SINPRO-DF).

As ações realizadas pela pasta para atender ao PECIM surtiram efeitos em todas as regiões do país. Em evento realizado em dezembro de 2022 no auditório do Ministério da Educação e publicado no *site* do MEC, o ex-diretor de Políticas para Escolas Cívico-Militares, Sr. Gilson Passos de Oliveira, divulgou os resultados do programa até aquele momento. Segundo Gilson, 202 escolas tinham aderido ao PECIM. Além disso, a notícia circulada pelo MEC apontava para um total de 359 municípios que estavam na lista de espera para serem atendidos com o programa, até a data daquela reportagem.

Um documento disponível no *site* do Programa Nacional das Escolas Militares exhibe a lista de unidades escolares que estavam em processo de implantação entre os anos de 2020 e 2022. Nela é possível verificar que sete escolas de Mato Grosso, sendo elas quatro municipais e três estaduais, estavam na mira do programa que visava transformá-las em escolas militares.

Nossa pesquisa buscou apurar a efetivação de implantação dessas escolas cívico-militares pelo PECIM em Mato Grosso. Intensas buscas foram realizadas em *sites* governamentais e institutos (MEC, PECIM, INEP, Diários Oficiais, etc.) porém, em nenhum deles foi possível localizar algum documento que comprove a concretização de militarização de alguma escola civil pelo programa mencionado.

Sem os resultados esperados, foram realizadas buscas através do *Google* utilizando como descritores os nomes das escolas estaduais que estavam na lista do documento que o PECIM disponibilizou em seu *site*. Os resultados nos remetem a diversos jornais locais, tais como “Jornal Oeste” e o “Jornal o Comunitário”, que apresentaram apenas um resultado esperado, ou seja, das três escolas estaduais mencionadas no documento, uma havia sido militarizada. Trata-se da Escola Estadual Senador Mario Motta localizada na cidade de Cáceres, onde já existia a Escola Estadual Militar Tiradentes Professor Natalino Ferreira Mendes desde 2021. As fontes citadas cobriram um possível processo de transformação da referida unidade

educacional em escola cívico-militar. Apesar disso, as reportagens não apresentam qualquer tipo de documento que comprove a efetivação deste processo. Além disso, com o fim do programa, essa unidade voltou a ser gerida somente pelo governo estadual.

Naquele contexto, além da mídia local, a prefeitura de Cáceres publicou em fevereiro de 2022, uma reportagem no *site* da prefeitura que nos remete à concretização da implantação da referida unidade. Segundo as fontes, a militarização se deu no ano de 2022 e foi muito comemorada por autoridades locais. A notícia publicada pela prefeitura mostra que a chefe do executivo Sra. Eliene Liberato Dias e o Vereador Manga Rosa estiveram presentes na escola juntamente com a equipe de coordenação e direção escolar.

O objetivo da reunião foi apresentar a equipe diretiva e as principais demandas da nova unidade escolar, ocasião que solicitaram apoio e gestão da prefeita Eliene e do vereador Manga Rosa junto ao governo do estado para conseguir algumas reivindicações necessárias para o bom funcionamento da escola. (Crepaldi, 2022)

O caso da escola em Cáceres ilustra um padrão de implementação sob a interferência de autoridades locais nas políticas públicas da educação estadual. Sobre isso, falaremos adiante a respeito das intenções políticas que estão por trás desses desejos de militarizar a educação. Veremos que agentes políticos municipais se alinham aos estaduais na ânsia de se elegerem à custa deste fenômeno que vem transformando vidas dentro das escolas. Dessa forma, entre promessas e cumprimentos, a militarização das unidades educacionais e a criação de novas escolas militarizadas vêm se tornando um modelo de “conquista” de votos, razão esta que tem atraído boa parte da classe política e elites locais.

Diante do que foi exposto, traremos em seguida os resultados obtidos por meio de buscas sistematizadas em fontes de pesquisa, o que diz respeito ao estado da arte sobre as escolas militarizadas no Brasil. Para tanto, buscou-se identificar e catalogar autores e grupos de pesquisadores que dialogam com o tema em questão, independentes se são contra ou a favor dessa política educacional.

Para que pudéssemos chegar aos resultados, empenhamos nossa pesquisa em quatro fontes: Diretório de Grupos de Pesquisa (CNPQ); Catálogo de Teses & Dissertações (CAPES); *SciELO* (Brasil) e *Google Acadêmico*. Para isso, utilizamos os seguintes descritores na busca por resultados que pudessem ter êxito aos nossos objetivos: Escolas Militares; Colégios Militares; Escolas Militarizadas; Colégios Militarizados; Escolas Cívico-Militares; Colégios Cívico-Militares; Militarização de Escolas; Militarização de Colégios. O recorte espacial ultrapassou as divisas do estado de Mato Grosso, limitando-se ao Brasil. Iniciamos o recorte

temporal em 1990 por se tratar do ano em que ocorreu o primeiro ato de militarização de uma escola pública (Escola Tiradentes de Cuiabá - MT) como veremos adiante com mais detalhe. Nos limitamos a 2022 por ser o último ano que antecedeu essa pesquisa sobre o estado da arte (2023).

Feito isso, acomodamos os resultados obtidos em quadros (apêndice A), no qual dividimos os espaços para que fossem inseridas as principais informações. Exemplos: título, autores, ano de publicação, local, entre outros aspectos relevantes.

No caso das produções bibliográficas, foram lidos os resumos de todos os trabalhos selecionados a fim de que pudéssemos nos dar conta de que se tratavam de obras que se alinham ao nosso tema, ou seja, a militarização das escolas civis e a criação de escolas militarizadas. Para os grupos de pesquisa, buscamos discriminá-los por meio da identificação, em que é possível caracterizá-los a partir do objeto de estudo, objetivos, temas secundários, entre outras características.

É importante ressaltar que muitos trabalhos foram descartados, pois não estavam ligados diretamente aos anseios desta pesquisa. Dentre eles, podemos citar obras que versam sobre o ensino ou práticas educacionais de componentes curriculares específicos no âmbito de escolas militarizadas. Igualmente, encontramos várias produções que abordam os colégios militares do Exército Brasileiro que, conforme explicamos, são outras instituições que não fazem parte do objeto de estudo a qual nos propusemos estudar.

Portanto, as pesquisas acerca dos fenômenos que envolvem as escolas militarizadas serão analisadas nas próximas páginas a partir da leitura de gráficos que foram produzidos com base em informações coletadas nas fontes anteriormente elencadas. Faremos algumas pausas para discutir os registros a fim de que possamos analisar as diferentes características das informações coletadas sob diferentes aspectos.

O gráfico a seguir nos mostra a quantidade de Artigos Científicos, Dissertações e Teses que foram publicados entre os anos de 1990 e 2022, dividindo em sub períodos que correspondem aos intervalos em que diferentes governos estiveram à frente do comando.

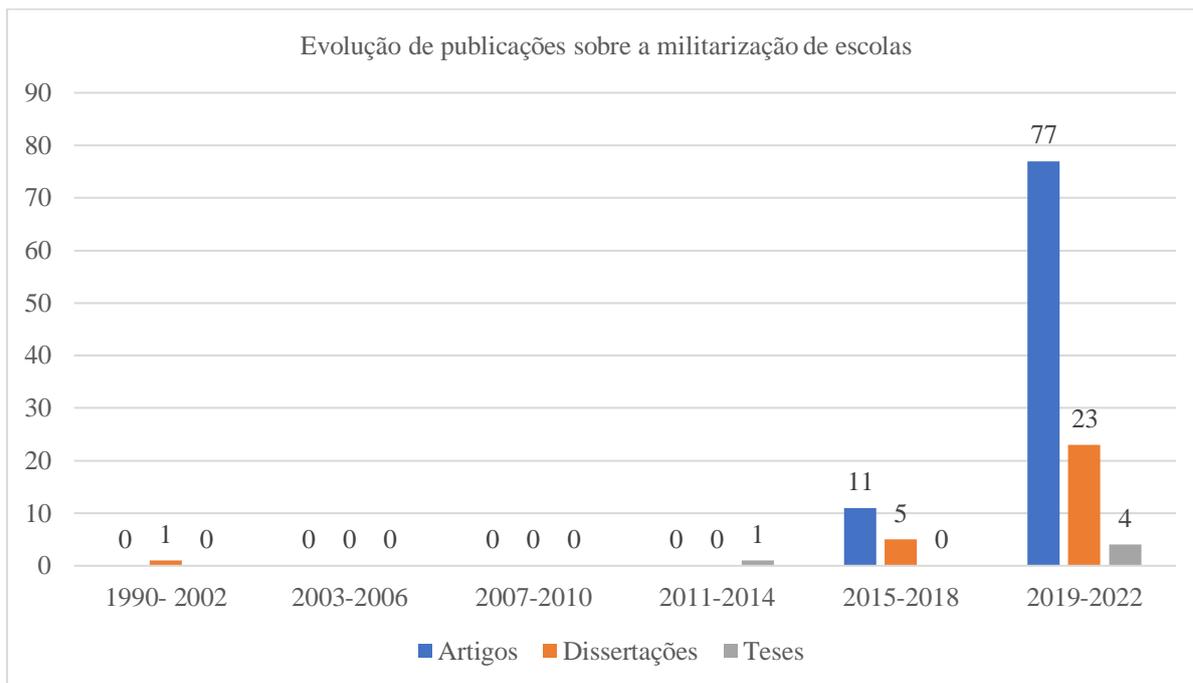
No caso dos artigos, os resultados nos levam àqueles que foram publicados em revista científicas, bem como em sites de eventos acadêmicos de todo o Brasil. Os resultados em maior número surgiram no *Google Acadêmico* (80), já o *SciELO* apresentou um número bem reduzido (oito) quando comparado com a outra plataforma.

As Dissertações, bem como as Teses, tiveram um resultado menos expressivo quando comparados com os artigos. Alguns fatores podem explicar tal fato, dentre eles,

podemos citar o caráter relativamente recente do objeto de estudo, ou até mesmo a falta de interesse pelo assunto por grande parte dos pesquisadores da pós-graduação.

O primeiro aspecto analisado foi o período de publicação desses trabalhos:

Gráfico 4: Períodos de Publicações de Trabalhos Sobre a Implementação de Escolas Militarizadas Entre os Anos de 1990 a 2022



Fontes: Catálogo de Teses & Dissertações – CAPES; SciELO-Brazil; Google Acadêmico, 2023.⁴

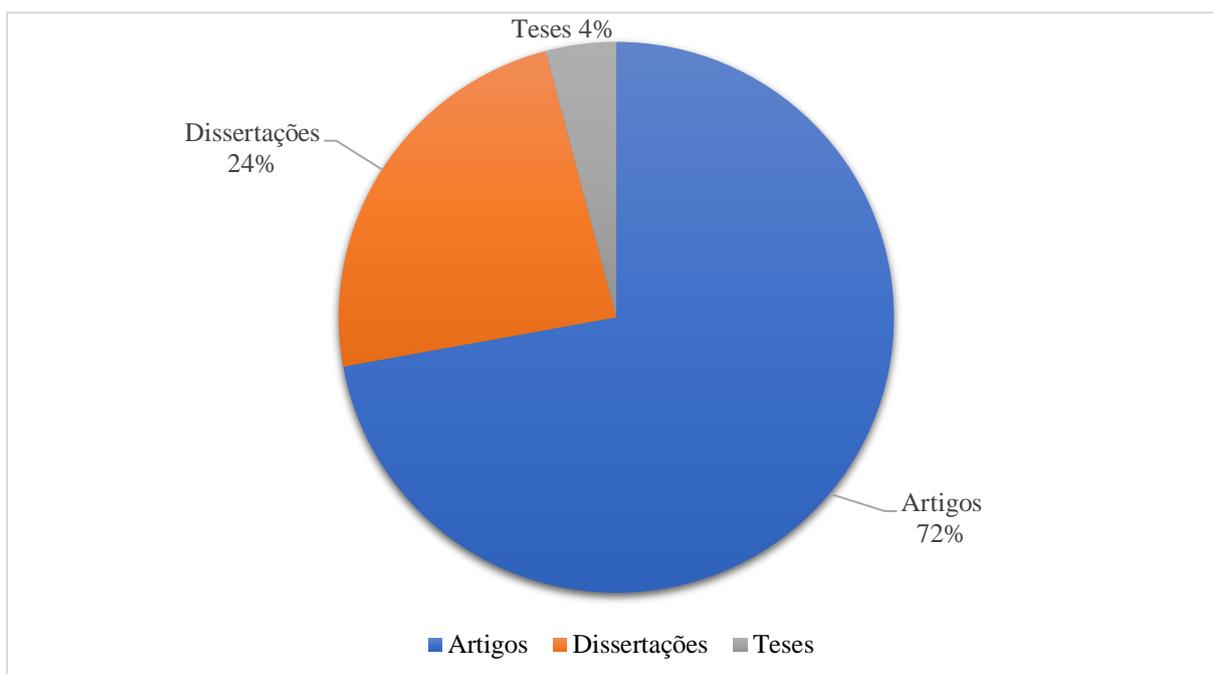
Dessa forma, podemos observar no gráfico acima que nos últimos anos, especialmente entre 2019 e 2022, o número de produções e publicações de trabalhos que dialogam com o tema obtiveram um substancial aumento em relação aos anos anteriores. Conforme elencamos, isso coincide com o período em que o governo bolsonarista esteve à frente do comando, e que ficou marcado ao promover uma política de implantação em massa de escolas militares por todo o território nacional através do PECIM.

O próximo gráfico apresenta outro importante aspecto do estado da arte desse tema. Trata-se de do levantamento da quantidade de trabalhos (artigos, teses e dissertações) que foram

⁴ BRASIL, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-CAPES. **Banco de Teses e Dissertações**. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>. Acesso em 10 abr. 2023.
GOOGLE. Google acadêmico. **Busca textual**. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/?hl=pt>. Acesso em: 13 mar. 2023.
SCIELO. Scientific Electronic Library Online. **Lista de periódicos**. Disponível em: <https://search.scielo.org/?lang=pt&count=15&from=0&output=site&sort=&format=summary&fb=&page=1&q=>. Acesso em: 10 mar. 2023.

localizados em nossas buscas. Do total de elementos encontrados, os mesmos foram divididos para que fosse realizado uma comparação entre as variáveis. Além destes trabalhos, nossas buscas se debruçaram na procura de grupos de pesquisa.

Gráfico 5: Publicações Sobre a Implementação de Escolas Militarizadas, Segundo a Natureza do Trabalho (1990-2022)



Fontes: Catálogo de Teses & Dissertações – CAPES; SciELO – *Brazil*; Google Acadêmico, 2023.

Conforme a apresentação acima, podemos verificar que a maioria do que é produzido sobre o objeto corresponde a artigos. Notamos assim, a predominância de uma discussão mais aligeirada. Em segundo plano vemos as Dissertações, já as Teses aparecem em número menor.

Nossa pesquisa localizou apenas um grupo de pesquisa, por essa razão e pela sua natureza, não o contabilizamos no gráfico acima. Trata-se do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais e Juventude (GEPEJ) da Universidade Federal de Goiás. Formado em 2020, o grupo “[...] surge das inquietações dos pesquisadores de diferentes instituições e objetiva constituir-se em um espaço privilegiado para a reflexão sobre o campo das políticas educacionais e juventudes [...]” (GEPEJ, 2023). Dentre as inquietações, destaca-se a militarização das escolas públicas.

A partir deste panorama, buscamos localizar trabalhos que contextualizem a realidade mato-grossense, seja de autores que vivem no estado ou de outros que tem dialogado com a política educacional de Mato Grosso. Nossa pesquisa se deparou com apenas dois

resultados: o primeiro, trata-se de um artigo publicado na revista científica de pesquisa em segurança pública “Homens do Mato” de Cuiabá - MT. O segundo se trata de um artigo publicado na revista “Destaques Acadêmicos” sediada em Lajeado - RS.

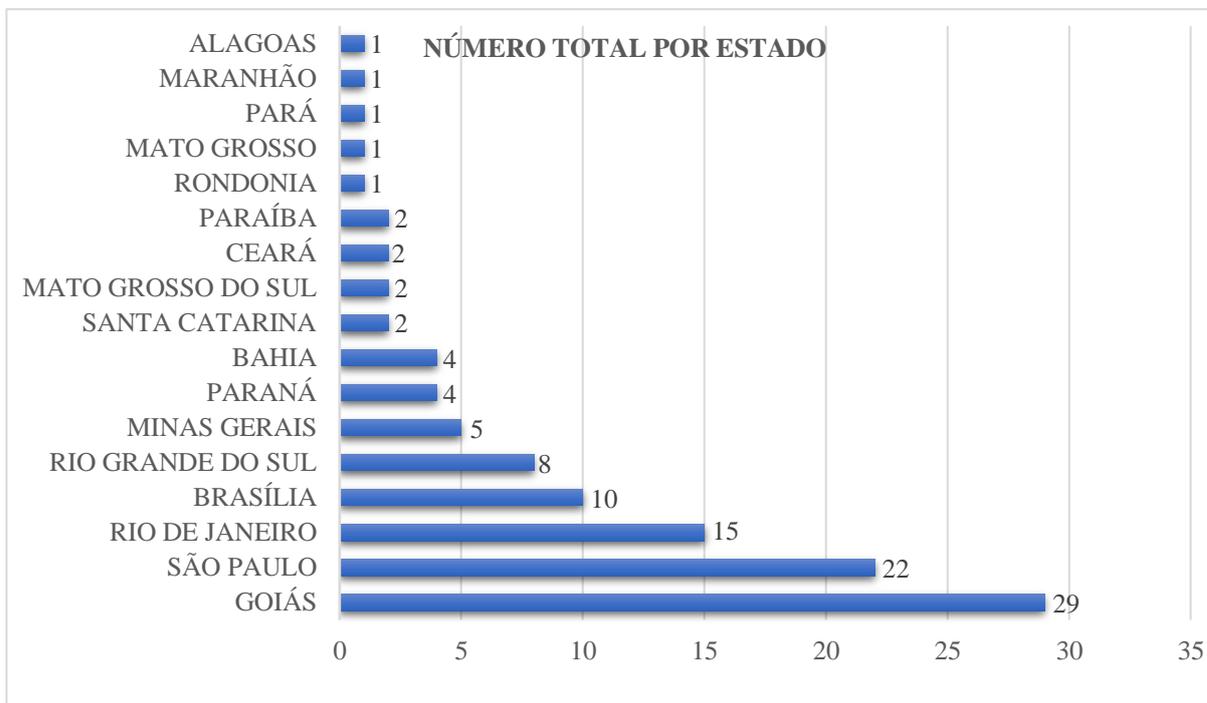
Com o título “A Percepção dos Servidores da Educação nas Escolas Estaduais Militares de Mato Grosso: houve mudanças quanto à gestão?” Os três autores (Brandão; Fortes; Silva; 2022) versam que os resultados das mudanças na cultura escolar a partir da transformação das escolas regulares em escolas militarizadas estaduais foram percebidos de forma positiva entre os servidores pesquisados. Na contramão desse argumento, os autores Mônica Médici, Domenico Médici e Marcelo Leão, que produziram (2020) o artigo “Militarização da Escola Pública: uma reflexão histórica do sistema educacional brasileiro e das lutas em mato grosso” sustentam que a militarização é um ataque à escola pública brasileira, bem como aos princípios da democracia.

Dessa forma, podemos perceber que o tema divide opiniões e está na rota das últimas pesquisas no campo das políticas educacionais, uma vez que ambos os artigos são recentes e tratam do mesmo assunto, porém de diferentes perspectivas. Podemos associar tal fato ao que acontece no cenário nacional, onde é possível verificar a existência de grupos sociais contra e a favor das escolas militarizadas.

Ainda na busca de qualificar os resultados obtidos, traremos adiante a relação das publicações por estado, segundo as mesmas fontes. Os dados revelam as unidades da federação que mais contribuem com as discussões em torno da temática.

Nesse ponto, é importante destacar que, para identificar o local de publicação dos artigos, e assim selecionar o estado, consideramos a localização da sede da revista científica a qual recebeu e publicou os artigos. No caso das teses e dissertações, consideramos os locais onde o curso de pós-graduação *strictu sensu* foi ofertado, estando este local registrado na própria obra (capa e contracapa).

Gráfico 6: Escolas Militarizadas – Artigos, Teses e Dissertações Publicados Entre 1990 e 2022 por Estado



Fontes: Catálogo de Teses & Dissertações – CAPES; SciELO-Brazil; Google Acadêmico; 2023.

Frente a este panorama, o estado de Goiás desponta na produção de trabalhos que debatem com o tema em questão. O gráfico 6, mostra que 29 trabalhos foram publicados nesse estado, o que corresponde a 26% de toda a produção brasileira no período informado. Nossa pesquisa deu conta de que no Centro Oeste, Goiânia e Brasília são os polos que mais atraem pesquisadores que buscam dialogar com essa temática.

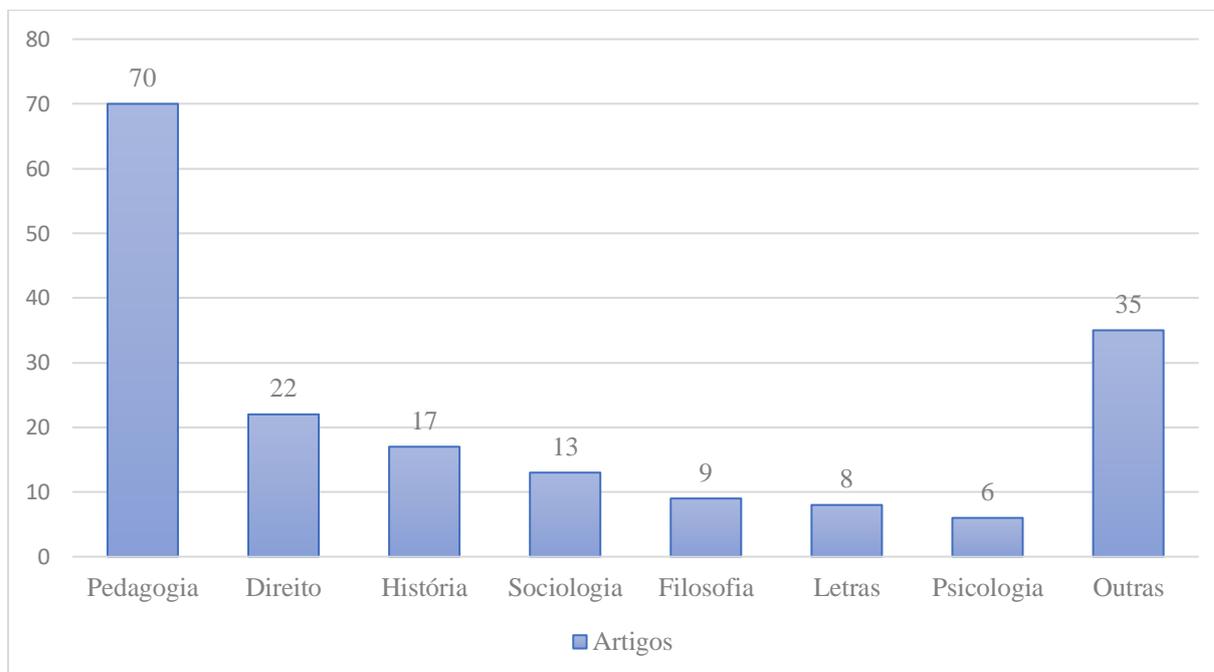
Ainda no mesmo gráfico, vemos que a região Sudeste aparece em segunda posição. Nossos estudos mostram que, nesta região, os estados de São Paulo e Rio de Janeiro são os que mais produzem sobre as escolas militarizadas. Na sequência, vem os estados do Sul, Nordeste e Norte.

A seguir veremos quem são esses pesquisadores que se dedicam ao tema em questão. Falaremos das formações das pessoas que produziram e publicaram os artigos, dissertações e teses que resultaram neste estado da arte⁵. Trata-se de uma averiguação mais

⁵ As colunas de números apresentados nos gráficos quatro, cinco e seis não totalizam a quantidade de artigos, dissertações e teses localizados nas plataformas, pois a informação foi coletada em quesito de marcação múltipla, ou seja, levamos em consideração as múltiplas formações dos autores pesquisados (ver apêndice A). Dessa forma, para cada trabalho publicado, foi adicionado a soma para cada uma das áreas de formação daquele(a) autor(a) que possui mais de uma graduação.

precisa das áreas de conhecimento que estão mais envolvidas com o processo de implantação das escolas militarizadas.

Gráfico 7: Artigos Sobre Implantação das Escolas Militarizadas Publicados Entre 1990 e 2022, Por Área de Formação dos Autores⁶



Fontes: SciELO – Brazil; Google Acadêmico, 2023.

Notamos que a maioria tem formação na área de pedagogia. Na sequência, destacam pesquisadores que possuem graduação em Direito. Posteriormente outras áreas do conhecimento aparecem, com destaque para três componentes das Ciências Humanas: História, Sociologia e Filosofia. Letras e Psicologia fecham a apresentação.

O gráfico acima destaca as áreas em que obtiveram ao menos cinco pesquisadores formados na área do conhecimento (ver apêndice A). As demais áreas obtiveram um número inferior a isso, são elas: Administração, Ciências Contábeis, Biologia, Química, Ed. Física, Economia, Ciências Navais, Ciências Militares, Jornalismo, Geografia, entre outros.

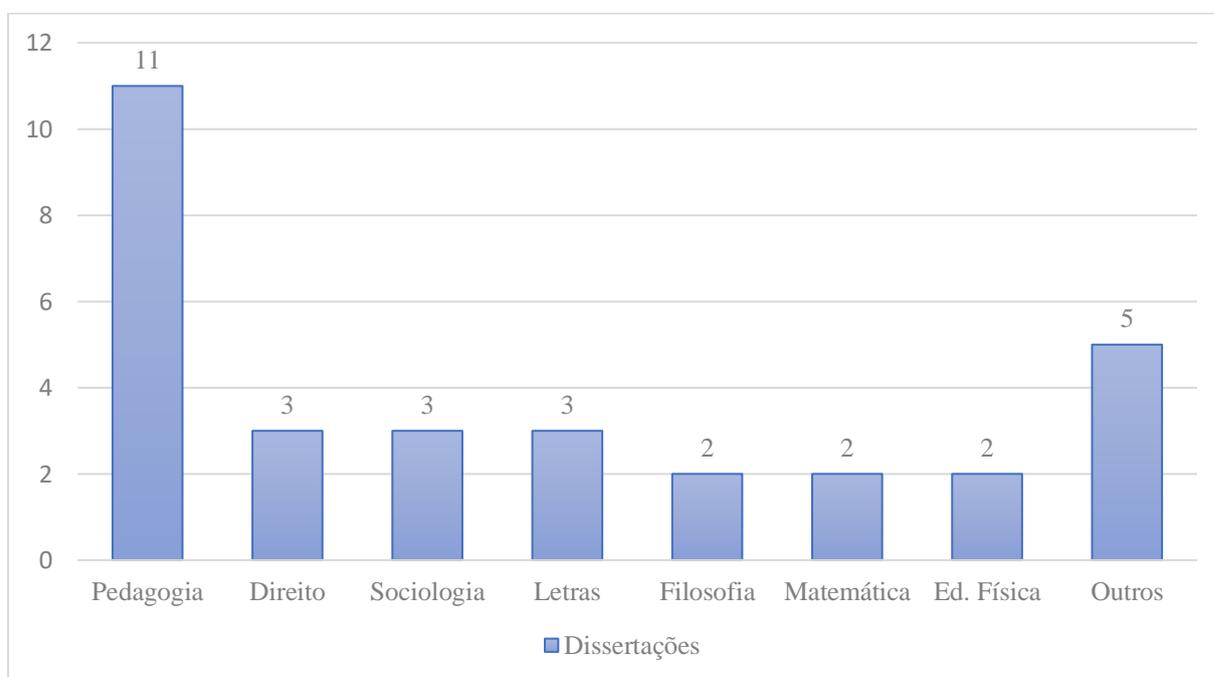
Com base nos dados apresentados, é possível afirmar que o número de áreas do conhecimento que se preocupam com a militarização do ensino é amplo. Assim como é fato que tal fenômeno pode impactar direta ou indiretamente os diversos espaços e dimensões do

⁶ As informações em destaque referem-se àquelas que alcançaram ao menos 5 (cinco) pesquisadores da mesma área e que tiveram suas publicações localizadas nas fontes citadas. As demais (Administração, Matemática, Química, Física, Ed. Física, Biologia, Serviço Social, Geografia, etc) integraram apenas o grupo indicado como “Outros”.

meio social, alterando a dinâmica das relações, quer se trata dos espaços educacionais, profissionais, no âmbito familiar, etc. Tal realidade se fundamenta na presença dos diversos pesquisadores que se debruçam para discutir a realidade de tal processo, bem como suas consequências, sejam elas positivas ou negativas, uma vez que, nesse elenco de autores existem aqueles que defendem as escolas militarizadas e outros que se opõem a essa política educacional.

A seguir, temos o panorama das Dissertações⁷ para o mesmo recorte temporal (1990-2022).

Gráfico 8: Dissertações Sobre Escolas Militarizadas Publicados Entre 1990 e 2022, por Formação dos Autores⁸



Fonte: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) 2023.

Novamente os profissionais formados em pedagogia se destacam. Assim como na publicação de artigos, os pesquisadores da área de Direito, Sociologia, Letras e Filosofia voltam a aparecer entre as áreas de formação inicial dos(as) autores(as). Matemática e Educação física aparecem entre as áreas que tiveram ao menos dois representantes.

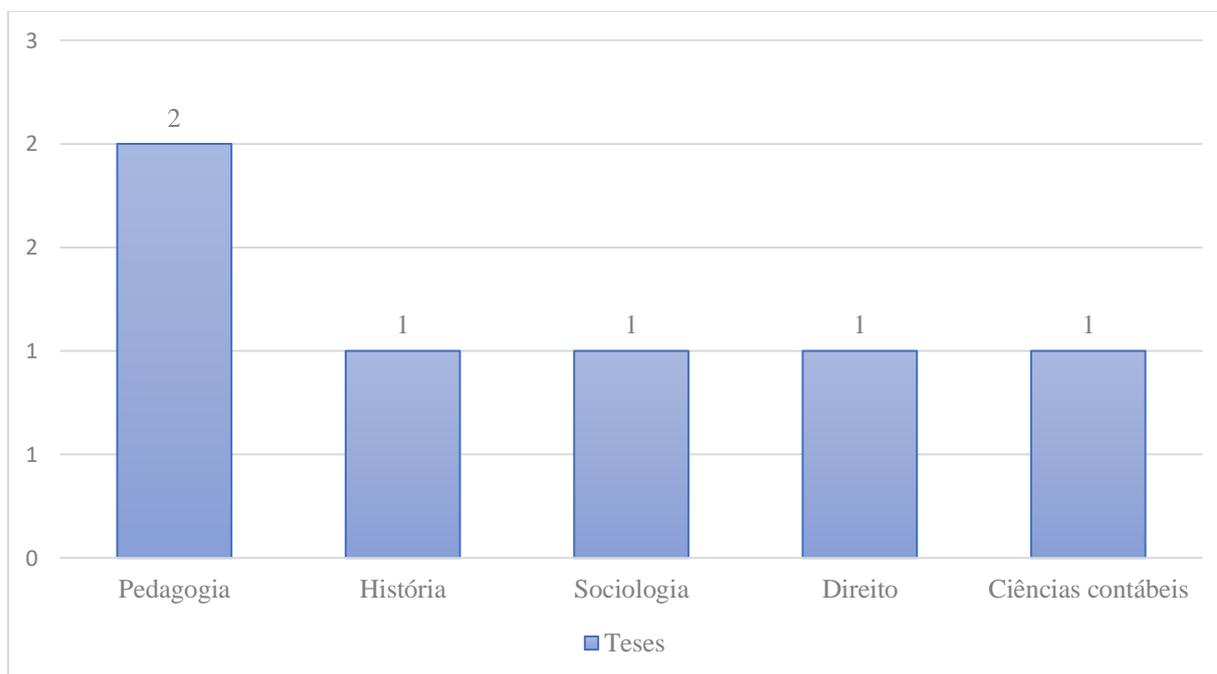
⁷ Vale lembrar que há dissertações que foram produzidos por autores que possuem mais de uma formação, portanto, as somas de cada graduação foram contabilizadas para os seus respectivos cursos.

⁸ As informações em destaque referem-se àquelas que alcançaram ao menos 2 (dois) pesquisadores da mesma área e que tiveram suas publicações localizadas na fonte citada. As demais (Física, Administração, Ciências Contábeis, História e Geografia) integraram apenas o grupo indicado como “Outros”.

Destaca-se que nossa pesquisa encontrou outras cinco formações, sendo uma correspondente a cada Dissertação, ou seja, não se repetem. Trata-se de pesquisadores formados em Física, Administração, Ciências Contábeis, História e Geografia.

Por fim, fechamos essa análise apresentando as formações dos cinco autores das Teses localizadas.

Gráfico 9: Teses Sobre Escolas Militarizadas, Publicadas Entre 1990 e 2022, por Área de Formação dos Autores



Fonte: CAPES, 2023.

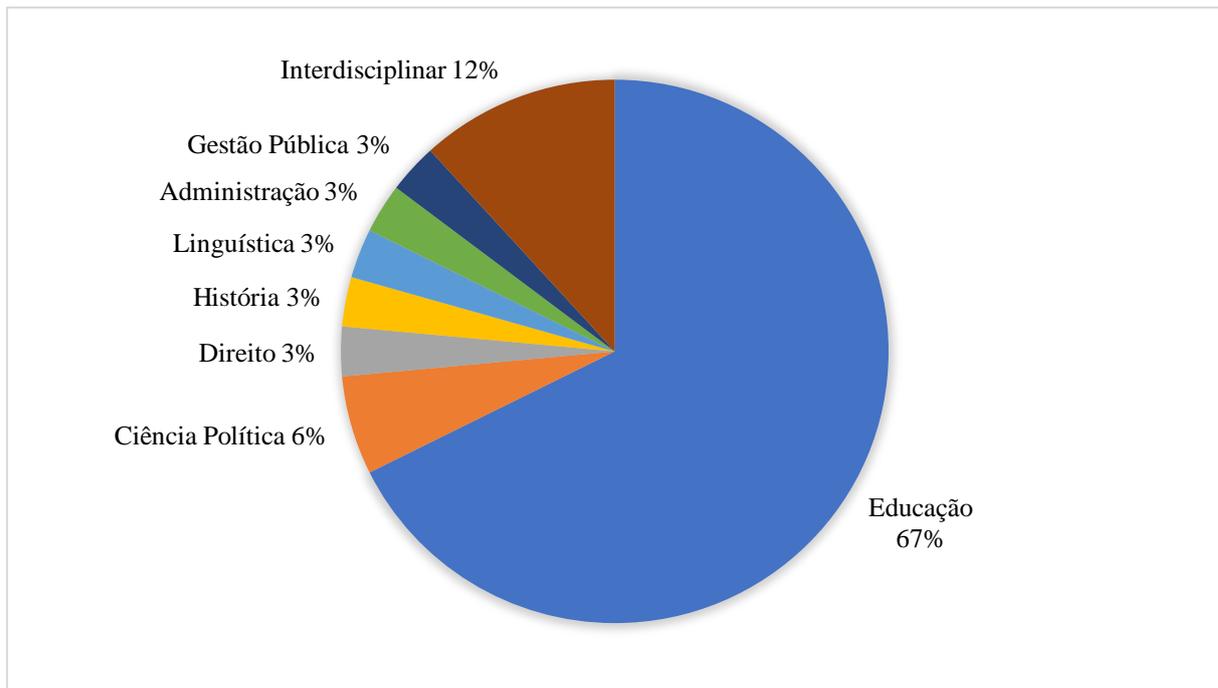
Assim como nos demais resultados, o(a)s pedagogo(a)s tomam a frente das discussões, apresentando um número superior às demais formações. Nesse caso, trata-se de duas pesquisadoras formadas em Pedagogia. Outros dois, um formado em História e outra em Sociologia, integram o quadro. Direito e Ciências contábeis correspondem a graduações de uma mesma pessoa⁹.

Em relação aos dois últimos gráficos, nos aprofundamos nas informações com o objetivo de desvendar as principais áreas que estão vinculadas aos programas de pós-graduação que se interessam pelo tema. Dessa forma, buscamos demonstrar por meio do gráfico abaixo a

⁹ Da mesma forma como nos gráficos anteriores, este apresenta colunas de números que não totalizam a quantidade de Teses, pois a informações levaram em consideração as múltiplas formações dos autores pesquisados. Nesse sentido destacamos uma das pesquisadoras que possui duas formações: Direito e Ciências Contábeis, contabilizando-as uma para cada coluna.

participação dos programas que produziram as teses e dissertações publicadas entre 1990 e 2022.

Gráfico 10: Número de Teses e Dissertações por Programa/Área Segundo a CAPES, Publicadas entre 1990 e 2022



Fonte: CAPES, 2023.

É compreensível a preponderância da área da Educação nas informações acima. Além disso, é necessário expor que foram localizadas 34 produções na fonte citada, dessas, ao menos 11 obras pertencem a outras 10 diferentes áreas do conhecimento. Portanto, mesmo que o número de trabalhos seja pequeno, frente ao recorte temporal de mais de três décadas, a produção é dinâmica.

Os dados apresentados acima revelam que a comunidade científica reagiu de imediato quanto à pauta que está em jogo. Se nos últimos anos, especialmente entre 2019 e 2022, o número de escolas militarizadas aumentou substancialmente, a quantidade de autores que se dedicaram ao estudo deste fenômeno não foi diferente. Nesse sentido, as discussões que orbitam a temática têm se mostrado cada vez mais presente, frente a magnitude da questão.

Nesse contexto presenciamos a angústia de alguns pesquisadores na ânsia pela corrida contra a militarização da educação. Alves e Toschi (2019) asseveram sobre a baixa mobilização de autores em periódicos, frente a ascensão do processo de militarização:

Importa destacar que, assim como o fenômeno da militarização é recente e avassalador nas consequências para as redes públicas de ensino, a produção do conhecimento sobre esse modelo de escola tem ganhado destaque e cresce nas universidades brasileiras, na produção de teses e dissertações. No entanto, sua divulgação nos periódicos ainda é muito incipiente, tendo obtido pouco espaço nas publicações brasileiras no conjunto das temáticas em educação. Considerando as dificuldades e o modelo que inspira essa produção acadêmica, podemos sinalizar que ainda precisamos de maior articulação entre os pesquisadores da área, das perspectivas pesquisadas e a divulgação do conhecimento produzido. [...] (2019, p. 643).

Apesar da pouca participação de trabalhos em revistas científicas, as autoras destacam a crescente produção nas universidades, principalmente em programas de pós-graduação, gerando resultados que são publicados através das Teses e Dissertações. Isso pôde ser visto no gráfico 4 (quatro) onde revela que o número destas produções saltou de 05 (cinco) em 2018 para 27 no ano de 2022.

No caso dos periódicos, nossa pesquisa mostrou que foram realizadas 88 publicações entre os anos de 1990 e 2022 em diversas revistas científicas e eventos acadêmicos. As fontes revelam que o artigo representa 72% dos trabalhos publicados durante esse período, sendo o principal meio de comunicação e exposição das pesquisas de cunho científico sobre a militarização da educação. Mesmo assim está muito aquém se consideramos a relevância da questão, visto que a alternância do modelo de educação pode impactar diferentes setores da sociedade.

Os resultados obtidos através de nossas pesquisas revelam que diversos setores da sociedade têm denunciado as implantações das escolas militarizadas em todo o Brasil. Vimos que a ala científica vem publicando trabalhos sobre os mais diversos aspectos inerentes a essas escolas. A grande maioria analisa de forma negativa a intervenção militar nas unidades de ensino. No caso de Mato Grosso, vimos que a disseminação deste modelo escolar vem causando preocupações em partidos políticos, sindicatos e em alguns movimentos estudantis. Estes movimentos de resistência têm demonstrado insatisfação a essa política educacional.

Apesar disso, a geografia ainda se mostra tímida em comparação com outras ciências. Os resultados mostram que os geógrafos e geógrafas têm pouco contribuído com a temática, o que nos chama atenção frente à relevância do assunto e a natureza elementar da ciência geográfica no estudo das políticas públicas para a educação.

2.2 A incipiência das produções geográficas no Brasil sobre as escolas militarizadas

Notamos que a maioria dos(as) pesquisadores(as) tem formação inicial na área de Pedagogia. Se observarmos as demais áreas, veremos que a maioria pode estar relacionada ao campo da Educação, com licenciaturas correspondentes. Educação Física, Filosofia, Física, História, Letras e Sociologia são também disciplinas escolares e possuem cursos de licenciatura a elas relacionadas. Não podemos afirmar que os(as) autores(as) são docentes da Educação Básica, mas não podemos negar a relação, mesmo não direta, entre esses campos disciplinares e as escolas. Em outras palavras, de acordo com os gráficos, com exceção da formação em Direito e Ciências Contábeis, todos/as os(as) autores(as) provavelmente têm algum tipo de diálogo com a educação básica, independente de serem docentes ou não. O que chama a nossa atenção é a ínfima participação da produção geográfica nessa discussão.

Merece destaque o elevado número de trabalhos de pesquisadores cuja formação é distinta. Isso nos mostra que a relação entre escolas e militarismos se tornou uma questão importante na sociedade e no meio acadêmico, e passou a ser objeto de investigação de pesquisadores de diversas áreas.

O crescimento do número de trabalhos acadêmicos em torno da temática das escolas e militarismo, sobretudo a partir de 2019, indica ao mesmo tempo, a consolidação dessa temática na nossa sociedade e no meio acadêmico. Em outras palavras, não é coincidência que as conclusões de teses e dissertações, a partir de 2019, sobre o tema aconteça em um contexto de ampliação dos projetos de militarização das escolas públicas. O crescimento do número de escolas militarizadas, assim como o de projetos, seja ao nível municipal, estadual ou federal, de fomento à militarização das escolas, se tornou um fato. A partir deste fato, pesquisadores passaram a se debruçar sobre a temática e o objeto.

Procuramos identificar somente este quantitativo e algumas características mais gerais das pesquisas, como os programas de pós-graduação onde foram desenvolvidas as pesquisas, as unidades da federação e as áreas de origem dos pesquisadores. Isso porque nossa intenção, nesse tópico, era a de mapear as produções realizadas na Geografia, pois entendemos que tanto as escolas militarizadas quanto as escolas militarizadas ou cívico militares, são temas e objetos potenciais de estudos na área. Afinal, falamos de redes de escolas públicas, de relação entre instituição escolar e comunidades no território, de materialização de políticas neoliberais no espaço, de controle e produção cotidiana do espaço escolar, enfim, de uma série de possibilidades de questões espaciais e geográficas; explicitamente geográficas.

Nossa surpresa com a ausência de trabalhos vindos da Geografia, sobre escolas militarizadas, nos levou a indagar sobre os motivos para esse “silêncio”. A maior parte delas

não cabe nesta dissertação, pois são meras especulações e mereceriam uma investigação mais profunda. Contudo, essa nossa busca constata a inexistência ou incipiência (no caso de algum trabalho que não tenhamos identificado) da abordagem geográfica sobre um fenômeno educacional, geográfico, político e social.

Historicamente, a geografia tem se mostrado pragmática no trato das políticas públicas para a educação. Sob o viés crítico de corrente marxista, essa ciência tem olhado para os diversos meios sociais e apontado para várias problemáticas que dizem respeito aos efeitos consequente das relações sociais tidas no tempo e no espaço. Porém, assim como qualquer outra doutrina, o olhar geográfico não tem alcançado todas as mazelas como deveria. Urge então uma proposta de adentrar as causas de interesse dela e das políticas públicas para que novas propostas sejam apresentadas.

3 A GEOGRAFIA DAS ESCOLAS MILITARIZADAS

A militarização da educação de Mato Grosso caracteriza-se pela sua complexidade ao passo que, na maioria das implementações, o processo não segue a normalidade estabelecida em lei, tornando-se assim, ilegal. Concomitante à expansão desse modelo, assistimos a um fenômeno de elitização dessas unidades escolares, uma vez que elas têm atraído estudantes oriundos de classes sociais mais elevadas, podendo tal fato ser verificado nos dados do Índice Sócio Econômico (INSE) disponibilizados pelo INEP. Nesse ínterim, representantes políticos têm enxergado as escolas militarizadas como um instrumento de aquisição de votos, frente a aceitação desse modelo por grande parte da sociedade.

3.1 A complexidade subjacente da militarização

Revisitamos os dados referentes aos projetos que estavam em tramitação até o final de 2022, e que dizem respeito aos pedidos realizados pelos deputados estaduais para o poder executivo sugerindo a implantação de escolas militarizadas sejam elas em colaboração com a Polícia Militar (PM) ou com o Corpo de Bombeiros Militar (CBM). Realizamos a busca através do *site* da Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT), por meio da aba “projetos em tramitação”. Para filtragem, utilizamos como descritor as seguintes expressões: Escola Militar e Colégio Militar. Por fim, fixamos a busca a partir de 2014, pois foi o ano de reestruturação e integração definitiva das Escolas Tiradentes e Dom Pedro II à estrutura organizacional da PM e do CBM possibilitando, desse modo, que esse modelo de escola se replicasse no interior do estado (Tiellet, 2022).

Apesar da reestruturação no Estatuto dos Militares do Estado de Mato Grosso, bem como a Resolução Normativa nº 005/2015 do Conselho Estadual de Educação, não há registros de solicitação para implementação de escolas militarizadas nos anos de 2014 e 2015.

No ano de 2016, tivemos duas indicações para a implementação de escolas militarizadas. Ambas de autoria do deputado Coronel Taborelli (PV). No ano de 2017, foram 10 pedidos de implantação dessas escolas em vários municípios do estado. Destes, seis foram realizados pelo Deputado Sebastião Rezende (PR), um pelo Deputado Dr. Leonardo (PDT), dois pelo Deputado José Domingos Fraga (PSD) e um pelo Deputado Dilmar Dal Bosco (União Brasil). Em 2018, ano de eleições para deputados, senadores, governadores e presidente, o número de indicação à implementação dessas escolas foi reduzido. Assim, foram quatro

pedidos: dois pelo Deputado Sebastião Rezende (PSC) e dois pelo Deputado Dilmar Dal Bosco (União Brasil).

Em 2019, ano do primeiro mandato dos políticos eleitos, o número de indicações para a implantação das escolas militarizadas no estado emergiu de forma vertiginosa. Foram 164 pedidos feitos para o então governador eleito, Sr. Mauro Mendes. Os Deputados Nininho (PSD), Dr. João (MDB) e Wilson Santos (PSD), protocolaram um pedido cada. Nos demais, dois foram registrados pelo Deputado Ulysses Moraes (DC); três por Paulo Araújo (PP), seis pelo Deputado Xuxu Dal Molin (PSC) e 17 pelo Deputado Elizeu Nascimento (DC). Já o Deputado Sebastião Rezende (PSC) protocolou 134 pedidos de implementação de escolas militarizadas em quase todos os 142 municípios do estado de Mato Grosso.

O Deputado Dr. Eugênio (PSB) foi o único a indicar a implantação de uma escola militar no ano de 2020. O pedido indica o município de Água Boa para tal implementação. No ano de 2021 foram sete pedidos: dois pelo Deputado Xuxu Dal Molin (PSC), um pelos Deputados Gilberto Cattani (PL) e Delegado Claudinei (PSL); e três pelo Deputado Sebastião Rezende (PSC).

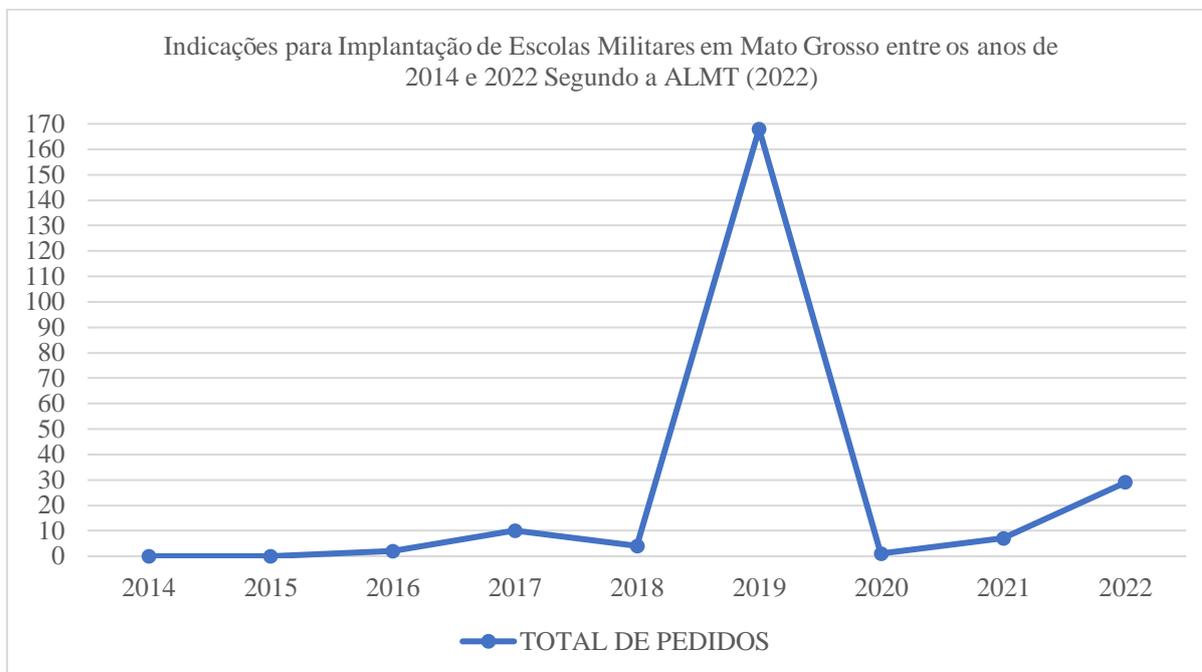
Em 2022, ano de eleição para o quadriênio 2023-2026, foram registrados, até aquele momento, 29 pedidos de implantação de escolas militarizadas. Os deputados Xuxu Dal Molin (União Brasil), Delegado Claudinei (PL) e Dr. Eugênio (PSB) protocolaram um pedido cada. O Deputado Elizeu Nascimento (PL) fez duas solicitações e o Deputado Sebastião Rezende (União Brasil) protocolou 24 pedidos.

No período que compreende os anos de 2014 a 2022 foram protocolados, ao todo, 221 pedidos de implementação de escolas militarizadas no estado de Mato Grosso. Desse total, parte dessas indicações foram acatadas pelo atual governador, visto que, desde 2019, foram implantadas 14 unidades segundo dados da Unidade de Microplanejamento da Secretaria Estadual de Educação (SEDUC).

O número de escolas militarizadas implantadas (na prática) em comparação com o total de pedidos registrados na Assembleia Legislativa do Estado, revela que o maior interessado por uma educação a estes moldes diz respeito ao poder legislativo, mais precisamente a um conjunto de 13 deputados. Vale lembrar que a ALMT conta com um total de 25 membros, ou seja, mais da metade defendeu a militarização das escolas. Contudo, foram nove deputados que mediarão ou influenciaram a implantação das escolas estaduais militarizadas que existem hoje em Mato Grosso, isso corresponde a mais de 1/3 da casa.

Para melhor elucidar estes dados, produzimos um gráfico que apresenta essa evolução no número de pedidos realizados pelo legislativo e enviados ao poder executivo.

Gráfico 11: Número de Pedidos para Implantação de Escolas Militarizadas



Fonte: ALMT, 2023.¹⁰

A tímida participação do poder legislativo nos anos de 2014 e 2015 revela a baixa mobilização dos deputados em relação a essa pauta. No cenário político nacional, eram os dois primeiros anos da então presidente Dilma Rousseff (PT) no poder executivo. A partir de 2016 o gráfico já mostra os primeiros movimentos na política de implantação de escolas militarizadas em relação às proposições. No plano federal, foi o ano em que a presidenta eleita sofre o *impeachment* pelo Congresso Nacional.

Uma hipótese que pode estar relacionada com a redução no número de indicações em 2018, foi o fato de ser um ano de eleição, período este em que a maioria dos parlamentares se empenham na realização de campanhas, seja para reeleição ou para apoiar outros candidatos do mesmo partido ou da mesma coligação.

O ano de 2019 se mostra um tanto quanto atípico quando comparado com os demais períodos. Trata-se do primeiro ano de mandato dos novos governadores, deputados, senadores

¹⁰ MATO GROSSO. Assembleia Legislativa (ALMT). **Projetos em tramitação**. Disponível em: <https://www.al.mt.gov.br/proposicao/>. Acesso em: 02 set. 2023.

e do presidente eleito, Jair Bolsonaro. Foi o ano em que houve o maior número de pedidos para a implementação de escolas militarizadas em todo o estado de Mato Grosso. Após isso, o número de solicitações foi quase esgotado em 2020, voltando a ascender nos anos de 2021 e 2022, anos estes de novas eleições.

De todas as atuações, destaca-se o deputado Sebastião Rezende que protocolou um total de 169 pedidos entre os anos de 2017 e 2022. Esse número é maior que o total de municípios (142), podendo indicar que o mesmo pode ter protocolado mais de um documento para a mesma cidade ou realizou o pedido mais de uma vez para um mesmo município.

Sobre esse parlamentar, daremos ênfase à sua vida pública no tópico 3.4 onde iremos discorrer sobre a relação política/empresarial no processo de implantação das escolas militarizadas em Mato Grosso. Veremos também as acusações e processos judiciais que envolvem este e outros deputados no âmbito de suas carreiras políticas.

O plano de governo do candidato Mauro Mendes apresentado ao Tribunal Superior Eleitoral em agosto do ano de 2022, para o quadriênio 2023-2026, não faz menção a qualquer tema ou assunto que trata da transformação ou criação de escolas militarizadas. Da mesma forma que ocorreu nas eleições de 2018, o atual governador se calou diante dos eleitores, promovendo incertezas quanto a essa pauta.

A medida em que essa política de alternância do modelo educacional vai prevalecendo, aumenta-se a hipótese de que a implantação de escolas militarizadas surgiu como manobra política/eleitoreira entre o governador, parlamentares e autoridades locais. Oliveira (2016) assevera que “Se tomarmos a leitura da reação social sobre o processo de implementação das escolas militarizadas, observaremos que sua emergência tem se metamorfoseado em uma moeda eleitoral [...]” (p. 41). Isso significa afirmar que a classe política tem percebido uma aclamação de grande parte da sociedade pela intervenção militar nas diversas áreas sociais, sobretudo na Educação. Tal acolhimento se tornou sinônimo de votos para aqueles que apostam nesse método de governança.

A respeito dessa estratégia cuja finalidade é angariar mais votos, tomemos como exemplo o caso de uma escola de Canarana, cidade que se localiza a pouco mais de 600 km da capital Cuiabá. No ano de 2022, a Escola Estadual Paulo Freire foi militarizada, passando a denominar-se “Escola Estadual Militar Tiradentes Cabo PM Sebastião Ferreira Miranda”, por força do decreto nº 1.589, de 22 de dezembro de 2022. Tal procedimento se deu após indicação (nº 196/2022) do deputado estadual José Eugênio de Paiva (Vulgo Dr. Eugênio) do PSB, que

em 09 de fevereiro de 2022 protocolou (Protocolo nº 519/2022) o documento na secretaria de serviços legislativos.

As justificativas utilizadas pelo parlamentar para a implantação dessa unidade escolar pautaram-se em três argumentos: qualidade do ensino, cumprimento de regras pelos estudantes e anseio das famílias canaranenses pelo modelo escolar (Paiva, 2022). Além disso, o deputado ainda cita que “a referida demanda atende a solicitação do Vereador por Canarana, Sancler da Silva Santarém, através do Ofício nº 013/GabVSTSS/2022, referente ao pedido de transformação de Escola Estadual em Escola Militar Tiradentes.” (Paiva, 2022, p. 01).

O vereador Sancler Santarém do PSD é também Subtenente da Polícia Militar, naquele ano estava no seu primeiro mandato. Segundo a página da câmara dos vereadores de Canarana, dentre as comissões em que esteve como membro, destaca-se a Comissão de Educação, Cultura, Saúde, Assistência Social, Previdência, Esporte e Lazer, em que atuou como relator entre fevereiro de 2021 e dezembro de 2022. Foi nesse período que o mesmo emitiu e enviou o ofício ao deputado estadual Dr. Eugênio solicitando a militarização de uma escola estadual.

Tal relação entre um deputado estadual e um político local nos remete ao final do século XIX e início do século XX, em que um político de maior escala tinha uma grande influência numa determinada região através dos coronéis, o que ficou conhecido como coronelismo.

[...] O coronelismo se caracterizou pelo rígido controle dos chefes políticos sobre os votos do eleitorado, constituindo os “currais eleitorais” e produzindo o chamado “voto de cabresto”. Isto é, o eleitor e o seu voto ficavam sob tutela dos coronéis, que deles dispunham como coisa sua. (Martins, 1981, p. 46)

Na prática, esse homem público era bem votado, seja pela popularidade ou por coação praticada pelo coronel, que forçava seus empregos e pessoas próximas a votarem no candidato que o ajudaria mais tarde, num esquema de reciprocidade.

No caso dos agentes citados acima, temos um exemplo que ilustra tal prática. O deputado estadual Dr. Eugênio é um velho conhecido da população de Canarana. Segundo o perfil do deputado, no site da ALMT, o mesmo já exercera medicina no município citado em anos anteriores. Passou a se dedicar na vida pública a partir de 2012 ao ser eleito vereador pelo município de Água Boa atuando até 2016. Em 2018 se lançou como candidato a deputado estadual, sendo eleito com 13.458 votos. Destes, 2.675 saíram de Canarana, segundo município em que o parlamentar obteve mais votos, ficando atrás apenas de Água Boa. Em 2022 Dr.

Eugênio tornou-se a candidatar e conquistar novamente uma das cadeiras da Assembleia Legislativa. Desta vez, o deputado obteve 25.378 votos. Canarana mais uma vez foi um dos municípios que protagonizou sua eleição, depositando 2.326 votos (segundo município) de acordo com os resultados disponíveis no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Vimos que em relação ao processo de militarização da Escola Estadual Paulo Freire, houve resistência por parte da comunidade escolar. Apesar disso, a maioria, incluindo pais e responsáveis legais dos estudantes, votou para a transformação da unidade educacional seguindo a lógica trazida anteriormente que trata dos anseios da população que vê na militarização a solução para a melhoria da educação.

Dr. Eugênio e o ex-deputado estadual Sr. Silvio Fávero, protagonizaram a realização de uma “audiência pública” em setembro de 2019 na câmara de vereadores de Barra do Garças. Naquela ocasião, o que se discutia era se o prédio da antiga Escola Dom Bosco deveria ser usado para a instalação de uma creche ou a implantação de uma escola militar. A audiência se deu por requerimento do então Deputado Silvio Fávero, autor da lei 10.922/2019 que criou o “programa de gestão compartilhada cívico-militar para a criação ou transformação de unidades específicas da rede pública de ensino” (Mato Grosso, 2019).

A audiência pública é vista como uma importante ferramenta que tem por objetivo ouvir a sociedade a respeito de algum problema que atinge a comunidade.

A audiência pública tem por escopo um amplo debate com os atores sociais, de forma a engajá-los na busca de formas para a solução de problemas que afligem esse núcleo social. Poderá servir, também, como instrumento para colheita de mais informações ou provas (depoimentos, pareceres de especialistas, documentos, etc) sobre determinados fatos. (César, 2011, p, 261)

Dessa forma, é indubitável haver uma discussão acerca da melhor destinação do prédio da antiga escola. O melhor caminho ao debate deve ser o da audiência pública onde os diferentes segmentos da sociedade, sobretudo aqueles que serão afetados diretamente com a decisão do poder público, poderão expor suas dúvidas, anseios e sugestões, uma vez que ali terá estabelecido a opinião pública.

Tivemos acesso à ata onde se registrou todos os acontecimentos dessa reunião. A mesma pode ser acessada no site da câmara municipal de Barra do Graças, local de realização do evento. Os escritos iniciais mostram que além dos deputados citados, a mesa de honra foi composta por autoridades locais: vice-prefeito, vereadores e um conselheiro municipal de educação; além de militares do alto escalão do comando regional. Nenhum integrante do sindicato ou profissional da educação compôs a mesa principal. Posteriormente, exporemos

alguns trechos registrados no documento de registro. Neles, poderemos analisar o teor do que consideramos como importantes falas e ideias sobre o assunto estudado.

Após assistirem a um vídeo em que mostra a rotina organizada, sistemática e regrada de uma estudante (Helena) de uma escola militar (não especificada), o deputado Silvio Fávero faz a seguinte pronúncia:

[...] É isso que nós queremos para o nosso Brasil, para o nosso Mato Grosso e para os nossos filhos. Deus, família, patriotismo, através da hierarquia, da disciplina, do amor a nação para transformamos líderes do amanhã. Dessas escolas sairão presidente da república, senadores, governadores, prefeitos, lideranças e militares. Brasil acima de tudo. Deus acima de todos [...]. (Fávero, 2019, p. 5)

O deputado sugere que a chegada da escola militar na cidade de Barra do Garças fará com que os estudantes adquiram novas práticas no seu dia-a-dia, como a da jovem Helena transmitida no vídeo. O mesmo sugere que a competência de características ligadas ao militarismo é um fator para uma vida promissora. O *slogan* “Brasil acima de tudo. Deus acima de todos” sugere uma adoração de Fávero com o ex-presidente Jair Bolsonaro que vez ou outra proferia esse lema integralista de inspiração fascista.

Os elementos destacados podem revelar um partidarismo da reunião sobre a implantação da escola militar. Fávero elaborou uma lei para a criação e transformação de escolas civis em militarizadas em Mato Grosso (10.922/2019), era filiado ao mesmo partido de Bolsonaro (PSL), e foi o mesmo que requisitou junto as lideranças locais o encontro para tratar dessa pauta. A audiência aconteceu no embalo da promulgação do decreto 10.004/2019 que criou o PECIM e dos mais de cem pedidos de implementação de escolas militarizadas por todo o estado de Mato Grosso feitos pelos parlamentares.

Mais uma vez, aproveitando o passe da palavra, Silvio Fávero expõe sua vontade e revela parte de uma articulação política para proliferar unidades de ensino militarizadas pelo país.

[...] O deputado estadual Silvio Fávero diz: Weliton, nosso vice-prefeito, eu quero dizer pra você que Lucas do Rio Verde, vou dar exemplo de Lucas porque sou de lá e vejo de frente. Lá é locado a escola. E, nós conseguimos, Lucas, em cento e vinte dias deixar a escola pronta para atender os alunos. Cento e vinte dias. E, Barra do Garças está com um momento ímpar. Como eu disse antes, as crianças são nossa prioridade também. E, dinheiro, vamos falar assim essa palavra clara, vai vim uma verba federal. O presidente, eu tive em Brasília semana passada, junto com o ministro, onde tiver as escolas militares terá um dinheiro destinado para as escolas militares [...]. (Fávero, 2019, p. 11)

Nesse trecho, Fávero responde a uma indagação do ex-vice-prefeito Weliton Marcos sobre a origem do recurso financeiro para as adequações do prédio que seria o local da escola militar. Porém, há de se lembrar que a discussão se dava em torno da implantação de uma unidade do modelo de escola militar Tiradentes do estado de Mato Grosso. Nesse caso, não haveria de se falar em verbas federais, uma vez que tal programa é fomentado e mantido pela Secretaria Estadual de Educação (SEDUC). Porém, o que se vê é uma defesa infundada da ex-deputado estadual dando a entender que o governo federal poderia ajudar financeiramente a instalação da referida escola, o que destoa do PECIM, uma vez que este programa sugere a ajuda com pessoal (militares da reserva) e financeira a partir de uma pactuação objetivando a transformação das escolas civis em escolas cívico-militares (Decreto 10.004/2019), ou seja, apenas as do modelo federal.

Por fim, citamos a fala do Sr. João Rodrigues de Souza (Joãozinho) ex-vereador de Barra do Garças, que em sua fala diz que vê com muita alegria e que torce para que as metodologias das escolas cívico-militares sejam implantadas em todas as escolas. “É indubitável que as nossas crianças precisam de disciplina” (Souza, 2019, p. 18).

A fala do membro do legislativo é passível de questionamento, pois fere princípios (já elencados) previstos tanto da Constituição Federal quanto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Além disso, é preciso explorar o que o “Joãozinho” entende por disciplina, uma vez que práticas militares, conforme analisado por nossa pesquisa, extrapola os conceitos comportamentais adequados para as diversas práticas inerentes ao ensino.

A audiência pública realizada não teve votação. Cada membro da mesa defendeu sua ideia (todos a favor da escola militar). Aos presentes, foi aberto a possibilidade de manifestação ou pergunta com limitação de tempo. Todos que pediram a palavra, defendiam a implantação de uma escola militar no local. Alguns generalizam dizendo que era “da vontade de todos levar uma unidade desse modelo para Barra do Garças”. O último a falar foi o deputado estadual Dr. Eugênio que elogiou o colega com que divide espaço na Assembleia Legislativa (Silvo Fávero), agradeceu a presença e despediu de todos.

3.2 A ilegalidade

No âmbito da discussão em torno da intervenção militar nas unidades de ensino público do nosso país, há pesquisadores que questionam a legalidade do funcionamento das escolas militarizadas. A maioria deles discorrem sobre o fato de as polícias militares e corpo de

bombeiros não haverem competência para atuar nas escolas públicas cujas finalidades não sejam as mesmas dos colégios militares, ou seja, preparar o aluno para atuar na carreira militar como acontece nas unidades educacionais regidas pela Diretoria de Educação Preparatória e Assistencial (DEPA) do Exército Brasileiro.

Outros argumentos dizem respeito a princípios constitucionais que permeiam a educação do nosso país. Santos (2020) alerta para a falta de amparo legal para um arranjo militar em escolas públicas. O autor ressalta “[...] que a militarização se configura como uma situação que foge às normas legais, tanto a de escolas estaduais como de municipais [...]” (2019, p. 249). Este pesquisador, além de catalogar as escolas militares do Brasil, realizou uma ampla discussão em torno dos conceitos relacionados a diversas nomenclaturas que dão a esse modelo de ensino, além dos impactos e tendências quanto à implantação das mesmas.

Para esclarecer tal discussão, revisitamos a Constituição da República Federativa do Brasil (1988), no que concerne à competência dos dois órgãos ligados à Secretaria de Segurança Pública (Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar), que estão diretamente ligados ao objeto de pesquisa. No Artigo 142, em seu parágrafo 5º, consta que “às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil” (Brasil, 1988).

Portanto, vemos que no referido artigo da Constituição ficam explícitas as funções desses órgãos. Em tese, trata-se de garantir a segurança atuando principalmente em locais públicos para a PM; além das ações preventivas, de socorro e assistenciais no caso do CBM. Desse modo, ainda que a escola seja um local público, não há na carta magna amparo legal que delegue aos militares a atuação em atividades diretamente ligadas ao ensino ou à disciplina escolar.

Ainda à luz da Constituição Federal, vejamos que no inciso primeiro do artigo 206, o texto traz que, dentre os princípios básicos da educação, temos aquele que se refere à “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (Brasil, 1988). Nesse sentido, partimos do pressuposto de que o Estado deve oferecer condições para que a população possa ingressar no ensino básico, delegando aos estados federativos a incumbência de promover tal acesso naquilo que for de competência dele, conforme é também estabelecido na Lei de Diretrizes e Bases para a Educação (Lei 9.394/96).

No que diz respeito à permanência, fazemos uma análise partindo da premissa de que é necessário criar meios para que o estudante se sinta parte da escola, de modo que o ensino

possa fazer sentido em sua vida. Dessa forma, entendemos que a permanência vai depender, além de outros fatores, da dinâmica e dos procedimentos que acontecem dentro do estabelecimento de ensino.

Sobre esse tema, trazemos ao debate o artigo 7º da lei nº 11.273, de 18 de dezembro de 2020, legislação esta que “regulamenta o funcionamento e a criação ou transformação, no âmbito da PMMT, das Escolas Estaduais da Polícia Militar Tiradentes, e no âmbito do CBMMT, das Escolas Estaduais do Corpo de Bombeiros Militar Dom Pedro II [...]” (Mato Grosso, 2019). Portanto, em relação ao acesso do estudante à escola, o referido artigo traz o seguinte:

§ 1º Quanto ao ingresso dos alunos às Escolas Estaduais Militares que passaram pelo processo de transformação, serão garantidas a permanência e a matrícula aos alunos manifestamente interessados em permanecer sob gestão do novo modelo, e nos anos subsequentes, o processo será seletivo, inclusive para o preenchimento daquelas vagas dos alunos que decidirem não permanecer na unidade escolar militar. (Mato Grosso, 2020)

O fato de submeter uma pessoa à realização de uma avaliação prévia para ingressar na escola fere o princípio da igualdade de acesso, ao passo que somente os candidatos que obtiverem as melhores notas no processo seletivo terão a preferência para estudar na unidade de ensino. A Constituição Federal bem como a LDB não prevê tal procedimento, portanto, temos de início uma suposta ilegalidade no que diz respeito a este princípio.

Ainda no artigo 7º da referida lei, o seu parágrafo 2º prevê que “serão destinadas 20% (vinte por cento) das vagas existentes para preenchimento por dependentes legais de militares estaduais aprovados em teste seletivo, sendo as demais vagas, inclusive as eventualmente remanescentes do percentual acima, ocupadas pelos demais candidatos aprovados, observada a ordem de classificação do processo seletivo.” (Mato Grosso, 2020).

Mais uma vez a Lei estadual sobrepõe à Constituição Federal ao discriminar os candidatos que pretendem ingressar na escola e dar preferência a filhos e dependentes legais de militares. Tal procedimento vai de encontro à igualdade de acesso, pois favorece um segmento da população em detrimento de outros. Este método de destinar parte das vagas para filhos de militares é comum nos colégios militares regidos pelas forças armadas, pois como mencionado anteriormente, essas unidades educacionais têm finalidades distintas das escolas públicas civis, militarizadas.

As atividades desenvolvidas no interior das escolas são de suma importância para o ensino e a aprendizagem. Tais procedimentos dizem respeito às tarefas realizadas em sala de

aula e aos processos dinâmicos desenvolvidos fora dela (pátio, biblioteca, quadra de esportes, refeitório, entre outros). Nesse sentido, é pertinente relacionar tais atividades com a permanência dos estudantes na escola, uma vez que elas podem estar relacionadas à personalidades e estilo de vida dos discentes que convivem no mesmo ambiente. Assim, dizemos que a escola adquire cada vez mais a “cara” do estudante ao estar passível das suas ações e assim a unidade de ensino acaba se tornando um lar fora de casa.

A lei nº 11.273 traz em seu artigo 4º as atividades que devem ser constantes no dia-a-dia das escolas cívico-militares. Dentre elas estão as seguintes: “I - execução diária do Hino Nacional em postura adequada; [...] III - formação de fila marcial para acesso às salas de aula; IV - estímulo de valores e princípios militares [...]; VII - formaturas e desfiles militares [...]” (Mato Grosso, 2020).

Ao determinar tais procedimentos e obrigar os estudantes a cumprirem estes comportamentos diariamente, a escola pode vir a se tornar um ambiente de repulsão, pois isso fere a liberdade do estudante.

Imaginando o discente enquanto um ser crítico em relação ao seu espaço de vivência, a imposição de tais atribuições tende a desestimulá-lo quando se institui uma condição de passividade e obediência excessiva para com este aluno. Sem adentrar às particularidades das quatro atividades destacadas, é evidente que as obrigações em excesso fazem da escola um lugar de adestramento quando deveria ser um ambiente aberto a diálogos e às diversas formas de expressão. A respeito disso, Silva evidencia a necessidade de um ambiente democrático e de possibilidades. Para o autor,

[...] temos que pensarmos uma outra escola, uma escola que efetivamente promova uma aprendizagem significativa, que contribua para a formação de um cidadão crítico e autônomo. Mas, que se constitua enquanto um espaço mais aberto, fluido, alegre, comunitário, de relações horizontalizadas e, acima de tudo, que seja um espaço libertário.” (2016, p. 174-175)

Dessa forma, o discente ganha voz e vez ao poder participar de forma ativa dos processos educacionais do dia-a-dia, fazendo das atividades algo que possa agregar valor às qualidades que já possui e assim fazendo com que a relação escola-estudante se torne algo significativo na vida de cada um. Nesse sentido, ao possibilitar um espaço ao estudante, bem como reconhecer a diversidade existente na escola, a unidade de ensino tende a ser valorizada pois essas ações possibilitam que valores culturais possam adentrar aos muros da escola.

Desse modo, tem-se a necessidade de se construir uma escola plural onde o adestramento seja substituído pelo espaço igualitário e que as questões de diferenças sejam resolvidas pelo viés democrático onde a unidade se veja na diversidade (Silva, 2021).

Outro item que tem sido debatido, tanto em âmbito acadêmico quanto nas unidades educacionais, se refere à nomeação do membro da diretoria das escolas militarizadas. Sobre isso, a lei nº 11.273, no seu artigo 8º, parágrafo 2º, prevê que

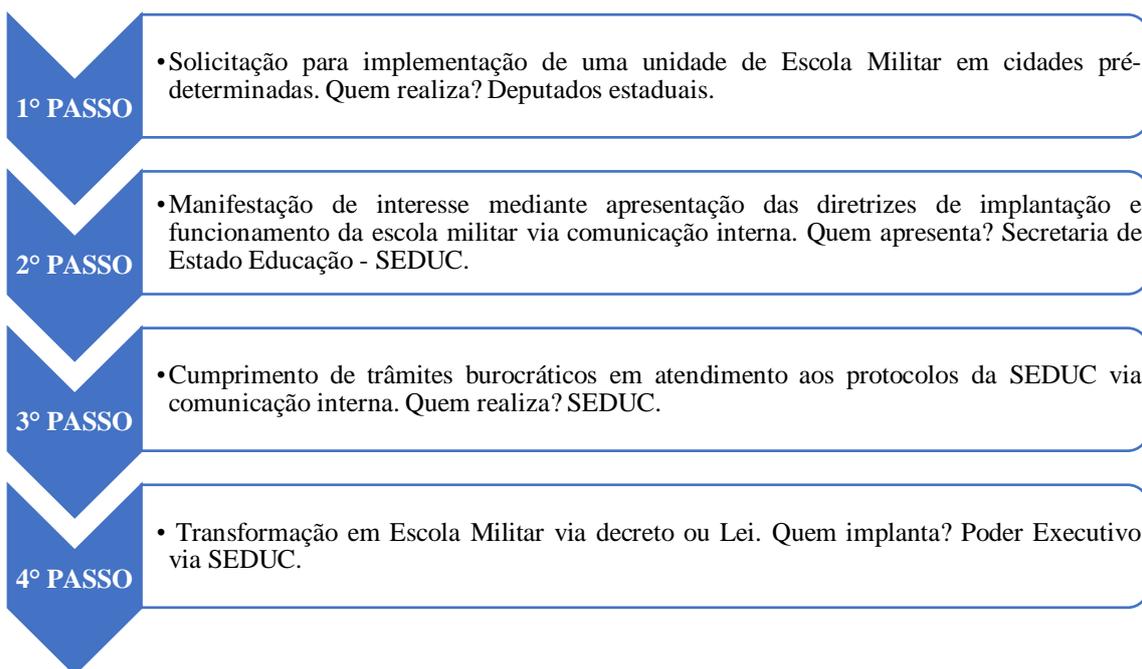
O cargo de diretor da unidade de ensino da rede pública criada ou transformada em Escola Estadual Militar e das já existentes será exercido por um oficial, preferencialmente oficial superior, designado pelo Comandante Geral da Polícia Militar e pelo Comandante Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso, respeitados os quesitos para designação, que se encontram estabelecidos pelos respectivos Comandantes Gerais de ambas instituições. (Mato Grosso, 2020).

Oposto a isso, a Constituição de 1988, bem como a LDB, traz em seus artigos 206 e 3º, respectivamente, a gestão democrática enquanto princípio básico no ensino público. Dessa forma, entende-se por gestão democrática aquela que nasce a partir da votação da comunidade escolar nos candidatos para o cargo de direção e, nesse sentido, tem suas ações realizadas com base na vontade da maioria. Sobre isso, Cury salienta que “a gestão democrática da educação é, ao mesmo tempo, transparência e impessoalidade, autonomia e participação, liderança e trabalho coletivo, representatividade e competência” (2002, p. 173). Dessa maneira, a atribuição de um cargo de diretor dado por outro órgão governamental de forma imposta, fere o princípio da gestão democrática.

Portanto, elencamos três pontos fundamentais que dizem respeito aos princípios básicos da educação que são descumpridos pelo poder executivo ao implantar as escolas militarizadas. Tratamos do acesso, permanência e da gestão democrática no âmbito das escolas públicas. Além disso, ainda é mister salientar as discussões em relação à implantação dessas unidades educacionais em que há evidências de imposições burocráticas pelo governo com o objetivo de impor sua vontade conforme denúncias de alguns setores da sociedade e pessoas ligadas à política do estado.

Apresentaremos a seguir o procedimento adotado pela SEDUC, que diz respeito ao processo de implantação que vem sendo aplicado na prática, com base nas denúncias de parte da sociedade civil, pesquisadores e partidos políticos que alegam irregularidades e desobediência da lei por parte do estado, contrapondo a legislação.

Diagrama 2: Passo a passo do processo ilegal de implantação de uma escola militar em Mato Grosso



Fontes: JUNIOR; LEÃO; MATO GROSSO.¹¹
Organização: MARINS, C. E. O.

Este esquema evidencia uma imposição por parte da Secretaria de Estado de Educação em militarizar as escolas civis sem que cumpram as devidas fases que são estabelecidas pela lei 11.273 de 2020. Vale lembrar que em alguns casos, a audiência pública é realizada, porém nossa pesquisa se deu conta de que essa etapa só acontece mediante manifesto por parte daqueles que são contrários à militarização e exigem o cumprimento da lei.

Sobre isso, podemos exemplificar os casos já destacados anteriormente, quais sejam o da Escola Estadual Paulo Freire de Canarana onde a resistência nasceu do Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar. Os casos da Nadir de Oliveira de Várzea grande e da Escola Estadual Vila Rica, situada na cidade de mesma denominação, em que artigos publicados em revistas acadêmicas denunciaram os procedimentos irregulares. Além da Escola Estadual Adalgisa de Barros localizada em Várzea Grande em que o SINTEP acompanhou de

¹¹ JUNIOR, Jalme Santana de Figueiredo. **Apologia de Nadir de Oliveira**: processo de militarização de uma escola estadual em Mato Grosso. XIV Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia. Edição on-line, 2021.

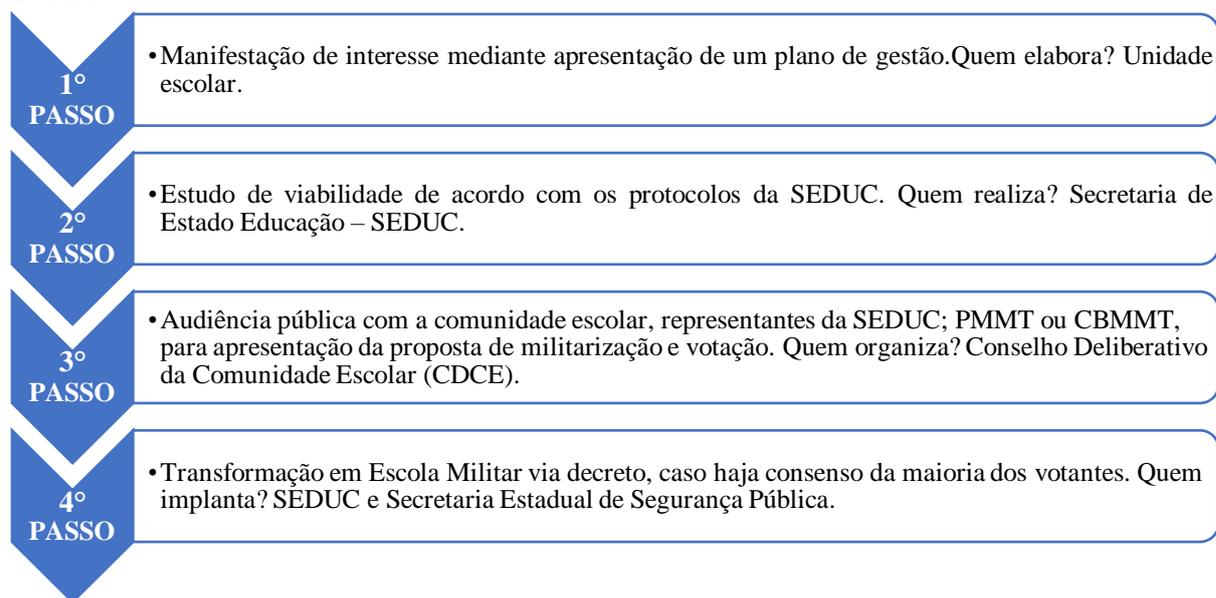
LEÃO, Marcelo Franco; MEDICI, Domenico dos Santos; MEDICI, Monica Streg. **Militarização da Escola Pública**: uma reflexão histórica do sistema educacional brasileiro e das lutas em Mato Grosso. Destaques Acadêmicos, Lajeado, v. 12, n. 2, p. 206-224, 2020.

MATO GROSSO. **Projetos em tramitação**. Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso. Disponível em: <<https://www.al.mt.gov.br/proposicao/?tipoPropositura=6&palavraChave=&numeroPropositura=&ano=2022&autor=&dataPublicacaoInicio=&dataPublicacaoFim=&buscaTextual=ESCOLA%20COL%20C3%89GIO%20MILITAR&search=&page=3>>. Acesso em: 02 set. 2022.

perto o processo e expôs várias irregularidades no transcurso de militarização, que não aconteceu graças a constante resistência dos grupos contrários.

Para efeitos de comparação, apresentaremos o novamente o diagrama exposto no capítulo 1, que trata do processo legal de militarização. Trata-se de uma análise que visa confrontar ambas situações que antagonizam os procedimentos legal/ilegal.

Diagrama 3: Passo a passo do processo legal de implantação de uma escola militar em Mato Grosso.



Fonte: Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT), 2023.

Organização: MARINS, C. E O; 2023.

Além dessas evidências, é importante que se faça uma análise mais aprofundada a respeito da admissão de militares para a atuação nas escolas públicas. Sem querer aprofundar muito nessa discussão e, já deixando uma pauta para futuras pesquisas, há de se debater a respeito do aumento das despesas do governo com a contratação destes oficiais para o exercício do cargo dentro das unidades educacionais frente à desvalorização do profissional da educação em seus vários aspectos, que vai desde as baixas remunerações até a falta de material didático.

O fato é que, o recrutamento destes militares para atuar nas escolas gera mais despesas com o pagamento de gratificações e aumento dos vencimentos e, no caso de Mato Grosso, o trabalho desenvolvido dentro das escolas pode gerar consequências negativas em relação ao ofício que é desenvolvido fora da dela. Isso porque grande parte dos oficiais que trabalham nessas escolas são agentes da ativa, ou seja, aqueles que continuam aptos ao exercício do cargo e, nesse sentido, a sobrecarga de funções ou o baixo número de efetivo policial podem

interferir na falta de policiamento ostensivo nas ruas e consequentemente um *déficit* na preservação da ordem pública.

Em outubro de 2022, o Tribunal de Justiça de São Paulo decidiu pela inconstitucionalidade das Escolas Cívico-Militares. Segundo Carlos Ratton do jornal Diário do Litoral, a ação direta foi dada pelo Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP), no qual 25 desembargadores julgaram procedente a ação, em razão da incompetência dos militares nos cargos das unidades escolares.

No dia 12 de julho de 2023, o Ministério Público Federal, através do Procurador da República, Exmo. Sr. Lucas Costa Almeida Dias, da Procuradoria da República no Acre (5º Ofício) ajuizou uma ação civil pública (Inquérito Civil n. 1.10.000.000543/2022-49) para proibir que colégios militares e cívico-militares imponham padrões estéticos e de comportamentos baseados na cultura militar. Além disso, o inquérito civil pede que esses colégios se abstenham de punir os alunos em virtude da apresentação pessoal.

A ação tem efeitos nacionais, caso a Justiça Federal venha acatar o pedido, todas as escolas e colégios militares do Brasil terão de obedecer à decisão da justiça e modificar os procedimentos que impõe obrigações quanto aos padrões de estética determinados por suas mantenedoras.

Até a última pesquisa realizada (julho de 2023) não localizamos ação semelhante a essa em Mato Grosso. Apesar disso, a decisão judicial da promotoria do Acre irá impactar diretamente as escolas mato-grossenses em razão da jurisdição dada ao território nacional, caso o(a) juiz(a) acate a ação civil pública.

Em vista dessas abordagens, nota-se que estamos diante de um fenômeno gerado e mantido dentro da ilegalidade e, quando não, em meio à imoralidade. As diversas tentativas de legitimação não possuem respaldo tendo em vista o que diz a Constituição de 1988, bem como a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação (Lei 9.394/96). Há de se destacar a omissão por parte do judiciário estadual ao fazer “vista grossa” para tal situação. Nesse sentido, cabe destacar a atuação de grupos de resistência, instituições e agentes políticos que procuram meios de escancarar e, de alguma forma, denunciar o processo que tem efetivado a implementação das escolas militarizadas pelo estado.

3.3 Índice socioeconômico dos estudantes das escolas militarizadas de Mato Grosso

Ao passo que os resultados desta pesquisa caminham para a compreensão de uma militarização de cunho político/eleitoral, os desdobramentos revelam também que tal fenômeno tem seduzido boa parte da população que se encontra fora das classes sociais menos favorecidas.

De modo geral, as elites locais têm não apenas defendido as escolas militarizadas, mas, ao mesmo tempo, inserido suas crianças e adolescentes nestas unidades escolares, replicando os mesmos argumentos do governo que justifica tais modelos em razão dos bons índices nas avaliações externas, bem como as práticas de bons costumes, ordens à hierarquia e respeito.

Tal fato pode ser confirmado quando acessamos o Indicador de Nível Socioeconômico (INSE) que é um dos indicadores do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), promovido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Antes de adentrarmos aos números, implica saber que existem várias outras instituições (públicas e privadas) que realizam pesquisas de cunho socioeconômico, utilizando-se de diferentes ferramentas e variáveis. Importa dizer, que não nos debruçaremos em discutir qual seria a mais viável para a pesquisa a qual propusemos, mas analisar as potencialidades às quais o INSE apresenta para agregar o que é substancial à nossa proposta.

O nível socioeconômico é um construto teórico que aloca os indivíduos em classes ou estratos sociais. Na literatura, não há uma definição unívoca desse construto, nem um consenso absoluto sobre quais dimensões devem ser consideradas para a sua operacionalização. As decisões dos pesquisadores dependem de justificativas teóricas, e também da disponibilidade de dados empíricos que expressem as dimensões importantes do construto [...] (Alves; Soares; Xavier, 2014, p. 672)

Dessa forma, buscou-se desvendar a realidade socioeconômica dos estudantes das escolas militarizadas de mato grosso por meio desse indicador, que se encontra disponível no *site* do MEC para *download*. O informativo possibilita analisar as condições financeiras das famílias dos alunos e realizar comparações utilizando diferentes variáveis. Tais dados fazem parte de um conjunto de instrumentos do Sistema de Avaliação da Educação Básica que é realizado a cada dois anos pelo INEP.

O Indicador de Nível Socioeconômico (Inse), construído pela Diretoria de Avaliação da Educação Básica (Daeb), com base nos resultados do questionário do(a) aluno(a) do Saeb (Inse do Saeb), tem como objetivo contextualizar resultados obtidos em avaliações e exames aplicados por este Instituto no âmbito da educação básica. Dessa forma, possibilita-se conhecer a realidade social de escolas e redes de ensino, bem

como auxiliar na implementação, no monitoramento e na avaliação de políticas públicas, visando ao aumento da qualidade e da equidade educacional. (Brasil, 2022, p. 4-5)

Dentre as 26 escolas militarizadas catalogados até setembro de 2023, nove delas não constam na relação de dados, pois foram implementadas após a última pesquisa (2021) do INSE. As demais (17 escolas) já haviam sido implantadas e, portanto, puderam contribuir com as informações solicitadas.

As perguntas direcionadas aos estudantes por meio de questionário (disponível na nota técnica 2021) dizem respeito à escolaridade dos pais e/ou responsáveis, quantidade de itens domésticos e eletroeletrônicos; estrutura física do lar, entre outros.

Os dados obtidos são demonstrados com base numa sequência em que se apresenta níveis e médias que vão progredindo conforme aumenta a escala socioeconômica que foi gerada a partir dos questionários. Os valores absolutos obtidos foram distribuídos em oito níveis. Em nota, o INEP explica que “a escala é dividida conforme os desvios-padrão criados para o Inse do Saeb 2019, sendo que os desvios-padrão imediatamente superiores e inferiores à média são divididos em dois.” (Brasil, 2021, p. 10)

Diagrama 4: Escala por Resultados do Índice Socioeconômico do SAEB - 2022



Fonte: INEP, 2022.

Segundo a diretoria de avaliação da educação básica do INPE, “a escala do Inse do Saeb é acompanhada de interpretação construída à luz dos atributos mensurados por meio das categorias de respostas aos itens de forma a permitir melhor caracterização e compreensão dos resultados, em alinhamento com a literatura sobre nível socioeconômico” (Brasil, 2022, p. 10).

Veremos adiante os resultados obtidos pelas escolas militarizadas de Mato Grosso e, posteriormente, faremos comparações utilizando de variáveis que possibilitem

compreendermos a real situação dos alunos que estudam nessas escolas. Além disso, apresentaremos as descrições dos níveis socioeconômicos dos estudantes para podermos elucidar a temática, e compreender à luz das discussões o que a média, bem como a classificação representam na prática.

Quadro 3: Nível Socioeconômico das Escolas Militarizadas de Mato Grosso

Nome	Cidade	Média INSE	INSE Classificação
EE militar Dom Pedro II Vitoria Furlani Da Riva.	Alta Floresta	5,13	Nível V
EE da Policia Militar Tiradentes CB PM Vanilson Silva Carvalho	Barra do Garças	5,75	Nível VI
Escola Estadual Militar Tiradentes Professor Natalino Ferreira Mendes	Cáceres	5,27	Nível V
EE da Policia Militar Tiradentes CB José Martins De Moura	Confresa	5,44	Nível V
EE Militar Dom Pedro II Presidente Médici	Cuiabá	5,05	Nível V
Escola Militar Tiradentes	Cuiabá	5,55	Nível VI
EE Militar Tiradentes Dr. Manoel José Murtinho	Diamantino	5,14	Nível V
EE da Policia Militar Tiradentes Cabo Israel Wesley Prado De Almeida	Juara	5,53	Nível VI
EE Militar Tiradentes Soldado PM Adriana Moraes Ramos	Lucas do Rio Verde	5,53	Nível VI
EE da Policia Militar Tiradentes Coronel Celso Henrique Souza Barbosa	Nova Mutum	5,68	Nível VI
EE Militar Tiradentes CB Danner Maia Barbosa	Nova Xavantina	5,38	Nível V
EE Militar Tiradentes 1. TEN PM Carlos Henrique Paschoiotto Scheifer	Pontes e Lacerda	5,02	Nível V
EE Militar Tiradentes Major PM Ernestino Verissimo Da Silva	Rondonópolis	5,83	Nível VI
EE da Policia Militar Tiradentes Cabo Antônio Dilceu Da Silva Amaral	Sorriso	5,63	Nível VI
EE da Policia Militar Tiradentes 1 TEN PM Salomão Fernandes Ferreira Piovesan	Tangará da Serra	5,42	Nível V
EE Militar Tiradentes TEN CEL PM Lourison Rodrigues Benevides	Várzea Grande	5,22	Nível V
EE militar Tiradentes SD PM Antônio Eustáquio De Paula	Vila Rica	5,22	Nível V

Fonte: INEP, 2022.

Organização: MARINS, C. E. O.

Com base nas informações acima, é possível realizar algumas comparações com o objetivo de assimilar a proposta a que fazemos análise. Os resultados nos levam a uma média de 5,39, ou seja, com base no digrama 3, onde se apresenta os níveis por escala, chegamos à conclusão de que as escolas militarizadas de Mato Grosso se enquadram no nível V. Segundo a diretoria de avaliação da educação básica,

Neste nível, os estudantes estão até meio desvio-padrão acima da média nacional do Inse. A maioria dos estudantes respondeu ter em sua casa uma geladeira, dois ou mais celulares com internet, um carro, mesa para estudar, wi-fi, TV por internet, garagem, forno de micro-ondas, máquina de lavar roupa e freezer. Algumas respostas não obtiveram maioria, mas indicam que parte dos estudantes afirmou possuir um ou dois banheiros, uma ou duas televisões, dois ou mais quartos para dormir, aspirador de pó, um computador e escolaridade da mãe (ou responsável) variando entre ensino médio e ensino superior completo e do pai (ou responsável) entre ensino fundamental completo e ensino médio completo. (Brasil, 2021, p. 13)

Numa análise geral, faremos o comparativo por dependência administrativa. Quando consideramos somente as escolas federais que estão situadas em Mato Grosso, chegamos ao valor de 5,42, ou seja, pouco acima da média das escolas militarizadas, porém no mesmo nível (V).

As escolas particulares também obtiveram uma média acima (5,94), porém, estas alcançaram o nível VI.

Neste nível, os estudantes estão de meio a um desvio-padrão acima da média nacional do Inse. A maioria dos estudantes respondeu ter em sua casa uma geladeira, dois ou mais celulares com internet, um carro, mesa para estudar, wi-fi, TV por internet, garagem, forno de micro-ondas, máquina de lavar roupa, freezer e aspirador de pó. Algumas respostas não obtiveram maioria, mas indicam que parte dos estudantes afirmou possuir um ou dois banheiros, uma ou duas televisões, dois ou mais quartos para dormir, um ou mais computadores e escolaridade da mãe (ou responsável) e/ou do pai (ou responsável) variando entre ensino médio e ensino superior completo.

Quando utilizamos como referências as escolas estaduais (em sua totalidade) e municipais, obtemos, respectivamente, os seguintes resultados: 4,97 e 4,79 (nível IV). Vemos, portanto, que estas ficam atrás das escolas militarizadas.

Neste nível, os estudantes estão até meio desvio-padrão abaixo da média nacional do Inse. A maioria dos estudantes respondeu ter em sua casa uma geladeira, um banheiro, wi-fi, máquina de lavar roupa, TV por internet, freezer e dois ou mais celulares com internet, sendo que eles não possuem alguns dos bens e serviços pesquisados. Algumas respostas não obtiveram maioria, mas indicam que parte dos estudantes afirmou possuir uma ou duas televisões, forno de micro-ondas, garagem, carro, mesa para estudar, um computador, dois ou mais quartos para dormir e escolaridade da mãe

(ou responsável) e/ou do pai (ou responsável) variando entre 5º ano do ensino fundamental completo e o ensino médio completo.

Portanto, verifica-se que as escolas militarizadas do estado de Mato Grosso, são constituídas por estudantes cuja realidade socioeconômica é superior dos alunos que estudam nas demais escolas estaduais (civis), bem como daqueles que estão matriculados nas escolas municipais do estado.

O autor Rafael Saddi Teixeira, se atentou para uma “exclusão dos alunos mais pobres nos Colégios Militares” (2016, p. 67), publicando um capítulo na obra O Estado de Exceção Escolar, já citada por esta pesquisa. Em tal ponto, o mesmo pondera sobre um processo de elitização escolar a partir da implementação dos diversos colégios militares no estado de Goiás, a partir de dados do INSE, além do relato de familiares de estudantes quanto à dificuldade de manter seus filhos e filhas nessas escolas, devido alto custo com uniformes e mensalidade¹². Tal realidade afeta sobretudo para a população mais carente.

Frente ao exposto, nos empenhamos em rastrear a relação da classe política estadual com a dissipação das escolas militarizadas pelo estado de Mato Grosso. Tal investigação, busca desvendar uma lógica relacionada a este modelo escolar, que tem cativado boa parte da sociedade civil, e com isso, tem atraído os olhares de políticos das diferentes esferas. Nesse sentido, a Geografia da Educação mato-grossense se vincula a uma Geografia Política, ao passo em que se percebe uma estreita ligação entre estes agentes e uma política educacional intervencionista.

3.4 A Relação política/empresarial na interferência militar da educação de Mato Grosso

O aprofundamento da pesquisa no campo político, revela a existência de um elo dos parlamentares envolvidos na intervenção militar da educação mato-grossense com um conjunto de empresários, sobretudo ligados ao agronegócio, e de outras pessoas ligadas à categoria de profissão desses agentes que estão ou estiveram na condição de deputados estaduais.

Realizamos um levantamento de informações com visando mapear a relação política entre os parlamentares que protocolaram os pedidos de militarização (ver gráfico 3) das unidades educacionais que hoje estão na situação de escola militar, com grupos, empresários,

¹² A mensalidade cobrada nos colégios militares de Goiás, dizem respeito ao que a gestão dessas escolas chama de “contribuição voluntária”. Para Tavares (2016), tal cobrança ou pedido é inconstitucional, pois o Estado não se mantém de voluntarismo, por outro lado, o autor lembra que o poder público deve oferecer o ensino de forma gratuita, obedecendo os preceitos constitucionais.

entre outras pessoas que direta, ou diretamente, possam ter alguma influência na intervenção militar da educação ou que tenham alguma orientação político-partidária agregada à ideologia conservadora e/ou liberal, características muitas vezes associadas à política de direita (Teixeira, 2021).

Em busca de alcançar tais vínculos, nos debruçamos em vasculhar em *sites* de instituições públicas, documentos de domínio público (através do site de busca *Google*) além de jornais e mídia investigativa que realizam o trabalho de noticiar e averiguar fatos que coadunam com a proposta de comunicação ampla, democrática, impessoal e ética (ABC Pública, 2022).

Desse modo, listamos várias características que puderam nos trazer informações suficientes para embasarmos nosso estudo sobre este tema. Assim, sondamos elementos relativos ao nome, formação escolar ou acadêmica, profissão, local de residência, bandeiras (propostas), doações de campanhas, segmentos de representatividade, entre outros vínculos que pudessem estar relacionados ao estudo proposto. Considerando a grande extensão dos dados, alocamos essas informações nos apêndices e por isso estão disponíveis nos elementos pós textuais.

As cinco primeiras características (nome, formação, profissão, residência e propostas) puderam ser acessadas nos *sites* da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso (ALMT) e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). As doações puderam ser obtidas e confirmadas através do TSE (página de divulgação de candidaturas e contas eleitorais) e na Receita Federal (acesso às pessoas jurídicas). Utilizamos como descritores os nomes e números de campanha.

As informações pormenorizadas dos depositantes de campanha foram acessadas no Portal da transparência da Controladoria Geral da União (CGU) e no portal brasileiro de dados abertos do Governo Federal. Sobre isso, o site *Transparencia.cc* disponibiliza um banco de dados extraídos do CGU, Portal de dados abertos e da Receita Federal, para quem busca informações sobre empresas, sócios e pessoas físicas que tem ou tiveram alguma relação com órgãos de governo ou processos eleitorais de domínio público, ou seja, “[...] dados não sensíveis, de origem e de natureza pública, que podem ser consultados nos sítios *web* e órgãos competentes por qualquer interessado [...]” (*Transparência.cc*, 2023). A identificação dos segmentos representados pelos deputados se dá por meio da interpretação principalmente com base nas doações de campanha, por entender que tais contribuições representam uma relação de interesses entre doador e receptor.

Com base nos dados é possível afirmar que entre os anos de 2016 e 2022, nove deputados foram os responsáveis (ou ao menos tiveram influência direta) na implementação das atuais 26 escolas estaduais militarizadas de Mato Grosso. Fixamos esse recorte temporal devido o primeiro (2016) ser o ano em que começam as indicações para a implementação de escolas militarizadas (conforme dito anteriormente), e o último (2022) por se tratar do ano corrente definido por esta pesquisa. Além disso, é importante salientar que as escolas implantadas em 2023 são frutos dos pedidos realizados nesse período, uma vez que não existe prescrição nos atos de indicação, podendo o poder executivo realizar o atendimento anos após a protocolização do pedido formal.

Dentre estes políticos, temos aqueles que atualmente estão na condição de deputados estaduais (quadriênio 2023-2026): Sebastião Rezende (União Brasil), Dr. Eugênio (PSB), Elizeu Nascimento (PL), Nininho (PSD) e Xuxu Dal Molin (União Brasil). Além destes, os seguintes, que encerraram seus mandatos no legislativo estadual no ano de 2018: Dr. Leonardo (PDT), Ulysses Moraes (DC), Delegado Claudinei (PL) e Coronel Taborelli (PV).

Os parlamentares acima têm ligação direta com as escolas implantadas no período informado, alguns têm seu nome relacionado em mais de uma escola, como o caso do deputado Sebastião Rezende, responsável por 77% dos pedidos de implementação das 26 unidades militarizadas em atividade. Se considerarmos que deste total (26), três escolas foram instaladas sem indicação, ou seja, por iniciativa do poder executivo, chegamos a um valor 87%. Deve-se considerar, portanto, que esse deputado é um dos principais agentes motivadores da interferência militar na educação de Mato Grosso.

Por outro lado, temos outros parlamentares que fizeram a indicação de uma escola durante todos seus mandatos. São os casos dos ex-deputados Delegado Claudinei, Dr. Leonardo e Ulysses Moraes. Além do atual parlamentar Nininho. Já os legisladores, Dr. Eugênio, Xuxu dal Molin e Coronel Taborelli fizeram duas indicações cada.

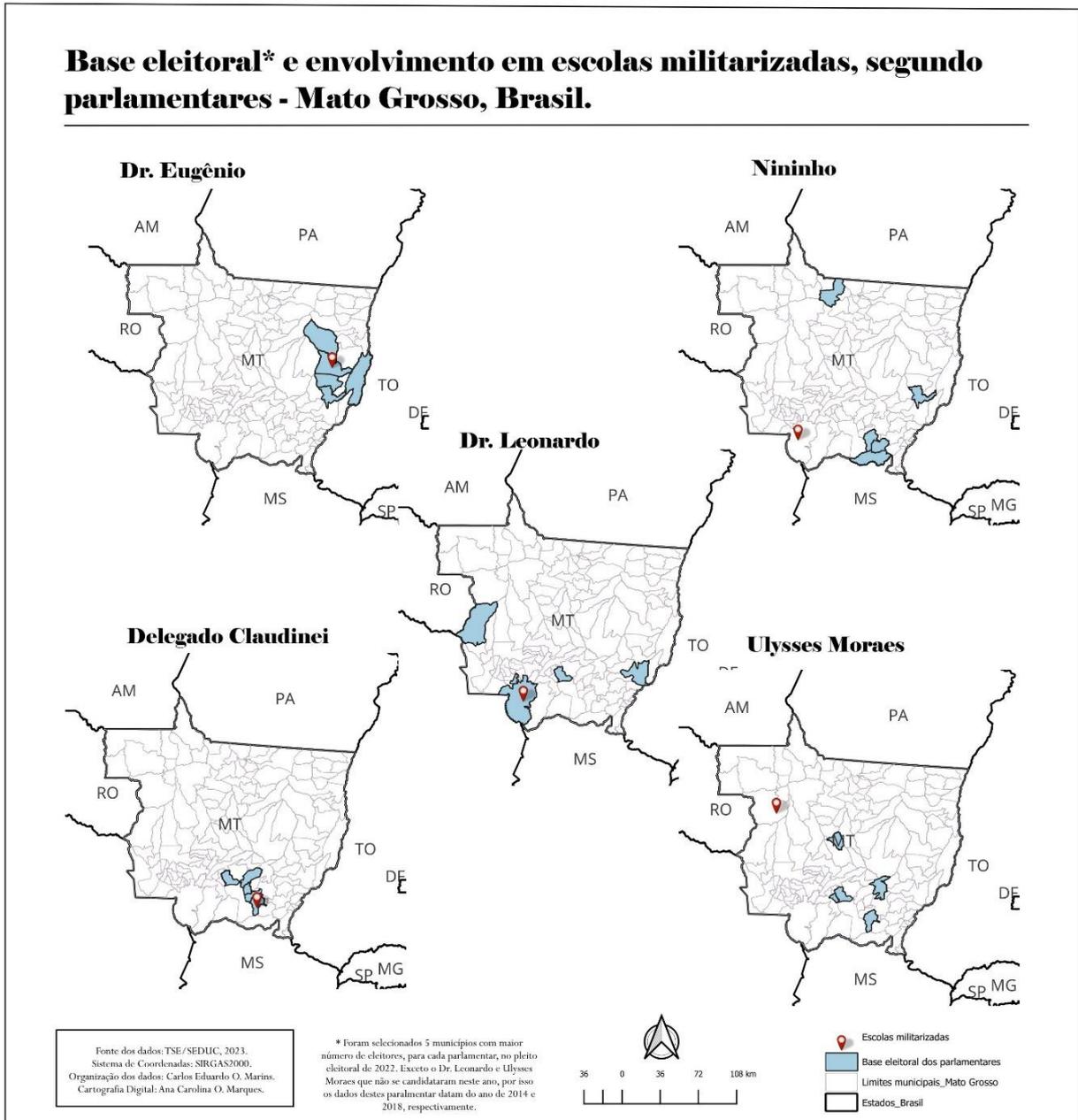
Ao avançarmos em outros aspectos que estão subjacentes ao processo de militarização da educação, é plausível notar a relação destes agentes públicos (deputados estaduais) com diferentes atores que representam distintos segmentos da sociedade. Quando averiguamos as profissões que antecede a condição de político, vemos que dos nove deputados, três são das forças de segurança (Elizeu Nascimento, Delegado Claudinei e Coronel Taborelli). Isso induz acreditar que tais indicações podem estar também relacionadas à profissão. Nenhum é deles é ligado à educação, o que reforça compreender que a intervenção militar na educação

anda de mão dadas a outros segmentos que não têm a competência necessária. Nem mesmo o secretário de educação é da educação, sendo ele engenheiro civil de profissão.

Ainda sobre esse fator, é relevante destacar que o deputado anteriormente destacado, Sr. Sebastião Rezende, é engenheiro civil e advogado (ALMT, 2023). Consoante, em sua rede social (*Instagram*) o mesmo realiza publicações atuando como pastor na Igreja Assembleia de Deus. Dessa forma, podemos notar que além da profissão, a orientação religiosa pode ser um fator ideológico neoconservador que influencia sua visão política na assembleia legislativa.

Contudo, além da profissão enquanto fator, quando analisamos o local de residência desses agentes públicos é possível notar que muitas pessoas (físicas e jurídicas) que estão por trás da campanha e do mandato desses deputados, residem ou tem alguma relação com o município onde este parlamentar tem família ou moradia. A respeito dessa averiguação, veremos a seguir um mapeamento que apresenta os municípios onde esses parlamentares tiveram maior votação, bem como a localização das escolas cuja implantação fora mediada por eles, no período em que foram candidatos ao cargo de deputado estadual.

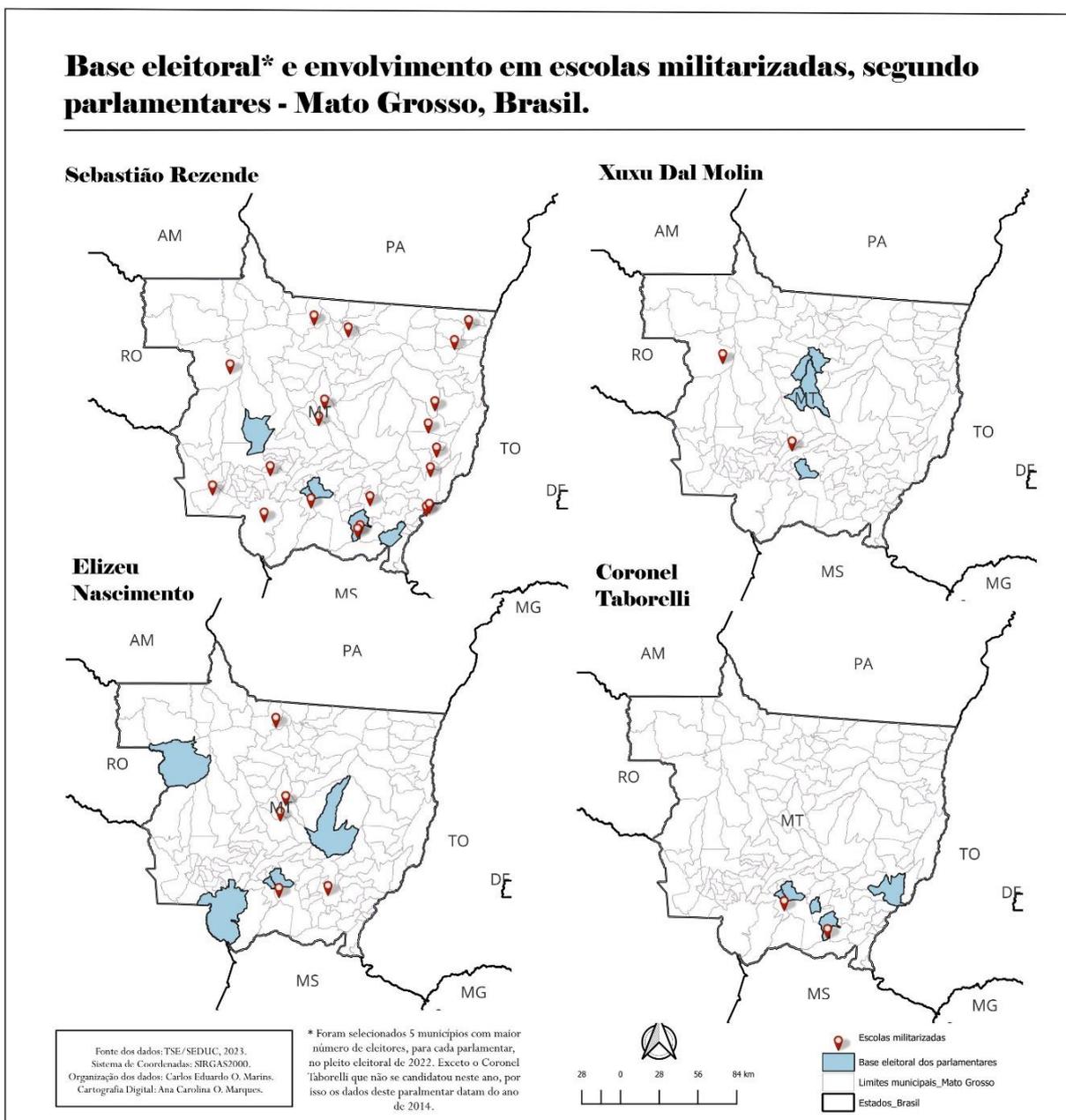
Mapa 2: Base Eleitoral e Geolocalização das Escolas Militarizadas de Mato Grosso, Segundo Parlamentares



Fontes: TSE; SEDUC, 2023.

Elaboração cartográfica: MARQUES, A. C. O.

Mapa 3: Base Eleitoral e Geolocalização das Escolas Militarizadas de Mato Grosso, Segundo Parlamentares



Fontes: TSE; SEDUC, 2023.

Elaboração cartográfica: MARQUES, A. C. O.

Os mapas acima mostram as bases eleitorais bem definidas. Cada parlamentar possui um grupo distinto de municípios onde se faziam presentes a maioria de seus eleitores.

Para a maioria deles (Coronel Taborelli, Sebastião Rezende, Dr. Eugênio, Dr. Leonardo e Delegado Claudinei) há a presença de ao menos uma escola militarizada em suas respectivas bases eleitorais, o que pode configurar como uma influência pelo fator localidade, devido o vínculo que o candidato possuía com o município em questão.

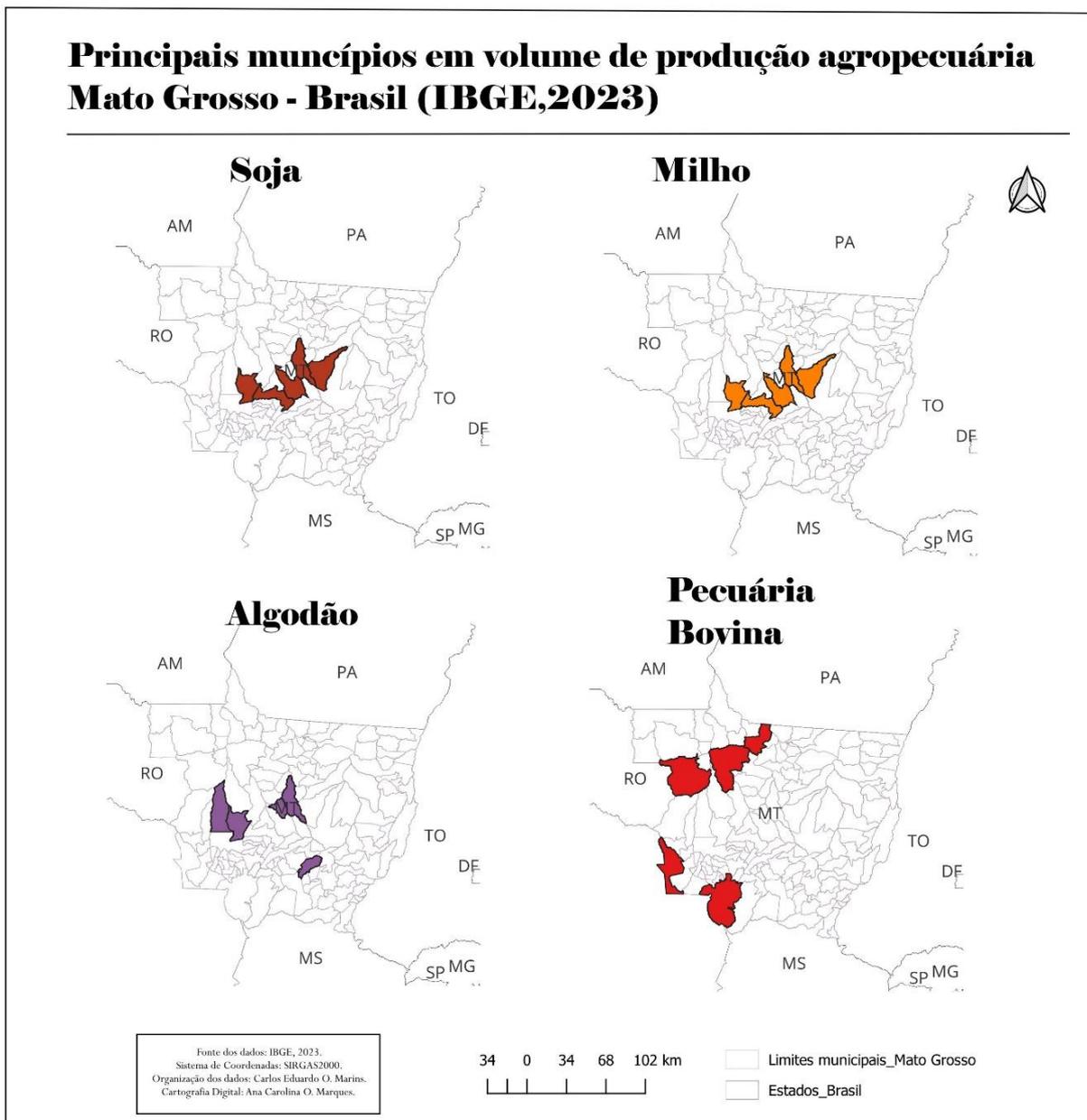
Ao explorarmos as doações de campanha dos candidatos que pela primeira vez ingressaram na candidatura para deputado estadual, é possível verificar que grande parte das contribuições advém de pessoas ligadas à categoria profissional do candidato. Por outro lado, quando se trata de um político já atuante, vemos que boa parte dos valores de campanha vem dos partidos políticos e de outros candidatos (para outros cargos) da mesma coligação.

A abordagem que se faz neste tópico converge para compreendermos sobretudo como estes agentes públicos que mencionamos anteriormente chegaram ao poder. Quando olhamos para o apêndice C, que trata do financiamento de campanha por doações, ele nos diz sobre quem, quando e quanto foi doado no período que corresponde as três últimas eleições para deputado estadual (2014, 2018 e 2022). Elucidar essas informações pode revelar quem são os segmentos representados por estes parlamentares, bem como compreendermos à luz das informações a ideologia que rege a política adotada ao longo dos seus mandatos. Dessa forma, é provável que se estabeleça alguma relação de algum destes agentes políticos enquanto representante prático de uma parcela da população, inclusive como resposta as intenções dirigidas ao executivo que preveem a militarização da educação.

Nesse sentido, enveredamos na prospecção dos doadores que financiaram a campanha dos nove deputados mencionados. De forma abrangente, ao averiguar o apêndice C é possível afirmar que a maioria das doações realizadas vem de empresários do ramo do agronegócio. Todos os candidatos que aparecem na lista, receberam valores de empresas e empresários que têm seus nomes relacionados a empreendimentos que desenvolvem atividades econômicas ligadas a agricultura, pecuária, armazenamento, transporte e comércio de produtos agropecuários.

A respeito disso, fizemos um levantamento objetivando relacionar a localização dessas escolas com os municípios produtores de *commodities* agrícolas. Para tanto, buscamos os cinco maiores produtores de soja, milho, algodão e carne bovina do estado. Em seguida, sobrepomos os mapas da geolocalização das escolas (mapa 1) com estes municípios líderes no *ranking* de produção agropecuária.

Mapa 4: Principais Municípios Produtores de Soja, Milho, Algodão e Carne Bovina, Segundo o IBGE - 2022



Fonte: IBGE, 2023.

Elaboração cartográfica: MARQUES, A. C. O.

O apêndice E nos apresenta a lista com os nomes desses municípios. De antemão, é possível fazer algumas análises a partir da disposição desses produtores apresentados nos mapas acima.

A posição centralizada dos grupos produtores de grãos (soja e milho) e algodão, representa o desenvolvimento centro-norte de Mato Grosso. São estes os municípios de Sorriso, Campo Novo do Parecis, Nova Ubiratã, Diamantino, Nova Mutum, Sapezal, Campo Verde e Lucas do Rio Verde.

Boa parte desse progresso ainda é reflexo da política expansionista (Marcha para o Oeste) principiado na década de 1930 no início da Era Vargas e consolidado na década de 1960, com a criação das Superintendências de Desenvolvimento Regional, por exemplo, a que abrange a Amazônia Legal (SUDAM). Trata-se de uma autarquia que atua em 59% do território nacional, que busca mediar os incentivos fiscais a produtores e acesso a créditos do fundo de desenvolvimento da Amazônia, por meio de um plano regional de desenvolvimento (Brasil, 2020).

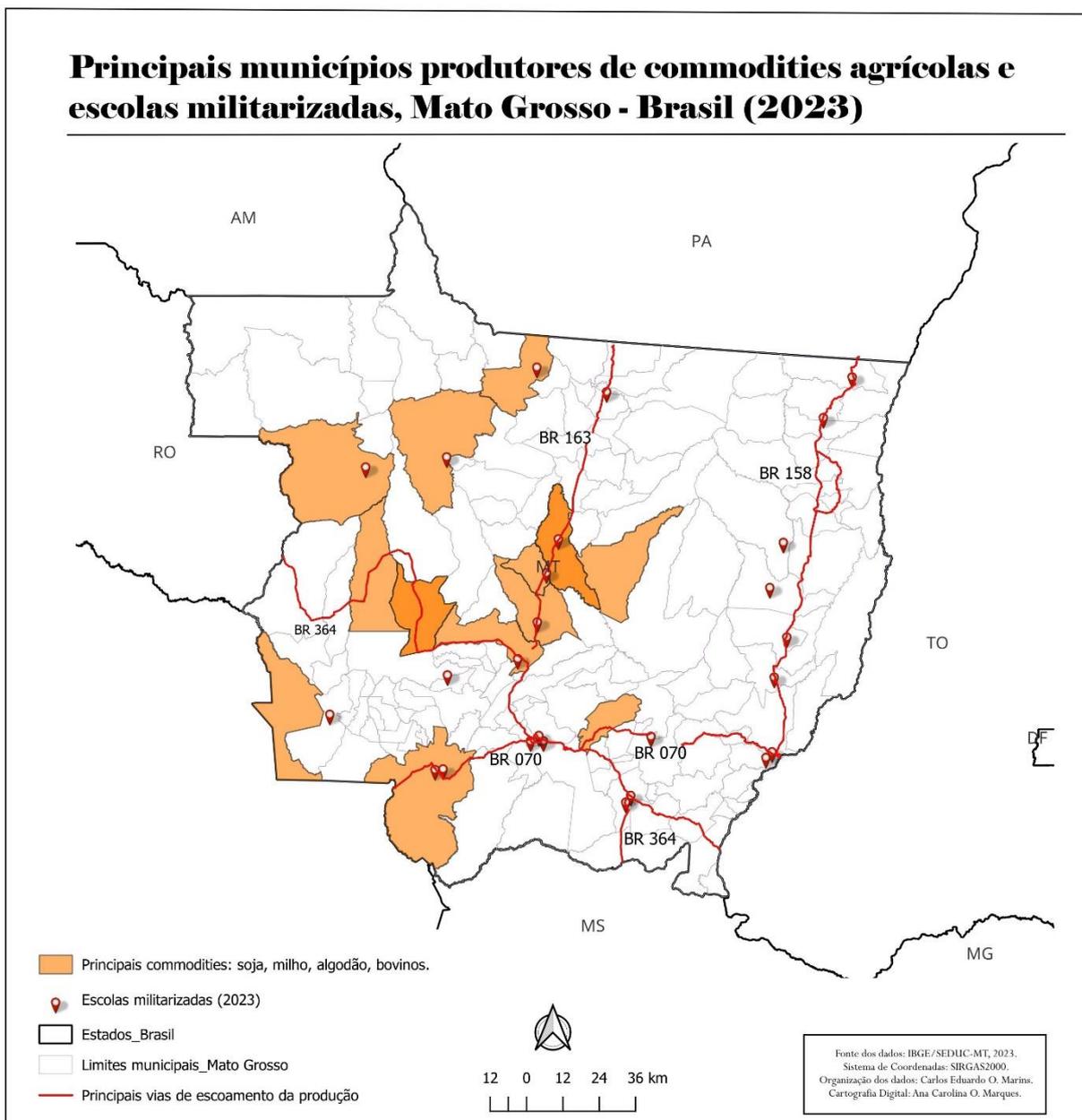
Por outro lado, trata-se também de uma região permeada de contradições, uma vez que o crescimento econômico, os investimentos em infraestrutura, a alta mecanização no campo, têm sido acompanhados de concentração fundiária, conflitos territoriais, mortes de pessoas e animais por contaminação de agrotóxicos, assassinato de povos indígenas, entre outros (Bronze, 2023).

No mapa que apresenta os maiores produtores de gado bovino, percebe-se que se trata de duas regiões distintas: uma consolidada e outra relativamente recente. A primeira diz respeito aos municípios de Cáceres e Vila Bela da Santíssima Trindade, municípios ocupados desde o período aurífero, quando Mato Grosso ainda era capitania de São Paulo. A segunda região é composta pelos municípios de Juara, Juína e Alta Floresta. Municípios estes localizados a noroeste do estado, região de fronteira entre a Amazônia Legal e o restante do território.

Os municípios abordados acima têm como característica em comum a produção agropecuária enquanto força propulsora da economia. São territórios que representam o Brasil na Divisão Internacional do Trabalho, enquanto produtores de matéria-prima e alimento em escala global. Trata-se de empresários e grupos que possuem influência política em razão da posição econômica a níveis regional e nacional.

Vejam no próximo mapa a relação existente entre as escolas militarizadas no estado de Mato Grosso com os municípios produtores, e implicitamente, com empresário do ramo do agronegócio. Para tanto, sobreposos os mapas (1 e 4) a fim de compreendermos no por meio da disposição destes elementos no plano cartográfico.

Mapa 5: Principais Municípios Produtores Agrícolas e as Escolas Militarizadas de Mato Grosso



Fontes: SEDUC; IBGE, 2023.

Elaboração cartográfica: MARQUES, A. C. O

Boa parte das escolas militarizadas estão localizadas nos principais municípios produtores de *commodities* agrícolas. Trata-se de regiões estabelecidas nos eixos das principais rodovias federais que atravessam Mato Grosso e o liga a grandes portos do país. No contexto estadual, estamos falando da BR 158 que liga a cidade de Barra do Garças a Vila Rica; BR 070 que une Barra do Garças a Cáceres; BR 364 que liga Comodoro a Alto Araguaia; e BR 163 que integra Cuiabá a Guaratã do Norte (SINFRA, 2023).

Tais municípios estão localizados estrategicamente no território mato-grossense, uma vez que o escoamento da produção agrícola depende diretamente das vias que dão acesso aos portos do país, a exemplo do Porto de Santarém - PA, que possui acesso ao Atlântico por meio da hidrovia do Rio Amazonas.

Uma vez concentrada a produção nesses locais, a influência política tende a crescer a favor do empresariado do ramo do agronegócio. Conforme a abordagem que fizemos, trata-se de uma classe social muito presente não só na política regional, mas também nacionalmente. Tais detentores dos meios de produção têm participação indireta nas políticas públicas em razão da contribuição nas eleições daqueles que os representam, a exemplo dos deputados estaduais. Portanto, é significativo associar as políticas advindas de ideologias desses representantes com as influências aos quais esses grupos têm no estado de Mato Grosso.

Além deste grupo ligado ao agronegócio, o segundo grupo que aparece com mais doações é aquele que engloba as categorias profissionais dos respectivos candidatos. Nesse caso, são grupos de médicos, advogados, policiais, entre outros. Ademais, é importante destacar a prática de depósito realizado pelo próprio candidato. O caso mais emblemático aparece novamente por meio do deputado Sebastião Rezende. Segundo o TSE (2023), nas campanhas de 2014, 2018 e 2022, o então candidato à reeleição, depositou um total de R\$ 492.668,33 para sua própria campanha eleitoral. Essa prática também foi realizada por outros candidatos, porém com valores reduzidos.

Outro aspecto que chama a atenção, são os altos valores depositados por pessoas físicas que, neste caso, acaba criando um vínculo com a política proposta pelo então candidato que recebe a doação. Citamos o caso do Sr. Paulo Jailson Secchi de Avila, policial militar e comandante do 13º batalhão, situado no município de Lucas do Rio Verde (PM, 2023). Este que em 2022 doou R\$ 30.000,00 ao então candidato a deputado estadual Dr. Eugênio na campanha do mesmo ano (TSE, 2023). Eleito e na condição de deputado estadual, Eugênio protocolou duas indicações de militarização de escolas estaduais nas cidades de Água Boa e Canarana. Em maio de 2023, Dr. Eugênio esteve no evento de entrega de novos armamentos para a Polícia Militar de Água Boa e visitação à Escola Militar Tiradentes desta cidade (Moraes, 2023).

Em relação ao depositante, Paulo Avila foi diretor da Escola Estadual Militar Tiradentes Soldado PM Adriana Moraes Ramos de Lucas do Rio Verde, unidade essa que iniciou suas atividades no ano de 2018. O mesmo ficou no cargo de direção da unidade escolar até 2020, quando então assumiu o comando militar do município citado (PM, 2023).

Ainda sobre os depósitos realizados por pessoas físicas, dissertamos sobre a doação também no valor R\$ 30.000,00 do militar da reserva do corpo de bombeiros, Sr. Marcio Paulo da Silva para o então candidato (eleito) Sr. Elizeu Nascimento (TSE, 2023). Segundo o corpo de bombeiros militar de Mato Grosso (2021), o último cargo de Paulo foi o de Tenente Coronel do Corpo de Bombeiros. Além de Militar, o TSE (2023) aponta que o mesmo foi eleito vereador por Várzea Grande nas eleições de 2016 pelo PSDB e em 2018 suplente de uma das cadeiras da Assembleia Legislativa de Mato Grosso pelo mesmo partido político.

O candidato que recebeu a doação é policial militar de carreira e fez 19 solicitações para a militarização de escolas estaduais em Mato Grosso entre os anos de 2014 e 2022. Das 26 implementadas, oito unidades tiveram a indicação do referido parlamentar. Elizeu Nascimento esteve na audiência pública do dia 23 de janeiro de 2023 que decidia sobre a militarização da Escola Estadual Adalgisa de Barros em Várzea Grande conforme abordado anteriormente. Naquela ocasião, a maioria dos presentes votou pela não transformação, porém o deputado sugeriu a anulação por alegar tumulto (RD News, 2023).

Um fato ocorrido no ano de 2014 nos chama a atenção. Nas eleições daquele ano, o TSE registrou uma doação feita pelo policial aposentado (PM, 2023) Sr. Dival Pinto Martins Correa no valor de R\$ 10.000,00 para o então candidato Coronel Taborelli (PV). O curioso é que segundo a Receita Federal (2023), Dival é ex-empresário, tendo seu nome vinculado a dois CNPJ no estado de Mato Grosso. Um no ramo de alimentação aberto em 1999 e atualmente “baixado” (encerrado) e outro, mais recente, é o do Colégio dos Militares Marechal Rondon Ltda. aberto em 22/11/2007, mas que ambos tiveram suas atividades encerradas em março de 2023 (Receita Federal, 2023).

Taborelli após ser eleito fez duas indicações para a implementação de escolas militarizadas nas cidades de Rondonópolis e Várzea Grande, anos mais tarde as duas cidades receberam as unidades por meio de decreto governamental. Em 2016 Taborelli foi candidato a prefeito de Várzea Grande - MT, porém não conseguiu vencer o pleito, abandonando a carreira política desde então (TSE, 2023). Em 2017 o coronel foi condenado a dois anos de detenção em regime semiaberto por abuso de autoridade numa ação truculenta contra adolescentes no ano de 2011, durante uma festa na cidade de Rosário Oeste (G1, 2017).

Outra abordagem sobre os legisladores que protagonizam a militarização da educação de Mato Grosso, refere-se a processos, investigações e fartas denúncias sobre condutas políticas e administrativas de alguns desses parlamentares, colocando em dúvida a boa índole a que se devem dispor para conduzir a política estadual.

Iniciamos por Sebastião Machado Rezende que é deputado estadual pelo partido União Brasil (ALMT, 2022). Segundo o perfil do deputado, descrito na página virtual de Deputados da Assembleia Legislativa, Sebastião Rezende está no seu quinto mandato. Seu primeiro pleito eleitoral foi em 2002, sendo reeleito em 2006, 2010, 2014 e 2018, “tendo nas quatro últimas eleições votos em todos os 141 municípios Mato-grossenses.” (ALMT, 2022).

Ainda em sua página de perfil da ALMT, o gabinete parlamentar ressalta que as bandeiras de luta do deputado Sebastião Rezende são pela repressão ao tráfico de entorpecentes e o tratamento gratuito de dependência química. Na área da educação, a assessoria informa que o mesmo já atuou na Comissão de Educação do Estado, porém não é detalhado a forma de atuação ou as funções desempenhadas pelo parlamentar.

No ano de 2021, o deputado se envolveu num escândalo de corrupção que culminou no bloqueio judicial de R\$ 300.000,00 das contas do parlamentar. Segundo o jornal cuiabano, RD NEWS, “Sebastião responde a ação de improbidade administrativa por suposta participação do ‘mensalinho’ da Assembleia durante a gestão do ex-governador Silval Barbosa” (Favalessa, 2021). A matéria expõe que o Ministério Público Estadual (MPE) acusou Sebastião e outros deputados de receberem pagamento mensal para manter apoio político a Silval, ex-governador de Mato Grosso, que revelou o esquema por meio de delação premiada (Favalessa, 2021).

Em 2020, o Sr. Ondanir Bortolini, vulgarmente conhecido como Nininho, foi alvo da Polícia Federal que investigou fraude à licitação e pagamento de vantagens indevidas a agentes públicos, segundo a Polícia Federal. Na ocasião, a operação conhecida como “chapéu de palha” fazia alusão ao adereço usado por Nininho que resolveu dispensá-lo após a repercussão da investigação. Em 2021, o jornal G1 (Centro América) cobriu uma reportagem que anunciava a condenação do deputado a oito anos de prisão por desvio de dinheiro na construção de uma escola no último ano do segundo mandato em 2008, quando esse ainda era prefeito do município de Itiquira. Apesar disso, o mesmo recorreu e responde o processo em liberdade.

Isto posto, notamos que a conjuntura que se dá ao longo do processo de militarização, se entrelaça ao decurso dos processos eleitorais, tal modo que a política adotada na educação, no que diz respeito à intervenção militar, tornou-se uma moeda de troca enquanto capital político (Oliveira, 2016). Ademais, percebe-se que a intervenção militar na educação é vista com bons olhos tanto para uma elite que vislumbra o controle, a obediência e a submissão enquanto manutenção da sua condição na sociedade, ou seja, sujeitos obedientes não questionam a realidade social. Por outro lado, as camadas desfavorecidas enxergam a

militarização como uma possível solução dos problemas relacionados a criminalidade vivida diariamente.

A ideologia a qual impulsiona as propostas políticas acabam por incluir um modelo de escola que vai ao encontro das ideias de uma sociedade “ideal” para estes grupos. Conseqüentemente este pensamento se agrega a outros setores da sociedade por alienação aos discursos proferidos pela classe dominadora.

A educação como prática de dominação, que vem sendo objeto desta crítica, mantendo a ingenuidade dos educandos, o que pretende, em seu marco ideológico (nem sempre percebido por muitos dos que a realizam), é indoutriná-los no sentido de sua acomodação ao mundo da opressão. (Freire, 1987, p. 92)

Portanto, o que se percebe é uma premeditação dos atos que são estabelecidos e colocados em práticas dentro dessas escolas como forma de controle para que se determine e prevaleça ideias e anseios de uma minoria em detrimento da maior parte da população.

Neste ínterim, os políticos vão encontrando brecha para angariar prestígios das pessoas, utilizando-se discursos genéricos, evasivos e muitas vezes sem fundamento para sustentar suas teses. Silva (2016) trabalha com a ideia de que o discurso do medo e da violência que associa os adolescentes a sujeitos perigosos e ameaçadores é uma chave para a defesa da intervenção militar. Catini e Norte (2021) versam sobre o discurso da “superioridade” das escolas a partir dos bons resultados de avaliações externas, a exemplo do IDEB. Dessa forma, entende-se que os discursos proferidos se proliferam na sociedade, provocando uma alienação social, simpatizando civis e militares em prol de uma proposta mascarada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa pela ordem subjacente à militarização das escolas em Mato Grosso logrou êxito ao expor boa parte dos mecanismos que, por vezes, ocorre de forma implícita. Com isso, vimos que a criação e militarização de tais escolas correlaciona sobretudo com as bases eleitorais dos parlamentares que apresentaram e defenderam os requerimentos de militarização.

A busca pela relação de outros agentes envolvidos com tal política educacional não seria possível sem a perspectiva do olhar geográfico que se desdobra a partir do objeto de estudo. A busca por tais fenômenos nos obriga a laborar e caminhar pelas diversas “geografias” que ramificam e nos auxiliam nos estudos do espaço geográfico.

Com isso, vimos que a educação de Mato Grosso tem passado por diversas mudanças estruturais. Se por um lado, com a promulgação da BNCC, o governo tem dado atenção especial para o currículo escolar, por outro não é diferente quanto à estrutura organizacional, convênios e implementações que por vezes oscila entre ideologias neoliberais e, ao mesmo tempo conservadoras. As reformas políticas, bem como as ideologias que resgatam o positivismo e o liberalismo econômico trouxeram profundas mudanças na escola, embora muitos discursos continuaram sendo os mesmos. Aqui se fundem o tradicional e o “novo”.

Dessa forma, políticas educacionais como a militarização da educação têm ganhado cada vez mais espaço no território mato-grossense. Tal fato tem transformado escolas civis em militares e outras escolas têm sido implantadas já para essa finalidade. Conforme vimos, esse projeto tende a ser ampliado frente a aceitação por boa parte da sociedade, bem como a sanção de nova lei (12.388 de 2024).

Ao examinarmos o panorama educacional de Mato Grosso, é possível notar que assim como qualquer outro ambiente, seja ele físico ou abstrato, a educação tornou-se um território de disputa. Tal fato induz acreditar que se trata de um projeto (macro) de intervenção que enxergou na educação um caminho que objetiva a incorporação de ordens de cunho político-econômico, o que a descaracteriza e a retira da incumbência de formar o ser humano para tornar-se cidadão, tese defendida e reproduzida por vários autores da área.

Verificamos que o caminho para a militarização tem sido pavimentado pelos diferentes órgãos, especialmente a secretarias de educação e segurança pública, além de agentes políticos, a fim de tentar garantir legitimidade nos trâmites que envolvem a implementação dessas escolas.

Apesar disso, boa parte da sociedade civil tem se mostrado indignada com tal política em razão de uma insolência causada pela natureza da escola militar, bem como encontrado várias ilegitimidades no processo de militarização, desde a sua implantação até os protocolos utilizados dentro desses espaços. Diante disso, grupos de resistência tem se mobilizado a fim de denunciar e impedir que novas unidades sejam militarizadas.

Nas escolas militarizadas, a disciplina que antes era entendida como um componente curricular, agora surge com o significado mais tradicional: o controle. Os defensores do militarismo o usa como um dos principais argumentos nas alegações que tem por objetivo qualificar essas escolas como se a ideia de cumprimento de regras não existisse em outras unidades. A questão, como dito anteriormente, é que a obediência que se exige nas escolas militarizadas se dá a partir de outras regras com base em regimento interno específico onde os meios não justificam os fins, porque ali não se formam militares.

Todo esse dispêndio em torno de tal política, bem como o louvor que se faz em defesa da militarização tem agregado cada vez mais o assentimento de pessoas (sobretudo leigas) que enxergam a intervenção militar como a solução para os diversos problemas da sociedade. Nesse caso, a precarização da educação formal. Os meandros da esfera judicial têm permitido que tal política esteja atuante. Apesar disso, é possível defender a hipótese de que num período de médio a longo prazo a militarização da educação poderá sofrer sanções que poderão prejudicar o andamento desse modelo de ensino. As resistências e embates na sociedade civil têm sido cada vez mais enfáticas e o reflexo das ações vistas no plano nacional, podem reverberar nas demais subdivisões.

Atestamos que entre os anos de 2019 e 2022 a produção científica em torno da militarização se avolumou, ao passo que essa política no plano nacional também foi pauta importante para o governo federal. Isso mostra que a pesquisa tem acompanhando o que sobrevém à realidade.

Vimos que apesar da relevância do objeto de estudo, a Geografia enquanto ciência cuja finalidade é estudar o espaço geográfico, bem como as contradições que nele acontece, tem falhado em não estar entre os ramos que mais estudam essa temática, baseando-se na publicação de artigos, dissertações e teses nos últimos anos. Apesar disso, a Educação é a área que tem demonstrado mais interesse nesse assunto.

Verificamos que essa política educacional tem mobilizado uma série de segmentos que dividem posições. De qualquer forma, a militarização tem ganhado os holofotes de pesquisadores, acadêmicos, jornalistas, cientistas, servidores públicos, partidos políticos,

sindicatos, entre outros agentes. A maioria das publicações tem um posicionamento contrário a esse modelo pelos motivos já elencados no texto.

Diante disso, o governo de Mato Grosso insiste em tal política a ponto de atropelar etapas legais do processo, previstos em lei específica. Esse desrespeito começa desde a primeira etapa quando a SEDUC, ao invés de aguardar a manifestação de interesse da unidade escolar, resolve comunicar o ato de transformação. Dessa forma, todos os trâmites acabam por vezes intrincado, quando não, desconhecido.

Além de escancarar a ilegalidade de implementação, o governo tem demonstrado uma série de irregularidades ao restringir o acesso e limitar as condições de permanência dos estudantes nessas unidades. Dessa forma, a ilegalidade pode ser percebida desde a introdução até a manutenção dessas escolas.

Com isso, assistimos a um movimento de elitização das escolas militarizadas de Mato Grosso, ao passo que tais unidades têm recebido estudantes oriundos de famílias com maior poder aquisitivo, conforme apontou os resultados do Índice Socioeconômico divulgados pelo INEP. Por consequência disso, vemos a restrição de estudantes socioeconomicamente vulneráveis. Tal fato induz acreditar que a escola militar foi criada por e para a elite.

Notamos que a implantação das escolas militarizadas entre 2016 e 2022 teve grande influência dos legisladores. No último mandato (2019 a 2022) mais da metade dos parlamentares protocolaram pedidos para a implantação desse modelo escolar em quase todos os municípios de Mato Grosso. Desses, nove foram contemplados com a implementação de 19 escolas nesse período, e de outras três no ano de 2023. Nossa pesquisa revelou que relação política-empresarial se faz presente também nas políticas educacionais adotadas por muitos governos que passaram pelo poder do estado.

A militarização da educação de Mato Grosso é uma consequência de uma proposta mais ampla, coordenada não apenas por uma política estadual, mas por uma ideologia que ultrapassa os limites territoriais do estado, numa hierarquia imperante. Os dados comprovaram que a elite brasileira tem sido um agente propulsor de tais políticas. A interferência de grupos privados, bem como a militarização da educação, vem acompanhados de discursos alinhados às propostas da classe política dominante no país.

Nesse intervalo, estes representantes públicos têm defendido a militarização de forma contundente, frente ao entendimento que boa parte da população tem aprovado esse modelo escolar. Tal posicionamento tem tido efeitos positivos para essa classe política, que tem ganhando prestígio e consequentemente, cativado eleitores. Ao mesmo tempo, esses políticos

têm representado o setor que prepondera no estado. Vimos que o agronegócio tem financiado campanhas e assim, tendo participação indireta nessa e em outras políticas dotadas de ideologias as quais essa classe promulga.

A proposta de inserir militares nas unidades escolares é parte de uma trama que objetiva sobretudo a ampliação e controle das massas. As propagandas e discursos que são pronunciados exaltando as escolas militarizadas visa atrair cada vez mais a população não apenas para uma proposta de ensino, mas para uma doutrina pautada em ideias político-partidários. Dessa forma, estado de alienação dos indivíduos impede que a população enxergue de forma ampla a política que está sendo implantada e ampliada. Tal passo que este movimento pró-militarização ganha força, fica evidente a apreciação de outros segmentos da sociedade e de pessoas de diferentes classes sociais. Tal proximidade favorece o controle político das massas.

REFERÊNCIAS

ABC Pública. Associação Brasileira de Comunicação Pública. **Conheça os 12 Princípios da Comunicação Pública**. Notícias. Disponível em: <https://abcpublica.org.br/conheca-os-12-principios-da-comunicacao-publica/>. Acesso em: 07 nov. 2023.

AGOSTINHO, Kleyton; ASSUNÇÃO, Adriana. VGN. **Sem iniciativa da comunidade escolar, Lúdio diz que secretário não esclareceu porque escolheu militarizar Adalgisa**. Disponível em: <https://www.vgnoticias.com.br/politica/sem-iniciativa-da-comunidade-escolar-ludio-diz-que-secretario-nao-esclareceu-porque-escolheu-militarizar-adalgisa/98289>. Acesso em: 22 fev. 2023.

ALVES, Maria Teresa Gonzaga; SOARES, José Francisco; XAVIER, Flavia Pereira. **Índice Socioeconômico das Escolas de Educação Básica Brasileiras**. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.22, n. 84, p. 671-704, jul./set. 2014.

ALVES, Miriam Fábila; TOSCHI, Mirza Seabra; FERREIRA, Neusa Sousa Rêgo. **A expansão dos colégios militares em Goiás**. In: Revista Retratos da Escola. Brasília, v.12, n. 23, p.271-287, jul./dez.,2018.

ALVES, Miriam Fábila; TOSCHI, Mirza Seabra. **A militarização das escolas públicas: uma análise a partir das pesquisas da área de educação no Brasil**. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - v. 35, n. 3, p. 633 - 647. Brasília, 2019.

ALVES, Miriam Fábila; MOCARZEL, Marcelo; MOEHLECKE, Sabrina; SANTOS, Catarina de Almeida. **Militarização das escolas públicas no Brasil: um debate necessário**. RBPAE - v. 35, n. 3, p. 580 - 591, mai./ago. 2019.

ARROYO, Miguel Gonzáles. **O Direito ao Tempo de Escola**. Cadernos de Pesquisa, nº 65, p. 3-10. 1988.

ARROYO, Miguel Gonzáles. **Outros Sujeitos, Outras Pedagogias**. Editora Vozes. Petrópolis, 2012.

BARRA DO GARÇAS. Câmara de Vereadores. **Audiência Pública para tratar de assuntos relacionados com a retomada das obras da Escola Militar Tiradentes**. Ata nº 015/2019. Set/2019. Disponível em: <https://www.barradogarcas.mt.leg.br/processo-legislativo/atas/ata-das-audiencias-publicas/ano-2019/ata-audiencia-publica-dia-26-09-2019-escola-militar-tiradentes.pdf/view>. Acesso em: 15 nov. 2023.

BECKER, Elsbeth Léia Spode; HARTAMANN, Emerson. **Histórico do Sistema Colégio Militar do Brasil e seu Processo de Formação na Cidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul**. Disciplinarum Scientia. Série: Ciências Humanas, Santa Maria, v. 19, n. 01, p. 165-187, 2018.

BRANDÃO, Nagila Moura; FORTES, Everson Brito; SILVA, Marcio Pereira da. **A Percepção dos Servidores da Educação nas Escolas Estaduais Militares de Mato Grosso: Houve Mudanças Quanto à Gestão?** RHM - Vol 22 n. 01, p.189-221, jan/jun. 2022.

BRASIL. Controladoria Geral da União. **Transparência e Prestação de Contas**. Disponível em: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/aceso-a-informacao/transparencia-e-prestacao-de-contas>. Acesso em: 24 de fev. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019**. Institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. Brasília: Presidência da República, 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D10004.htm. Acesso em: 01 set. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 11.611, de 19 de julho de 2023**. Revoga o Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019, que institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. Brasília: Presidência da República, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Decreto/D11611.htm#art1. Acesso em: 27 ago. 2023.

BRASIL. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Escolar – Sinopse**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/cuiaba/pesquisa/13/5908?tipo=cartogram&indicador=5955>. Acesso em: 13 jul. 2023.

BRASIL. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Mato Grosso**. Panorama. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/panorama>. Acesso em: 17 jan. 2024.

BRASIL. MEC. CAPES. **Catálogo de Teses e Dissertações**. Painel de informações quantitativas (teses e dissertações). Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>. Acesso em: 06 mar. 2023.

BRASIL. MEC. CNPQ. **Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil – Lattes**. Consulta parametrizada. Disponível em: http://dgp.cnpq.br/dgp/faces/consulta/consulta_parametrizada.jsf. Acesso em: 07 mar. 2023.

BRASIL. MEC. INEP. **Censo Escolar**. Coleta. Escolas. Disponível em: <https://inepdata.inep.gov.br/analytics/saw.dll?Dashboard>. Acesso em: 15 mai. 2024.

BRASIL. MEC. INEP. **Indicador de Nível Socioeconômico do SAEB 2022**. Nota Técnica. Disponível em: https://download.inep.gov.br/areas_de_atuacao/Indicadores_de_nivel_Nota_tecnica_2021.pdf. Acesso em: 24 fev. 2024.

BRASIL. MEC. **Ministério da Educação Apresenta os Resultados do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares**. Notícias. Disponível em: <https://escolacivicomilitar.mec.gov.br/noticias-lista/176-ministerio-da-educacao-apresenta-os-resultados-do-programa-nacional-das-escolas-civico-militares>. Acesso em: 19 jun. 2023.

BRASIL. MEC. **Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares**. 2º Edição-2021. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/media/aceso_informacao/pdf/10DIRETRIZESPECIMVERSO_observaes_14072021convertido2.pdf. Acesso em: 30 ago. 2022.

BRASIL. MEC. **Relação ECIM 2020, 2021 E 2022**. Escola Cívico-Militar. Diretoria das escolas cívico-militares. Disponível em: https://escolacivicomilitar.mec.gov.br/images/pdf/Escolas_Pecim_ed.pdf. Acesso em: 28 fev. 2023.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Instituições de Ensino Militar**. Ensino e Pesquisa. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/ensino-e-pesquisa/copy_of_instituicoes-de-ensino-militar. Acesso em: 12 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Portaria - C Ex nº 1.714, de 5 de abril de 2022**. Aprova o Regulamento dos Colégios Militares (EB10-R-05.173), 2ª edição. Brasília, 2022. Disponível em: <http://www.cmb.eb.mil.br/index.php/secretaria/summary/38-legislacao/282-regulamento-dos-colegios-militares-eb10-r-05-173>. Acesso em: 29 jan. 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. **A SUDAM**. Disponível em: <https://www.gov.br/sudam/pt-br/composicao/ministro>. Acesso em: 28 de fev. 2024.

BRASIL. Senado Federal. **Blairo Maggi**. Senadores. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/111>. Acesso em: 31 ago. 2022.

BRASIL. Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 2016. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 15 fev. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9394/1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 24 mai. 2022.

BRASIL. Poder Executivo. **Dados Abertos**. Disponível em: <https://dados.gov.br/home>. Acesso em: 24 de fev. 2024.

BRASIL. Polícia Federal. **Polícia Federal investiga fraude à licitação e pagamento de vantagens indevidas a agentes públicos**. Disponível em: <https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/noticias/2020/12-noticias-de-dezembro-de-2020/policia-federal-investiga-fraude-a-licitacao-e-pagamento-de-vantagens-indevidas-a-agentes-publicos>. Acesso em: 16 jan. 2024.

BRASIL. Receita Federal. **Emissão de Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**. Disponível em: https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/cnpjreva/cnpjreva_Solicitacao.asp. Acesso em: 24 de fev. 2024.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais**. Disponível em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/>. Acesso em: 07 nov. 2023.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Resultados**. Estatística de Votação. Disponível em: https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-resultados/maioresvotacoes?p0_ano=2022&session=1990705205363. Acesso em: 30 mai. 2023.

BRONZE, Giovana. CNN Brasil. **Amazônia Legal concentra mortes por conflitos no campo brasileiro**. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/amazonia-legal-concentra-mortes-por-conflitos-no-campo-brasileiro/>. Acesso em: 28 de fev. 2024.

CAMPOREZ, Patrik. **Número de escolas públicas “militarizadas” no país cresce sob o pretexto de enquadrar os alunos**. Revista Época. 23 de julho de 2018. Disponível em:

<https://epoca.globo.com/numero-de-escolas-publicasmilitarizadas-no-pais-cresc sob -pretexto-de-enquadrar-os-alunos-22904768>. Acesso em: 30 ago. 2022.

CANARANA. Poder Legislativo. **Câmara de Vereadores**. Galeria de Vereadores. Subtenente Sancler Santarém. Disponível em: <https://www.canarana.mt.leg.br/processo-legislativo/galeria-dos-vereadores-1>. Acesso em: 30 mai. 2023.

CATINI, Carolina de Roig; NORTE, Danielly Severiano do. **Escolas Públicas: porque militarizar?** In.: XXIX Congresso de Iniciação Científica da UNICAMP. Iniciação Científica - Graduando em Pedagogia. Campinas, 2021.

CÉSAR, João Batista Martins. **A Audiência Pública como Instrumento de Efetivação dos Direitos Sociais**. RVMD, Brasília, V. 5, nº 2, p. 356-384, Jul-Dez, 2011.

CNTE. Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. **CNTE cobra revogação de decreto que permite militarização das escolas e ataque à educação pública**. Notícias. Editorial. Disponível em: <https://cnte.org.br/index.php/menu/comunicacao/posts/noticias/75977-cnte-cobra-revogacao-de-decreto-que-permite-militarizacao-das-escolas-e-ataque-a-educacao-publica>. Acesso em: 20 abr. 2023.

CORREIA, Rogério. Câmara dos Deputados. **Projeto de Decreto Legislativo**. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2238887&filenae=Tramitacao-PDL%2056/2023. Acesso em: 20 abr. 2023.

CREPALDI, Esdras. Prefeitura Municipal de Cáceres. **Prefeita Eliene recebe gestores da Escola Cívico Militar Senador Mário Motta**. Notícias. Disponível em: <https://www.caceres.mt.gov.br/Noticias/Prefeita-elienne-recebe-gestores-da-escola-civico-militar-senador-mario-motta-8447/>. Acesso em: 28 fev. 2023.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Gestão democrática da educação: exigências e desafios**. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, v 8, nº 2, p. 163-174, Jul/dez 2002.

DIAS, Lucas Costa Almeida. Ministério Público Federal. **Inquérito Civil n. 1.10.000.000543/2022-49**. Ação Civil Pública. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/ac/sala-de-imprensa/docs/1007496-16.2023.4.01.3000%20-%20ACP%20%20Colegios%20militares.pdf/view>. Acesso em: 02 set. 2023.

FAVALESSA, Mikhail. RD News. **TJ bloqueia R\$ 300 mil de deputado por participação no mensalinho da Assembleia**. Disponível em: <https://www.rdnews.com.br/judiciario/tj-bloqueia-r-300-mil-de-deputado-por-participacao-no-mensalinho-da-assembleia/143777>. Acesso em: 24 de fev. 2024.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. **As pesquisas denominadas "estado da arte"**. Educação & sociedade, v. 23, p. 257-272, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/vPsychSBW4xJT48FfrdCtqfp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 abr. 2023.

FILHO, Luciano Mendes de Faria. **O Espaço Escolar como Objeto da História da Educação: algumas reflexões**. Revista da Faculdade de Educação. São Paulo, v.24, n.1, p. 141-159,

jan./jun., 1998. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rfe/article/view/59619>. Acesso em: 11 out.2022.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramalhete. 20° ed. Petrópolis, Vozes, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Editora Paz e Terra. 17° ed. Rio de Janeiro, 1987.

FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **ESCOLA “SEM” PARTIDO: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

GABRIEL, Igor. Imprensa oficial de Mato Grosso. **Novos gestores dos Diretórios Regionais fortalecem a Educação nos municípios de MT**. Notícia. Cuiabá, 2022. Disponível em: <http://www.mt.gov.br/-/18774956-novos-gestores-dos-diretorios-regionais-fortalecem-a-educacao-nos-municipios-de-mt>. Acesso em: 10 jun. 2022.

GÊNERO E EDUCAÇÃO. **Carta da sociedade civil pela desmilitarização da educação e da vida**. Disponível em: <https://generoeeducacao.org.br/biblioteca/carta-da-sociedade-civil-pela-desmilitarizacao-da-educacao-e-da-vida/>. Acesso em: 20 abr. 2023.

GEPEJ. **GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS E JUVENTUDE**. Diretório dos grupos de pesquisa no Brasil Lattes. Disponível em: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/557843>. Acesso em: 20 mar. 2023.

GOIÁS. **Lei nº 8.125, de 18 junho de 1976**. Dispõe sobre a organização básica da Polícia Militar do Estado de Goiás e dá outras providências. Goiânia: Governo do Estado de Goiás, 1976. Disponível em: https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa_legislacao/86680/lei-8125. Acesso em: 29 ago. 2023.

GOIÁS. Polícia Militar Do Estado De Goiás. **Colégios Militares**. Disponível em: <https://www.pm.go.gov.br/ao-cidadao/colegios-militares-2>. Acesso em: 31 ago. 2022.

GOIÁS. SEDUC-GO. **Governo de Goiás anuncia implantação de 10 novos Colégios Militares**. Sala de Imprensa. Goiânia, 22 de maio de 2023. Disponível em: <https://site.educacao.go.gov.br/sala-de-imprensa/noticias3/5169-governo-de-goias-anuncia-implantacao-de-10-novos-colegios-militares.html>. Acesso em: 03 ago. 2023.

GOMES, Marcus Vinicius. Palestra - **Diferenças entre a Geografia da educação e a Educação Geográfica**. Youtube, 29 de maio de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Xy4690uredg>. Acesso em: 22 mai. 2022.

GOMES, Marcus Vinicius; SERRA, Enio. **POR QUE FALAR SOBRE GEOGRAFIA DA EDUCAÇÃO?** GIRAMUNDO, Rio de Janeiro, V. 6, N. 12, P. 7-21. Jul./Dez. 2019.

GOOGLE. Google Acadêmico. **Busca textual**. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/?hl=pt>. Acesso em: 13 mar. 2023.

GOSCH, Jacques. RD NEWS. **Elizeu insinua que alunos usam drogas e vai insistir em militarização de escola.** Notícias. Disponível em: <https://www.rdnews.com.br/cidades/conteudos/170789>. Acesso em: 08 nov. 2023.

GOSCH, Jacques. RD News. **Paulo Freire é “desomenageado” e escola recebe o nome de cabo da PM em MT.** Notícias. Disponível em: <https://www.rdnews.com.br/executivo/conteudos/169395>. Acesso em: 09 mai. 2023.

G1. TV Centro América. **Deputado e irmã são condenados à prisão por desvio de dinheiro de obra de escola em MT, mas podem recorrer em liberdade.** Disponível em: <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2021/10/27/deputado-e-irma-sao-condenados-a-prisao-por-desvio-de-dinheiro-de-obra-de-escola-em-mt-mas-podem-recorrer-em-liberdade.gh.html>. Acesso em: 16 jan. 2024.

G1. TV Centro América. **Mauro Mendes, do DEM, é eleito governador de Mato Grosso no 1º turno.** Reportagem publicada em 07/10/2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/eleicoes/2018/noticia/2018/10/07/mauro-mendes-do-dem-e-eleito-governador-de-mato-grosso-no-1o-turno.gh.html>. Acesso em: 01 set. 2022.

JUNIOR, Jalme Santana de Figueiredo. **Apologia de Nadir De Oliveira:** processo de militarização de uma escola estadual em mato grosso. In.: XIV Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa Em Geografia. Edição *on-line*, Várzea Grande, 2021. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/edicao/anais-do-xiv-enanpege/pesquisa?autor=&titulo=militariza%C3%A7%C3%A3o&modalidade=&at=>. Acesso em: 01 abr. 2023.

LEÃO, Marcelo Franco; MEDICI, Domenico dos Santos; MEDICI, Monica Strega. **Militarização da escola pública:** uma reflexão histórica do sistema educacional brasileiro e das lutas em mato grosso. Destaques Acadêmicos, v. 12, p. 2-224, 2020.

MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a Política no Brasil** - As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1981.

MATO GROSSO. Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso. **Deputados.** Disponível em: <https://www.al.mt.gov.br/parlamento/deputados>. Acesso em: 24 de fev. 2024.

MATO GROSSO. Assembleia Legislativa de Mato Grosso. **GABINETE PARLAMENTAR.** Dep. Sebastião Rezende. Disponível em: <https://www.al.mt.gov.br/parlamento/deputados/39/perfil>. Acesso em: 02 set. 2022.

MATO GROSSO. Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso. **Resolução Normativa Nº 005/2015-CEE/MT.** Fixa normas de estrutura, organização e funcionamento dos Colégios Militares para oferta de Educação Básica do Sistema Estadual de Ensino de Mato Grosso. Disponível em: <http://www3.cee.mt.gov.br/wmmostrarmodulo.aspx?15,45,Componente+Arquivo>. Acesso em: 31 ago. 2022.

MATO GROSSO. Corpo de Bombeiros Militar. **Bombeiros Militares são homenageados no Quartel do Comando Geral do CBMMT.** Notícias. Disponível em: <https://www.bombeiros.mt.gov.br/-/bombeiros-militares-sao-homenageados-no-quartel-do-comando-geral-do-cbmmt>. Acesso em: 08 nov. 2023.

MATO GROSSO. **Decreto nº 1.589, de 22 de dezembro de 2022**. Cuiabá: Palácio Paiaguás, 2022. Disponível em: file:///C:/Users/carlo/Downloads/diario_oficial_2022-12-23_pag_4.pdf. Acesso em: 30 mai. 2023.

MATO GROSSO. **Decreto 2.650 de 13 de junho de 1990**. Dispões sobre nova denominação de uma unidade escolar no município de Cuiabá. Cuiabá: Poder Executivo, 1990.

MATO GROSSO. SEDUC. **Formulário de Serviço**. MICROPLANEJAMENTO. Disponível em: <http://www3.seduc.mt.gov.br/-/8525298-microplanejamento?ciclo=>. Acesso em: 01 set. 2022.

MATO GROSSO. SEDUC. **Geolocalização das 668 Unidades Escolares**. MICROPLANEJAMENTO. MAPA INTERATIVO. Disponível em: <https://www.google.com/maps/d/u/0/viewer?mid=16Lwitl6Qhnqpcst9QTq8HEMA6wwdDKtL&hl=pt-BR&ll=-16.093998394181533%2C-55.57466600809991&z=9>. Acesso em: 09/05/2023.

MATO GROSSO. **Lei Complementar nº 408, de 01 de julho de 2010**. Institui o Sistema de Ensino da Polícia e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso e dá outras providências. Disponível em: <http://www.pm.mt.gov.br/documents/2459523/4959710/LEI+COMPLEMENTAR+N%C2%B0+386%2C+DE+05+DE+MAR%C3%87O+DE+2010..pdf/4efa6cdc-9848-4313-a1cd-f974cdad72d8>. Acesso em 31 ago. 2022.

MATO GROSSO. **Lei Complementar nº 555, de 29 de dezembro de 2014**. Dispõe sobre o Estatuto dos Militares do Estado de Mato Grosso. Disponível em: <http://www.pm.mt.gov.br/documents/2459523/4959710/LEI+COMPLEMENTAR+N%C2BA+555%2C+DE+29+DE+DEZEMBRO+DE+2014..pdf/aabe9978-2992-4ab2-bceb-704d133cf74>. Acesso em: 01 set. 2022.

MATO GROSSO. **Lei nº 8.171, de 22 de julho de 2004**. Dispõe sobre a criação da Escola Estadual Dom Pedro II do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso e dá outras providências. Disponível em: <http://www.bombeiros.mt.gov.br/documents/18620746/21887408/3+01+Lei+8171+04.pdf/9720d267-41de-7015-4b4b-d0f514dcb130>. Acesso em 31 ago. 2022.

MATO GROSSO. **Lei nº 10.922, de 12 de julho de 2019**. Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso. Cuiabá, 2019. Disponível em: [file:///C:/Users/carlo/Downloads/lei-10922-2019%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/carlo/Downloads/lei-10922-2019%20(2).pdf). Acesso em: 22 abri. 2023.

MATO GROSSO. **Lei nº 11.273, de 18 de dezembro de 2020**. Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso. Cuiabá, 2020. Disponível em: [file:///C:/Users/carlo/Downloads/lei-11273-2020%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/carlo/Downloads/lei-11273-2020%20(1).pdf). Acesso em: 22 fev. 2023.

MATO GROSSO. **Lei nº 12.091, de 24 de abril de 2023**. Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso. Cuiabá, 2023. Disponível em: <https://www.iomat.mt.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/17243#/p:5/e:17243?find=%20Andr%C3%A9%20Ant%C3%B4nio%20Maggi>. Acesso em: 09 mai. 2023.

MATO GROSSO. Polícia Militar. **13º Batalhão de Polícia Militar**. Disponível em: <https://www.pm.mt.gov.br/-/3914124-13-batalhao-de-policia-militar-lucas-do-rio-verde>. Acesso em: 08 nov. 2023.

MATO GROSSO. Poder Executivo. **Projeto de Lei nº 1821 de maio de 2023**. Palácio Paiaguás, Cuiabá, 2023. Disponível em: <https://www.al.mt.gov.br/storage/webdisco/cp/20230906105523221000.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2024.

MATO GROSSO. **Projetos em tramitação**. Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso. Disponível em: <https://www.al.mt.gov.br/proposicao/?tipoPropositura=6&palavraChave=&numeroPropositura=&ano=2022&autor=&dataPublicacaoInicio=&dataPublicacaoFim=&buscaTextual=ESCOLA%20COL%C3%89GIO%20MILITAR&search=&page=3>. Acesso em: 02 set. 2023.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística. **Mapa Rodoviário - 2023**. Disponível em: <https://www.sinfra.mt.gov.br/malha-rodoviaria>. Acesso em: 28 de fev. 2024.

MATO GROSSO. SEDUC-MT. **Educação 10 anos**: Mato Grosso entre as Melhores redes de educação pública do Brasil. Cuiabá: Edição nº1 - Outubro/2022.

MENDES, Mauro. **Plano de Governo 2023-2026**. Disponível em: <https://odocumento.com.br/wp-content/uploads/2022/08/PLANO-DE-GOVERNO-2023-2026-MM.pdf>. Acesso em: 02 set. 2022.

MENDES, Mauro. **Propostas de Governo**. Tribunal Regional Eleitoral-MT. Disponível em: https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/MT/2022802018/110000612713/proposta_1534268657172.pdf. Acesso em: 01 set. 2022.

MORAES, Fernanda. ABN. **Governo de MT reforça armamento da Polícia Militar de Água Boa e mais nove cidades do Araguaia**. Notícias. Disponível em: https://www.aguaboanews.com.br/noticias/exibir.asp?id=36060¬icia=governo_de_mt_reforca_armamento_da_policia_militar_de_agua_boa_e_mais_nove_cidades_do_araguaia. Acesso em 08 nov. 2023.

OLIVEIRA, Dijaci David de. As escolas militares: o controle, a cultura do medo e da violência. In.: OLIVEIRA, Ian Caetano de; SILVA, Victor Hugo Viegas de Freitas; (Org.). **Estado de Exceção Escolar**: uma avaliação crítica das escolas militarizadas. Aparecida de Goiânia: Escultura produções editoriais, 2016.

OLIVEIRA, Ian Caetano de; SILVA, Victor Hugo Viegas de Freitas; (Org.). **Estado de Exceção Escolar**: uma avaliação crítica das escolas militarizadas. Aparecida de Goiânia: Escultura produções editoriais, 2016.

OLIVERA, Gilson Passos de. MEC. DECIM. **Relação inicial de estados/municípios contemplados com ECIM – 2022**. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/media/acao_informacao/pdf/Relacaovagasecim2022.pdf. Acesso em: 01 set. 2022.

ORSO, Paulino José. Reestruturação curricular no caminho inverso ao do ideário do Escola sem Partido. In.: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **ESCOLA “SEM” PARTIDO**: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

PAIVA, José Eugênio de. **Indicação nº 196/2022**. Despacho. Assembleia Legislativa. Disponível em: <https://www.al.mt.gov.br/storage/webdisco/cp/20220208155239160600.pdf>. Acesso em: 30 mai. 2023.

PERA, Guilherme. Ministério da Educação. **Quinze estados e o Distrito Federal aderem ao modelo de escolas cívico-militares**. 01 de outubro de 2019. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/component/content/index.php?option=com_content&view=article&id=80831:quinze-estados-e-o-distrito-federal-aderem-ao-modelo-de-escolas-civico-militares&catid=211&Itemid=86. Acesso em: 01 set. 2022.

PEIXOTO, Ingridy. ALMT. Secretaria de Comunicação Social. **Audiência pública discute ação contra leis estaduais de criação de escolas militares**. Disponível em: <https://www.al.mt.gov.br/midia/texto/audiencia-publica-discute-acao-contra-leis-estaduais-de-criacao-de-escolas-militares/visualizar>. Acesso em: 22 abr. 2023.

PIMENTEL, Carolina. AGÊNCIA BRASIL. **Veja as propostas de governo do presidente eleito Jair Bolsonaro**. 28 de outubro de 2018. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-10/veja-propostas-de-governo-de-jair-bolsonaro>. Acesso em: 01 set. 2022.

PSDB. Partido da Social Democracia Brasileira. **História**. PSDB reelege FHC e seis governadores. Disponível em: psdb.org.br/conheca/historia. Acesso em: 30 ago. 2022.

RATTON, Carlos. Diário do Litoral. **Tribunal de Justiça decide que Escola Cívico-Militar é inconstitucional**. Notícias. Disponível em: <https://www.diariodolitoral.com.br/educacao/tribunal-de-justica-decide-que-escola-civico-militar-e/161089/>. Acesso em: 02 set. 2023.

SANTANA, Wallmar. Imprensa Oficial. **Decreto cria mais três escolas militares em Mato Grosso**. Educação. 28 de março de 2017. Disponível em: <http://www.mt.gov.br/-/6027062-decreto-cria-mais-tres-escolas-militares-em-matogrosso>. Acesso em: 01 set. 2022.

SANTOS, Claitonei de Siqueira; SILVA, Alessandra Pires da. **História da Educação no Brasil: tentativas de estruturação e organização escolar no período imperial**. Revista Acadêmica Educação e Cultura em Debate. V 5, n. 1. Jan-dez. 2019.

SANTOS, Eduardo Junio Ferreira. **Militarização das Escolas Públicas no Brasil: Expansão, Significados e Tendências**. Universidade Federal de Goiás. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Dissertação de Mestrado. Goiânia, 2020.

SANTOS, Emily. G1. **Colégios militares, cívico-militares e da polícia: veja quantos são no país e entenda as diferenças entre eles**. Educação. Disponível: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2023/07/22/colegios-militares-civico-militares-e-da-policia-entenda-as-diferencas.ghtml>. Acesso em: 12 set. 2023.

SCIELO. Scientific Electronic Library Online. **Lista de periódicos**. Disponível em: <https://search.scielo.org/?lang=pt&count=15&from=0&output=site&sort=&format=summary&fb=&page=1&q=>. Acesso em: 10 mar. 2023.

SILVA, Alexsander Batista e. **A Geografia do Espaço Escolar: Jovem Aluno, Práticas Espaciais e Aprendizagem Geográfica**. Universidade Federal de Goiás. Instituto de Estudos

Socioambientais (IESA). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Dissertação de Mestrado. Goiânia, 2016.

SILVA, Arthur Santos da. **Olhar Jurídico. PT entra com ação contra leis de MT que disciplinam criação de escolas militares.** Redação. Disponível em: <https://www.olharjuridico.com.br/noticias/exibir.asp?id=50215¬icia=pt-entra-com-acaoc-ontra-leis-de-mt-que-disciplinam-criacao-de-escolas-militares>. Acesso em: 22 abri. 2023.

SILVA, Fernando Guimarães Oliveira da. **Educação contra os quadros de guerra.** Rev. FAEEBA – Ed. e Contemp., Salvador, v. 30, n. 62, p. 204-222, abr./jun. 2021.

SILVA, Joab Júnio Dias Gregório da. Militarização de escolas públicas: avanços ou retrocessos? In.: OLIVEIRA, Ian Caetano de; SILVA, Victor Hugo Viegas de Freitas; (Org.). **Estado de Exceção Escolar: uma avaliação crítica das escolas militarizadas.** Aparecida de Goiânia: Escultura produções editoriais, 2016.

SILVA, Joselita Romualdo da. **Pedagogia do quartel: formação de corpos dóceis nos colégios cívico-militares no estado do Paraná.** Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 17, n. 37, p. 83-101, jan./abr. 2023. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde>. Acesso em: 15 ago. 2023.

SINTEP-MT - Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso. **Audiência Pública evidencia manobras para militarização da EE Profª Adalgisa de Barros.** Notícias. Disponível em: https://sintep.org.br/sintep/Utilidades/view_noticia/audincia-pblica-evidencia-manobras-para-militarizacao-da-ee-prof-adalgisa-de-barros/i:2261. Acesso em: 25 abr.2023.

SINTEP-MT - Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso. **A verdade dos fatos sobre audiência realizada na EE Adalgisa de Barros em VG.** Nota de esclarecimento. Disponível em: https://sintep.org.br/sintep/Utilidades/view_noticia/a-verdade-dos-fatos-sobre-audincia-realizada-na-ee-adalgisa-de-barros-em-vg/i:2191. Acesso em: 25 abr. 2023.

SOARES, Denise. G1 MT. **Coronel é condenado por abuso de autoridade contra adolescentes.** Notícias. Disponível em: <https://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2017/04/coronel-e-condenado-por-abuso-de-autoridade-contr-adolescentes.html>. Acesso em: 08 nov. 2023.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; CORRÊA, Roberto Lobato; GOMES, Paulo Cesar da Costa. (Orgs). **Geografia: Conceitos e Temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2º ed., 2000.

TAVARES, Francisco Mata Machado. Quem quer manter a ordem? A ilegalidade da militarização das escolas em Goiás. In.: OLIVEIRA, Ian Caetano de; SILVA, Victor Hugo Viegas de Freitas; (Org.). **Estado de Exceção Escolar: uma avaliação crítica das escolas militarizadas.** Aparecida de Goiânia: Escultura produções editoriais, 2016.

TEIXEIRA, Anísio Spínola. **Educação e o Mundo Moderno.** 2º ed. Editora Nacional. São Paulo, 1977.

TEIXIERA, Rafaela Saddi. A exclusão dos alunos mais pobres nos Colégios Militares. In.: OLIVEIRA, Ian Caetano de; SILVA, Victor Hugo Viegas de Freitas; (Org.). **Estado de Exceção Escolar: uma avaliação crítica das escolas militarizadas**. Aparecida de Goiânia: Escultura produções editoriais, 2016.

TEIXEIRA, Yuri de Matos Mesquita. **O Que é “Ser de Direita”**. Escola Judiciária Eleitoral da Bahia. Revista Populus. n.10, p. 198 – 224, set./dez. 2021.

TERRIBILI, Alessandra. SINPRO-DF. **Programa de Militarização de Escolas Públicas Rumo ao Fim**. Disponível em: <https://www.sinprodf.org.br/militarizacao-rumo-ao-fim/>. Acesso em: 28 fev. 2023.

TRANSPARÊNCIA.CC. **Dados de Interesse Público**. Pesquisa. Disponível em: <https://transparencia.cc/?s=#gsc.tab=0>. Acesso em: 07 nov. 2023.

TIELLET, Maria do Horto Salles. **Expansão das escolas e colégios militares retoma a lógica da exclusão**. RBPAAE - v. 35, n. 3, p. 806 - 827, set./dez. 2019.

VIEIRA, João. **Expansão da escola militar em Mato Grosso é discutida durante simpósio**. GAZETA DIGITAL. 02 de abril de 2019. Disponível em: <https://www.gazetadigital.com.br/editorias/politica-de-mt/expansao-da-escola-militar-em-mato-grosso-discutida-durante-simpósio/573746>. Acesso em: 01 set. 2022.

VILELA, Pedro Rafael. AGÊNCIA BRASIL. **Governo prevê implantação de 216 escolas cívico-militares até 2022**. 24 de novembro de 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2021-11/governo-preve-implantacao-de-216-escolas-civico-militares-ate-2022>. Acesso em: 01 set. 2022.

APÊNDICES

APÊNDICE A - ESTADO DA ARTE DA MILITARIZAÇÃO DAS ESCOLAS PÚBLICAS NO BRASIL

Quadro 1 – Grupo de pesquisa do CNPQ que estuda a militarização das escolas no Brasil.

Filtros utilizados: Censo (atual e anteriores); Consulta por grupos; Uso de campos específicos (Nome do grupo; Nome da linha de pesquisa; Palavra-chave da linha de pesquisa) e Situação (Certificado e Não-atualizado).			
Nome do grupo	Ano de formação	Instituição	Área predominante
GEPEJ - GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS E JUVENTUDE	2020	Universidade Federal de Goiás – UFG – Goiânia - GO	Ciências Humanas; Educação

Quadro2 – Dissertações sobre militarização de escolas localizadas no Catálogo de Teses & Dissertações – CAPES.

Filtros utilizados: Tipo: Mestrado; Ano: 1990-2022; Autor: Todos; Orientador: Todos; Banca: Todas; Grande Área do Conhecimento: Todas; Área do Conhecimento: Todas; Área de Avaliação: Todas; Área de Concentração: Todas; Nome do Programa: Todos; Instituição: Todas; Biblioteca: Todas.					
TÍTULO	INSTITUIÇÃO DE ENSINO	DATA DA DEFESA	AUTOR(A)	FORMAÇÃO (Lattes-CNPQ)	PROGRAMA/ÁREA
A MILITARIZACAO DA EDUCACAO NO ESTADO NOVO	Universidade de São Paulo-SP	01/10/1995	Nelson Viana dos Santos	Matemática	Educação
A MILITARIZAÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA EM GOIÁS.	Pontifícia Universidade Católica de Goiás-GO	31/08/2016	Rafael Jose da Costa Santos	Filosofia	Educação
PACTO PELA EDUCAÇÃO: O CUMPRIMENTO DA AGENDA NEOLIBERAL EM GOIÁS E A MILITARIZAÇÃO DAS ESCOLAS PÚBLICAS	Universidade Estadual de Goiás	06/12/2017	Nilson Pereira Bezerra	Geografia	Educação, Linguagem e Tecnologias
MILITARIZAÇÃO DAS ESCOLAS PÚBLICAS EM GOIÁS: DISCIPLINA OU MEDO?	Pontifícia Universidade Católica de Goiás-GO	20/06/2017	Leandra Augusta de Carvalho Moura Cruz	Pedagogia História	História

“GESTÃO MILITAR” DA ESCOLA PÚBLICA EM GOIÁS: UM ESTUDO DE CASO DA IMPLEMENTAÇÃO DE UM COLÉGIO ESTADUAL DA POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS EM APARECIDA DE GOIÂNIA	Universidade Federal de Goiás-GO	18/09/2018	Neusa Sousa Rego Ferreira	Pedagogia	Educação
A militarização da escola: Um debate a ser enfrentado.	Universidade de Taubaté-SP	31/10/2018	Jefferson Fernando Ribeiro Cabral	Ciências Sociais e Jurídicas; Educação Física; Pedagogia.	Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais
MILITARIZAÇÃO DO ENSINO NO ESTADO DE GOIÁS: IMPLEMENTAÇÃO DE UM MODELO DE GESTÃO ESCOLAR	Universidade de Brasília-DF	10/07/2019	Weslei Garcia De Paulo	Pedagogia	Educação
Fundamentos e práticas do Colégio da Polícia Militar de Catalão: entre fardas, manuais e boletins.	Universidade Federal de Goiás-GO	14/03/2019	Renata Lopes Silva Ribeiro	Pedagogia	Ciências Humanas; Educação
Os novos modelos de gestão militarizada das escolas públicas: um estudo a partir	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro-RJ	27/02/2019	Paula Cristina Pereira Guimarães	Pedagogia	Educação

da experiência na rede estadual de ensino de Goiás					
A MILITARIZAÇÃO DE ESCOLAS DA REDE ESTADUAL EM PORTO VELHO-RO	Universidade Federal de Rondônia-RO	30/04/2019	Ana Célia Privado dos Santos Bezerra	Pedagogia	Educação
MILITARIZAÇÃO DAS ESCOLAS PÚBLICAS NO BRASIL: EXPANSÃO, SIGNIFICADOS E TENDÊNCIAS	Universidade Federal de Goiás-GO	30/10/2020	Eduardo Junior Ferreira Santos	Licenciatura plena em Letras/Português	Educação
Militarização de escolas públicas no contexto da reforma gerencial do Estado	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro-RJ	25/08/2020	Carlos Henrique Avelino Veiga	Pedagogia	Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares
O MODELO CÍVICO-MILITAR COMO POLÍTICA EDUCACIONAL À LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988	Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa – Brasília-DF.	18/12/2020	Barbara Nunes Ferreira Bueno	Direito	Direito Constitucional

RESTAURAÇÃO CONSERVADORA NA EDUCAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE O PROJETO DAS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES NO BRASIL	Universidade Estadual do Oeste do Paraná-PR	29/11/2021	Thayane Ellen Machado Da Silva	Pedagogia	Sociedade, Cultura e Fronteiras
ESTUDO COMPARATIVO DA EFICIÊNCIA DOS COLÉGIOS MILITARES E DAS ESCOLAS DE APLICAÇÃO: UMA ANÁLISE DE BENCHMARK NO CONTEXTO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DAS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES	Universidade de Brasília-DF	26/02/2021	Karla Marisa Fernandes Barbosa	Ciências Contábeis	Gestão Pública
OS SALTIMBANCOS TRAPALHÕES; ENTRE DÉSPOTAS, BUFÕES E MITOS EXISTIAM BATALHÕES ESCOLARES: ANALISANDO AS CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO DAS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES	Universidade Federal do Rio De Janeiro-RJ	24/11/2021	Guilherme de Souza Marques	Educação Física	Educação
RESTAURAÇÃO CONSERVADORA NA EDUCAÇÃO: UM ESTUDO	Universidade Estadual do Oeste do Paraná-PR	29/11/2021	Thayane Ellen Machado da Silva	Pedagogia	Sociedade, Cultura e Fronteiras

SOBRE O PROJETO DAS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES NO BRASIL					
ESCOLAS MILITARIZADAS NO MARANHÃO: Um Estudo sobre a Parceria entre Corporações Militares e Redes Públicas de Ensino	Universidade do Vale do Rio dos Sinos-RS	17/03/2021	Helio Cleidilson de Oliveira Sena	Física/Licenciatura	Educação
PROGRAMA NACIONAL DAS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES (PECIM): PARA ONDE DEVE CONDUZIR A EDUCAÇÃO?	Universidade Federal Fluminense-RJ	30/08/2021	Elias Augusto de Aguiar Lengruber	Direito	Educação
A GESTÃO COMPARTILHADA NOS COLÉGIOS CÍVICO-MILITARES DO DISTRITO FEDERAL	Universidade Católica De Brasília-DF	13/12/2021	Jurenice da Silva Barreto	Letras/Licenciatura	Educação
"Militarização de Escolas Públicas no Distrito Federal (2019-2020): o que dizem os professores?"	Universidade de Brasília-DF	26/08/2021	Amaral Rodrigues Gomes	Pedagogia; Matemática/licenciatura.	Educação
O FENÔMENO DAS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES BRASILEIRAS: UMA ANÁLISE A PARTIR DA DIFUSÃO DE INOVAÇÃO	Fundação Getúlio Vargas (Brasília-DF)	22/11/2021	Marilia Cristina Sassim Jesus	Administração de Empresas	Políticas Públicas e Governo

“Buraco de Minhoca”: Em torno da militarização de escolas públicas.	Universidade Federal Fluminense-RJ	30/08/2021	Giulia de Vito Nunes Rodrigues	Ciências Sociais/Licenciatura	Educação
“Currículo das escolas militarizadas no Distrito Federal .”	Universidade de Brasília-DF	21/05/2021	Edna Mara Correa Miranda	Licenciatura em Filosofia; Pedagogia.	Educação
ESCOLAS CÍVICO-MILITARES DO DISTRITO FEDERAL, DESEMPENHO, DISCIPLINA E VIOLÊNCIA: a visão dos atores da comunidade escolar.	Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais e Fundação Perseu Abramo – Brasília-DF	2021	Antônio Eustáquio Ribeiro	Administração Pública	Educação
Violência escolar e a militarização das escolas públicas: um estudo sobre o caso de Goiás	Fundação Getúlio Vargas – Rio de Janeiro-RJ	03/02/2021	Caio de Carvalho Ranna	Ciências Sociais	Administração
Em torno do discurso da/sobre a militarização de escolas no Brasil	Universidade Estadual de Campinas-SP	30/03/2022	Dener Gabriel Ferrari	Licenciado em Letras Português-Inglês	Linguística

Escolas públicas militarizadas: uma análise na perspectiva dos direitos humanos	Universidade Federal de Goiás-GO	30/03/2022	Bárbara Ferreira Bueno	Direito	Ciências Humanas; Educação.
---	----------------------------------	------------	------------------------	---------	-----------------------------

Quadro 3 – Teses sobre militarização de escolas encontradas no Catálogo de Teses & Dissertações – CAPES.

Filtros utilizados: Tipo: Doutorado; Ano: 1990-2022; Autor: Todos; Orientador: Todos; Banca: Todas; Grande Área do Conhecimento: Todas; Área do Conhecimento: Todas; Área de Avaliação: Todas; Área de Concentração: Todas; Nome do Programa: Todos; Instituição: Todas; Biblioteca: Todas.					
TÍTULO	INSTITUIÇÃO DE ENSINO	DATA DA DEFESA	AUTOR(A)	Formação (Lattes/CNPQ)	PROGRAMA/ÁREA
ESCOLA DE CIVISMO E CIDADANIA: ETHOS DO COLÉGIO BETA DA POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS	Pontifícia Universidade Católica de Goiás-GO	01/11/2011	Helena Beatriz de Moura Belle	Direito Ciências Contábeis	Educação
Militarização do ensino e Escola sem Partido: uma análise dos discursos de vigilância, controle e disciplina	Universidade Federal Fluminense-RJ	18/12/2020	Flavia Mendes Ferreira	Ciências Sociais	Ciência Política
COLÉGIOS ESTADUAIS DA POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS – CEPMG: um estudo com foco no discurso da qualidade de ensino e seus dispositivos de verdade	Pontifícia Universidade Católica de Goiás-GO	29/10/2021	Edna Rodrigues Araújo	Pedagogia	Ciências Humanas; Educação.
MILITARIZAÇÃO DE COLÉGIOS PÚBLICOS DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DE GOIÁS: IMPLICAÇÕES	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	23/11/2021	Vinicius Borges Alves	História	Educação

PARA O DIREITO À EDUCAÇÃO PÚBLICA E GRATUITA	Rio claro-SP				
A militarização das escolas no estado de Goiás e os sentidos da desdemocratização do ensino público	Universidade Federal do Rio de Janeiro-RJ	29/06/2022	Janaina Moreira de Oliveira Goulart	Pedagogia	Educação

Quadro 4 – Artigos sobre militarização de escolas localizados no SciELO – Brazil - Biblioteca Eletrônica Científica Online.

Filtros utilizados: Todos os índices.			
TÍTULO	ANO DE PUBLICAÇÃO	AUTORES/FORMAÇÃO	REVISTA CIENTÍFICA DE PUBLICAÇÃO/LOCAL
O PROCESSO DE MILITARIZAÇÃO DE UMA ESCOLA ESTADUAL PÚBLICA EM GOIÁS	2020	ALVES, Miriam Fábila. (Lic. História) FERREIRA, Neusa Sousa Rêgo. (Pedagogia)	Educação e Sociedade – Campinas-SP
Diferencial de desempenho de alunos das escolas militares: o caso das escolas públicas do Ceará	2020	BENEVIDES, Alesandra de Araújo. (Comunicação Social) SOARES, Ricardo Brito. (Economia)	Nova Economia - Belo Horizonte-MG
MILITARIZAR PARA EDUCAR? EDUCAR PARA A CIDADANIA?	2020	LIMA, Maria Eliene. (Pedagogia) BRZEZINSKI, Iria. (Ciências Sociais) JUNIOR, Antonio da Silva Menezes. (Medicina)	Educação E Sociedade – Campinas-SP
Ordem, Limpeza e Germinação: regulação da vida nas escolas cívico-militares	2020	ROSEIRO, Steferson Zanoni. (Pedagogia)	Educação e Realidade - Porto Alegre-RS.

		GONÇALVES, Nahun T. Lippaus Pires. (Ciências) RODRIGUES, Alexsandro. (Pedagogia)	
EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA: A RETOMADA DA OBRIGATORIEDADE PELA AGENDA CONSERVADORA	2020	AMARAL, Daniela Patti do. (Pedagogia) CASTRO, Marcela Moraes de. (Pedagogia)	Revista Cadernos de Pesquisa. São Paulo-SP.
“SENTIDO, DESCANSAR, EM FORMA”: ESCOLA-QUARTEL E A FORMAÇÃO PARA A BARBÁRIE	2021	SANTOS, Catarina de Almeida. (Pedagogia)	Educação e Sociedade – Campinas-SP
MILITARIZAÇÃO DA GESTÃO DAS ESCOLAS PÚBLICAS: A EXCLUSÃO DA ATIVIDADE POLÍTICA DEMOCRÁTICA	2022	CUNHA, Viviane Peixoto da. (Pedagogia) LOPES, Alice Casimiro. (Lic. em Química)	Educação e Sociedade – Campinas-SP
MILITARIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL EM 2019: ANÁLISE DO CENÁRIO NACIONAL	2022	SANTOS, Eduardo Junior Ferreira. (Letras) ALVES, Miriam Fábria. (Lic. História)	Políticas Públicas, Avaliação e Gestão - São Paulo-SP

Quadro 5 – Artigos sobre militarização de escolas encontrados no Google Acadêmico.

Filtros utilizados: Período: 1990 a 2022; Ordenado por relevância; Idioma: Português.			
Observações: Foram selecionados todos os artigos que estão relacionados diretamente ao processo de militarização das escolas e/ou colégios, bem como àqueles ligados à educação e/ou ensino das escolas militares e/ou militarizadas. Trabalhos voltados à temas específicos, tais como: “Os desafios do ensino de história nas escolas militares” ou “Atividades de educação física nas escolas militares”, não foram selecionadas uma vez que não abrange a proposta de pesquisa a qual submetemos, que se trata de um estudo mais abrangente do processo de militarização.			
TÍTULO	ANO DE PUBLICAÇÃO	AUTORES/FORMAÇÃO (Lattes-CNPQ)	LOCAL
MILITARIZAÇÃO DAS ESCOLAS PÚBLICAS DO ESTADO DE GOIÁS: UMA REFLEXÃO SOB OS OLHARES DE GLORIA ANZÁLDUA E MICHEL FOUCAULT	2015	CRUZ, Leandra Augusta de Carvalho Moura; (Pedagogia; História) RIBEIRO, Maria do Espírito Santo Rosa. (História)	Revista Mosaico - Goiânia-GO.
Militarização de escolas públicas: avanços ou retrocessos?	2016	SILVA, Joab Júnio Dias Gregório da. (Ciências Sociais)	Universidade Federal de Goiás – Goiânia-GO.
Diferencial de desempenho das escolas militares: bons alunos ou boa escola?	2016	BENEVIDES, Alesandra de Araújo. (Comunicação Social)	Universidade Federal do Ceará-CE.

		SOARES, Ricardo Brito. (economia)	
AS ESCOLAS MILITARIZADAS COMBATEM A VIOLÊNCIA ESCOLAR? UMA ANÁLISE SOBRE O CONCEITO DE VIOLÊNCIA SOB A PERSPECTIVA DE PIERRE BOURDIEU, MICHEL FOUCAULT E THEODOR ADORNO	2017	PARO, Thais Pereira. (Pedagogia) FERREIRA, Rafael dos Reis. (Filosofia)	Revista Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade - Bebedouro-SP.
Influência da Administração Militar nas Escolas Públicas de Ensino Básico	2017	BOMFIM, Andreia Pereira; (Administração Pública) DAMASCENO, Arielle Barros; (Matemática) SOARES, Luciene Simplício dos Santos; (Administração Pública) RODRIGUES, Luzia Coelho; (Letras) FERNANDES, Sieton Soares. (Administração Pública)	Revista de psicologia. Jaboatão dos Guararapes – PE.

ESCOLAS SITIADAS E NOVO URBANISMO MILITAR: um olhar sobre militarização das escolas no Sudeste Goiano.	2018	BRANDÃO, Raul Castro. (Geografia)	XIX Encontro Nacional de Geógrafos - João Pessoa-PB.
A EDUCAÇÃO NA SOCIEDADE DA MERCADORIA: MILITARIZAÇÃO E TERCEIRIZAÇÃO DAS ESCOLAS PÚBLICAS NO ESTADO DE GOIÁS	2018	PINHEIRO, Vera Lúcia; (Pedagogia) GUIMARÃES, Ged. (Pedagogia)	Revista Educação e Sociedade - Campinas-SP.
A educação militar no debate sobre o fracasso escolar	2018	MARTINS, Luciana Pessôa de Mello. (Psicologia)	Revista Dissertar - Rio de Janeiro-RJ.
EDUCAÇÃO NÃO É CASO DE POLÍCIA: UMA ANÁLISE FOUCAULTIANADA MILITARIZAÇÃO DE ESCOLAS PÚBLICAS NO BRASIL	2018	RODRIGUES, Victória Batistela Silva. (Relações Internacionais)	Revista O Cosmopolítico - Niterói – RJ.
PELOTÁO, ALTO! MILITARIZAÇÃO COMO RESPOSTA AOS CASOS DE VIOLÊNCIA ESCOLAR NO BRASIL	2018	GARRIDO, Rodrigo Grazinoli; (Direito; Segurança Pública; Teologia; Biologia; Filosofia) FILPO, Klever Paulo Leal. (Direito)	<i>Revista Caribeña de Investigación Educativa</i> - República Dominicana.
Militarização das escolas da rede estadual de Goiás: a nova onda conservadora	2018	GUIMARÃES, Paula Cristina Pereira; (Pedagogia)	Revista Pedagógica - Chapecó-SC.

		LAMOSA, Rodrigo Azevedo Cruz. (História)	
Militarização e Escola sem Partido: duas faces de um mesmo projeto	2018	SANTOS, Catarina de Almeida; (Pedagogia) PEREIRA, Rodrigo da Silva. (Ciências Sociais)	Revista Retratos da Escola. Brasília-DF.
Expansão das escolas e colégios militares retoma a lógica da exclusão	2019	TIELLET, Maria do Horto Salles. (Filosofia)	Revista Brasileira de Política e Administração da Educação – Goiânia-GO.
A militarização das escolas públicas: uma análise a partir das pesquisas da área de educação no Brasil	2019	ALVES, Miriam Fábila. (História) TOSCHI, Mirza Seabra. (Ciências Sociais ; Jornalismo)	Revista Brasileira de Política e Administração da Educação – Goiânia-GO.
Militarização das escolas públicas no Brasil: um debate necessário	2019	SANTOS, Catarina de Almeida. (Pedagogia) ALVES, Miriam Fábila. (História) MOCARZEL, Marcelo. (Pedagogia; Comunicação	Revista Brasileira de Política e Administração da Educação – Goiânia-GO.

		Social; Publicidade e Propaganda.) MOEHLECKE, Sabrina. (Ciências Sociais)	
Sobre os dias atuais: neoconservadorismo, escolas cívico-militares e o simulacro da gestão democrática	2019	MARTINS, André Antunes. (História; Educação Física)	Revista Brasileira de Política e Administração da Educação – Goiânia-GO.
Militarização das escolas e a narrativa da qualidade da educação	2019	PINHEIRO, Daniel Calbino. (Administração) PEREIRA, Rafael Diogo. (Turismo) SABINO, Geruza De Fátima Tome. (Administração)	Revista Brasileira de Política e Administração da Educação – Goiânia-GO.
MILITARIZAÇÃO DAS ESCOLAS PÚBLICAS: Análise do Desempenho Escolar, Disciplina, Segurança e Aspectos Legais.	2019	SILVA, Gabriela Tunes da. (Ciências Biológicas)	Artigo apresentado à Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar da Câmara Legislativa do Distrito Federal – Brasília-DF.

Militarização de escolas públicas no DF: a gestão democrática sob ameaça.	2019	MENDONÇA, Erasto Fortes. (Psicologia)	Revista Brasileira de Política e Administração da Educação – Goiânia-GO.
Escola militar para quem? O processo de militarização das escolas na rede estadual de ensino do Piauí	2019	SOARES, Marina Gleika Felipe; (Direito; Pedagogia) SILVA, Samara de Oliveira; (Pedagogia) ALMEIDA, Lucine Rodrigues Vasconcelos Borges de; (Pedagogia) SOARES, Lucineide Maria dos Santos; (Pedagogia) CRUZ, Rosana Evangelista da. (Pedagogia; Serviço Social)	Revista Brasileira de Política e Administração da Educação – Goiânia-GO.
APONTAMENTOS SOBRE MILITARIZAÇÃO DAS ESCOLAS PÚBLICAS	2019	SILVA, Keythellem Silveira da. (Direito) KREJCI, Rosali. (Direito)	Revista Episteme Transversalis - Volta Redonda-RJ.
A posição de docentes da educação básica acerca da militarização de escolas públicas em Goiás	2019	RÊSES, Erlando da Silva; (Ciências Sociais; Sociologia)	Revista Brasileira de Política e Administração da Educação – Goiânia-GO.

		PAULO, Weslei Garcia de. (Pedagogia)	
A militarização das escolas públicas sob os enfoques de três direitos: constitucional, educacional e administrativo	2019	XIMENES, Salomão Barros; (Direito) STUCHI, Carolina Gabas; (Direito) MOREIRA, Márcio Alan Menezes. (Direito)	Revista Brasileira de Política e Administração da Educação – Goiânia-GO.
PASSOS E DESCOMPASSOS DA GESTÃO NO CONTEXTO DA MILITARIZAÇÃO DAS ESCOLAS PÚBLICAS DE MANAUS	2019	GARCIA, Fabiane Maia; (Pedagogia) MOURÃO, Arminda Rachel Botelho; (Pedagogia) RUMBANE, Sebastiao Juvencio; (Planificação Administração e Gestão da Educação) ALMEIDA, Janderson Gustavo Soares de. (Pedagogia, História e Sociologia)	Revista de Estudos Aplicados em Educação - São Caetano do Sul-SP.

Entre a escola e o quartel: a negação do direito à educação	2019	LACÉ, Andréia Mello; (História; Pedagogia) SANTOS, Catarina De Almeida; (Pedagogia) NOGUEIRA, Danielle Xabregas Pamplona. (Educação Artística)	Revista Brasileira de Política e Administração da Educação – Goiânia-GO.
Do Oiapoque ao Chuí - As escolas civis militarizadas: a experiência no extremo norte do Brasil e o neoconservadorismo da sociedade brasileira	2019	RIBEIRO, Adalberto Carvalho; (Pedagogia; Direito) RUBINI, Patrícia Silva. (Pedagogia)	Revista Brasileira de Política e Administração da Educação – Goiânia-GO.
Significados do militarismo na educação básica do estado de Goiás: uma reflexão etnográfica	2019	CASTRO, Nicholas. (Ciências Sociais)	Etnografias das instituições, práticas de poder e dinâmicas estatais. Editora E-papers. Rio de Janeiro-RJ.
VIOLENCIA ESCOLAR : MORTE DA ESCOLA OU FÊNIX ?	2019	VASCONCELOS, Ivar César Oliveira de. (Filosofia)	Sisyphus — <i>Journal of Education</i> - Universidade de Lisboa-Portugal.

“Disciplinando a vida, a começar pela escola”: a militarização das escolas públicas do estado da Bahia	2019	BRITO, Eliana Povoas Pereira Estrela; (Pedagogia) REZENDE, Marize Pinho. (Letras; Pedagogia)	Revista Brasileira de Política e Administração da Educação – Goiânia-GO.
MILITARIZAÇÃO DAS ESCOLAS PÚBLICAS NO DISTRITO FEDERAL: PROJETOS DE GESTÃO EM DISPUTA	2019	SILVA, Edileuza Fernandes; (Pedagogia) SILVA; Maria Abádia da. (História)	Revista de Estudos Aplicados em Educação - São Caetano do Sul-SP.
Ataque à escola pública e à democracia: notas sobre os projetos em curso no Brasil	2019	ZAN; DIRCE; (Pedagogia) KRAWCZYK, NORA. (Ciências da Educação)	Revista Retratos da Escola - Brasília-DF.
Gestão democrática e militarização do ensino: reflexões a partir de um estudo de caso.	2019	LIMA, Carolina Barreiros de; (Matemática; Pedagogia) NETTO, Natalia Barboza; (Pedagogia) SOUZA, Janaina Moreira Pacheco de. (Pedagogia)	Revista Brasileira de Política e Administração da Educação – Goiânia-GO.
O Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares como a materialização do (neo)conservadorismo na educação pública brasileira	2020	ESTORMOVSKI, Renata Cecilia. (Letras; Pedagogia)	Revista Áskesis. São Carlos-SP.

COLÉGIOS MILITARES COMO POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL: UMA QUESTÃO A DISCUTIR	2020	HONORATO, Hercules Guimarães. (Ciências Navais)	Editorial REDEM: Red Educativa Mundial - Lima-Perú.
As implicações da militarização da gestão Escolar	2020	GODOY, Emerson André de; (Pedagogia; Filosofia) JESUS, Fernando Silva de. (História; Pedagogia)	Seminário Internacional de Educação em Ciências da Vida - Ilha Solteira-SP.
MILITARIZAÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA: UMA REFLEXÃO HISTÓRICA DO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO E DAS LUTAS EM MATO GROSSO	2020	MEDICI, Monica Streg; (Ciências Biológicas; Ecologia) MEDICI, Domenico dos Santos; (Educação Física) LEÃO, Marcelo Franco. (Química; Física)	Revista Destaques Acadêmicos - Lajeado-RS.
MILITARIZAÇÃO DAS ESCOLAS PÚBLICAS E A REFORMA EMPRESARIAL DA EDUCAÇÃO: CONTRADIÇÕES NAS ESCOLAS JÁ MILITARIZADAS	2020	MIRANDA, Edna Mara Corrêa. (Filosofia; Pedagogia)	Revista Cadernos de Estudos e Pesquisa na Educação Básica - Recife-PE.

ESCOLAS CÍVICO-MILITARES NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DO RIO DE JANEIRO: “MOEDA ELEITORAL” E CONCORRÊNCIA	2020	LIMA, Maria de Fátima Magalhães de. (Ciências Biológicas)	Seminários regionais da ANPAE - Brasília-DF.
OLHARES E SENTIDOS DOS PROFESSORES SOBRE O MODELO DE ESCOLA MILITARIZADA NO ESTADO DE RORAIMA	2020	GONÇALVES, Lana Camila Santos. (Letras) CARDOZO, Sandra Moraes da Silva. (Pedagogia)	VII Congresso Nacional de Educação – Maceió-AL.
FAHRENHEIT 451: SEM PARTIDO, SEM FUTURO, O DIREITO BATE CONTINÊNCIA ÀS CHAMAS	2020	FANTONELLI, Miliane dos Santos; (Direito) LEIRIA, William Hamilton. (Direito)	Anais do VIII CIDIL – Tecnologias e novas Formas de Comunicação: Entre Distopias e Narrativas Contemporâneas. Vitória-ES.
A SOCIEDADE MILITARIZADA E A EDUCAÇÃO	2020	CIAVATTA, Maria. (Filosofia)	Universidade Estadual da Bahia - Candeias-BA.
VIOLÊNCIA NA ESCOLA E A PROPOSTA DE MILITARIZAÇÃO: DESAFIOS PARA O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO	2020	BRISOLA, Elisa Maria Andrade. (Serviço Social) RIBEIRO, Jefferson Fernando Cabral. (Ciências Sociais e Jurídicas; Educação Física; Pedagogia)	16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais - Brasília-DF.

<p>MILITARIZAÇÃO E ESCOLA SEM PARTIDO: repercussões no projeto político-pedagógico das escolas</p>	<p>2020</p>	<p>SILVA, Edileuza Fernandes. (Pedagogia) VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (Pedagogia; Educação Física) FERNANDES, Rosana César de Arruda. (Pedagogia)</p>	<p>Revista Exitus - Santarém-PA.</p>
<p>NEOCONSERVADORISMO E EDUCAÇÃO BRASILEIRA</p>	<p>2020</p>	<p>SILVA, Daniela Oliveira Vidal da; (Pedagogia) BRITO, Vera Lúcia Fernandes de; (Pedagogia) NUNES, Cláudio Pinto. (Pedagogia)</p>	<p>Revista Educação e Fronteiras <i>On-Line</i> - Dourados-MS.</p>
<p>O avanço das políticas conservadoras e o processo de militarização</p>	<p>2020</p>	<p>SANTOS, Graziella Souza dos. (Pedagogia)</p>	<p>Revista Práxis Educativa - Ponta Grossa-PR.</p>

Uma crítica arendtiana ao programa nacional das escolas cívico-militares	2020	GARRIDO, Rodrigo Grazinoli. (Segurança Pública; Biologia; Filosofia)	Revista Synesis - Rio de Janeiro-RJ.
A MILITARIZAÇÃO COMO POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PÚBLICA: UM OUTRO OLHAR	2020	HONORATO, Hercules Guimarães. (Ciências Navais)	Revista Relações Sociais - Viçosa-MG.
O PROJETO DE MILITARIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA E O RETROCESSO NA FORMAÇÃO DE ADOLESCENTES PARA A CIDADANIA E VIDA DEMOCRÁTICA	2020	JUNIOR, Natal dos Reis Carvalho. (Direito) SILVA, Juvêncio Borges. (Direito)	VIII Congresso Brasileiro de Processo Coletivo E Cidadania - São Paulo-SP.
MILITARIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL: A DERROCADA DA EMPATIA?	2020	INSFRAN, Fernanda; (Psicologia) LOPES, Juliana Crespo; (Psicologia) TOZATTO, Alessandra; (Psicologia) POUBEL; Gleiciane Lage Soares; (Pedagogia) SENTINELI, Tiago Afonso; (História)	Revista Saúde e Ciência Online – Campina Grande-PB.

		LADEIRA, Thalles Azevedo; (Pedagogia) FARIA, Sâmela Estéfany Francisco. (Pedagogia)	
A MILITARIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO: PERCEPÇÕES E REFLEXÕES	2021	NASCIMENTO, Maria Amélia Silva. (Artes Visuais; Pedagogia)	Seminário Interlinhas - Alagoinhas-BA.
Militarização das escolas públicas do distrito federal: uma análise sobre a violência	2021	SANTOS, Mariana Teixeira dos; (Ciências Sociais; Sociologia; Direito; Pedagogia) SILVA, Thiago de Faria e. (História)	Revista Brasileira de Política e Administração da Educação – Goiânia-GO.
Juventude e educação: a militarização das escolas em Goiás	2021	SOFIATI, Flávio Munhoz. (Ciências Sociais) BARBOSA, Caio Henrique Salgado. (Comunicação Social)	Revista Educação - Santa Maria-RS.

Relações de gênero, sexualidades e militarização das escolas públicas	2021	CASTRO; Roney Polato de; (Ciências Biológicas) SILVA, Michele Gomes da. (Pedagogia)	Revista Instrumento - Juiz de Fora-MG.
MILITARIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO: HIERARQUIA E DISCIPLINA	2021	GUIRRA, Alessandro Pires Maciel. (Direito)	Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação - São Paulo-SP.
DIREITO FUNDAMENTAL À EDUCAÇÃO E A MILITARIZAÇÃO DAS ESCOLAS PÚBLICAS NO PARANÁ	2021	SOUZA, Carla Giselle Duenha de; (Direito) AGUIRRE, Lissandra Espinosa de Mello. (Direito)	Revista Teoria e Prática da Educação - Rio Claro-SP.
ESCOLAS CÍVICO-MILITARES: ANÁLISE SOCIOLÓGICA DO CONCURSO DO COLÉGIO MILITAR DO RIO DE JANEIRO (CMRJ)	2021	JUNIOR, Helio Irazy Wanderley. (Ciências militares; História)	Pesquisa & Educação a distância - Goiânia-GO.
EDUCAÇÃO BÁSICA E ESCOLAS CÍVICO-MILITARES	2021	LUDWIG, Antonio Carlos Will. (Pedagogia)	Revista Trilhas Pedagógicas - Pirassununga-SP.
Escolas cívico-militares: conservadorismo e retrocesso na educação brasileira	2021	DIAS, Zenilda Rodrigues; (Pedagogia).	Revista Teias – Rio de Janeiro-RJ.

		RIBEIRO, Adalberto Carvalho. (Pedagogia, Direito).	
ESCOLAS CÍVICO–MILITARES: uma breve análise do decreto 10.004/19	2021	GODOY, Emerson Andre de. (Pedagogia; Filosofia) FERNANDES, Maria Dilneia Espindola. (Pedagogia)	InterMeio: revista do Programa de Pós-Graduação em Educação - Campo Grande-MS.
ESCOLAS PÚBLICAS MILITARIZADAS COMO FORMA DE VIOLÊNCIA LEGÍTIMA DO ESTADO SOBRE OS ESTUDANTES DA CLASSE TRABALHADORA	2021	MIRANDA, Edna Mara Corrêa. (Filosofia; Pedagogia)	Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação - São Paulo-SP.
O AVANÇO DA MILITARIZAÇÃO NAS ESCOLAS PÚBLICAS BRASILEIRAS: AUTORITARISMO E SILENCIAMENTO X DEMOCRACIA E REFLEXÃO	2021	NASCIMENTO, Maria Amélia Silva. (Artes Visuais; Pedagogia) MOREIRA, Jailma dos Santos Pedreira. (Letras)	Revista Pontos de Interrogação – Alagoinhas-BA
Escolas cívico-militares: uma iniciativa para fortalecer a defesa nacional e contribuir para o desenvolvimento do país?	2021	LEMOS, Alexandre Gomide. (Ciências Militares)	Escola Superior de Defesa – Brasília-DF.

		JÚNIOR, José de Castro Barreto. (engenheiro de Fortificação e Construção)	
NEOLIBERALISMO E NEOCONSERVADORISMO NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA A FORMAÇÃO DA JUVENTUDE BRASILEIRA	2021	PERONI, Vera Maria Vidal; (Pedagogia) CAETANO, Maria Raquel; (Pedagogia) LIMA, Paula Valim de. (Pedagogia)	Jornal de Políticas Educacionais - Curitiba-PR.
PARA ALÉM DA ESCOLA DEMOCRÁTICA: PERCEPÇÕES SOBRE O DESEJO CÍVICO-MILITAR NO BRASIL	2021	BARROZO, Bruno Sobral. (Pedagogia; Geografia)	7º Encontro Nacional de Ensino de Geografia UNICAMP (Formato On-line). Campinas-SP.
ESCOLAS CÍVICO-MILITARES COMO UM SINTOMA DA BARBÁRIE	2021	Mello, Daniel Teixeira de. (História)	Juventudes, educação e violências: articulações e controvérsias (Livro Org) – Brasília-DF.
A expansão dos colégios militares no Rio de Janeiro: uma análise sob a perspectiva constitucional	2021	ALVES, Rogério Pacheco; (Direito) VICENTE, Debora Da Silva. (Direito)	Revista Brasileira de Política e Administração da Educação – Goiânia-GO.

MILITARIZAÇÃO DAS ESCOLAS PÚBLICAS: OPÇÃO OU IMPOSIÇÃO? - UMA PROPOSTA DE PESQUISA	2021	OLIVEIRA, Alana Periquito de. (Geografia) SAMPAIO, Andrecksa Viana Oliveira. (Geografa)	VIII Seminário Gepráxis, Vitória da Conquista – BA
MILITARIZAÇÃO DAS ESCOLAS E AVANÇO REACIONÁRIO: UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO	2021	BORTOLINI, Alexandre. (Pedagogia; Comunicação Social)	Revista Diversidade - Rio Grande-RS.
GESTÃO ESCOLAR MILITARIZADA: UMA ANÁLISE JURÍDICOADMINISTRATIVA DO CASO DO TOCANTINS	2021	DALLACQUA, Mariana Freiria. (Direito) SANTOS, Aline Sueli de Salles. (Direito)	Revista Signos - Lajeado – RS.
Militarização escolar, disciplina e subjetividade: reflexões a partir de Foucault	2022	VIARO, Renee Volpato. (Psicologia)	Revista Contemporânea de Educação - Rio de Janeiro-RJ.
AVALIAÇÃO E MILITARIZAÇÃO DE ESCOLAS NO DISTRITO FEDERAL: RELAÇÕES E IMPLICAÇÕES	2022	SOARES, Enílvia Rocha Morato. (Pedagogia) OLIVEIRA, Rose Meire Da Silva e. (Pedagogia)	Revista Estudos em Avaliação Educacional - São Paulo-SP.

A MILITARIZAÇÃO DE ESCOLAS PÚBLICAS E A PERPETUAÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO ACRÍTICA	2022	ESTEVAM, Thalia. (Pedagogia)	VIII Seminário de Filosofia e Sociedade - Criciúma-SC.
Caráter excludente da militarização da educação no Brasil	2022	GARCIA, Edmilson Ricardo Ramos. (Relações Internacionais; Letras)	Políticas sociais no Governo Bolsonaro: entre descasos, retrocessos e desmontes. CLACSO - Cidade de Buenos Aires, Argentina.
ESCOLA CÍVICO-MILITAR: sinônimo de disciplina e interesse?	2022	ROSA, Maria Aparecida Lima Piai. (Educação Artística; Sociologia; Ciências Econômicas; Administração de empresas; Filosofia) CARRAIS, Rosimeire dos Santos. (Ciências biológicas; Pedagogia)	Os Cadernos <i>Zygmunt Bauman</i> - São Luís do Maranhão-MA.
OS DESAFIOS DO ENSINO DE GEOGRAFIA SOBRE O	2020	BARROZO, Bruno Sobral. (Geografia) DIAS, Wagner da Silva.	X Fórum Nacional NEPEG (Formato On-line). Goiânia-GO.

ADVENTO DAS ESCOLAS MILITARIZADAS DE RORAIMA: DEPOIMENTOS DE PROFESSORES ACERCA DO MODELO “PADRÃO”.		(Geografia)	
A MILITARIZAÇÃO DOCENTE: PROJEÇÕES PARA UMA CRISE NO ENSINO DA GEOGRAFIA ESCOLAR?	2022	BARROZO, Bruno Sobral. (Pedagogia; Geografia)	XI FORUM NACIONAL NEPEG – Goiânia-GO.
ESCOLA PÚBLICA ATUAL OU CÍVICO-MILITAR? COM A PALAVRA PROFESSORES E ESTUDANTES DE UMA INSTITUIÇÃO ESTADUAL DE VILA RICA/MT	2022	MÉDICI, Mônica Strege; (Biologia; Ecologia) MÉDICI, Domenico dos Santos; (Educação Física) LEÃO; Marcelo Franco. (Química; Física)	Revista Destaques Acadêmicos - Lajeado-RS.
PROGRAMA NACIONAL DAS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES: PROJETO DE EDUCAÇÃO PARA O BRASIL?	2022	SILVA, Filomena Lucia Gossler Rodrigues da. (Pedagogia) MARTINS, Francini Scheid. (Pedagogia)	Revista Educação em Foco – Juiz de Fora-MG.

		SANTOS, Iaçana Pauvelz dos. (Pedagogia)	
A PERCEPÇÃO DOS SERVIDORES DA EDUCAÇÃO NAS ESCOLAS ESTADUAIS MILITARES DE MATO GROSSO: HOUVE MUDANÇAS QUANTO À GESTÃO?	2022	FORTES, Everson Brito. (Direito; Segurança Pública) SILVA, Márcio Pereira da. (Segurança Pública) BRANDÃO, Nagila Moura. (Segurança Pública)	Revista Homens do Mato – Cuiabá-MT.
EDUCAÇÃO DEMOCRÁTICA, EMANCIPAÇÃO HUMANA E FORMAÇÃO CÍVICO-MILITARES: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA NACIONAL DAS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES (PECIM).	2022	SILVA, Cleonice Aparecida Raphael da. (História) GALUCH, Maria Terezinha Bellanda. (Pedagogia) BÁRBARA, Rubiana Brasilio Santa. (Letras; Pedagogia)	Revista INTER-AÇÃO. Goiânia-GO
Escolas cívico-militares: estratégia política para ocultar a negligência com a educação pública no Estado brasileiro	2022	CARVALHO, Anderson dos Anjos Pena de. (Pedagogia) ZIENTARSKI, Clarice. (História, Pedagogia; Estudos Sociais)	Revista Educação. Porto Alegre-RS.

		RECH, Hildemar Luiz. (Ciências Sociais; Filosofia)	
Colégios militares e a militarização da escola pública	2022	FREIRE, Fábio Facchinetti. (Ciências Militares)	Revista Tensões Mundiais - Fortaleza-CE.
A ofensiva das frações de classe bolsonaristas no desmonte da educação básica pública: escola sem partido, escolas cívico-militares, homeschooling e o 'agro' de olho no material escolar	2022	DANTAS, Jéferson Silveira. (História)	Revista Além dos Muros da Universidade (Alemur) - Ouro Preto-MG.
A militarização das escolas públicas e os desdobramentos na infância e juventude	2022	SOUZA, Lívia Barbosa Pacheco. (Gestão de Recursos Humanos; Processos Gerenciais)	Revista Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento - Vargem Grande Paulista-SP

Fontes:

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Catálogo de Teses e Dissertações**. Painel de informações quantitativas (teses e dissertações). Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>. Acesso em: 06 mar. 2023.

CNPQ. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil**. Consulta parametrizada. Disponível em: http://dgp.cnpq.br/dgp/faces/consulta/consulta_parametrizada.jsf. Acesso em: 07 mar. 2023.

GOOGLE. Google Acadêmico. **Busca textual**. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/?hl=pt>. Acesso em: 13 mar. 2023.

SCIELO. Scientific Electronic Library Online. **Lista de periódicos**. Disponível em: <https://search.scielo.org/?lang=pt&count=15&from=0&output=site&sort=&format=summary&fb=&page=1&q=>. Acesso em: 10 mar. 2023.

APÊNDICE B - PARLAMENTARES QUE INDICARAM A IMPLANTAÇÃO DE ESCOLAS MILITARES ENTRE 2014 E 2022

Parlamentares que protocolaram indicações para implantação	Escolas implantadas a partir das indicações	Profissão e residência	Propostas e bandeiras	Outras informações relevantes
 <p>Sebastião Rezende (União Brasil)</p>	<p>Escola estadual militar Tiradentes 3. SGT PM Justino Pinheiro dos Santos. Cidade: Água Boa Ano: 2021</p> <p>EE militar Dom Pedro II Vitoria Furlani Da Riva. Cidade: Alta Floresta Ano: 2018</p> <p>EE da Policia Militar Tiradentes CB PM Vanilson Silva Carvalho. Cidade: Barra do Garças Ano: 2021</p>	<p>Engenheiro civil e Advogado Rondonópolis</p>	<p>Tem “como Bandeiras de Luta a Educação, Saúde, Infraestrutura, Segurança Pública” (ALMT, 2023). Segundo o gabinete parlamentar, o mesmo tem atuado em programas sociais de repressão ao tráfico de drogas e tratamento gratuito de dependência química. Atualmente é o Presidente da Comissão de Defesa do Direito do Consumidor e do Contribuinte.</p>	<p>Em 2014, o TSE identificou um depósito em cheque no valor de 130.000,00 R\$ feito pelo próprio candidato para sua campanha.</p> <p>Em 2018, o TSE registrou um depósito no valor de R\$242.668,33 feito pelo próprio candidato para sua campanha.</p> <p>Em 2022, o próprio candidato fez um depósito no valor de R\$120.000,00 para sua campanha (TSE, 2023).</p>

	<p>EE Militar Dom Pedro II Norberto Schwantes. Cidade: Barra do Garças Ano: 2023</p> <p>Escola Estadual Militar Tiradentes Professor Natalino Ferreira Mendes. Cidade: Cáceres Ano: 2021</p> <p>Escola Estadual Militar Tiradentes Cabo PM Sebastião Ferreira Miranda. Cidade: Canarana Ano: 2022</p> <p>EE da Policia Militar Tiradentes CB José Martins De Moura.</p>		<p>Em setembro de 2023, o deputado apresentou um projeto de lei (aprovado em primeira votação) que proíbe banheiros unissex no estado de Mato Grosso (Mídia News, 2023).</p> <p>Segundo o Jornal RD News (2022), Sebastião Rezende promove o voto de cabresto dos evangélicos da igreja Assembleia de Deus, e por isso, foi eleito seis vezes consecutivas para deputado estadual.</p>	<p>“Sebastião Rezende teve as contas bloqueadas no processo que apura recebimento de propina na gestão do ex-governador Silval Barbosa, o chamado “mensalinho”. Ele foi um dos deputados da legislatura 2011-2015 delatados pelo ex-governador, num escândalo que ganhou a mídia nacional” (Mídia News, 2021)</p> <p>Sebastião Rezende foi eleito presidente da Comissão de Educação do estado de Mato Grosso (2023-2026), segundo a ALMT (2022).</p>
--	---	--	--	---

	<p>Cidade: Confresa Ano: 2017</p> <p>EE Militar Tiradentes PE. Ezequiel Ramin. Cidade: Juína. Ano: 2022</p> <p>EE Militar Tiradentes Soldado PM Adriana Morais Ramos. Cidade: Lucas do Rio Verde. Ano: 2018</p> <p>EE Militar Tiradentes CB Danner Maia Barbosa. Cidade: Nova Xavantina Ano: 2021</p>			
--	---	--	--	--

	<p>EE PM Tiradentes 2 SGT Luciano Jose Queiroz. Cidade: Peixoto de Azevedo Ano: 2022</p> <p>EE Militar Tiradentes 1. TEN PM Carlos Henrique Paschoiotta Scheifer. Cidade: Pontes e Lacerda Ano: 2021</p> <p>EE PM Tiradentes 2 Sargento PM Weliton Pereira Duarte. Cidade: Primavera do Leste Ano: 2023</p> <p>Escola Estadual Militar Tiradentes Coronel PM Jorge Luiz de Magalhães.</p>			
--	---	--	--	--

	<p>Cidade: Querência Ano: 2023</p> <p>Escola Estadual Militar do Corpo de Bombeiros Dom Pedro II - Sr. André Antônio Maggi.</p> <p>Cidade: Rondonópolis Ano: 2023</p> <p>EE Militar Tiradentes Major PM Ernestino Verissimo Da Silva.</p> <p>Cidade: Rondonópolis Ano: 2018</p> <p>EE da Policia Militar Tiradentes Cabo Antônio Dilceu Da Silva Amaral.</p> <p>Cidade: Sorriso Ano: 2017</p>			
--	---	--	--	--

	<p>EE da Policia Militar Tiradentes 1 TEN PM Salomão Fernandes Ferreira Piovesan. Cidade: Tangará da Serra Ano: 2021</p> <p>EE Militar Tiradentes TEN CEL PM Lourison Rodrigues Benevides. Cidade: Várzea Grande Ano: 2021</p> <p>EE militar Tiradentes SD PM Antônio Eustáquio De Paula. Cidade: Vila Rica Ano: 2021</p>			
--	---	--	--	--

 <p>Dr. Eugênio (PSB)</p>	<p>Escola estadual militar Tiradentes 3. SGT PM Justino Pinheiro dos Santos. Cidade: Água Boa Ano: 2021</p> <p>Escola Estadual Militar Tiradentes Cabo PM Sebastião Ferreira Miranda. Cidade: Canarana Ano: 2022</p>	<p>Médico Residência: Cuiabá</p>	<p>Destinou 100% das suas emendas parlamentares em seu primeiro mandato em obras de infraestrutura no vale do Araguaia. (Paiva, 2023)</p>	<p>Em maio de 2023, Dr. Eugênio esteve no evento de entrega de novos armamentos para a Polícia Militar de Água Boa e visitação à Escola Militar Tiradentes desta cidade (ABN, 2023)</p>
 <p>Elizeu Nascimento (PL)</p>	<p>EE militar Dom Pedro II Vitoria Furlani Da Riva. Cidade: Alta Floresta Ano: 2018</p> <p>EE Militar Dom Pedro II Presidente Médici. Cidade: Cuiabá Ano: 2021</p>	<p>Policial Militar Residência: Cuiabá</p>	<p>“[...]”. Em 2013 Elizeu levantou a bandeira salarial de 50% ao sub-tenente atrelado ao salário do Coronel. Na ocasião foram 08 meses de movimento salarial com muita luta e perseguições, o salário dos praças</p>	<p>Elizeu Nascimento esteve na audiência pública do dia 23 de janeiro de 2023 que decidia sobre a militarização da Escola Estadual Adalgisa de Barros em Várzea Grande. Na ocasião, a maioria dos presentes votaram pela não transformação,</p>

	<p>EE Militar Tiradentes PE. Ezequiel Ramin. Cidade: Juína. Ano: 2022</p> <p>EE Militar Tiradentes Soldado PM Adriana Morais Ramos. Cidade: Lucas do Rio Verde. Ano: 2018</p> <p>EE PM Tiradentes 2 Sargento PM Weliton Pereira Duarte. Cidade: Primavera do Leste Ano: 2023</p>		<p>militares do Brasil era o 4º pior salário, depois das lutas travadas, consequimos saltar para o 10º melhor salário do país. Desta forma, foi atendida apenas parte da reivindicação que vinha sendo combatida por alguns que insistiam ser contrário ao movimento. Sem deixar de citar nossa luta por representar como deputado estadual, os irmãos da Polícia Civil, Agentes Penitenciários, Seguranças Privadas e outros, pois tem Mato Grosso em seu coração.” (Nascimento, 2023)</p>	<p>porém o deputado sugeriu a anulação por alegar tumulto (RD News, 2023).</p>
--	--	--	---	--

	<p>EE Militar Tiradentes Major PM Ernestino Verissimo Da Silva. Cidade: Rondonópolis Ano: 2018</p> <p>EE da Policia Militar Tiradentes Cabo Antônio Dilceu Da Silva Amaral. Cidade: Sorriso Ano: 2017</p> <p>EE Militar Tiradentes TEN CEL PM Lourison Rodrigues Benevides. Cidade: Várzea Grande Ano: 2021</p>			
--	---	--	--	--

 Dr. Leonardo (PMDB)	<p>Escola Estadual Militar Tiradentes Professor Natalino Ferreira Mendes. Cidade: Cáceres Ano: 2021</p>	<p>Médico Residência: Cáceres</p>	<p>“O deputado, do PDT, disse que na 18ª Legislatura, para a qual foi eleito, focará as ações em prol da Saúde Pública de qualidade, segurança na fronteira para proporcionar à população um Mato Grosso mais igualitário.”(ALMT, 2015)</p>	<p>Segundo o TSE (2023), Dr. Leonardo foi eleito deputado federal em 2018. Ao tentar a reeleição em 2022, o mesmo não obteve a quantidade mínima de votos para continuar ocupando a cadeira.</p>
 Nininho (PSD)	<p>Escola Estadual Cívico-Militar Senador Mario Motta. Cidade: Cáceres Ano: 2022</p>	<p>Empresário “Nasceu em Santo Antônio do Sudoeste (PR). Mudou-se para Itiquira nos anos 70. Atualmente, reside em Rondonópolis” (ALMT, 2023)</p>	<p>Municipalista: articula recursos para os municípios. “Prioriza a saúde, a educação e o esporte, a assistência social, a segurança e a infraestrutura.” Fonte: ALMT, 2023.</p>	<p>Nininho foi “prefeito de Itiquira para a gestão 1993/1996 e reeleito para mais dois mandatos (2001-2004 e 2005-2008)” (Bortolini, 2023). Em 2021, o deputado foi condenado a oito anos de prisão por desvio de dinheiro na construção de uma escola no último ano do segundo mandato, em 2008 (G1, 2021).</p>

				<p>Segundo o Jornal Repórter MT (2014), Nininho tem 98% das cotas da empresa CONSTRUTORA DETERRA LTDA, cujo o capital social ultrapassa os 13.000.000,00 R\$.</p> <p>Em 2020, Nininho foi alvo da Polícia Federal que investigou fraude à licitação e pagamento de vantagens indevidas a agentes públicos. (PF, 2020)</p>
 <p>Xuxu Dal Molin (União Brasil)</p>	<p>EE Militar Tiradentes Dr. Manoel José Murtinho. Cidade: Diamantino. Ano: 2021</p> <p>EE Militar Tiradentes PE. Ezequiel Ramin. Cidade: Juína. Ano: 2022</p>	<p>Advogado Empresário</p> <p>Residência: Sorriso</p>	<p>“[...] Após a conclusão dos estudos, passou a participar ativamente de movimentos sociais, culturais, comerciais e agrícolas, identificando-se com as causas que visam o bem estar social e o fortalecimento do setor</p>	<p>Em 2014, Xuxu Dal Molin se tornou segundo suplente para o cargo de deputado federal. O mesmo só foi concorrer a vaga de deputado estadual a partir de 2018.</p> <p>Em 2020, Dal Molin se candidatou ao cargo de prefeito da cidade de</p>

			<p>produtivo [...]. Dal Molin também já foi diretor da Associação Mato-Grossense dos Produtores de Algodão; Assessor Parlamentar no Senado Federal; Gestor de adequações do Zoneamento Socioeconômico e Ecológico do Estado (Dal Molin, 2022).</p>	<p>Sorriso, porém não conseguiu ser eleito (TSE, 2023).</p> <p>Xuxu Dal Molin é atualmente suplente de deputado estadual (ALMT, 2023)</p> <p>Xuxu Dal Molin acompanhou a comitiva do governador do estado de Mato Grosso, Sr. Mauro Mendes, na inauguração do novo prédio da escola militar de Lucas do Rio Verde no ano de 2021 (SECOM-MT, 2021)</p>
 <p>Ulysses Moraes (DC)</p>	<p>EE Militar Tiradentes PE. Ezequiel Ramin. Cidade: Juína. Ano: 2022</p>	<p>Advogado Residência: Cuiabá</p>	<p>“[...] defende o liberalismo e um perfil de nova política que é capaz de trazer mais eficiência para máquina pública. (Moraes, 2023.</p>	<p>Em 2014 Ulysses não era candidato a deputado estadual por Mato Grosso</p> <p>Em 2022, Ulysses disputou um cargo na câmara de deputados federais, porém não conseguiu ser eleito.</p>

			<p>Propostas: redução de verbas parlamentares, luta contra dinheiro público em campanhas, redução de tributos e burocracias, fim do cargo vitalício no STF. (Moraes, 2023).</p>	<p>Ulysses é conhecido como o deputado mais novo a ser eleito em Mato Grosso. As 29 anos, venceu as eleições de 2018 e cumpriu seu único mandato pelos quatro anos seguintes (ALMT, 2022). Segundo o jornal Factorio MT (2022), este foi o Deputado que mais economizou verba indenizatória, economia de 95%, segundo jornal.</p>
 <p>Delegado Claudinei (PL)</p>	<p>Escola Estadual Militar do Corpo de Bombeiros Dom Pedro II - Sr. André Antônio Maggi. Cidade: Rondonópolis Ano: 2023</p>	<p>Delegado de Polícia Civil Residência: Rondonópolis</p>	<p>Segurança pública</p>	<p>Em 2014, Claudinei atuava na função de delegado não era candidato à deputado estadual.</p> <p>Em 2022, o mesmo tentou a reeleição, porém não obteve votos suficientes para ser eleito, fica na suplência de uma cadeira.</p>

				Delegado Claudinei esteve na inauguração da Escola Estadual Militar do Corpo de Bombeiros Dom Pedro II - Sr. André Antônio Maggi, que ocorreu em janeiro de 2022 (Portal-MT, 2022)
 Coronel Taborelli (PV)	<p>EE Militar Tiradentes Major PM Ernestino Verissimo Da Silva. Cidade: Rondonópolis Ano: 2018</p> <p>EE Militar Tiradentes TEN CEL PM Lourison Rodrigues Benevides. Cidade: Várzea Grande Ano: 2021</p>	<p>PoliciaI Militar Residência: Várzea Grande</p>	<p>“[...] Quando vereador, Taborelli focou as ações, principalmente, nas áreas da segurança pública e meio ambiente, e, por meio do mandato, exerceu rigorosamente a função de fiscalização. Nas últimas eleições, em 2014, Taborelli foi eleito ao cargo de deputado estadual e obteve 18.526 votos. O deputado tem 30 anos de serviços prestados</p>	<p>Em 2016, Taborelli foi candidato a prefeito de Várzea Grande-MT, porém não conseguiu vencer o pleito, abandonando a carreira política desde então (TSE, 2023).</p> <p>Em 2017 o coronel foi condenado a dois anos de detenção em regime semiaberto por abuso de autoridade numa ação truculenta contra adolescentes no ano de 2011, durante uma festa na cidade de Rosário Oeste (G1, 2017).</p>

			na área de Segurança Pública, protegendo a sociedade mato-grossense”. (Taborelli, 2015).	
--	--	--	--	--

Fonte:

ABN. **Governo de MT reforça armamento da Polícia Militar de Água Boa e mais nove cidades do Araguaia.** Notícias. Disponível em: https://www.aguaboanews.com.br/noticias/exibir.asp?id=36060¬icia=governo_de_mt_reforca_armamento_da_policia_militar_de_agua_boa_e_mais_nove_cidades_do_araguaia. Acesso em 08 nov. 2023.

BRASIL. Polícia Federal. **Polícia Federal investiga fraude à licitação e pagamento de vantagens indevidas a agentes públicos.** Disponível em: <https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/noticias/2020/12-noticias-de-dezembro-de-2020/policia-federal-investiga-fraude-a-licitacao-e-pagamento-de-vantagens-indevidas-a-agentes-publicos>. Acesso em: 16 jan. 2024.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais.** Disponível em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/>. Acesso em: 07 nov. 2023.

FACTORIO MT. **Deputado que mais economizou verba indenizatória, Ulysses é a cara nova da ALMT.** Disponível em: <https://factoriomt.wordpress.com/2019/03/16/deputado-que-mais-economizou-verba-indenizatoria-ulysses-e-a-cara-nova-da-almt/>. Acesso em 24 de fev. 2024.

FAVALESSA, Mikhail. RD News. **TJ bloqueia R\$ 300 mil de deputado por participação no mensalinho da Assembleia.** Disponível em: <https://www.rdnews.com.br/judiciario/tj-bloqueia-r-300-mil-de-deputado-por-participacao-no-mensalinho-da-assembleia/143777>. Acesso em: 24 de fe. 2024.

G1. TV Centro América. **Deputado e irmã são condenados à prisão por desvio de dinheiro de obra de escola em MT, mas podem recorrer em liberdade.** Disponível em: <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2021/10/27/deputado-e-irma-sao-condenados-a-prisao-por-desvio-de-dinheiro-de-obra-de-escola-em-mt-mas-podem-recorrer-em-liberdade.g1.html>. Acesso em: 16 jan. 2024.

MATO GROSSO. Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso. **Deputados.** Disponível em: <https://www.al.mt.gov.br/parlamento/deputados>. Acesso em: 24 de fev. 2024.

MATO GROSSO. Assembleia Legislativa de Mato Grosso. **Gabinete Parlamentar.** Dep. Nininho. Disponível em: <https://www.al.mt.gov.br/parlamento/deputados/51/perfil>. Acesso em: 24 fev. 2024.

PMT. Portal do Mato Grosso. **O parlamentar participou da solenidade de abertura do início das aulas da Escola Estadual Dom Pedro II do Corpo de Bombeiros Militar.** Disponível em: <https://portalmt.com.br/o-parlamentar-participou-da-solenidade-de-abertura-do-inicio-das-aulas-da-escola-estadual-dom-pedro-ii-do-corpo-de-bombeiros-militar/>. Acesso em: 24 de fev. 2024.

SOARES, Denise. G1 MT. **Coronel é condenado por abuso de autoridade contra adolescentes.** Notícias. Disponível em: <https://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2017/04/coronel-e-condenado-por-abuso-de-autoridade-contra-adolescentes.html>. Acesso em: 08 nov. 2023.

APÊNDICE C - DOAÇÕES DE CAMPANHA DOS PARLAMENTARES QUE INDICARAM A IMPLANTAÇÃO DE ESCOLAS MILITARES ENTRE 2014 E 2022

Parlamentar	Ano do depósito e nome do doador	Valor doado	Identificação do depositante Fontes: Receita Federal e Transparência .CC (Compilação de dados do Portal da transparência da Controladoria Geral da União (CGU) e Portal brasileiro de dados abertos do Governo Federal).
 Sebastião Rezende (União Brasil)	2014 - Roland Trentini	Valor: 208.000,00 R\$	Roland Trentini é empresário. Dono da empresa de mesmo nome (CNPJ: 01.135.543/0001-89). Atividades desenvolvidas pela empresa: Cultivo de milho; Cultivo de algodão herbáceo; Produção de sementes certificadas de forrageiras para formação de pasto; Criação de bovinos para corte; Armazéns gerais - emissão de warrant.” (Fonte: Receita Federal).
Obs.: Além dessas doações de campanha, não foram listadas aquelas depositadas pelo próprio candidato, bem como	2022 - Mauro Mendes Ferreira	Valor: R\$ 5.611,11 R\$	Mauro Mendes é ex-prefeito de Cuiabá e atual Governador de Mato Grosso.
	2022 - Renildo Soares De Franca	Valor: R\$5.000,00	Renildo é pastor da Assembleia de Deus e ex-gestor de Aquicultura e Peca do MAPA, segundo sua própria página do instagan.

<p>os valores repassados pelo partido. Também não demos destaque a valores inferiores a 5.000,00 reais de pessoas físicas.</p> <p>Em 2018, o TSE registrou um depósito no valor de R\$242.668,33 feito pelo próprio candidato para sua campanha.</p>	<p>2022 - Ricardo Araújo De Andrade</p>	<p>Valor: R\$5.000,00</p>	<p>Ricardo Araujo De Andrade é empresário(a) com participação em 2 CNPJ perante a RFB nos seguintes Estados: MT. A empresa mais antiga é a RIVEL ARRENDAMENTOS DE VEICULOS LTDA, aberta em 08/06/2004 e atualmente BAIXADA. Já a mais recente é a AMBIENTAL MT CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA, aberta em 24/10/2019 e atualmente BAIXADA. O capital social das empresas somam cerca de R\$ 90.000,00.”</p> <p>(CC.Transparência, 2023)</p>

 Dr. Eugênio (PSB)	2018 - Mariano Kolankiewicz Filho	Valor: 80.820,00 R\$	Segundo o site Transparência.cc (2023), Mariano é também empresário na área de medicina e laboratórios. Na época da doação, o mesmo não era prefeito.
<p>Obs.: Além dessas doações de campanha, não foram listadas aquelas depositadas pelo próprio candidato, bem como os valores repassados pelo partido.</p> <p>Também não demos destaque a valores inferiores a 5.000,00 reais de pessoas físicas.</p>	2018 - Paulo Alvares Costa Torres	Valor: R\$23.410,00	Segundo o site Transparência.cc (2023), Paulo é sócio de 7 empresas na área de medicina e exames.
	2018 - Joelma Morais Lima.	Valor: R\$20.000,00	Segundo o site Transparência.cc (2023), Joelma é proprietária da empresa Joelma M Lima Ltda de CNPJ 21.475.131/0001-03, cuja a atividade principal é a de “Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos.”
	2022 - Genilson Antonio Secchi De Avila	Valor: R\$33.014,90	Genilson é policial militar aposentado desde agosto de 2016. “Em Setembro/2016, através do Diário Oficial da União nº 187, foi nomeado para exercer atividades de Assessoramento Especial na Secretaria Executiva do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Brasília-DF” (Paiva, 2019).

	2022 - Paulo Jailson Secchi De Avila.	Valor: R\$30.000,00	Paulo é Policial Militar do município de Lucas do Rio Verde.
	2022 - Edio Brunetta.	Valor: R\$15.000,00	Empresário do agronegócio. Segundo o site Transparência.cc (2023), Edio tem participação em 25 CNPJ ativos.
	2022 - Marcos De Sa Fernandes Da Silva.	Valor: R\$14.000,00.	atual presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso (Fapemat) sob indicação do Dr. Eugênio (Paiva, 2023).
	2022 - Joao Batista Alvarenga	Valor: R\$10.500,00.	Vulgo João da Máquina é ex-vereador de Nova Nazaré-MT e agricultor.
	2022 - Geraldo Loeff..	Valor: R\$10.000,00.	Empresário do agronegócio. Segundo o site Transparência.cc (2022), tem participação em 12 CNPJ ativos. “A empresa mais antiga é a EMPRESA ARMAZENADORA DE CHAPADAO DO SUL S/A, aberta em 04/04/1989”.

 Elizeu Nascimento (PL)	2014 - Eraí Maggi Scheffer.	Valor: 7.000,00 R\$	Eraí é empresário com participação em 85 CNPJ ativos no ramo do agronegócio (Transparência.cc, 2023).
<p>Obs.: Além dessas doações de campanha, não foram listadas aquelas depositadas pelo próprio candidato, bem como os valores repassados pelo partido. Também não demos destaque a valores inferiores a 5.000,00 reais de pessoas físicas.</p>	2014 - Elizeu Zulmar Maggi Scheffer	Valor: 17.000,00 R\$.	Elizeu é empresário com participação em 52 CNPJ ativos no ramo do agronegócio (Transparência.cc, 2023).
	2014 - Cooperativa Agropecuaria e Industrial Celeiro do Norte.	Valor: 5.133,22 R\$.	Segundo a Receita Federal (2023), a COACEN desenvolve atividades no ramo do comércio atacadista de soja e está sediada em Sorriso-MT.
	2014 - MTM CONSTRUÇÕESLTDA	Valor: 7.000,00 R\$	Segundo a Receita Federal (2023), a empresa SAO BENEDITO S.A. desenvolve atividades no ramo da construção civil, compra, venda e aluguel de imóveis com sede em Cuiabá-MT.
	2014 - BOM FUTURO	Valor: 20.000,00 R\$.	Segundo a Receita Federal (2023), a empresa BOM FUTURO AGRICOLA LTDA. desenvolve atividades no ramo do agronegócio, com sede em Cuiabá-MT.

	AGRICOLA LTDA.		
	2014 - CERVEJARIA PETROPOLIS S/A.	Valor: 41.200,00 R\$	Segundo a Receita Federal (2023), a CERVEJARIA PETROPOLIS S/A é uma empresa que atua na produção de cervejas e chopes.
	2014 - Wilson Roque Pozzobon.	Valor: 13.000,00 R\$.	Wilson é empresário com participação em 4 CNPJ ativos no ramo do agronegócio (Transparência.cc, 2023).
	2018 - Neri Geller	Valor: R\$150.000,00.	Neri é ex deputado federal por Mato Grosso e ex- Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil no governo de Dilma Rouseff, nos anos de 2014 e 2015.
	2018 - Jose Francisco do Nascimento.	Valor: R\$9.300,00.	Não foram localizadas outras informações do doador.
	2022 - Nelson Ned Previdente	Valor: R\$135.000,00	Mais conhecido como Nelson Barbudo, é produtor rural e ex-deputado federal (PL) por Mato Grosso, atuando entre 2019 e 2022.
	2022 - Edgar Dos Santos Veggi	Valor: R\$37.000,00	Segundo a Receita Federal (2023), Edgar é sócio da empresa Imobiliária e Construtora Satélite LTDA com sede em Cuiabá. A empresa tem a construção de edifícios como atividade principal.

2022 - Marcio Paulo da Silva.	Valor: R\$30.000,00	Segundo o RD News (2022), o vulgo Paulo Selva é Tenente Coronel do Corpo de Bombeiros.
2022 - Jose Cezar Nascimento.	Valor: R\$10.500,00	Mais conhecido como Cezinha Nascimento, o mesmo está em seu primeiro mandato como vereador por Cuiabá-MT (Câmara Municipal de Cuiabá, 2023).
2022 - Jose Eugenio de Andrade Jacob Rodrigues.	Valor: R\$10.000,00.	José Eugênio tem seu nome vinculado a um CNPJ. A empresa denominada JACOB & RODRIGUES ADMINISTRATIVO E CONSULTORIA LTDA, tem como atividade principal o trabalho com “serviços combinados de escritório e apoio administrativo” (Receita Federal, 2023).
2022 - Joao Adevilson de Souza.	Valor: R\$6.825,00.	Não foram localizadas informações sobre o doador.
2022 - Douglas Oliveira Augusto.	Valor: R\$6.211,13.	Segundo a Folha Max (2023), Douglas é ex-policiaI militar. Foi expulso da corporação após a justiça condena-lo pelo assassinato de um homem em 2009 na cidade de Várzea Grande-MT.
2022 - Jose Marcelino Santos Miese.	Valor: R\$6.211,13	José Marcelino é sócio da empresa MIESE ENERGIA SOLAR E CLIMATIZACAO LTDA sediada em Cuiabá-MT (Receita Federal, 2023).

	2022 - Deyse Benedita do Espirito Santo de Siqueira.	Valor: R\$6.208,42	Deyse é economista e ex-membro do conselho regional de economia de Mato Grosso (CORECON-MT, 2011).
	2022 - Aron Maycon dos Santos Pires.	Valor: R\$5.956,44	Não foram localizadas outras informações sobre o doador.
	2022 - Gildete Ferreira Tapajos dos Santos	Valor: R\$5.465,84	Não foram localizadas outras informações sobre a doadora.
 Dr. Leonardo (PMDB)	2014 - AGROINSUMOS COMERCIAL AGRICOLA EIRELI.	Valor: 5.000,00 R\$.	Segundo a Receita Federal (2023), a empresa atua no “comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo” e sua sede localiza-se em Sinop-MT.
Obs.: Além dessas doações de campanha, não foram listadas	2014 - Amauritonio Bezerra Albuquerque.	Valor: 111.320,00 R\$.	Segundo a Receita Federal, Amauritonio é sócio de 3 empresas ativas no ramo do agronegócio e da mineração, com sedes no Paraná e Mato Grosso (Receita Federal, 2023).

<p>aquelas depositadas pelo próprio candidato, bem como os valores repassados pelo partido.</p> <p>Também não demos destaque a valores inferiores a 5.000,00 reais de pessoas físicas.</p> <p>Nas eleições de 2018, Dr. Leonardo foi eleito deputado federal, em 2022, o mesmo voltou a se candidatar, porém não alcançou o número de votos necessário para se eleger como deputado federal</p>	<p>2014 - Bilac Jorge da Cunha.</p>	<p>Valor: 12.900,00 R\$</p>	<p>Não foram localizadas outras informações sobre o doador.</p>
	<p>2014 - C. SILVA CONSTRUÇOES – ME.</p>	<p>Valor: 25.000,00 R\$</p>	<p>Segundo a Receita Federal (2023), a empresa tem sede em Cáceres-MT, e atua no ramo de construção civil.</p>
	<p>2014 - COMLUC COMERCIO DE LUBRIFICANTES E COMBUSTIVEIS LTDA</p>	<p>Valor: 17.589,77</p>	<p>Segundo a Receita Federal (2023), a empresa tem sede em Cáceres-MT e atua no ramo de vendas de combustíveis (posto de combustível).</p>
	<p>2014 - COOPERATIVA AGR PROD CANA DE CAMPO NOVO DO PARECIS LTDA</p>	<p>Valor: 8.000,00 R\$</p>	<p>Segundo a Receita Federal (2023), a empresa está sediada em Campo Novo do Parecis-MT e atua no ramo da produção de álcool e cultivo agrícola.</p>
	<p>2014 - Corgesio Ribeiro Albuquerque.</p>	<p>Valor: 10.000,00 R\$</p>	<p>Atualmente é empresário e sócio de 3 empresas ativas no ramo do agronegócio e mineração (Receita Federal, 2023)</p>

(Câmara dos Deputados, 2023).	2014 - Ezequiel Fonseca.	Valor: 11.250,00 R\$	Ezequiel Fonseca é ex-vereador e prefeito por Reserva do Cabaçal-MT. Também é ex-deputado federal pelo PP (Câmara dos Deputados, 2023)
	2014 - Paulino Garcia.	Valor: 98.000,00 R\$	Paulino é Deputado Federal de licença. Atualmente está no comando da Casa Civil de Mato Grosso (Mato Grosso, 2023).
	2014 - José Pedro Goncalves Taques.	Valor: 123.831,00 R\$	Natural de Cuiabá-MT, Pedro Taques é político desde 2010. Foi eleito Senador em 2010 e governador por Mato Grosso em 2014 (Mato Grosso, 2023).
	2014 - José Rogério Salles.	Valor: 65.000,00 R\$	José Salles é ex-prefeito de Rondonópolis-MT e ex-governador por Mato Grosso entre nos anos de 2002 e 2003 após a renúncia de Dante de Oliveira (Mato Grosso, 2023).
	2014 - Emerson Martins De Oliveira.	Valor: 13.000,00 R\$.	“Emerson é médico do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Mato Grosso (CISO-MT); do Hospital São Luiz e Hospital Regional de Cáceres Dr. Antonio. CNPQ, 2023)
	2014 - Enézio Mariano Da Costa.	Valor: 5.000,00 R\$.	Enezio é contador e professor do curso de contabilidade da UNEMAT campus Cáceres-MT. (CNPQ, 2023)
	2014 - Gerson Clementino da Silva.	Valor: 11.000,00 R\$	Não foram localizadas outras informações sobre o doador.

2014 - Gleidison Armando da Silva.	Valor: 5.146,34 R\$.	Não foram localizadas outras informações sobre o doador.
2014 – JUBA SUPERMERCAD OS LTDA.	Valor: 11.000,00 R\$	Segundo a Receita Federal, a empresa está ativa desde 17/06/1986. A mesma está localizada em Cáceres-MT.
2014 – H. M. DA COSTA IMPORTACAO E EXPORTACAO – EPP	Valor: 10.000,00 R\$	A empresa foi fundada em 07/06/2011 e está localizada na cidade Cáceres do estado Mato Grosso. Sua atividade principal é o Comércio atacadista de madeira e produtos derivados. Sua situação cadastral até o momento é “Baixada.” (Receita Federal, 2023)
2014 – Luiz Ricardo Barbosa Barros.	Valor: 15.000,00 R\$	Luis Ricardo Barbosa Barros é proprietário das fazendas Retiro e Toca Vaca, no município de Cáceres, segundo o site Dinheiro Rural (2023).
2014 – Macicleide Bezerra	Valor: 5.500,00 R\$	Não foram localizadas outras informações sobre a doadora
2014 – Manuel Jorge Ribeiro.	Valor: 5.000,00 R\$	Manuel é pecuarista e sócio- proprietário do grupo Juba (Receita Federal, 2023)
2014 – Mara Rubia da Silva Garcia Castrillon.	Valor: 10.000,00 R\$	Não foram localizadas outras informações sobre a doadora.

	2014 – Maria Helena Nunes Do Nascimento.	Valor: 5.500,00 R\$	Não foram localizadas outras informações sobre a doadora.
	2014 – Rosevelt Ramsay Torres.	Valor: 10.000,00 R\$.	Rosevelt é médico ortopedista e proprietário de duas empresas no ramo da medicina. Ambas sediadas em Cáceres-MT (Receita Federal, 2023).
	2014 – Sidnei Custodio Da Silva.	Valor: 25.000,00 R\$	Ex-prefeito de Curvelândia-MT (Curvelândia-MT, 2014)
	2014 – USINA BARRALCOOL S/A.	Valor: 10.000,00 R\$	Segundo a Receita Federal (2023), a empresa está sediada em Barra do Bugres e está ativa desde 01/11/1989.
	2014 – Vilson Sato	Valor: 27.248 R\$.	Vilson é secretário de Agricultura de Cáceres (Cáceres, 2022).
	2014 – Werley Silva Peres.	Valor: 10.000,00 R\$	Werley é médico e conselheiro fiscal da Unimed de Cuiabá (UNIMED, 2022).

 Nininho (PSD)	<p>2014 - APUI CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA.</p>	<p>Valor: 180.000,00 R\$</p>	<p>Segundo a Receita Federal (2023), a empresa está no nome de Leonir Romano Baggio e tem sede na cidade de Cuiabá-MT.</p>
<p>Obs.: Além dessas doações de campanha, não foram listadas aquelas depositadas pelo próprio candidato, bem como os valores repassados pelo partido. Também não demos destaque a valores inferiores a 5.000,00 reais de pessoas físicas.</p>	<p>2014 - C CARVALHO SILVA LTDA</p>	<p>Valor: 400.000,00 R\$</p>	<p>Segundo a Receita Federal (2023), a empresa está no nome de Cissa Carvalho Silva e tem sede na cidade de Rondonópolis-MT. Sua atividade principal é a de “serviços combinados de escritório e apoio administrativo.”</p>

2014 – Fausto Presotto Bortolini	Valor: 161.400 R\$	Fausto é filho do deputado Nininho e sócio administrador das construtoras Tripolo Ltda e a Deterra Ltda de Rondonópolis-MT (Receita Federal, 2023)
2014 – Herminio Barreto.	Valor: 7.490,00 R\$	Herminio Barreto é ex-deputado federal (Câmara dos Deputados, 2023).
2014 – Pedro Barbosa da Silva.	Valor: 20.967,16 R\$	Não foram localizadas outras informações do doador.
2014 – Alessandro Spironelli	Valor: 180.000,00 R\$	Alessandro é empresário no ramo de venda de combustíveis, tendo seu nome vinculado a 56 empresas ativas (Receita Federal, 2023)
2014 – RODOSERVICE CONSTRUÇÕES LTDA	Valor: 120.000,00 R\$	Empresa inativa segundo a Receita Federal (2023). CNPJ: 13.924.839/0001-68.
2014 – TRR TRANSPORTADOR REVENDEDOR RETALHISTA BOTUVERA LTDA	Valor: 100.000,00 R\$	Empresa ligada ao transporte de combustíveis sediada em Rondonópolis-MT (Receita Federal, 2023).

2014 – Vanecir Ferreira de Paula.	Valor: 17.267,16 R\$	Vacenir é empresário no ramo de locações na cidade de Rondonópolis-MT (Receita Federal, 2023).
2014 – Wellington Antonio Fagundes.	Valor: 10.089,00 R\$	Wellington Fagundes é senador da República por Mato Grosso, filiado ao PL, natural de Rondonópolis-MT (Senado Federal, 2023)
2018 - Valtenir Luiz Pereira.	Valor: 200.000,00 R\$	Valtenir é ex-vereador de Cuiabá e ex-deputado federal por Mato Grosso (Câmara dos Deputados, 2023).
2018 – Neri Geller	Valor: 150.000,00 R\$	Neri é ex deputado federal por Mato Grosso e ex- Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil no governo de Dilma Rouseff, nos anos de 2014 e 2015.
2018 – Aluisio de Aguiar	Valor: R\$25.000,00	Aluisio é empresário do ramo do agronegócio. Tem participação em 28 empresas ativas (Receita Federal, 2023)
2018 – Canisio Froelich	R\$25.000,00 R\$	Canisio é empresário do ramo do agronegócio. Segundo a Receita Federal (2023), o mesmo é sócio de 3 empresas ativas.
2018 – Jose Moura Sobrinho	Valor: R\$16.590,00	Não foram localizadas outras informações do doador.
2018 – Pedro Barbosa Da Silva	Valor: R\$8.000,00	Não foram localizadas outras informações do doador.
2022 – Celso Gomes Dos Santos	Valor: R\$400.000,00	Segundo o jornal Primeira Hora, o empresário de Rondonópolis foi um dos maiores doadores para a campanha de Jair Bolsonaro em 2022 (500.000,00 R\$). O mesmo tem seu nome vinculado em 10 empresas ativas no setor agropecuário (Receita Federal, 2023).

2022 – Carmen Lucia Oliveira Giongo.	Valor: R\$106.600,00	Carmen é acionista da empresa GIONGO PECUARIA S.A., sediada em Paranatinga-MT (Receita Federal, 2023)
2022 – Eloi Vitorio Marchett	Valor: R\$100.000,00	Eloi é empresário no setor madeireiro (extração, beneficiamento e transporte). O mesmo tem seu nome vinculado a 15 empresas ativas do ramo (Receita Federal, 2023).
2022 - Leocy Maria De Carvalho	Valor: R\$100.000,00	Leocy é empresária e proprietária da Fazenda Leopoldina, localizada em Itiquira-MT (Olhar Direto, 2022).
2022 - Geraldo Vigolo.	Valor: R\$50.000,00	Geraldo é empresário estando seu nome vinculado a 7 empresas ativas no ramo imobiliário e agropecuário (Receita Federal, 2023).
2022 – Nelson Jose Vigolo	R\$50.000,00	Nelson é empresário, sócio-proprietário do grupo Bom Jesus que atua no setor agrícola, transportes e venda de combustíveis, com sede em Rondonópolis-MT (Grupo Bom Jesus, 2023).
2022 – Fernando Charles Jacobowski	Valor: R\$35.000,00	Fernando é empresário do ramo do agronegócio. Segundo a Receita Federal, o mesmo tem seu nome vinculado a 13 empresas ativas. A maioria estão localizadas em Campo Novo do Parecis.
2022 – Francisco Vicente Corazza	R\$30.000,00	Francisco é empresário do ramo imobiliário. Segundo a Receita Federal (2023), o mesmo tem seu nome vinculado a duas empresas ativas.

2022 – Marcelo Martinelli Corazza	Valor: R\$30.000,00	Marcelo é empresário estando seu nome vinculado a duas empresas. Uma no ramo imobiliário e outra na venda de produtos agrícolas com sede em Rondonópolis-MT (Receita Federal, 2023).
2022 – Fabiane Cristina De Oliveira	Valor: R\$28.000,00	Fabiane é empresária no ramo do agronegócio. Segundo a Receita Federal (2023), seu nome está vinculado a 4 empresas que atuam na produção de grãos.
2022 – Marlon Fedrizzi	Valor: R\$23.000,00	Marlon é empresário do ramo do agronegócio. Segundo a Receita Federal (2023), o mesmo tem seu nome vinculado a dez empresas ativas. Todas sediadas em Campo Novo do Parecis-MT.
2022 – Laercio Bruno Falavinha	Valor: R\$20.000,00	Laercio é empresário do ramo agroindustrial. Segundo a Receita Federal (2023), o mesmo tem seu nome vinculado a três empresas que atuam na venda de produtos agrícolas.
2022 – Sergio de Marco	Valor: R\$20.000,00	Sérgio é empresário do ramo do agronegócio. Segundo a Receita Federal (2023), o mesmo tem seu nome vinculado a duas empresas que atuam na produção agropecuária e no aluguel de imóveis próprios em Mato Grosso.
2022 – Gustavo Vigano Piccoli	Valor: R\$14.000,00	Gustavo é empresário do setor agropecuário. Segundo a Receita Federal (2023), o mesmo tem seu nome vinculado a 14 empresas que atuam na produção agropecuário, mineração e concessionárias de rodovias, pontes, túneis e serviços relacionados.

	2022 – Gilmar Donizete Fabris (PSD)	Valor: R\$8.657,00	Gilmar é ex-deputado estadual por Mato Grosso. Em 2022, era candidato a deputado federal, porém não foi eleito devido uma impugnação da candidatura (Lei Ficha Limpa). Fonte: TSE, 2022.
	2022 – Anderson Vidal dos Santos	Valor: R\$7.000,00	Anderson é empresário no ramo de assessoria. Segundo a Receita Federal, o mesmo tem seu nome vinculado a uma empresa denominada ANDERSON VIDAL ASSESSORIA E RELACOES PUBLICAS LTDA, sediada em Cuiabá (Receita Federal, 2023)
	2022 – Lucimar Justino Sodre	Valor: R\$5.000,00	Lucimar é esposa do vereador de Rondonópolis, Sr. Denilson Roberto Sodre de Oliveira (PSD, 2023).
	2022 – Waldeci Barga Rosa	Valor: R\$5.000,00	Waldeci é prefeito de Guiratinga-MT (Guiratinga, 2023)
 Xuxu Dal Molin (União Brasil)	2018 - Guilherme Mognon Scheffer	Valor: R\$50.000,00	Segundo a Receita Federal (2023), Guilherme Scheffer é empresário estando seu nome vinculado a 56 empresas ativas, entre elas, destaca-se as do ramo agropecuário.

<p>Obs.: Além dessas doações de campanha, não foram listadas aquelas depositadas pelo próprio candidato, bem como os valores repassados pelo partido.</p> <p>Também não demos destaque a valores inferiores a 5.000,00 reais de pessoas físicas.</p>	<p>2018 - Jose Baggio</p>	<p>Valor: R\$40.000,00</p>	<p>“Jose Baggio é empresário(a) com participação em 28 CNPJ perante a RFB nos seguintes Estados: MT. Dessas empresas, 23 estão Ativas, sendo 13 do tipo Matriz e 15 do tipo Filial. A empresa mais antiga é a AGRO BAGGIO MAQUINAS AGRICOLAS LTDA, aberta em 22/08/2018 e atualmente ATIVA. Já a mais recente é a AGRO BAGGIO MAQUINAS AGRICOLAS LTDA, aberta em 30/05/2022 e atualmente ATIVA”. (Transparência.CC, 2023).</p>
	<p>2018 - Nadir Sucolotti</p>	<p>Valor: \$40.000,00</p>	<p>“Nadir Sucolotti é empresário(a) com participação em 14 CNPJ perante a RFB nos seguintes Estados: MT. Dessas empresas, 12 estão Ativas, sendo 12 do tipo Matriz e 2 do tipo Filial. A empresa mais antiga é a NADIANA AVIACAO AGRICOLA INSUMOS E CEREAIS LTDA, aberta em 23/07/1987 e atualmente BAIXADA. Já a mais recente é a INTERVIAS - CONCESSIONARIA DA EXPLORACAO DA RODOVIA MT-242/493/140 COM EXTENSAO DE 141,60 KM LTDA, aberta em 30/11/2010 e</p>

			atualmente ATIVA. O capital social das empresas somam cerca de R\$ 91.263.074,00.” (Transparência.CC, 2023).	
2018	-	Tiago Stefanello Nogueira	Valor: R\$33.000,00	“Tiago Stefanello Nogueira é empresário(a) com participação em 5 CNPJ perante a RFB nos seguintes Estados: MT. Dessas empresas, 3 estão Ativas A empresa mais antiga é a BIO ATIVA INSUMOS AGRICOLAS LTDA, aberta em 22/06/2015 e atualmente BAIXADA. Já a mais recente é a BIOENERGIA MT LTDA, aberta em 10/04/2023 e atualmente ATIVA. O capital social das empresas somam cerca de R\$ 3.165.000,00. [...]” (Transparência.CC, 2023).
2018	-	Arlton Cesar Riedi	Valor: R\$30.000,00	“Arlton Cesar Riedi é empresário(a) com participação em 14 CNPJ perante a RFB nos seguintes Estados: MT. Dessas empresas, 11 estão Ativas, sendo 13 do tipo Matriz e 1 do tipo Filial. A empresa mais antiga é a ALGODOEIRA CELESTE LTDA, aberta em 20/10/2000 e atualmente ATIVA. Já a mais recente é a RIEDI INCORPORACOES E CONSTRUCOES LTDA, aberta em 26/01/2015 e atualmente ATIVA. O capital social das empresas somam cerca de R\$ 7.116.000,00 [...]” (Transparência.CC, 2023).

	2018 - Andre Guilherme Sucolotti	Valor: R\$25.000,00	“Andre Guilherme Sucolotti é empresário(a) com participação em 8 CNPJ perante a RFB nos seguintes Estados: MT. Dessas empresas, 7 estão Ativas, sendo 6 do tipo Matriz e 2 do tipo Filial. A empresa mais antiga é a ALGODOEIRA CELESTE LTDA, aberta em 20/10/2000 e atualmente ATIVA. Já a mais recente é a TUNICA AGROPECUARIA LTDA., aberta em 03/08/2018 e atualmente ATIVA. O capital social das empresas somam cerca de R\$ 83.301.694,00 [...]” (Transparência.CC, 2023)
	2018 - Cleto Webler	Valor: R\$25.000,00	Cleto Webler é empresário(a) com participação em 46 CNPJ perante a RFB nos seguintes Estados: MT, GO, RO. Dessas empresas, 40 estão Ativas, sendo 19 do tipo Matriz e 27 do tipo Filial. A empresa mais antiga é a GLOBAL PECUARIA LTDA, aberta em 16/06/2021 e atualmente ATIVA. Já a mais recente é a ITFD AGRICOLA LTDA, aberta em 10/01/2023 e atualmente ATIVA. O capital social das empresas somam cerca de R\$ 259.244.196,75 [...]”. (Transparência.CC, 2023)
	2018 - Gustavo Vigano Piccoli	Valor: R\$25.000,00	“Gustavo Vigano Piccoli é empresário(a) com participação em 17 CNPJ perante a RFB nos seguintes Estados: MT. Dessas empresas, 14 estão Ativas, sendo 14 do tipo Matriz e 3 do tipo Filial. A empresa mais antiga é a ALGODOEIRA CELESTE LTDA, aberta em 20/10/2000 e

			<p>atualmente ATIVA. Já a mais recente é a ISOACO CENTRO-OESTE LTDA, aberta em 22/02/2023 e atualmente ATIVA. O capital social das empresas somam cerca de R\$ 24.736.000,00 [...]"</p> <p>(Transparência.CC, 2023)</p>
	2018 - Orcival Gouveia Guimaraes	Valor: R\$25.000,00	<p>“Orcival Gouveia Guimaraes é empresário(a) com participação em 52 CNPJ perante a RFB nos seguintes Estados: MT, SP, BA. Dessas empresas, 47 estão Ativas, sendo 11 do tipo Matriz e 41 do tipo Filial. A empresa mais antiga é a BOA ESPERANCA AGROPECUARIA LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL, aberta em 04/04/1986 e atualmente ATIVA. Já a mais recente é a GUIMARAES AGRO SERVICE LTDA, aberta em 06/01/2009 e atualmente ATIVA. O capital social das empresas somam cerca de R\$ 2.251.143.215,00 [...]"</p> <p>(Transparência.CC, 2023)</p>
	2018 - Wilson Daltrozo	Valor: R\$25.000,00	<p>“Wilson Daltrozo é empresário(a) com participação em 5 CNPJ perante a RFB nos seguintes Estados: MT, RS. Dessas empresas, 5 estão Ativas A empresa mais antiga é a IRMAOS DALTROZO LTDA, aberta em 16/07/1979 e atualmente ATIVA. Já a mais recente é a WDF AGRO LTDA, aberta em 04/05/2021 e atualmente ATIVA. O capital social das empresas somam cerca de R\$ 7.358.885,00 [...]"</p> <p>(Transparência.CC, 2023)</p>

	2018 - Moyses Antonio Bocchi	Valor: R\$20.000,00	“Moyses Antonio Bocchi é empresário(a) com participação em 9 CNPJ perante a RFB nos seguintes Estados: MT, PA. Dessas empresas, 8 estão Ativas, sendo 6 do tipo Matriz e 3 do tipo Filial. A empresa mais antiga é a BERRANTE DE OURO ARMAZENS GERAIS LTDA, aberta em 16/06/2009 e atualmente ATIVA. Já a mais recente é a AGRO BRILHANTE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA, aberta em 09/08/2019 e atualmente ATIVA. O capital social das empresas somam cerca de R\$ 69.542.799,00 [...]” (Transparência.CC, 2023)
	2018 - Roseli de Oliveira	Valor: R\$13.000,00	Não foram localizadas outras informações da doadora.
	2018 - Beny Maria Verdi Haddad	Valor: R\$10.000,00	Beny Maria Verdi Haddad é empresário(a) com participação em 8 CNPJ ativos no ramo imobiliário. (Receita Federal, 2023)
	2018 - Egidio Baggio	Valor: R\$10.000,00	“Egidio Baggio é empresário(a) com participação em 7 CNPJ perante a RFB nos seguintes Estados: MT. Dessas empresas, 4 estão Ativas, sendo 4 do tipo Matriz e 3 do tipo Filial. A empresa mais antiga é a COMERCIAL E AGRICOLA BAGGIO LTDA, aberta em 10/12/1986 e atualmente ATIVA. Já a mais recente é a AGROPECUARIA J. E. B. LTDA., aberta em 13/11/2009 e atualmente ATIVA. O capital social das empresas somam cerca de R\$ 16.562.200,00 [...]” (Transparência.CC, 2023).

	2018 - Fernando Joao Prezzotto	Valor: R\$10.000,00	Segundo a Receita Federal (2023), Fernando João Prezzotto é sócio da empresa ITAGUASSU ENERGETICA SPE LTDA, que atua na geração de energia elétrica, cuja a sede fica em Paranatinga-MT.
	2018 - Gilberto Peruzi	Valor: R\$10.000,00	“Gilberto Peruzi é empresário(a) com participação em 10 CNPJ perante a RFB nos seguintes Estados: MT. Dessas empresas, 9 estão Ativas, sendo 5 do tipo Matriz e 5 do tipo Filial. A empresa mais antiga é a INTERVIAS - CONCESSIONARIA DA EXPLORACAO DA RODOVIA MT-242/493/140 COM EXTENSAO DE 141,60 KM LTDA, aberta em 30/11/2010 e atualmente ATIVA. Já a mais recente é a AGRICOLA PRIMAVERA LTDA, aberta em 29/07/2021 e atualmente ATIVA. O capital social das empresas somam cerca de R\$ 187.025.983,00. [...]” (Transparência.CC, 2023).
	2018 - Moacir Antonio Picinin	Valor: R\$10.000,00	“Moacir Antonio Picinin é empresário(a) com participação em 4 CNPJ perante a RFB nos seguintes Estados: MT. Dessas empresas, 4 estão Ativas A empresa mais antiga é a COOAMI PARTICIPACOES LTDA, aberta em 17/07/2008 e atualmente ATIVA. Já a mais recente é a ALGODOEIRA VALE DO TARTARUGA LTDA, aberta em 05/10/2016 e atualmente ATIVA. O capital social das empresas somam cerca de R\$ 805.000,00 [...]”.

			(Transparência.CC, 2023).
	2018 - Perci Smaniotto	Valor: R\$10.000,00	Perci Smaniotto é sócio da empresa PERCI SMANIOTTO AGRONEGOCIOS LTDA, cuja a atividade principal é o cultivo de soja. A sede da empresa está localizada em Sorriso-MT. (Receita Federal, 2023).
	2018 - Clovis Pico Filho	Valor: R\$8.000,00	“Clovis Pico Filho é empresário(a) com participação em 10 CNPJ perante a RFB nos seguintes Estados: MT. Dessas empresas, 4 estão Ativas, sendo 9 do tipo Matriz e 1 do tipo Filial. A empresa mais antiga é a COMERCIO DE INSUMOS AGRICOLAS MATO GROSSO LTDA, aberta em 23/05/1995 e atualmente BAIXADA. Já a mais recente é a PICOLO & BAGGIO LTDA, aberta em 19/03/1999 e atualmente BAIXADA. O capital social das empresas somam cerca de R\$ 2.797.517,00 [...]” (Transparência.CC, 2023).
	2018 - Edson Dal Molin	Valor: R\$6.900,00	“Edson Dal Molin é empresário(a) com participação em 17 CNPJ perante a RFB nos seguintes Estados: MT, MS, MG, PR, GO, PA. Dessas empresas, 7 estão Ativas, sendo 8 do tipo Matriz e 9 do tipo Filial. A empresa mais antiga é a DALARG ARMAZENS GERAIS LTDA, aberta em 29/10/1997 e atualmente ATIVA. Já a mais recente é a LIFANTE & DAL MOLIN LTDA, aberta em 12/12/2008 e

			<p>atualmente BAIXADA. O capital social das empresas somam cerca de R\$ 27.887.410,00 [...]” (Transparência.CC, 2023).</p>
	2018 - Everton Dal Molin	Valor: R\$6.100,00	<p>“Everton Dal Molin é empresário(a) com participação em 7 CNPJ perante a RFB nos seguintes Estados: MT. Dessas empresas, 3 estão Ativas, sendo 6 do tipo Matriz e 1 do tipo Filial. A empresa mais antiga é a DALARG ARMAZENS GERAIS LTDA, aberta em 29/10/1997 e atualmente ATIVA. Já a mais recente é a ALGODOEIRA MULTIFIBRAS LTDA, aberta em 31/05/2005 e atualmente BAIXADA. O capital social das empresas somam cerca de R\$ 26.867.410,00 [...]” (Transparência.CC, 2023).</p>
	2018 - Ademir Luiz Zanella	Valor: R\$5.000,00	<p>“Ademir Luis Zanella é empresário(a) com participação em 21 CNPJ perante a RFB nos seguintes Estados: MT, SC, SP, MA, RS, PR, GO, TO, PI, MG, RO. Dessas empresas, 14 estão Ativas, sendo 5 do tipo Matriz e 16 do tipo Filial. A empresa mais antiga é a COPERAGUAS COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL, aberta em 02/05/2001 e atualmente ATIVA. Já a mais recente é a ZAAL - ZANELLA ANDREANI AGROPECUARIA LTDA, aberta em 29/09/2008 e atualmente ATIVA. O capital social das empresas somam cerca de R\$ 100.000,00 [...]”</p>

			(Transparência.CC, 2023).
2018	- Eduardo Zorzi	Valor: R\$5.000,00	<p>“Eduardo Zorzi é empresário(a) com participação em 7 CNPJ perante a RFB nos seguintes Estados: RS, MT. Dessas empresas, 4 estão Ativas, sendo 4 do tipo Matriz e 3 do tipo Filial. A empresa mais antiga é a RCL DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS DE INFORMACAO LTDA, aberta em 01/06/1994 e atualmente ATIVA. Já a mais recente é a FSA ARMAZENS GERAIS LTDA, aberta em 22/05/2014 e atualmente BAIXADA. O capital social das empresas somam cerca de R\$ 54.553.378,00 [...]”</p> <p>(Transparência.CC, 2023).</p>
2018	- Evandro Bedin	Valor: R\$5.000,00	<p>“Evandro Bedin é empresário(a) com participação em 5 CNPJ perante a RFB nos seguintes Estados: MT. Dessas empresas, 5 estão Ativas A empresa mais antiga é a ABF TRANSPORTES LTDA, aberta em 09/09/2014 e atualmente ATIVA. Já a mais recente é a AGROPECUARIA ABF LTDA, aberta em 31/05/2016 e atualmente ATIVA. O capital social das empresas somam cerca de R\$ 13.280.000,00 [...]”.</p> <p>(Transparência.CC, 2023)</p>
2018	- Nodimar Correa	Valor: R\$5.000,00	<p>“Nodimar Correa é empresário(a) com participação em 4 CNPJ perante a RFB nos seguintes Estados: MT. Dessas empresas, 4 estão Ativas A empresa mais antiga é a FABRICA DE BRINQUEDOS NOVA ERA</p>

			<p>LTDA, aberta em 18/06/2002 e atualmente ATIVA. Já a mais recente é a FREEWAY PARTICIPACOES LTDA, aberta em 19/10/2022 e atualmente ATIVA. O capital social das empresas somam cerca de R\$ 191.380,00 [...]"</p> <p>(Transparência.CC, 2023)</p>
	2022 - Elbio Dalmolin	Valor: R\$50.000,00	<p>“Elbio Dalmolin é empresário(a) com participação em 4 CNPJ perante a RFB nos seguintes Estados: MT. Dessas empresas, 2 estão Ativas, sendo 3 do tipo Matriz e 1 do tipo Filial. A empresa mais antiga é a AGROPECUARIA VO ANGELO LTDA., aberta em 27/10/2017 e atualmente ATIVA. Já a mais recente é a PARTICIPACOES VO ANGELO LTDA, aberta em 28/03/2018 e atualmente ATIVA. O capital social das empresas somam cerca de R\$ 444.982,00 [...]"</p> <p>(Transparência.CC, 2023)</p>

	<p>2022 - Jean Pierre Formehl</p>	<p>Valor: R\$50.000,00</p>	<p>“Jean Pierre Formehl é empresário(a) com participação em 6 CNPJ perante a RFB nos seguintes Estados: MT. Dessas empresas, 3 estão Ativas, sendo 4 do tipo Matriz e 2 do tipo Filial. A empresa mais antiga é a MONALIZA COMERCIO DE ROUPAS E CALCADOS LTDA, aberta em 03/08/2008 e atualmente BAIXADA. Já a mais recente é a FORMEHL COMERCIO DE ACESSORIOS LTDA, aberta em 03/08/2021 e atualmente ATIVA. O capital social das empresas somam cerca de R\$ 600.000,00 [...]” (Transparência.CC, 2023)</p>
	<p>2022 – Sergio Bedin</p>	<p>Valor: R\$50.000,00</p>	<p>“Sergio Bedin é empresário(a) com participação em 3 CNPJ perante a RFB nos seguintes Estados: MT. Dessas empresas, 3 estão Ativas A empresa mais antiga é a ELDORADO PARTICIPACOES E ADMINISTRACAO DE BENS LTDA, aberta em 10/09/2015 e atualmente ATIVA. Já a mais recente é a SBF PARTICIPACOES LTDA, aberta em 03/03/2023 e atualmente ATIVA. O capital social das empresas somam cerca de R\$ 4.555.804,00 [...]” (Transparência.CC, 2023)</p>
	<p>2022 – Andre Guilherme Sucolotti</p>	<p>Valor: R\$40.000,00</p>	<p>“Andre Guilherme Sucolotti é empresário(a) com participação em 8 CNPJ perante a RFB nos seguintes Estados: MT. Dessas empresas, 7 estão Ativas, sendo 6 do tipo Matriz e 2 do tipo Filial. A empresa mais antiga é a ALGODOEIRA CELESTE LTDA, aberta em 20/10/2000 e</p>

			<p>atualmente ATIVA. Já a mais recente é a TUNICA AGROPECUARIA LTDA., aberta em 03/08/2018 e atualmente ATIVA. O capital social das empresas somam cerca de R\$ 83.301.694,00 [...]”.</p> <p>(Transparência.CC, 2023)</p>
	2022 – Jose Baggio	Valor: R\$25.000,00	<p>“Jose Baggio é empresário(a) com participação em 28 CNPJ perante a RFB nos seguintes Estados: MT. Dessas empresas, 23 estão Ativas, sendo 13 do tipo Matriz e 15 do tipo Filial. A empresa mais antiga é a AGRO BAGGIO MAQUINAS AGRICOLAS LTDA, aberta em 22/08/2018 e atualmente ATIVA. Já a mais recente é a AGRO BAGGIO MAQUINAS AGRICOLAS LTDA, aberta em 30/05/2022 e atualmente ATIVA. O capital social das empresas somam cerca de R\$ 3.332.333.740,00 [...]”</p> <p>(Transparência.CC, 2023)</p>
	2022 – Orcival Gouveia Guimaraes	Valor: R\$25.000,00	<p>“Orcival Gouveia Guimaraes é empresário(a) com participação em 52 CNPJ perante a RFB nos seguintes Estados: MT, SP, BA. Dessas empresas, 47 estão Ativas, sendo 11 do tipo Matriz e 41 do tipo Filial. A empresa mais antiga é a BOA ESPERANCA AGROPECUARIA LTDA – EM RECUPERACAO JUDICIAL, aberta em 04/04/1986 e atualmente ATIVA. Já a mais recente é a GUIMARAES AGRO SERVICE LTDA, aberta em 06/01/2009 e atualmente ATIVA. O capital social das empresas somam cerca de R\$ 2.251.143.215,00 [...]”</p>

			(Transparência.CC, 2023)
	2022 – Dorival Jose Bertuol	Valor: R\$20.000,00	<p>“Dorival Jose Bertuol é empresário(a) com participação em 24 CNPJ perante a RFB nos seguintes Estados: MT, PA, SC, PR. Dessas empresas, 20 estão Ativas, sendo 6 do tipo Matriz e 18 do tipo Filial. A empresa mais antiga é a BERTUOL INCORPORACAO E ADMINISTRACAO IMOBILIARIA LTDA, aberta em 06/12/2013 e atualmente ATIVA. Já a mais recente é a BERTUOL INDUSTRIA DE FERTILIZANTES LTDA, aberta em 05/04/2023 e atualmente ATIVA. O capital social das empresas somam cerca de R\$ 1.188.129.133,00 [...]”</p> <p>(Transparência.CC, 2023)</p>
	2022 – Jose Altair Lazarotto	Valor: R\$20.000,00	<p>“Jose Altair Lazarotto é empresário(a) com participação em 10 CNPJ perante a RFB nos seguintes Estados: MT, RS, BA. Dessas empresas, 8 estão Ativas, sendo 5 do tipo Matriz e 5 do tipo Filial. A empresa mais antiga é a INDIANA AGROPECUARIA LTDA, aberta em 18/10/1993 e atualmente ATIVA. Já a mais recente é a MAFRA AGRONEGOCIOS LTDA, aberta em 05/11/2020 e atualmente ATIVA. O capital social das empresas somam cerca de R\$ 5.892.000,00 [...]”</p> <p>(Transparência.CC, 2023)</p>

	<p>2022 – Arilton Cesar Riedi</p>	<p>Valor: R\$15.000,00</p>	<p>“Arilton Cesar Riedi é empresário(a) com participação em 14 CNPJ perante a RFB nos seguintes Estados: MT. Dessas empresas, 11 estão Ativas, sendo 13 do tipo Matriz e 1 do tipo Filial. A empresa mais antiga é a ALGODOEIRA CELESTE LTDA, aberta em 20/10/2000 e atualmente ATIVA. Já a mais recente é a RIEDI INCORPORACOES E CONSTRUCOES LTDA, aberta em 26/01/2015 e atualmente ATIVA. O capital social das empresas somam cerca de R\$ 7.116.000,00 [...]”.</p> <p>(Transparência.CC, 2023)</p>
	<p>2022 – Cesar Jose Mason</p>	<p>Valor: R\$15.000,00</p>	<p>“Cesar Jose Mason é empresário(a) com participação em 10 CNPJ perante a RFB nos seguintes Estados: PA, MT, SC, PR. Dessas empresas, 7 estão Ativas, sendo 9 do tipo Matriz e 1 do tipo Filial. A empresa mais antiga é a AGROPECUARIA MADEIRINHA LTDA, aberta em 06/01/1988 e atualmente ATIVA. Já a mais recente é a SM LAMINADOS IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA, aberta em 18/06/1998 e atualmente ATIVA. O capital social das empresas somam cerca de R\$ 48.221.973,00 [...]”</p> <p>(Transparência.CC, 2023)</p>
	<p>2022 – Orlando Henrique Ferrari Polato</p>	<p>Valor: R\$12.000,00</p>	<p>“Orlando Henrique Ferrari Polato é empresário(a) com participação em 13 CNPJ perante a RFB nos seguintes Estados: MT, GO. Dessas empresas, 7 estão Ativas, sendo 9 do tipo Matriz e 4 do tipo Filial. A</p>

			empresa mais antiga é a POLATO ALGODOEIRA COMERCIO E SERVICOS LTDA, aberta em 12/03/2003 e atualmente BAIXADA. Já a mais recente é a LOCKS E POLATO INCORPORADORA E IMOBILIARIA LTDA, aberta em 15/12/2022 e atualmente ATIVA. O capital social das empresas somam cerca de R\$ 65.760.622,00 [...]” (Transparência.CC, 2023)
2022	– Eduardo Borges De Souza	Valor: R\$10.000,00	Não foram localizadas outras informações do doador.
2022	– Ernesto Martelli	Valor: R\$10.000,00	“Ernesto Martelli é empresário(a) com participação em 12 CNPJ perante a RFB nos seguintes Estados: MT, PR. Dessas empresas, 3 estão Ativas, sendo 10 do tipo Matriz e 2 do tipo Filial. A empresa mais antiga é a PARECIS TERASOL ALIMENTOS E ENERGIA S.A, aberta em 31/01/2012 e atualmente SUSPENSA. Já a mais recente é a HORIZONTE AGRO LTDA, aberta em 09/11/2021 e atualmente ATIVA. O capital social das empresas somam cerca de R\$ 84.300.000,00 [...]” (Transparência.CC, 2023)
2022	– Geisa Cristina De Carvalho Riedi	Valor: R\$10.000,00	“Geisa Cristina De Carvalho Riedi é empresário(a) com participação em 3 CNPJ perante a RFB nos seguintes Estados: MT. Dessas empresas, 3 estão Ativas, sendo 2 do tipo Matriz e 1 do tipo Filial. A empresa mais antiga é a RIEDI AGRO, ADMINISTRACAO,

			<p>PARTICIPACOES E COMPRA E VENDA DE IMOVEIS LTDA., aberta em 18/08/2014 e atualmente ATIVA. Já a mais recente é a RIEDI PARTICIPACOES LTDA, aberta em 21/06/2022 e atualmente ATIVA. O capital social das empresas somam cerca de R\$ 4.471.000,00 [...]”</p> <p>(Transparência.CC, 2023)</p>
	2022 – Laurena Maria Smaniotto	Valor: R\$10.000,00	<p>Laurena é produtora rural, sócia-proprietária da Fazenda Gaspar, localizada em Sorriso-MT. A empresa faz parte do grupo OS Agro, produtora de grãos.</p> <p>(CNPJ.info, 2023); (OS Agro, 2023)</p>
	2022 – Marcelo Marcio Pressi	Valor: R\$10.000,00	Não foram localizadas outras informações do doador.
	2022 – Romario Possamai	Valor: R\$10.000,00	Não foram localizadas outras informações do doador.
	2022 – Adelar Gonzaga Corradi	Valor: R\$8.000,00	<p>“Adelar Gonzaga Corradi é empresário(a) com participação em 4 CNPJ perante a RFB nos seguintes Estados: MT. Dessas empresas, 3 estão Ativas A empresa mais antiga é a PALMEIRA PARTICIPACOES E ADMINISTRACAO LTDA, aberta em 16/01/2015 e atualmente ATIVA. Já a mais recente é a ALVORADA PARTICIPACOES E ADMINISTRACAO DE BENS LTDA, aberta</p>

			em 17/09/2015 e atualmente ATIVA. O capital social das empresas somam cerca de R\$ 3.269.000,00 [...]” . (Transparência.CC, 2023)
	2022 – Fabiano Nichele	Valor: R\$8.000,00	Não foram localizadas outras informações do doador.
	2022 – Mauro Alberto Riedi	Valor: R\$8.000,00	“Mauro Alberto Riedi é empresário(a) com participação em 1 CNPJ perante a RFB nos seguintes Estados: MT. A empresa em questão é a DESTILARIA TJ – INDUSTRIA E COMERCIO DE BIOCOMBUSTIVEL LTDA, aberta em 01/08/2018 e atualmente ATIVA. O capital social das empresas somam cerca de R\$ 100.000,00 [...]” (Transparência.CC, 2023)
	2022 – Carlos Alberto Simon	Valor: R\$7.625,00	“Carlos Alberto Simon é empresário(a) com participação em 27 CNPJ perante a RFB nos seguintes Estados: MT. Dessas empresas, 25 estão Ativas, sendo 17 do tipo Matriz e 10 do tipo Filial. A empresa mais antiga é a PLANTAR COMERCIO DE CEREAIS E ARMAZENS GERAIS LTDA, aberta em 20/07/2004 e atualmente ATIVA. Já a mais recente é a NSS COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA, aberta em 06/10/2021 e atualmente ATIVA. O capital social das empresas somam cerca de R\$ 46.577.507,00 [...]” (Transparência.CC, 2023)

	2022 – Luiz Carlos Nava	Valor: R\$7.625,00	<p>“Luiz Carlos Nava é empresário(a) com participação em 27 CNPJ perante a RFB nos seguintes Estados: MT. Dessas empresas, 25 estão Ativas, sendo 17 do tipo Matriz e 10 do tipo Filial. A empresa mais antiga é a ABCN COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA, aberta em 17/04/2001 e atualmente ATIVA. Já a mais recente é a NSS COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA, aberta em 06/10/2021 e atualmente ATIVA. O capital social das empresas somam cerca de R\$ 44.616.787,00 [...]”.</p> <p>(Transparência.CC, 2023)</p>
	2022 – Alan Junior Fontana	Valor: R\$5.000,00	<p>“Alan Junior Fontana é empresário(a) com participação em 2 CNPJ perante a RFB nos seguintes Estados: MT. A empresa mais antiga é a FONTANA TRANSPORTES EIRELI, aberta em 09/03/2016 e atualmente BAIXADA. Já a mais recente é a SORRIBRAS ALIMENTOS E COMERCIO DE CEREAIS LTDA, aberta em 19/10/2017 e atualmente ATIVA. O capital social das empresas somam cerca de R\$ 290.000,00 [...]”</p> <p>(Transparência.CC, 2023)</p>
	2022 – Alessandro Nicoli	Valor: R\$5.000,00	<p>“Alessandro Nicoli é empresário(a) com participação em 1 CNPJ perante a RFB nos seguintes Estados: MT. A empresa em questão é a NICOLI AGRO LTDA, aberta em 05/02/2009 e atualmente ATIVA. O capital social das empresas somam cerca de R\$ 8.900.000,00 [...]”</p>

			(Transparência.CC, 2023)
	2022 – Alessio Wilson Di Domenico	Valor: R\$5.000,00	“Alessio Vilson Di Domenico é empresário(a) com participação em 6 CNPJ perante a RFB nos seguintes Estados: PR, MT. Dessas empresas, 5 estão Ativas, sendo 4 do tipo Matriz e 2 do tipo Filial. A empresa mais antiga é a AGROPECUARIA COLINA LTDA, aberta em 22/06/1994 e atualmente BAIXADA. Já a mais recente é a MAROMBI ALIMENTOS LTDA, aberta em 24/05/2000 e atualmente ATIVA. O capital social das empresas somam cerca de R\$ 108.029.060,00 [...]” (Transparência.CC, 2023)
	2022 – Antonio Miguel Dalsoquio	Valor: R\$5.000,00	“Antonio Miguel Dalsoquio é sócio-administrador da empresa TRANSMIDAL TRANSPORTES E MINERACAO DALSOQUIO LTDA, sediada em Sorriso-MT, com capital social de R\$1.000.000,00 R\$ (Receita Federal, 2023).
	2022 – Clovis Picolo Filho	Valor: R\$5.000,00	“Clovis Picolo Filho é empresário(a) com participação em 10 CNPJ perante a RFB nos seguintes Estados: MT. Dessas empresas, 4 estão Ativas, sendo 9 do tipo Matriz e 1 do tipo Filial. A empresa mais antiga é a COMERCIO DE INSUMOS AGRICOLAS MATO GROSSO LTDA, aberta em 23/05/1995 e atualmente BAIXADA. Já a mais recente é a PICOLO & BAGGIO LTDA, aberta em 19/03/1999 e atualmente BAIXADA. O capital social das empresas somam cerca de R\$ 2.797.517,00 [...]”.

			(Transparência.CC, 2023)
	2022 – Ednei Paes Nantes	R\$5.000,00	<p>“Ednei Paes Nantes é empresário(a) com participação em 14 CNPJ perante a RFB nos seguintes Estados: MT. Dessas empresas, 4 estão Ativas, sendo 5 do tipo Matriz e 9 do tipo Filial. A empresa mais antiga é a NANTES COMERCIO DE PRODUTOS AGRICOLAS LTDA, aberta em 17/08/2012 e atualmente BAIXADA. Já a mais recente é a SERTAO TRANSPORTES LTDA, aberta em 11/08/2016 e atualmente BAIXADA. O capital social das empresas somam cerca de R\$ 3.400.000,00 [...]”.</p> <p>(Transparência.CC, 2023)</p>
	2022 – Evandro Lermen	Valor: R\$5.000,00	<p>“Evandro Lermen é empresário(a) com participação em 6 CNPJ perante a RFB nos seguintes Estados: MT. Dessas empresas, 6 estão Ativas, sendo 5 do tipo Matriz e 1 do tipo Filial. A empresa mais antiga é a INTERVIAS – CONCESSIONARIA DA EXPLORACAO DA RODOVIA MT-242/493/140 COM EXTENSAO DE 141,60 KM LTDA, aberta em 30/11/2010 e atualmente ATIVA. Já a mais recente é a ESPLANADA AGROPECUARIA LTDA, aberta em 15/08/2022 e atualmente ATIVA. O capital social das empresas somam cerca de R\$ 175.727.195,00 [...]”</p> <p>(Transparência.CC, 2023)</p>

	2022 – Lenoir Marcos Francio	Valor: R\$5.000,00	“Lenoir Marcos Francio é empresário(a) com participação em 2 CNPJ perante a RFB nos seguintes Estados: MT. A empresa mais antiga é a HELO FESTAS LTDA, aberta em 29/07/1996 e atualmente BAIXADA. Já a mais recente é a AGRO FRANCIO LTDA, aberta em 25/08/2022 e atualmente ATIVA. O capital social das empresas somam cerca de R\$ 100.000,00 [...]”. (Transparência.CC, 2023)
	2022 – Mario Wolf Filho	Valor: R\$5.000,00.	“Mario Wolf Filho é empresário(a) com participação em 3 CNPJ perante a RFB nos seguintes Estados: PR. A empresa mais antiga é a WOLF MOURA E CIA LTDA, aberta em 18/01/1978 e atualmente BAIXADA. Já a mais recente é a LORECI SANTOS PEREIRA WOLF & CIA LTDA, aberta em 14/05/1991 e atualmente ATIVA. O capital social das empresas somam cerca de R\$ 1.000,00 [...]”. (Transparência.CC, 2023)
	2022 – Moyses Antonio Bocchi	Valor: R\$5.000,00	“Moyses Antonio Bocchi é empresário(a) com participação em 9 CNPJ perante a RFB nos seguintes Estados: MT, PA. Dessas empresas, 8 estão Ativas, sendo 6 do tipo Matriz e 3 do tipo Filial. A empresa mais antiga é a BERRANTE DE OURO ARMAZENS GERAIS LTDA, aberta em 16/06/2009 e atualmente ATIVA. Já a mais recente é a AGRO BRILHANTE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA, aberta

			em 09/08/2019 e atualmente ATIVA. O capital social das empresas somam cerca de R\$ 69.542.799,00 [...]”. (Transparência.CC, 2023)
	2022 – Nodimar Correa	Valor: R\$5.000,00	“Nodimar Correa é empresário(a) com participação em 4 CNPJ perante a RFB nos seguintes Estados: MT. Dessas empresas, 4 estão Ativas A empresa mais antiga é a FABRICA DE BRINQUEDOS NOVA ERA LTDA, aberta em 18/06/2002 e atualmente ATIVA. Já a mais recente é a FREEWAY PARTICIPACOES LTDA, aberta em 19/10/2022 e atualmente ATIVA. O capital social das empresas somam cerca de R\$ 191.380,00 [...]”. (Transparência.CC, 2023)
	2022 – Olvide Gazola	Valor: R\$5.000,00	“Olvide Gazola é empresário(a) com participação em 7 CNPJ perante a RFB nos seguintes Estados: MT. Dessas empresas, 7 estão Ativas, sendo 3 do tipo Matriz e 4 do tipo Filial. A empresa mais antiga é a COOPERATIVA AGROPECUARIA TERRA VIVA – COOAVIL, aberta em 24/01/2001 e atualmente ATIVA. Já a mais recente é a COOPERATIVA AGROPECUARIA TERRA VIVA – COOAVIL, aberta em 22/11/2022 e atualmente ATIVA. O capital social das empresas somam cerca de R\$ 3.358.180,00 [...]” (Transparência.CC, 2023)

	2022 – Patricia De Rossi	Valor: R\$5.000,00	“Patricia De Rossi é empresário(a) com participação em 6 CNPJ perante a RFB nos seguintes Estados: MT. Dessas empresas, 6 estão Ativas, sendo 4 do tipo Matriz e 2 do tipo Filial. A empresa mais antiga é a VJF AGROPECUARIA LTDA, aberta em 13/11/2013 e atualmente ATIVA. Já a mais recente é a AGROPECUARIA TP LTDA, aberta em 31/08/2022 e atualmente ATIVA. O capital social das empresas somam cerca de R\$ 3.018.956,00 [...]” (Transparência.CC, 2023)
	2022 – Sergio Brescansin	Valor: R\$5.000,00	Não foram localizadas outras informações do doador.
 Ulysses Moraes (DC)	2018 - Djalma Silvestre Fernandes	Valor: R\$14.900,00	Atualmente exerce o cargo de superintendente na Superintendência Regional no Estado de Mato Grosso.” (DNIT, 2023).
Obs.: não foram listadas doações de campanha depositadas pelo próprio	2018 - Aline Bortoli Ignacio	Valor: R\$10.000,00	“Aline Bortoli Ignacio é empresário(a) com participação em 8 CNPJ perante a RFB nos seguintes Estados: MT, BA. Dessas empresas, 6 estão Ativas A empresa mais antiga é a ABI PARTICIPACOES LTDA, aberta em 29/10/2021 e atualmente ATIVA. Já a mais recente

<p>candidato, bem como os valores repassados pelo partido.</p> <p>Também não demos destaque a valores inferiores a 5.000,00 reais de pessoas físicas.</p>			<p>é a AVORA SECURITIZADORA SA, aberta em 19/10/2022 e atualmente ATIVA. O capital social das empresas somam cerca de R\$ 792.587.622,00 [...]”</p> <p>(Transparência.CC, 2023)</p>
	2018 - Cleto Webler	Valor: R\$10.000,00	<p>“Cleto Webler é empresário(a) com participação em 46 CNPJ perante a RFB nos seguintes Estados: MT, GO, RO. Dessas empresas, 40 estão Ativas, sendo 19 do tipo Matriz e 27 do tipo Filial. A empresa mais antiga é a GLOBAL PECUARIA LTDA, aberta em 16/06/2021 e atualmente ATIVA. Já a mais recente é a ITFD AGRICOLA LTDA, aberta em 10/01/2023 e atualmente ATIVA. O capital social das empresas somam cerca de R\$ 259.244.196,75 [...]”.</p> <p>(Transparência.CC, 2023)</p>
	2018 - Livio Costa Recedive	Valor: R\$10.000,00	<p>“Lívio Costa Recedive é gerente de Operações de Energia da Bom Futuro, empresa esta, que atua cultivo agrícola, processamento e armazenagem de grãos e algodão, pecuária , piscicultura e produção de sementes de alta tecnologia.” (Bom Futuro, 2023)</p>
	2018 - Reinaldo Gomes de Moraes	Valor: R\$5.000,00	<p>“Reinaldo Gomes De Moraes é empresário(a) com participação em 31 CNPJ perante a RFB nos seguintes Estados: MT, GO, ES, PR, DF. Dessas empresas, 22 estão Ativas, sendo 11 do tipo Matriz e 20 do tipo Filial. A empresa mais antiga é a ATP - ASSISTENCIA TECNICA PERSONALIZADA LTDA, aberta em 03/04/1997 e atualmente</p>

			<p>ATIVA. Já a mais recente é a KCP EMPREENDIMENTOS, INCORPORACOES E CONSTRUCOES LTDA, aberta em 20/08/2014 e atualmente ATIVA. O capital social das empresas somam cerca de R\$ 616.336.658,00 [...]”.</p> <p>(Transparência.CC, 2023)</p>
 Delegado Claudinei (PL)	<p>2018 - Jones Antonio Pagno</p>	<p>Valor: R\$51.200,00</p>	<p>“Jones Antonio Pagno é empresário(a) com participação em 12 CNPJ perante a RFB nos seguintes Estados: MT, SC. Dessas empresas, 9 estão Ativas, sendo 6 do tipo Matriz e 6 do tipo Filial. A empresa mais antiga é a AGROFITO CAMINHOES E DEFENSIVOS AGRICOLAS LIMITADA, aberta em 30/06/1989 e atualmente ATIVA. Já a mais recente é a AGROFITO AGROPECUARIA LTDA, aberta em 21/12/2022 e atualmente ATIVA. O capital social das empresas somam cerca de R\$ 39.838.816,00.”</p> <p>(Transparência.CC, 2023)</p>
<p>Obs.: não foram listadas doações de campanha depositadas pelo próprio candidato, bem como</p>	<p>2018 - Gilberto Flavio Goellner</p>	<p>Valor: R\$10.000,00</p>	<p>“Gilberto Flavio Goellner é empresário(a) com participação em 73 CNPJ perante a RFB nos seguintes Estados: MT, RS, GO, PR, RO, BA, MG, MS, SP. Dessas empresas, 44 estão Ativas, sendo 21 do tipo Matriz e 52 do tipo Filial. A empresa mais antiga é a QC IMPORT E EXPORT LOGISTICA BRASIL LTDA., aberta em 19/04/2006 e atualmente BAIXADA. Já a mais recente é a GIRASSOL</p>

<p>os valores repassados pelo partido.</p> <p>Também não demos destaque a valores inferiores a 5.000,00 reais de pessoas físicas.</p>			<p>REFLORESTADORA LTDA, aberta em 19/01/2011 e atualmente BAIXADA. O capital social das empresas somam cerca de R\$ 1.527.619.707,00.”</p> <p>(Transparência.CC, 2023)</p>
	2018 - Pedro Jacyr Bongiolo	Valor: R\$10.000,00	<p>“Pedro Jacyr Bongiolo é empresário(a) com participação em +100 CNPJ perante a RFB nos seguintes Estados: GO, MT, SC, PA, PR, RO, RR, AM, RS, SP. Dessas empresas, 77 estão Ativas, sendo 3 do tipo Matriz e 97 do tipo Filial. A empresa mais antiga é a BL INDEPENDENCIA AGRICOLA LTDA, aberta em 24/01/2017 e atualmente ATIVA. Já a mais recente é a AMAGGI EXPORTACAO E IMPORTACAO LTDA, aberta em 15/02/2022 e atualmente ATIVA. O capital social das empresas somam cerca de R\$ 213.897.906.129,00.”</p> <p>(Transparência.CC, 2023)</p>
	2018 - Raul Amaral Campos	Valor: R\$10.000,00	<p>“Raul Amaral Campos é empresário(a) com participação em 9 CNPJ perante a RFB nos seguintes Estados: MT. Dessas empresas, 7 estão Ativas, sendo 3 do tipo Matriz e 6 do tipo Filial. A empresa mais antiga é a D.N.A. CAMPOS & CIA LTDA, aberta em 19/05/2005 e atualmente ATIVA. Já a mais recente é a AGROPECUARIA ITAPAJE LTDA., aberta em 13/09/2018 e atualmente ATIVA. O capital social das empresas somam cerca de R\$ 67.000.000,00.”</p>

			(Transparência.CC, 2023)
2018 - Celso Griesang	Valor: R\$5.000,00		“Celso Griesang é empresário(a) com participação em 21 CNPJ perante a RFB nos seguintes Estados: RS, MT, GO, BA, PR. Dessas empresas, 17 estão Ativas, sendo 10 do tipo Matriz e 11 do tipo Filial. A empresa mais antiga é a AGRENER COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA., aberta em 20/04/1999 e atualmente ATIVA. Já a mais recente é a TMG TROPICAL MELHORAMENTO E GENETICA S.A., aberta em 26/10/2018 e atualmente ATIVA. O capital social das empresas somam cerca de R\$ 1.387.599.396,90.” (Transparência.CC, 2023)
2022 - Jose Antônio Dos Santos Medeiros	Valor: R\$219.059,00		José Medeiros é Deputado Federal pelo PL-MT. Titular em exercício para o quadriênio 2023-2026. (Câmara dos deputados, 2023)
2022 - Jorge Soares Da Silva	Valor: R\$45.000,00		Jorge é sócio da empresa “Ogt Administracao e Participacoes LTDA”, com sede em Rondonópolis-MT. (Receita Federal, 2023).
2022 - Nelson Ned Previdente	Valor: R\$20.000,00		Vulgarmente conhecido como “Nelson Barbudo”, é ex-deputado federal pelo PL-MT. Tentou a reeleição em 2022, porém não conseguiu o número de votos necessários para se eleger. (Câmara dos Deputados, 2023)

	2022 - Jaime Oliveira Aguiar	Valor: R\$20.000,00	<p>“Jaime Oliveira Aguiar é empresário(a) com participação em 6 CNPJ perante a RFB nos seguintes Estados: MT, MS. Dessas empresas, 6 estão Ativas A empresa mais antiga é a INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR ESPECIALIZADO EM SAUDE (IMES) LTDA, aberta em 08/05/2015 e atualmente ATIVA. Já a mais recente é a INSTITUTO DE TRATAMENTO ENDOVASCULAR LTDA, aberta em 13/06/2022 e atualmente ATIVA. O capital social das empresas somam cerca de R\$ 1.152.100,00.”</p> <p>(Transparência.CC, 2023)</p>
	2022 - Leoflan Lodi	Valor: R\$18.000,00	<p>“Leoflan Lodi é empresário(a) com participação em 4 CNPJ perante a RFB nos seguintes Estados: MT. Dessas empresas, 2 estão Ativas, sendo 3 do tipo Matriz e 1 do tipo Filial. A empresa mais antiga é a RECUPERADORA DE PNEUS LODI LTDA, aberta em 26/10/1984 e atualmente ATIVA. Já a mais recente é a RECUPERADORA DE PNEUS LODI LTDA, aberta em 24/05/2010 e atualmente BAIXADA. O capital social das empresas somam cerca de R\$ 2.063.386,00.”</p> <p>(Transparência.CC, 2023)</p>
	2022 - Mauro Renato Smozinski	Valor: R\$15.000,00	<p>“Mauro Renato Smozinski é empresário(a) com participação em 26 CNPJ perante a RFB nos seguintes Estados: MT, SP, RO, TO, MG, GO, MA, PA, SC, RR, PR, PI, RS, BA, MS. Dessas empresas, 26 estão Ativas, sendo 5 do tipo Matriz e 21 do tipo Filial. A empresa mais</p>

			antiga é a GRANLIDER TRANSPORTES E AGENCIAMENTO DE CARGAS LTDA, aberta em 10/03/2021 e atualmente ATIVA. Já a mais recente é a GRANLIDER TRANSPORTES E AGENCIAMENTO DE CARGAS LTDA, aberta em 11/11/2022 e atualmente ATIVA. O capital social das empresas somam cerca de R\$ 22.005.000,00 [...]” (Transparência.CC, 2023)
	2022 - Adriano Vetorasso Topjian	Valor: R\$12.000,00	“Adriano Vetorasso Topjian é empresário(a) com participação em 11 CNPJ perante a RFB nos seguintes Estados: MT. Dessas empresas, 5 estão Ativas A empresa mais antiga é a F R VETORASSO & CIA LTDA, aberta em 08/09/2004 e atualmente ATIVA. Já a mais recente é a TOPJIAN & SOARES LTDA, aberta em 30/03/2015 e atualmente ATIVA. O capital social das empresas somam cerca de R\$ 512.240,00 [...]” (Transparência.CC, 2023)
	2022 - Geraldo Vigolo	Valor: R\$10.000,00	“Geraldo Vigolo é empresário(a) com participação em 10 CNPJ perante a RFB nos seguintes Estados: MT. Dessas empresas, 7 estão Ativas, sendo 9 do tipo Matriz e 1 do tipo Filial. A empresa mais antiga é a VIGOLO PARTICIPACOES E ADMINISTRACAO LTDA, aberta em 26/11/2012 e atualmente BAIXADA. Já a mais recente é a RECANTO DA MATA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS

			LTDA, aberta em 23/02/2018 e atualmente ATIVA. O capital social das empresas somam cerca de R\$ 4.485.000,00 [...]” (Transparência.CC, 2023)
	2022 - Patrick Sharon Dos Santos	Valor: R\$8.000,00	“Patrick Sharon Dos Santos é empresário(a) com participação em 4 CNPJ perante a RFB nos seguintes Estados: MT. Dessas empresas, 3 estão Ativas A empresa mais antiga é a INCORPORADORA OURO E ARTE LTDA, aberta em 24/02/2006 e atualmente INAPTA. Já a mais recente é a PATRICK SHARON DOS SANTOS - SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, aberta em 22/07/2016 e atualmente ATIVA. O capital social das empresas somam cerca de R\$ 2.280.000,00 [...]” (Transparência.CC, 2023)
	2022 - Daniel Locatelli	Valor: R\$5.000,00	“Daniel Locatelli é empresário(a) com participação em 19 CNPJ perante a RFB nos seguintes Estados: MT. Dessas empresas, 8 estão Ativas, sendo 12 do tipo Matriz e 7 do tipo Filial. A empresa mais antiga é a AMERICA AUTO POSTO LTDA, aberta em 23/09/1991 e atualmente ATIVA. Já a mais recente é a AMERICA AUTO POSTO LTDA, aberta em 15/08/2002 e atualmente BAIXADA. O capital social das empresas somam cerca de R\$ 16.139.889,00 [...]”. (Transparência.CC, 2023)

 Coronel Taborelli (PV)	2014 - Altair Balieiro	Valor: R\$ 10.000,00	<p>“Altair Balieiro é empresário(a) com participação em 2 CNPJ perante a RFB nos seguintes Estados: MT. A empresa mais antiga é a DALMAR AUTO CENTER LTDA, aberta em 10/04/2008 e atualmente BAIXADA. Já a mais recente é a ALTAIR BALIEIRO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, aberta em 28/05/2012 e atualmente ATIVA. O capital social das empresas somam cerca de R\$ 50.000,00 [...]”</p> <p>(Transparência.CC, 2023)</p>
<p>Obs.: Além dessas doações de campanha, não foram listadas aquelas depositadas pelo próprio candidato, bem como os valores repassados pelo partido.</p> <p>Também não demos destaque a valores inferiores a 5.000,00</p>	2014 – Altair Das Neves Magalhães	Valor: R\$ 9.000,00	Altair Das Neves Magalhães é ex-comandante da Polícia Militar de Mato Grosso, atualmente aposentado. (PM-MT, 2018)

reais de pessoas físicas.			
	2014 – Celso Benedito Pinheiro Ferreira.	Valor: R\$ 10.000,00	Celso Benedito Pinheiro Ferreira é ex-comandante da Polícia Militar de Mato Grosso, atualmente aposentado (PM-MT, 2018).
	2014 – COMERCIAL E PAPELARIA IPIRANGA LTDA.	Valor: R\$ 5.000,00.	Empresa que atua no comércio varejista de artigos de papelaria, localizada em Cuiabá, de posse do empresário Riad Fouad Salim Salim. (Receita Federal, 2023)
	2014 – CONCORDE GESTAO IMOBILIARIA LTDA.	Valor: R\$ 5.980,00.	Empresa filial que atua na compra e venda de imóveis próprios, localizada em Cuiabá (Receita Federal, 2023).
	2014 – Dival Pinto Martins Correa.	Valor: R\$ 10.000,00.	“Dival Pinto Martins Correa é empresário(a) com participação em 2 CNPJ perante a RFB nos seguintes Estados: MT. A empresa mais antiga é a FAST FISH RESTAURANTE LTDA, aberta em 14/06/1999 e atualmente BAIXADA. Já a mais recente é a COLEGIO DOS MILITARES MARECHAL RONDON LTDA, aberta em 22/11/2007 e atualmente BAIXADA. O capital social das empresas somam cerca de R\$ 210.000,00 [...]”.

			(Transparência.CC, 2023)
	2014 – Edson Alvellos Fernandes	Valor: R\$ 15.000,00.	Procurador federal de justiça em Mato Grosso (TJ, 2023)
	2014 – Edson Leite Da Silva.	Valor: R\$ 10.000,00.	Não foram localizadas outras informações do doador.
	2014 – Jose Pedro Gonçalves Taques	Valor: R\$197.436,48	Pedro Taques é ex-senador (2010-2013) e ex-governador (2014-2018) por Mato Grosso. O mesmo foi derrotado nas eleições para governador em 2018 e 2022 quando pleiteou uma vaga em uma das cadeiras do senado.
	2014 - Adilton Domingos Sachetti	Valor: R\$70.000,00	Adilton foi deputado federal por Mato Grosso (2014-2018). Em 2018, foi candidato à senador da república, porém não ocupou o cargo por não alcançar o número de votos necessários (TSE, 2023).
	2014 – Fabio Paulino Garcia	Valor: R\$ 25.000,00 R\$	Foi deputado federal por Mato Grosso (2014-2018) e senador da república (2022) (TSE, 2023). Atualmente é ministro da casa civil de Mato Grosso (Mato Grosso, 2023).
	2014 – GAZIN INDUSTRIA E COM DE MOVEIS E ELETRO	Valor: R\$ 30.000,00 R\$	Empresa que atua no comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo, com sede em Douradina-PR (Receita Federal, 2023).

	DOMESTICOS LTDA		
	2014 – Helder Taborelli Sempio.	Valor: R\$ 9.500,00	Helder é tenente coronel da polícia militar de Mato Grosso (PM-MT, 2017)
	2014 – Joalino Domingos Ferreira.	Valor: R\$ 10.000,00 R\$	Policial militar da reserva (PM-MT, 2023)
	2014 – Joao Antônio Pinto	Valor: R\$ 5.800,00 R\$	João Antônio Pinto é pecuarista, ex-deputado estadual por Mato Grosso e ex-vereador por Cuiabá-MT. (Poder 360, 2023)
	2014 – Maria Vilma Pereira Nascimento	Valor: R\$ 5.060,00 R\$	Não foram localizadas outras informações da doadora.
	2014 – Matheus Belphman Cacciolari	Valor: R\$ 5.000,00 R\$	Policial Militar de Cuiabá-MT (PM-MT, 2023)
	2014 – Nilson Duque Dos Santos.	Valor: R\$ 5.060,00 R\$	Policial Militar (PM-MT, 2023)
	2014 – Orlando Maia Borges.	Valor: R\$ 10.000,00 R\$	Policial Militar (PM-MT, 2023)

2014 – Paulo Salem Pereira Gonçalves.	Valor: R\$ 5.000,00 R\$	Ex-vereador de Cuiabá pelo Partido Verde. (Cuiabá, 2019)
2014 – Rutemberg Ferreira Do Carmo.	Valor: R\$ 10.000,00	PoliciaI Militar da reserva (PM-MT, 2023) e sócio-administrador da empresa POUSADA E MARINA NAUTICA DO MANSO LTDA, localizada no município de Chapada dos Guimarães (Receita Federal, 2023).
2014 – Salin Joaudat Salin	Valor: R\$ 5.000,00	Não foram localizadas outras informações do depositante.
2014 – VM CONSTRUÇOES LTDA	Valor: R\$ 23.000,00	A empresa está em nome de Mario Roberto Candia de Figueiredo e localizada em Cuiabá-MT.
2014 – Valdemir Francisco De Souza	Valor: R\$ 10.000,00	PoliciaI da reserva (PM-MT, 2023) e ex-deputado estadual por Mato Grosso (Poder 360, 2023)
2014 – Valdivino Tavares Pimentel	Valor: R\$ 10.000,00	PoliciaI Militar da reserva (PM-MT, 2023)
2014 – Vilson Butaca Taborelli e Silva	Valor: R\$ 15.000,00	Não foram localizadas outras informações do doador.
2014 – Zuzi Alves Do Filho	Valor: R\$ 10.000,00	PoliciaI Militar aposentado (PM-MT, 2023)

Fonte:

BRASIL. Controladoria Geral da União. **Transparência e Prestação de Contas**. Disponível em: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/acesso-a-informacao/transparencia-e-prestacao-de-contas>. Acesso em: 24 de fev. 2024.

BRASIL. Poder Executivo. **Dados Abertos**. Disponível em: <https://dados.gov.br/home>. Acesso em: 24 de fev. 2024.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais**. Disponível em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/>. Acesso em: 07 nov.2023.

BRASIL. Receita Federal. **Emissão de Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**. Disponível em: <https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/cnpjreva/cnpjrevaSolicitacao.asp>. Acesso em: 24 de fev. 2024.

TRANSPARÊNCIA.CC. **Dados de Interesse Público**. Pesquisa. Disponível em: <https://transparencia.cc/?s=#gsc.tab=0>. Acesso em: 07 nov. 2023.

APÊNDICE D - BASES ELEITORAIS DOS DEPUTADOS CRIADORES DAS ESCOLAS MILITARIZADAS NAS ELEIÇÕES DE 2014

A 2022

Deputados	2014	2018	2022
Sebastião Rezende 2014 – PR 2018 – PSC 2022 – União Brasil	Cuiabá (7.894 votos) Rondonópolis (6.753 votos) Várzea Grande (3.896 votos) Campo Novo do Parecis (1.775 votos) Alto Garças (1.451 votos)	Cuiabá (3.483 votos) Rondonópolis (2.898 votos) Várzea Grande (1.604 votos) Campo Novo do Parecis (1.339 votos) Alto Garça (641 votos)	Cuiabá (3.857 votos) Rondonópolis (2.663 votos) Várzea Grande (2.465 votos) Campo Novo do Parecis (1.686 vts) Alto Garça (1.126 votos)
Elizeu Nascimento 2014 – PSDC 2018 – DC 2022 - PL	Cuiabá (7.452 votos) Várzea Grande (1.933 votos) Barra do Garças (617 votos) Rondonópolis (365 votos) Cáceres (348 votos)	Cuiabá (11.526 votos) Várzea Grande (2.725 votos) Rondonópolis (594 votos) Barra do Garças (579 votos) Sinop (519 votos)	Cuiabá (10.658 votos) Várzea Grande (2.563 votos) Cáceres (646 votos) Paranatinga (542 votos) Juína (508 votos)
Xuxu Dal Molin 2018 – PSC 2022 - União Brasil	Nesse ano o mesmo não era candidato ao cargo de deputado estadual	Sorriso (17.665 votos) Lucas do Rio Verde (1.123 votos) Nova Ubiratã (535 votos) Ipiranga do Norte (519 votos) Vera (391 votos)	Sorriso (9.075 votos) Sinop (564 votos) Lucas do Rio Verde (541 votos) Cuiabá (504 votos) Ipiranga do Norte (399 votos)
Coronel Taborelli (PV)	Várzea Grande (8.190 votos) Rondonópolis (4.762 votos) Cuiabá (3.113 votos) Jaciará (244 votos) Barra do Garças (227 votos)	Nesse ano o mesmo não era candidato ao cargo de deputado estadual	Nesse ano o mesmo não era candidato ao cargo de deputado estadual
Dr. Eugênio 2018 – PSB 2022 - PSB	Nesse ano o mesmo não era candidato ao cargo de deputado estadual	Água Boa (5.484 votos) Canarana (2.675 votos) Ribeirão Cascalheira (1.102 votos) Querência (763 votos) Campinápolis (457 votos)	Água Boa (8.505 votos) Canarana (2.326 votos) Querência (1.995 votos) Cocalinho (1.687 votos) Nova Xavantina (1.254 votos)
Nininho 2014 – PR 2018 – PSD	Rondonópolis (11.993 votos) Itiquira (2.820 votos) Pedra Preta (2.323 votos)	Rondonópolis (6.388 votos) Marcelândia (2.093 votos) Canarana (1.864 votos)	Rondonópolis (9.856 votos) Alta Floresta (4.378 votos) Itiquira (3.396 votos)

2022 - PSD	Cuiabá (1.634 votos) Campo Verde (1.447votos)	Cuiabá (1.842 votos) Campinápolis (1.723 votos)	Nova Xavantina (2.635 votos) Pedra Preta (1.972 votos)
Dr. Leonardo (PDT)	Cáceres (27.953 votos) Mirassol (1.191 votos) Cuiabá (1.060 votos) Comodoro (564 votos) Barra do Bugres (400 votos)	Nesse ano o mesmo não era candidato ao cargo de deputado estadual	Nesse ano o mesmo não era candidato ao cargo de deputado estadual
Delegado Claudinei 2018 – PSL 2022 - PL	Nesse ano o mesmo não era candidato ao cargo de deputado estadual	Rondonópolis (17.176 votos) Cuiabá (2.698 votos) Várzea Grande (1.101 votos) Primavera do Leste (789 votos) Sinop (681 votos)	Rondonópolis (11.473 votos) Cuiabá (1.580 votos) Jaciara (1.098 votos) Campo Verde (664 votos) Juscimeira (598 votos)
Ulysses Moraes (DC)	Nesse ano o mesmo não era candidato ao cargo de deputado estadual	Cuiabá (7.663 votos) Várzea Grande (2.010 votos) Primavera do Leste (1.736 votos) Lucas do Rio Verde (765 votos) Rondonópolis (677 votos)	Nesse ano o mesmo não era candidato ao cargo de deputado estadual

Fonte: BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Resultados.** Disponível em: <https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-resultados/pain%C3%A9is-de-resultados?session=131567355475450>. Acesso em: 20 fev. 2024.

APÊNDICE E – MAIORES PRODUTORES AGROPECUÁRIOS DE MATO GROSSO, SEGUNDO O IBGE (2022)

Quadro 1 – Municípios que mais produziram soja, milho, algodão e carne bovina em 2022.

Soja (Qtd)	Milho (Qtd)	Algodão (Qtd)	Pecuária bovina (Qtd)
Sorriso 2.118.690 toneladas	Sorriso 3.783.800 toneladas	Sapezal 692.695 toneladas	Cáceres 1.274.041 cabeças
Campo Novo do Parecis 1.396.080 toneladas	Nova Ubiratã 2.144.880 toneladas	Campo Novo do Parecis 423.498 toneladas	Vila Bela da Santíssima Trindade 1.127.314 cabeças
Nova Ubiratã 1.357.200 toneladas	Nova Mutum 1.953.150 toneladas	Campo Verde 319.950 toneladas	Juara 1.002.350 cabeças
Diamantino 1.286.747 toneladas	Campo Novo do Parecis 1.558.200 toneladas	Sorriso 235.611 toneladas	Juína 902.560 cabeças
Nova Mutum 1.276.752 toneladas	Diamantino 1.224.355 toneladas	Lucas do Rio Verde 207.427 toneladas	Alta Floresta 839.471 cabeças

Fonte: IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário.** Mato Grosso. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/pesquisa/14/10193?tipo=cartogra.ma>. Acesso em: 15 jan. 2024.